

**NILZE PAGANINI**

**REVISTA TENDÊNCIA: À  
PROCURA DE UMA TRADIÇÃO, À  
PROCURA DO NOVO**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
BELO HORIZONTE  
2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**NILZE PAGANINI**

**REVISTA TENDÊNCIA: À  
PROCURA DE UMA TRADIÇÃO, À  
PROCURA DO NOVO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa

Orientadora: Profa. Dra. Maria Nazareth Soares Fonseca

**BELO HORIZONTE  
2008**

**Universidade Católica de Minas Gerais**  
**Programa de Pós-graduação em Letras**

Tese intitulada **Revista Tendência: à procura de uma tradição, à procura do novo**, de autoria da doutoranda Nilze Paganini, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Antonio Arnoni Prado – UNICAMP

---

Profa. Dra. Eneida Maria de Souza – UFMG

---

Profa. Dra. Ivete Lara Camargos Walty – PUC Minas

---

Profa. Dra. Melânia Silva de Aguiar – PUC Minas

---

Profa. Dra. Maria Nazareth Soares Fonseca – PUC Minas  
Orientadora

---

Prof. Dr. Hugo Mari  
Coordenador do Programa de Pós-graduação  
em Letras da PUC Minas

Belo Horizonte, 6 de junho de 2008

*Para minha Mãe,  
Amélia Pirilo Paganini*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Nazareth Soares Fonseca, pela confiança depositada em meu trabalho e que, privilegiando o diálogo, respeitou minhas opções e ajudou-me a construir este trajeto.

À minha família, que sempre entendeu a educação como um bem maior.

À Maria Inês Perilo Paganini, por sua grande disponibilidade em ajudar em todas as ocasiões.

Ao Luiz Antônio Paganini, por sua leitura cuidadosa e por suas sugestões.

Aos professores membros da Banca Examinadora, Antonio Arnoni Prado, Eneida Maria de Souza, Ivete Lara Camargos Walty e Melânia Silva de Aguiar, por aceitarem discutir as idéias desta tese, oferecendo-me suas preciosas contribuições.

Às professoras Ivete Lara Camargos Walty e Maria Zilda Ferreira Cury, pelas importantes observações oferecidas durante o Exame de Qualificação

Ao Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, por viabilizar este estudo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, pelos cursos que frequentei e por me acolherem tão bem na instituição.

Ao CNPq, pela bolsa de doutorado que possibilitou a realização desta pesquisa.

À CAPES, pela bolsa de Estágio de Doutorando no Exterior, que tornou possível uma parte de minha pesquisa na Duke University, Estados Unidos.

Ao professor Walter D. Mignolo, meu orientador na Duke University.

Ao Affonso Ávila, ao Fábio Lucas, ao Rui Mourão e à Elza Mourão, que franquearam-me seus arquivos pessoais, suas memórias e suas histórias.

Ao poeta Affonso Romano de Sant'Anna, pelas informações tão gentilmente prestadas.

Ao Fábio Figueiredo Camargo, pela generosidade, cedendo-me material raro de sua biblioteca.

Às seguintes instituições onde realizei minhas pesquisas: Biblioteca Padre Antoniazzi da PUC Minas; Biblioteca Central, Biblioteca da Faculdade de Letras, Biblioteca da FAFICH e Acervo dos Escritores Mineiros da UFMG; Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais; Biblioteca da Duke University, Franklyn Center for International and Interdisciplinary Research da Duke University e Duke Center for Latin-American and Caribbean Studies.

A todos aqueles, que, apesar de não mencionados, contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho analisa a revista **Tendência** (1957-1962) a partir de três eixos: tradição, engajamento e experimentação literária. Em torno a estes componentes presentes na proposta crítico-literária de **Tendência**, são estudadas algumas conexões com o momento político das décadas de 1950/1960, tanto no âmbito mais amplo como no mais restrito, no sentido de se alargar o entendimento da produção e recepção da revista. A pesquisa estende-se a teorizações sobre nação e nacionalismo, elementos constitutivos das discussões desenvolvidas por **Tendência**.

Palavras-chave: Revista **Tendência**; Tradição; Engajamento;

Vanguarda; Intelectuais



## ABSTRACT

This work analyzes the magazine **Tendência** (1957-1962) from the perspective of three axes: tradition, *engagé* literature and literary experimentation. Around these elements which compound the critical literary project of **Tendência**, the connections with the political moment of the decades of 1950/1960 are studied in order to widen the understanding of the production and reception of the magazine. The research is extended to theorizations about nation and nationalism which are constitutive factors in the discussions developed by **Tendência**.

Key-words: **Tendência** , Tradition; Engagé literature; Avant-gard;

Intellectuals

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 NOTA SOBRE O LANÇAMENTO DE <b>TENDÊNCIA</b> – <b>O DIÁRIO</b>	13
ILUSTRAÇÃO 2 CAPA PRIMEIRO NÚMERO DE <b>TENDÊNCIA</b>	15
ILUSTRAÇÃO 3 CAPA SEGUNDO NÚMERO DE <b>TENDÊNCIA</b>	16
ILUSTRAÇÃO 4 CAPA TERCEIRO NÚMERO DE <b>TENDÊNCIA</b>	17
ILUSTRAÇÃO 5 CAPA QUARTO NÚMERO DE <b>TENDÊNCIA</b>	18
ILUSTRAÇÃO 6 AFFONSO ÁVILA, FÁBIO LUCAS E RUI MOURÃO	98
ILUSTRAÇÃO 7 RUI MOURÃO EM SEU ESCRITÓRIO	203
ILUSTRAÇÃO 8 AFFONSO ÁVILA EM SUA RESIDÊNCIA	226
ILUSTRAÇÃO 9 FÁBIO LUCAS	243

# SUMÁRIO

<b>TENDÊNCIA E SEU TEMPO</b>	11
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A TRADIÇÃO DO NACIONALISMO</b>	36
A multiplicidade do conceito	38
O nacionalismo no Modernismo: Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade	40
A ideologia nacionalista do ISEB: Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto	63
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>TRADIÇÃO, NACIONALISMO E VANGUARDA</b>	96
Um olhar ao passado: a invenção de uma tradição	99
Um olhar ao presente: literatura engajada	106
Um olhar para o novo: a experimentação literária	128
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>REPERCUSSÕES E INTERCÂMBIOS</b>	142
A recepção pretendida e o debate nos jornais	144
Intercâmbio com poetas concretistas	165
<b>A IMPOSSIBILIDADE DO AUTENTICAMENTE NACIONAL</b>	176
<b>REFERÊNCIAS</b>	188
<b>APÊNDICE</b>	202

# **TENDÊNCIA E SEU TEMPO**

**“REVISTA LITERÁRIA EM BELO  
HORIZONTE**

JOVENS ESCRITORES PREENCHEM GRAN-  
DE LACUNA – AMANHÃ O LANÇAMENTO  
DE “TENDÊNCIA”

**F**oi assim, em letras de caixa-alta, que o jornal **O Diário** anunciou o aparecimento de **Tendência** em Belo Horizonte, na Livraria Itatiaia, às 17 horas do dia 23 de agosto de 1957. A expectativa: uma revista que fosse porta-voz de novos escritores. Apesar da impressão em maiúsculas, o que nos faria supor um grande destaque para a nota, a informação ocupava o lado direito do final da página oito, comprimida entre a coluna “Sociedade”, um grande comercial de roupas masculinas do Mobin Magazin e pequenos anúncios referentes ao sal mineral Hertap, aos vãos diários da VASP para Patos de Minas e à clínica de crianças do Dr. Fausto Gomes Batista.

A esperança que a revista fosse um veículo de expressão de talentos recentes, manifestada por **O Diário**, não se ajustou totalmente à feição apresentada pelo primeiro número de **Tendência**, que mesclou textos dos seus editores com ensaios de colaboradores mais experientes e trechos de artigos, já publicados, de autores consagrados. Essa tática editorial já vinha sendo adotada em Belo Horizonte há muitos anos, como foi o caso de **A Revista** que, em 1925, publicou textos de “novos” e de “antigos”. Além do poema “Concílio dos plantadores de café”, de Affonso Ávila, e textos de Fábio Lucas e Rui Mourão, **Tendência** 1 veio a público com “Na beira do Cuiabá”, do poeta José Lobo e com excertos de artigos de Fritz Teixeira de Salles, de Euryalo Cannabrava, Homero Silveira, Osman Lins, Oscar Mendes e Antonio Candido. Affonso Ávila reproduziu, ainda, uma parte de sua resenha sobre **Duas águas**, de João Cabral de Melo Neto, publicada anteriormente no jornal **Estado de Minas**.

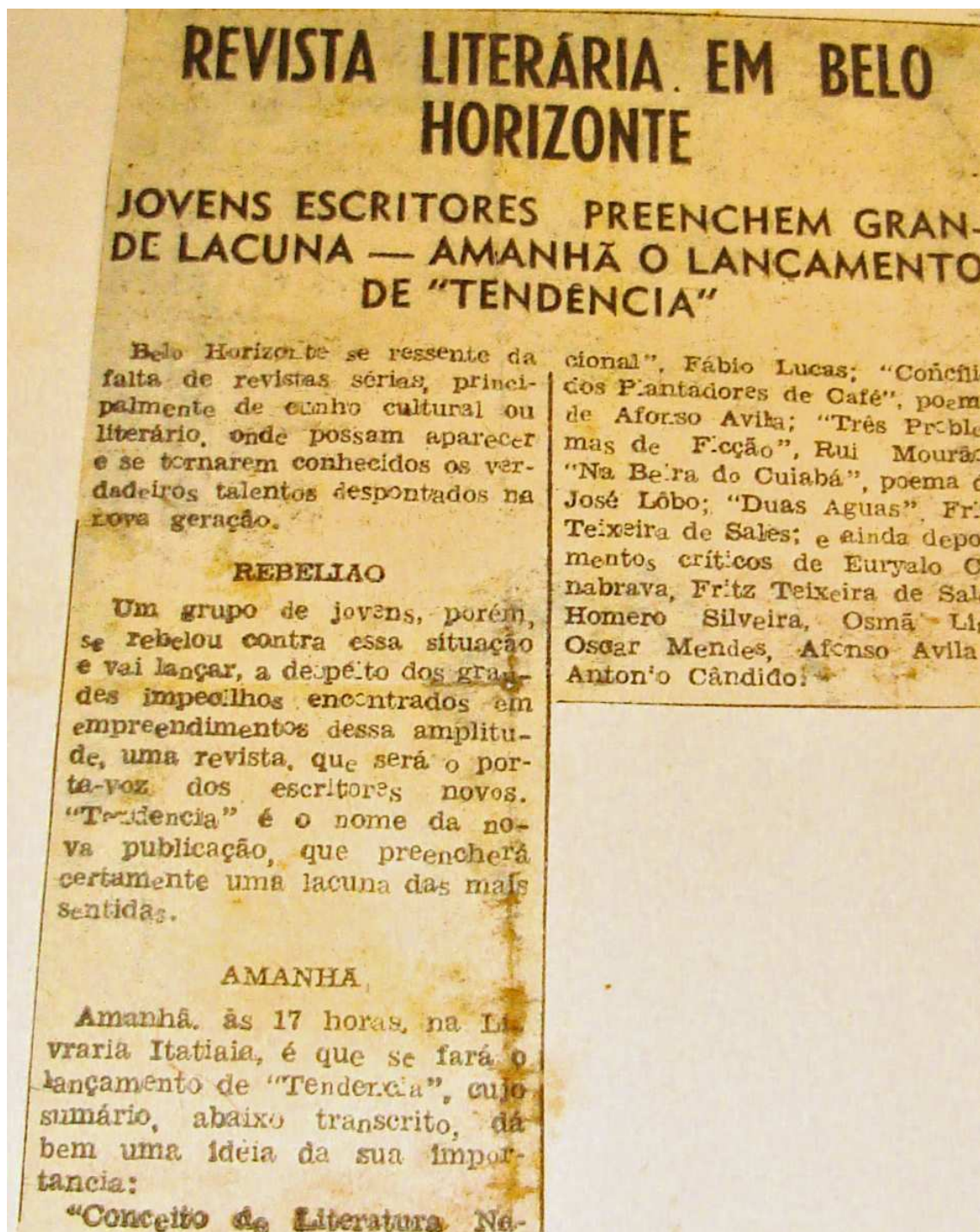


Ilustração 1 Nota sobre o lançamento de **Tendência** – **O Diário** 22 ago. 1957

O empreendimento se deu pelas mentes e pelas mãos de jovens editores: o poeta Affonso Ávila, que contava 29 anos, o crítico literário Fábio Lucas, idade 26, e o romancista Rui Mourão, 28. O mesmo grupo ousara publicar a revista **Vocação**, cuja existência não ultrapassou três números, todos eles lançados em 1951. De certa forma, essa efemeridade repetiu-se com várias revistas literárias e culturais de Belo Horizonte. Por motivos econômicos, políticos ou mesmo pessoais dos editores, as publicações encerravam logo suas atividades.

Quando **Tendência** foi lançada, porém, a reputação de seus membros já se consolidava em Belo Horizonte. Fábio Lucas era professor da então Universidade de Minas Gerais, Affonso Ávila já havia publicado **O açude e Sonetos da descoberta** em 1953 e Rui Mourão tinha em seu currículo o romance **As raízes**, que saíra em 1956. Os três também trabalharam para o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e, naquele momento, prestavam assessoria ao governador José Francisco Bias Fortes, redigindo textos oficiais. Ávila, Lucas e Mourão possuíam um acesso bastante amplo aos jornais belo-horizontinos **Folha de Minas**, **Diário de Minas** e **Estado de Minas** e conseguiam divulgar seus artigos em jornais paulistas e cariocas como **O Estado de S. Paulo** e **Correio da Manhã**. Eles faziam parte do círculo de escritores da capital mineira. Affonso Ávila era casado com a poeta Laís Corrêa de Araújo e Fábio Lucas com a professora e ensaísta Maria Luiza Ramos. As duas intelectuais escreviam para jornais e foram as únicas mulheres a colaborarem em **Tendência**. Todos esses fatores deram respaldo para a nova revista que, logo no primeiro número, alcançou repercussão nacional.

As capas de **Tendência** – brancas com letras verdes - eram de grande sobriedade e também o interior da revista, indicando que somente o conteúdo dos textos importava aos editores. A parte superior das capas mostrava o título da revista, o centro apresentava o sumário; o número da edição, o local e o ano eram colocados na porção inferior. Apenas os números 1 e 2 informaram os meses de publicação: agosto de 1957 e julho de 1958. O número 3 saiu em 1960 e o número 4 em 1962. Se comparada a outras publicações anteriores a ela ou da mesma época, como **Invenção**, revista dos poetas concretistas paulistas, a composição gráfica de **Tendência** era bastante espartana. O número 2 de **Invenção**, publicado no segundo trimestre de 1962, por exemplo, teve uma

# TENDÊNCIA

## SUMÁRIO

Fábio Lucas: *Conceito de Literatura Nacional* \* Affonso Ávila: *Concílio dos Plantadores de Café* \* Rui Mourão: *Três Problemas da Ficção Nacional* \* José Lobo: *Na Beira do Cuiabá* \* Fritz Teixeira de Salles: *Duas Águas* \* *Depoimentos críticos de:* Fritz Teixeira de Salles, Euryalo Cannabrava, Homero Silveira, Osmar Lins, Oscar Mendes, Affonso Ávila, Antônio Cândido

## REGISTRO DE LIVROS

# 1

BELO HORIZONTE — AGOSTO DE 1957

Ilustração 2 Capa primeiro número de **Tendência**



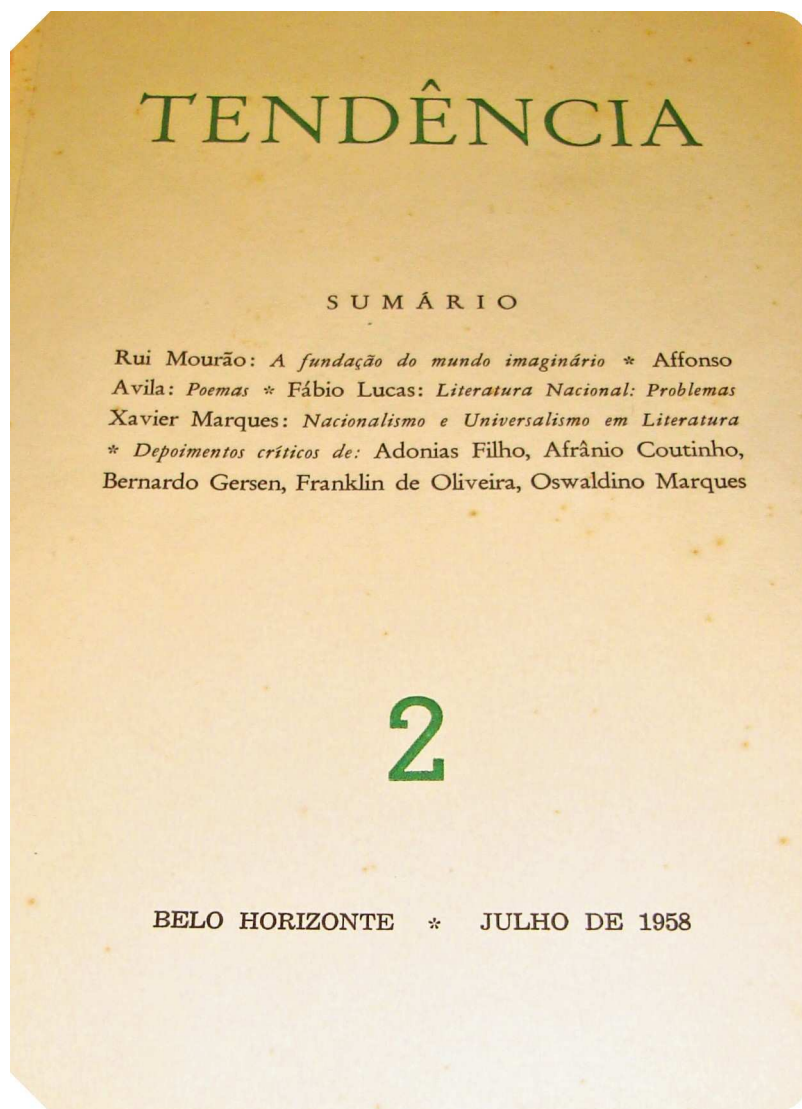


Ilustração 3 Capa segundo número de **Tendência**

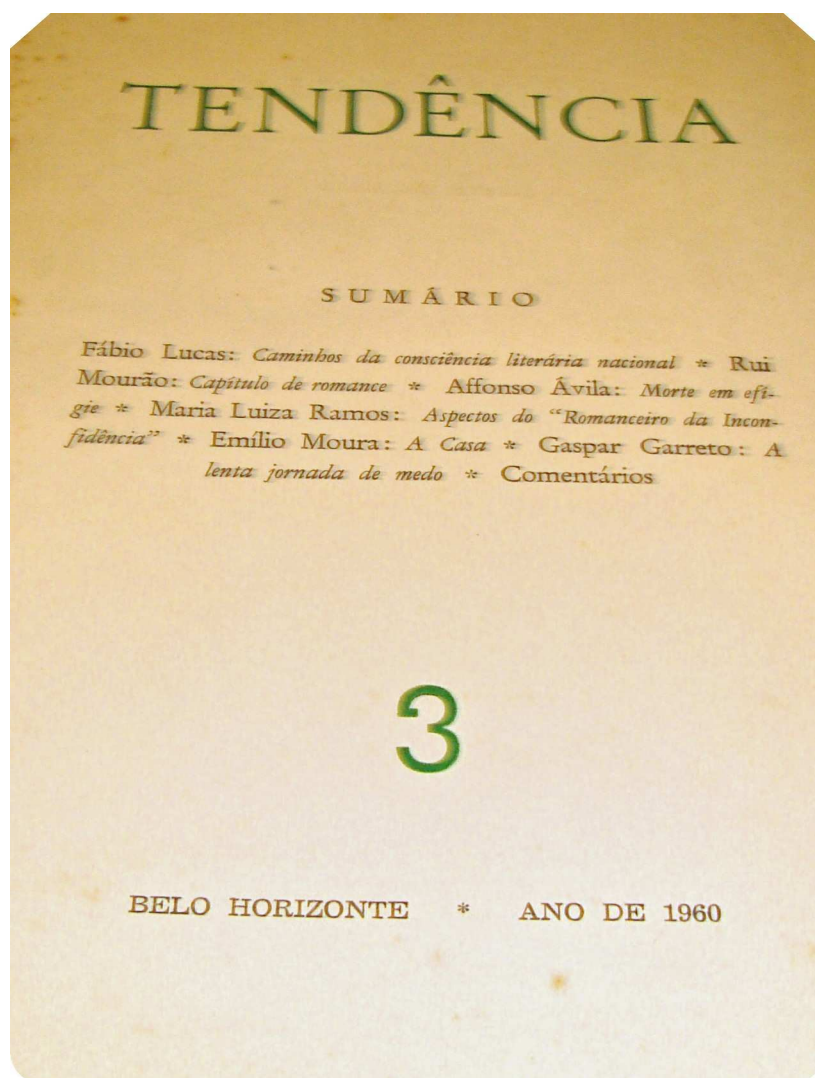


Ilustração 4 Capa terceiro número de **Tendência**

# TENDÊNCIA

## SUMÁRIO

Rui Mourão: *A implantação do ficcionismo* \* Affonso Avila: *Carta sobre a usura* \* Fábio Lucas: *A poesia de nosso tempo* \* Affonso Romano de Sant'Anna: *A Crise* \* Haroldo de Campos: *A poesia concreta e a realidade nacional* \* Maria Luiza Ramos: *Um poeta mineiro* \* *Diálogo Tendência - Concretismo*: Rui Mourão, José Lino Grünewald, Mário Chamie, Haroldo de Campos \* Tendência em debate \* Comentários

# 4

BELO HORIZONTE \* ANO DE 1962

Ilustração 5 Capa quarto número de **Tendência**

capa vermelha com letras negras e sua diagramação acompanhava, evidentemente, a proposta formal concretista, utilizando recursos diferenciados para a apresentação dos poemas, como vários tipos gráficos ou páginas desdobráveis. Em **Tendência**, não há ilustrações e, de 1957 a 1962, não foi apresentada uma única alteração visual, excetuando-se a disposição gráfica inerente aos poemas impressos que, da parte de Affonso Ávila, já prenunciavam um aproveitamento diferenciado dos espaços da página e do corpo do texto para efeitos poéticos.

**Tendência** obteve os serviços gráficos da Imprensa Universitária da Universidade de Minas Gerais, futura Universidade Federal de Minas Gerais. Os dois primeiros números tiveram Fábio Lucas como diretor. Affonso Ávila, Fritz Teixeira de Salles e Rui Mourão compunham a Comissão de Redação e Adônis Martins Moreira aparecia como secretário. Constava como endereço da revista o número 168 da rua Alvarenga Peixoto, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Já os expedientes dos números 3 e 4 indicavam que o diretor era Rui Mourão, desaparecendo a comissão de redação e o secretário. **Tendência** passou a funcionar em novo endereço à rua Antônio de Albuquerque, 125.

A revista privilegiou o texto e nada mais. Publicou artigos longos, sem nenhuma preocupação com a concisão. Se **Tendência** 1 alcançou 89 páginas, o número de páginas das edições seguintes foi aumentando: 103 no segundo número, 118 no terceiro, chegando a 163 em **Tendência** 4.

É notória a importância atribuída ao ensaio crítico que ocupou o maior espaço da revista e foi utilizado tanto por Fábio Lucas, como por Rui Mourão, Affonso Ávila e por colaboradores. Além da poesia de Ávila, foram publicados os poemas “Na beira do Cuiabá”, de José Lobo, em **Tendência** 1, “A casa”, de Emílio Moura, em **Tendência** 3, e “A crise”, de Affonso Romano de Sant’Anna, em **Tendência** 4. A parte de ficção foi a que menos recebeu contribuições. Rui Mourão apenas publicou um trecho do romance **Curral dos crucificados**, que ainda estava sendo escrito. O índice do número três referiu-se a esse texto como “Capítulo de romance”. No mesmo número de **Tendência**, saiu “A lenta jornada de medo”, de Gaspar Garreto, sem nenhuma indicação se o texto faria parte de um romance ou se seria um conto, como parecia. O autor construiu um clima de suspense, de atmosfera pesada, de violência contida prestes a explodir. O leitor fica preso a uma narrativa que sugere, sem dizer e que, facilmente, poderia se constituir

em um roteiro de filme. Os diálogos são curtos, rápidos. O cenário e o clima sombrio estão bem colocados, quase que pedindo uma produção cinematográfica para serem transpostos do papel para a tela. Em carta de 31 de maio de 1960, endereçada aos três editores de **Tendência**, o poeta Dantas Motta, depois de fazer considerações sobre o número 3 da revista que lhe havia sido enviado, indagou a Rui Mourão: “Escuta uma coisa: Quem é Gaspar Garreto?”. Teve razão em fazer essa pergunta. Gaspar Garreto era arquiteto e, juntamente com Eduardo Mendes, alterou o antigo projeto do Estádio Universitário para transformá-lo no que seria o Mineirão, localizado na região da Pampulha, em Belo Horizonte. Ficou conhecido por esse projeto ligado ao futebol, não pela literatura.

E o que liam os fundadores de **Tendência**? Onde buscavam se informar? Se fôssemos fazer uma lista dos autores mais citados por Fábio Lucas, Nelson Werneck Sodré estaria no topo, seguido por Mário de Andrade e Jean-Paul Sartre. É preciso explicar, porém, que Sodré apareceu sete vezes nos textos de Lucas publicados em **Tendência** 1 e 3, enquanto Mário de Andrade foi mencionado seis vezes nos números 2, 3 e 4, o mesmo ocorrendo com Sartre. Entre os livros mais citados por Lucas estavam **Notions d'esthétique**, de Charles Lalo, e **Introduction a l'esthétique**, de Nédoncelle (**Tendência** 1), **A rebelião das massas** e **A desumanização da arte**, de Ortega y Gasset (**Tendência** 2 e 4) e **Contribution a l'esthetique** e **Problèmes actuels du marxisme**, de Henri Lefebvre (**Tendência** 3 e 4). Esses dados sugerem que Fábio Lucas orientou-se ideologicamente pelo pensamento nacionalista, pelo existencialismo e pelo marxismo e que buscou inspiração, como crítico literário, em Mário de Andrade, que foi citado através dos livros **Poesias completas**, **O empalhador de passarinho** e do texto “O movimento modernista”. Provavelmente, os textos sobre estética, que ainda eram muito utilizados para análise literária na época, contribuíram para a sua formação em literatura. Lucas foi estudante de direito e dedicava-se à área de economia como professor. As citações nos seus artigos revelam o modo como se deu o desenvolvimento em seus estudos e a aquisição dos instrumentos teóricos para o exercício da crítica literária. A partir de **Tendência** 3, os textos do campo do direito desapareceram de suas referências e aumentaram os relacionados à literatura. Lucas leu crítica e história da literatura, textos sobre lingüística, sobre arte, estética, sobre sociologia e sobre filosofia,

além, é claro, de ficção e poesia. A bibliografia de seus artigos incluiu obras escritas em português, francês, inglês e espanhol.

Rui Mourão não evidenciava todas as obras teóricas com as quais dialogava nos seus artigos. Preferia não fazer citações desses textos. Mas, novamente, podemos constatar a influência marcante de Mário de Andrade, através de **O empalhador de passarinho**, **Baile das quatro estações** e **Macunaíma**. Machado de Assis, com **Memórias póstumas de Brás Cubas**, também mereceu citações em três artigos de autoria de Mourão. De 1957 a 1962, Rui Mourão leu obras sobre arte, estética e crítica literária, alguma coisa de filosofia, especialmente marxismo, e, provavelmente, textos de Álvaro Vieira Pinto, se nos basearmos em suas poucas referências. Em seus dois principais artigos, “Três problemas da ficção nacional” (**Tendência** 1) e “A implantação do ficcionismo” (**Tendência** 4), Mourão mencionou Mário de Andrade, Machado de Assis, Raul Pompéia, Eça de Queiroz, John dos Passos, Ernest Hemingway, William Faulkner, John Steinbeck, Cervantes, Dostoiévski, Homero, James Joyce e Virginia Woolf. **Grande sertão: veredas**, de Guimarães Rosa, recebeu uma resenha de Mourão logo no primeiro número da revista. O ficcionista mineiro confirmou recentemente que seu romance **Curral dos crucificados** foi escrito quando ele estudava os autores americanos acima mencionados, reconhecendo, também, a importância de Joyce e de Guimarães Rosa na formulação das idéias para a sua obra (MOURÃO, 15 ago. 2007).

Quanto a Affonso Ávila, a maior parte de sua participação em **Tendência** era o resultado de suas pesquisas poéticas. Nos artigos que escreveu, as menções incidiram principalmente sobre poetas. Dos vários citados, João Cabral de Melo Neto foi o mais lembrado, vindo, logo a seguir, Mário de Andrade, também no campo da poesia.

Os editoriais nos dizem muito sobre as pretensões da publicação. O primeiro deles evidenciou o propósito de se colocar em circulação uma revista que divulgasse “uma orientação” e se empenhasse “na investigação do sentimento nacional” na literatura brasileira, sem desprezar as obras de investigação e de análise da cultura nacional. A “orientação” se faria acompanhar dos objetivos de negação de neutralidade literária, do exame do que seria “específico e inconfundível em nosso caráter” e da “escolha de uma tendência”, o que obviamente nos explica a razão do nome da revista (**Tendência**, 1957, p. 3-4).

A escolha dos textos dos colaboradores seria norteadada pela busca de “homogeneidade nas concepções literárias e científicas” (**Tendência**, 1957, p. 3). Os editores da nova revista, tendo detectado, em várias regiões do país, disposição idêntica para o trabalho com os valores da espiritualidade brasileira, conclamaram essas pessoas a se unirem em um esforço comum. O segundo editorial ofereceu a revista “como um convite à discussão em torno dos próprios fundamentos da literatura brasileira” (**Tendência**, 1958, p. 4).

**Tendência** defenderia o patrimônio cultural, repudiando as “culturas transplantadas”, mesmo reconhecendo “resíduos de uma atitude civilizadora” naquelas que visitariam o Brasil. Contudo, o editorial manifestou sua repugnância às tentativas de “absorção ou deformação com que culturas estranhas” assediariam a nossa, “em variadas formas de aproximação interessada”, afirmando sua confiança na capacidade de o povo brasileiro traçar seus rumos históricos, tendo em vista a sua emancipação (**Tendência**, 1957, p. 3).<sup>1</sup>

Uma das metas que mais se destacou no primeiro editorial foi a proposta de se descobrirem “formas literárias” que correspondessem “à consciência nacional”, o que significava dizer que a pesquisa poética e ficcional deveria ter em vista o nacionalismo defendido pela revista (**Tendência**, 1957, p. 4). O interesse nacionalista da publicação não foi contrariado nos editoriais seguintes. O número três reafirmou o propósito de “sugerir as bases da formação de uma consciência crítica em torno do fenômeno literário que [...] é tanto mais autêntico quanto mais nacional” (**Tendência**, 1960, p. 6). Já **Tendência** 4 evidenciou a convicção de seus editores na natureza crítica da arte que, por si mesma, constituiria “uma investigação sobre a essência da coisa nacional, dentro do quadro humano universal de uma época”. A arte possuiria apenas um tema, o da consciência nacional, que seria a verificação de como o problema do homem teria lugar dentro de determinado país (**Tendência**, 1962, p. 3-4).<sup>2</sup>

Esse conteúdo ideológico talvez cause estranheza nos dias atuais e o tom adotado pode parecer exagerado. Trata-se, contudo, de um período histórico situado em

---

<sup>1</sup> Esse editorial, especialmente o segmento que menciona a “visita” de culturas estrangeiras ao Brasil foi motivo de debate entre Otto Maria Carpeaux e Fábio Lucas. Essa polêmica é tratada, com mais detalhes, no capítulo 3, Repercussões e intercâmbios.

<sup>2</sup> A opção nacionalista de **Tendência** nunca foi renegada por seus editores. Recentemente, em entrevistas à autora deste trabalho, Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão, ao serem convidados a relembrar o nacionalismo de **Tendência**, não o reformularam nem o criticaram.

plena Guerra Fria, em que posições nacionalistas se opunham ao imperialismo, representado, principalmente, pelo domínio estadunidense. O discurso de proteção dos bens culturais brasileiros e, mais especificamente, da literatura nacional combinava perfeitamente bem com o da defesa das reservas naturais e com a pregação da independência político-econômica.

A preocupação demonstrada pela diplomacia norte-americana com as idéias nacionalistas no Brasil era equivalente àquela que o governo dos Estados Unidos manifestava em relação à ameaça comunista. Em 20 de dezembro de 1956, ao fazer uma avaliação dos primeiros 11 meses do governo do presidente Juscelino Kubitschek, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Ellis O. Briggs, escreveu, do Rio de Janeiro, que os principais fatores a agir contra relações satisfatórias entre os dois países, além dos resultantes da incompetente burocracia brasileira, seriam o ultranacionalismo e o comunismo. O documento afirmava que o nacionalismo fanático não teria diminuído e previa seu possível aumento para o ano seguinte (RECORDS of the U.S. Department of State relating to United States political relations with Latin America and the Caribbean 1945-1959. 611-32/12-2056).<sup>3</sup>

Em 31 de dezembro de 1957, o mesmo embaixador Briggs fez mais previsões para o Brasil para o ano de 1958. O relatório, enviado ao Departamento de Estado norte-americano, dizia que a situação econômica brasileira se deterioraria ainda mais. O Tio Sam seria novamente convidado a colocar ordem no “galinheiro” e a fornecer recursos financeiros para sanar o problema. A política seria turbulenta, com eleições para os governos estaduais e para o Congresso. A administração Kubitschek teria mais dificuldades em governar efetivamente e seria difícil resistir à tentação de varrer os problemas para debaixo do tapete. O “vírus” do nacionalismo ficaria mais forte em 1958. Promovido simultaneamente pelos “demagógicos campeões dos não-privilegiados” e pelos comunistas, o nacionalismo seria o problema número um dos Estados Unidos em suas relações com o Brazil (RECORDS of the U.S. Department of

---

<sup>3</sup> “The principal factors militating against satisfactory relations with the United States, other than those inherent in the millstone of its incompetent bureaucracy, are those of ultra-nationalism and communism, in regard to neither of which has the Kubitschek Administration thus far accomplished anything useful. Rabid nationalism has not decreased during the year and it may well have grown in stature. The Communist Party has been theoretically illegal for a decade but it operates openly with only an occasional lifting of a monitory official finger.” (RECORDS of the U.S. Department of State relating to United States political relations with Latin America and the Caribbean 1945-1959. 611-32/12-2056)



State relating to United States political relations with Latin America and the Caribbean 1945-1959. 611-32/12-3157).<sup>4</sup>

Como se vê, a questão do nacionalismo estava entranhada nas discussões dos anos de 1950/1960, não só no Brasil e na América Latina, como também no governo norte-americano. Foi dentro desse contexto que **Tendência** surgiu.

Em 1960, **Tendência** demonstrava um entendimento de sua geração como aquela que se realizaria “sob o signo da procura”.

Compreende-se: herdamos das gerações passadas uma situação caótica, num momento em que o mundo ressurgia do pesadelo de uma guerra total. Não se conheciam os reais valores, nem os que deveriam impor-se. Quando a evolução natural dos fatos foi delineando os contornos dos quadros sociais, capacitamo-nos a perceber claramente quais eram as dominantes na soma das diferentes contradições que se manifestavam no seio da sociedade brasileira. Nossa contribuição aditiva ao processo brasileiro talvez seja esta: a revelação dos contornos, a determinação dos caminhos a seguir. Fixados os objetivos, a realização de tudo quanto pretendemos somente será conseguida com o esforço e a colaboração dos contemporâneos e dos que irão nos suceder. (**Tendência**, 1960, p. 5)

Os fundadores de **Tendência** tinham a convicção de que, devido a condições históricas propícias, estaria se formando uma consciência nacional. Para que o escritor encontrasse um ambiente de renovação que o levaria ao “domínio de uma forma autóctone e característica”, seria importante a harmonização das produções materiais e intelectuais do povo brasileiro. Daí a necessidade de formação de uma frente única nacional que triunfaria sobre os obstáculos impeditivos do progresso, fosse ele econômico ou mental. Nesse editorial do terceiro número, foram criticadas as verbas governamentais destinadas a centros de estudos e de pesquisas sobre o passado e sobre

---

<sup>4</sup> “Grasping a crystal ball, Embassy Rio predicts for 1958. In a land where improbable often occurs, forecasting is precarious: that “God is Brazilian” seems to be believed by a substantial part of the people. They may be right, at that.

1. In 1958 the Brazilian economic situation will further deteriorate. Chickens will come crowding home to roost. They will include Inflation, Unbalanced Economic Development, and Depleted Dollar Reserves. But the fowl with the most menacing wing-spread is Overproduction of Coffee.

2. Uncle Sam will again be invited to tidy up the chicken-house and supply a new nest-egg.

3. The political situation will be turbulent. With gubernatorial and congressional elections scheduled for 1958, the new year will also see a sampling of presidential aspirations. The Kubitschek administration will find it even more difficult to govern effectively, to come to grips with national issues. The temptation to sweep them under the rug will be harder to resist.

4. Nourished by rich political pickings, virus nationalism will grow stronger in 1958. Promoted simultaneously by demagogic champions of the under-privileged and by the Communists, it may be number one problem of the United States in relations with Brazil in the new year.” (RECORDS of the U.S. Department of State relating to United States political relations with Latin America and the Caribbean 1945-1959. 611-32/12-3157) (grifos do autor).

o folclore brasileiros, sem que o país tivesse “conseguido, ainda, nos diversos ramos da ciência e das artes, armar laboratórios” que trabalhassem “para o futuro” (**Tendência**, 1960, p. 3).

Quer nos parecer que tal atitude seja muito justificada para países ricos, desenvolvidos, que já têm a melhor parte de seus problemas materiais e humanos resolvidos. A nós, cumpre assumir diferente perspectiva. Os gastos ostentatórios, a cultura decorativa, a generosidade para com o culto dos antepassados devem ser obra de acabamento de um edifício que ainda não construímos. Não devemos repetir o erro, tantas vezes profligado, dos que colocam o carro adiante dos bois... Tudo tem seu tempo e sua vez. Urge construir nosso futuro; mais tarde, monumentos ao que passou. (**Tendência**, 1960, p. 4)

A crença em um futuro grandioso para a literatura brasileira e para o país perpassou todos os números da revista, por meio de um discurso muito afinado com o nacionalismo daqueles tempos. A fé era tão intensa que o editorial mencionado quase que afirmava a renúncia ao presente. Ao fazer uma previsão de que a consecução dos objetivos de desenvolvimento para o país se espalharia por todas as áreas do conhecimento e da cultura, a revista projetava um futuro e renegava os monumentos ao passado porque não haveria ainda o que celebrar. Na opinião de seus organizadores, primeiramente, deveriam ser construídos os caminhos a serem seguidos: “Estamos realizando uma série de experimentações que possam ajudar-nos numa integração mais profunda na sociedade brasileira e numa identificação mais forte com o futuro. É importante dar ênfase ao compromisso que assinamos com o futuro [...]”, dizia o mesmo texto (**Tendência**, 1960, p. 3). O interessante é que Affonso Ávila e Rui Mourão se dedicariam, anos mais tarde, a trabalhar pela preservação do patrimônio histórico e a pesquisar o passado barroco mineiro.

O editorial do número quatro confirmou o objetivo de pesquisa que orientaria a revista e fez uma revisão do que teria sido a trajetória de **Tendência** até aquele ano de 1962. De acordo com essa auto-avaliação e utilizando uma terminologia militar, a publicação afirmou ter-se alistado a serviço da emancipação da literatura brasileira, fazendo-se herdeira dos que teriam batalhado pela mesma causa. Seus mentores teriam tido, como ponto de partida, uma perspectiva sociológica e folclórica, vinculada “a uma estética expressionista”, logo abandonada. Em seguida, teriam “levado a cabo o pronto desmascaramento da falsa distinção entre universal e regional, a fim de tornar possível a

interação desses dois planos, dentro de uma dinâmica dialética” (**Tendência**, 1960, p. 3).

Compreendendo que a arte não pode fugir a seu tempo e que o objetivo verdadeiro de todo esforço criador é acrescentar alguma coisa num sentido qualitativo ao patrimônio de todos os povos, logo nos desviamos do caminho do exotismo e da ingenuidade a que se entregaram, sistematicamente, todos os nossos primitivistas. Vimos claramente que o problema não podia ser resolvido através da depuração e do isolamento de originalidades de simples aparências, era preciso descer em sentido vertical e procurar descobrir o que essencialmente caracteriza a nossa contribuição inovadora. (**Tendência**, 1960, p. 3)

Nacionalismo e pesquisa formal foram tópicos relevantes nos editoriais. Nesse último trecho citado, uma outra pretensão de **Tendência**: contribuir para o patrimônio dos povos. Todos esses elementos apareceram entrelaçados em **Tendência** e deles trataremos nos capítulos seguintes. Por enquanto, permaneçamos no seu contexto histórico.

Foi também na segunda metade dos anos de 1950 que surgiram grupos literários denominados de vanguarda. Quando lemos textos sobre as vanguardas literárias no Brasil desse período, ficamos com a impressão de que os estudiosos apenas se referiam à produção poética. Talvez seja porque os poetas tivessem se agrupado mais do que os ficcionistas e conseguido maior visibilidade. De qualquer forma, não podemos nos esquecer do lançamento de **Grande sertão: veredas**, de Guimarães Rosa, em 1956, obra em que a elaboração lingüística atingiu seu mais alto grau.

Para Affonso Romano de Sant’Anna (1978, p. 57), uma série de movimentos de vanguarda teria se firmado depois da Geração de 1945: Concretismo (1956), Neoconcretismo (1958), **Tendência** (1957), Práxis (1962), Violão de Rua (1962), Poema Processo (1967) e Tropicalismo (1968). O próprio Affonso Romano de Sant’Anna, colocando-se na posição de poeta vanguardista, encarregou-se de definir o que seria a sua vanguarda literária e de explicar em que ela diferiria dos movimentos do início do século 20, em texto datado de 1964.

Assinalemos, para começar, que o termo <<vanguarda>> tem uma carga semântica comprometida. Soa pejorativamente. [...] Fique, no entanto, esclarecido desde logo para nós os sul-americanos, brasileiros de 1964, que vanguarda não é sinônimo de salto cego sobre o abismo, não é jogar por jogar, não é elucubração sobre o nada, nem uma maneira simplista de *épater les bourgeois*. O que queremos é exatamente o contrário: evitar o pedantismo, afastar o sadismo cultural, fugir do monólogo, construir em vez de destruir. Não nos satisfaz ser mero reflexo da crise industrial burguesa. Ao contrário: ser vanguardista significa influir na crise, digeri-la, reduzi-la a nossos dados particulares, ultrapassá-la não se limitando a compendiá-la historicamente. O que

pretendemos com nossa vanguarda está nesta frase: vanguarda é busca de linguagem, de nossa linguagem. (SANT'ANNA, 1978, p. 81-82)

A pesquisa formal não se separaria das posições políticas e o poeta, na condição de brasileiro e sul-americano, procuraria uma linguagem adequada a essas conformações.

Por sua vez, Heloísa Buarque de Hollanda, em **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70** (2004), trabalhou com textos produzidos por representantes do Concretismo, do Centro Popular de Cultura (CPC), dos movimentos Práxis e Poema-processo, além do Tropicalismo e de poetas da década de 1970. Nenhuma palavra foi escrita sobre Tendência ou outro grupo fora do eixo Rio-São Paulo. O grupo Tendência também não foi arrolado entre os movimentos experimentalistas por Gilberto de Mendonça Telles em seu livro **Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972** (1997), no qual foram incluídos o movimento concretista, Neoconcretismo, Poema-práxis, Manifesto da Poesia Semiótica e Poema-processo. Contraditoriamente, Telles citou Tendência quando apontou o ano de 1962 como o ápice das vanguardas.

“Parece que o ano de 1962 marca o auge dos movimentos de vanguarda experimental iniciada com a poesia concreta. Há uma série de acontecimentos literários e políticos, que condicionaram a propagação, não talvez de poemas, mas das idéias dos movimentos, todos eles fazendo da participação o objetivo principal de suas teorias poéticas. Por volta de 1964, todos os movimentos estão fazendo os seus balanços, basta citar o número 4 das revistas Invenção, Práxis e Tendência (as duas primeiras de 1964, a última de 1962), a revista Convivium, de 1965, a Revista de Cultura brasileira, de 1964.” (TELLES, 1997, p. 400)

Suspeita-se que bastava o surgimento de um grupo auto-intitulado “de vanguarda” para que o mesmo fosse incluído nesse rol. **Tendência** não buscou esse epíteto, o que talvez justificasse, caso seja verdadeira a hipótese acima, a sua não-inclusão nos movimentos de vanguarda por parte de alguns pesquisadores. Os editoriais 3 e 4 utilizaram termos como “experimentações”, “renovação”, “contribuição inovadora”, “bases de uma nova estética”, mas nenhum deles reivindicou a introdução de **Tendência** nas vanguardas da segunda metade do século 20. De acordo com Rui Mourão, os membros de **Tendência** queriam realizar uma obra vinculada ao país e à tradição do moderno. Não havia uma preocupação em se atribuir um caráter

vanguardista para a revista, o que só teria surgido depois que seus integrantes começaram “a dialogar com os que se admitiam como de vanguarda” (MOURÃO, 15 ago. 2007). Para Affonso Ávila, **Tendência** teria sido prejudicada por sua falta de agressividade, característica própria de muitas vanguardas. Essa afirmação, no entanto, pode ser contestada se examinarmos as polêmicas jornalísticas nas quais os membros da revista se envolveram e que demonstraram que o discurso agressivo estava presente naqueles debates. No entender de Ávila, **Tendência** teria se constituído em “uma vanguarda participante, politicamente participante” (ÁVILA, 18 set. 2007). Já Fábio Lucas apontou fatores de outra ordem para que a revista e seus membros não fossem considerados como sendo de vanguarda

O problema das vanguardas constitui uma corrida de mau agouro, cada grupo a buscar a dianteira em relação aos demais. [...] **Tendência** trazia o seu espírito de vanguarda atrelado à noção de totalidade. Daí que a idéia de revolução de conteúdo contaminasse as experiências formais. E vice-versa. A omissão de **Tendência** em vários balanços contém fundo ideológico, preconceito e reserva de poder literário para grupos beneficiados pela mídia. Em determinadas circunstâncias a omissão traduz pura e simplesmente arrematada ignorância. (LUCAS, 26 set. 2007)

Se algumas publicações brasileiras deixaram de incluir **Tendência** entre os grupos de vanguarda, o mesmo não se deu com **Revista de Cultura Brasileña** (1965), editada em Madri por Ángel Crespo e Pilar Gómez Bedate. Essa revista já havia publicado “Situación de la poesía concreta” e continuou seu estudo sobre a renovação da literatura brasileira com **Tendência**.<sup>5</sup> Segundo a publicação, as letras do Brasil seriam prolíficas em movimentos de vanguarda desde a Semana de Arte Moderna de 1922.<sup>6</sup> Comparando a poesia concreta e **Tendência**, a revista apontou o surgimento da primeira na região mais industrializada e cosmopolita da América Latina, enquanto a

<sup>5</sup> “Continuando el estudio de los movimientos de renovación de la literatura brasileña, que comenzamos con el dedicado a la poesía concreta, vamos a considerar el surgido en Belo Horizonte, capital del Estado de Minas Gerais, en torno a la revista *Tendência*, cuyo primer número apareció en agosto de 1957.” (CRESPO; BEDATE, 1965, p. 3).

<sup>6</sup> “Las letras del Brasil son, en la actualidad, prolíficas en movimientos literarios de vanguardia. Desde la Semana de Arte Moderna, celebrada en São Paulo en 1922 – paso primero y definitivo en el camino de la propia definición – la poesía brasileña, género literario en el que preferentemente se centró la renovación que se iniciaba, ha permanecido en constante ebullición – con avances y retrocesos –, en una continua búsqueda de soluciones que, por un lado, han tendido a enlazar con los movimientos europeos y, por otro, se han encaminado directamente a la consecución de una poesía descubridora de la realidad nacional.” (CRESPO; BEDATE, 1965, p. 4)

segunda teria se desenvolvido em local com características conservadoras das tradições e berço da primeira tentativa de independência brasileira. Para a **Revista de Cultura Brasileira**, não seria estranho o fato de o Concretismo se ligar à vanguarda européia e aos avanços técnicos e **Tendência** se definir como empenhada na investigação do sentimento nacional.<sup>7</sup>

Uma omissão inexplicável no livro de Heloísa Buarque de Hollanda foi a ausência de qualquer menção ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). É praticamente impossível refletir sobre aqueles anos sem se considerar a influência do pensamento isebiano. Hollanda referiu-se ao nacional-desenvolvimentismo, mas não o ligou a uma concepção de nacionalismo criada, em grande parte, por membros do ISEB. Esse nacionalismo fez parte do repertório teórico dos concretistas, do CPC – somente para citar algumas matérias de análise da pesquisadora – e de **Tendência** também. Fortemente. A autora, porém, fez observações relevantes comparando alguns projetos literários daquele período. Ao examinar a proposta cepecista, Heloísa Buarque de Hollanda a entendeu como uma concepção de arte que visava a “tomada de poder” pelo “povo”, na qual não haveria espaço para uma expressão individual sem a dimensão coletiva de problematização social. Para Hollanda, essa autodenominada “arte popular revolucionária” seria “uma saída conceitual para um problema político e um nome diferente para a espécie de mecenato ideológico” que sempre teria marcado as produções engajadas. O CPC teria sido paternalista “ao reivindicar para o intelectual um lugar *ao lado do povo*”, além de escamotear as diferenças de classes. A tentativa dos intelectuais de buscar a simplicidade da linguagem para se aproximar do povo mostraria, de fato, a distância entre eles. “O intelectual travestido em povo” se trairia

<sup>7</sup> “Si la poesía concreta surgió en la ciudad de São Paulo, centro de la región más industrializada de Sudamérica, y la más cosmopolita y abierta a influencias exteriores, el movimiento de *Tendência* se está desarrollando en las tierras donde se produjo el primer florecimiento cultural autóctono de auténtico relieve del país, en la región donde, a finales del siglo XVIII, tuvo su centro [...] la primera tentativa independentista brasileña y desde donde – siguiendo las vicisitudes económicas que acompañaron al agotamiento de los yacimientos auríferos de Minas Gerais – los centros culturales fueron desplazándose a otros puntos del país, São Paulo entre ellos. No nos extrañara por lo tanto, que mientras el concretismo paulista poseyó desde el principio cualidades que lo relacionan estrechamente con los adelantos técnicos de la civilización actual, mientras es un movimiento que enlaza vigorosa y ardientemente con la vanguardia europea contemporánea, la poesía de vanguardia surgida en Minas casi paralelamente al concretismo, tuviese un planteamiento diferente. No pude admirarnos que si del trepidante Estado de São Paulo ha nacido una poesía cara a la técnica (bien es verdad que no carente de bases tradicionales), del Estado de Minas Gerais, conservador de muchas tradiciones, nazca una poesía que, en su primer manifiesto, se define empeñada <<en la investigación del sentimiento nacional en nuestra literatura>>, en la literatura brasileña.” (CRESPO; BEDATE, 1965, p. 3-4)

pelos signos de exagero e pela regressão estilizada a formas de expressão provincianas ou arcaicas”. Ele renunciaria à força da palavra poética – “seu único engajamento possível”, na visão de Hollanda – , tentando realizar um mimetismo impossível, “sem levar em conta o nível de produção do simbólico nessa mesma poética popular”. Produziria, “então, uma poesia metaforicamente pobre, codificada e esquemática” (HOLLANDA, 2004, p. 23-24).

As vanguardas, especialmente os concretistas, acreditariam na capacidade revolucionária da palavra, assim como os membros do CPC. Fabricando um poema concreto como se este tivesse sido projetado industrialmente, o intelectual também se outorgaria o direito de falar em nome do operário urbano das sociedades capitalistas. Hollanda destacou que haveria um desejo, por parte desses intelectuais, de criar um poema de acordo com o padrão internacional de exportação determinado pelas economias capitalistas centrais, desenvolvidas e modernas. A vanguarda concretista, assim como os teóricos desenvolvimentistas, não teriam podido perceber que o subdesenvolvimento seria estrutural dentro do sistema capitalista mundial e que o processo de modernização por que passaria a economia brasileira nas décadas de 1950/1960 estaria sendo comandado por esse mesmo sistema para adequá-lo aos seus interesses (HOLLANDA, 2004, p. 42-46).

Nesse sentido, podemos dizer que a revolução imaginada pela vanguarda concretista era uma ficção. Seu equívoco a colocava numa posição colonizada e colonizadora. Suas declarações de intenção revolucionária caíam por terra em sua práxis cultural que se mostrava completamente integrada às relações de produção do sistema, cujo movimento de modernização e integração a uma nova etapa de dependência o concretismo acompanhava. O poema concreto lançava mão da linguagem do sistema mas mostrava-se incapaz de tocá-lo criticamente. (HOLLANDA, 2004, p. 47)

Ainda que movido pela utopia desenvolvimentista e acreditando que estaria contribuindo para a modernização ao divulgar informações e autores veiculados em grandes centros, o Concretismo teria sido fundamental para o debate cultural brasileiro, desempenhando, também, uma função didático-informativa através do Suplemento Literário de **O Estado de S. Paulo**, da página “Invenção” do **Correio Paulistano** e do Suplemento Dominical do **Jornal do Brasil**. Para Hollanda, o Concretismo teria instalado “definitivamente a necessidade de pensar não só a modernidade, mas também

as relações do processo cultural brasileiro com a informação cultural estrangeira" (HOLLANDA, 2004, p. 47-48).

Da mesma forma, o grupo **Tendência** acreditava com fervor que o subdesenvolvimento econômico, social e cultural seria extinto através da modernização do país. Repetia, enfaticamente, a necessidade de estudo para o exercício da crítica e de pesquisa formal na criação literária. Assim como os paulistas, considerava importante acompanhar o que se produzia internacionalmente, mas, desde seu primeiro número, **Tendência** defendeu a necessidade de conhecimento da sociedade brasileira. A técnica estrangeira poderia ser utilizada, mas o conteúdo teria de ser encontrado na cultura nacional. O caráter elitista dos dois grupos também se torna evidente a partir da análise de seus textos. Apesar buscarem um conteúdo que incluísse os problemas sociais brasileiros – considerando a fase “participante” do Concretismo –, os destinatários dessa reflexão acabavam sendo os próprios intelectuais. Ao contrário dos textos do CPC, por exemplo, **Tendência** nunca pretendeu uma simplificação de sua produção crítico-literária tendo em vista um alcance maior de público. Contudo, estava presente, na revista, uma certa atitude didática, apontada por Heloísa Buarque de Hollanda como própria do engajamento literário e que se relacionava a “uma suposta onipotência da palavra”, capaz de “dizer o real” como ele seria “e de se fazer instrumento de transformação desse real” (HOLLANDA, 2004. p. 53).

A posição de **Tendência** em relação às vanguardas, entretanto, não pode ser vista somente em bloco. Existem diferenças, às vezes nuançadas, entre Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão que se mostraram especialmente durante o chamado diálogo **Tendência-Concretismo**, estabelecido a partir de 1961. Esse intercâmbio foi fundamental para a poesia de Affonso Ávila e, através dos textos produzidos no decorrer dessa troca de idéias, tem-se uma visão mais nítida de como os membros dos dois grupos se colocavam enquanto intelectuais. O alcance de **Tendência** pode ser verificado por meio da recepção da revista que foi bastante ampla. Uma forma de observarmos a repercussão de **Tendência** e a tentativa de construção de imagens de intelectuais pode ser feita pelo estudo de polêmicas empreendidas em jornais da época por integrantes da publicação. Essa discussão, aliada a outras sobre nacionalismo, tradição, vanguarda e engajamento é o que proponho nos capítulos que se seguem.



Este trabalho não pretende se constituir em uma análise exaustiva de todas as possibilidades contidas em **Tendência**, nem de abranger tudo o que se publicou sobre a revista e seus editores. Optei por referir a uma bibliografia mais restrita ao período de existência da revista e aos anos imediatamente anteriores e posteriores a ela. Não entraram, na relação, muitas obras de Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão e tantas outras sobre estes autores, ou por não interessarem aos meus propósitos, ou por não estarem diretamente mencionadas nos textos.

É importante também ressaltar que não fiz uma análise sobre o nacionalismo de forma ampla, mas do nacionalismo em **Tendência**. Compreendo o meu trabalho realizando movimentos de contração e expansão. O primeiro movimento seria o de concentração nos textos da revista. A seguir, como que, a partir de minha observação de um microcosmo, **Tendência**, eu expandisse esse olhar para um universo mais amplo, o brasileiro. Vi, nesse meu microscópio imaginário, que **Tendência** poderia ser um elemento representativo do que ocorria na segunda metade dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, especialmente no que se refere às idéias circulantes no Brasil sobre nação/nacionalismo.

Uma vez que a experiência histórica brasileira não se distinguia e não se distingue, em profundidade, da de outros países da América Latina e do Caribe quando falamos de capitalismo, colonialismo, independência política, dependência econômica, imperialismo, modernidade, colonialidade do poder, ampliei o campo de trabalho, incluindo reflexões de pensadores latino-americanos e caribenhos. Sua proposta teórica sobre colonialidade do poder como parte da lógica do sistema mundial capitalista implantada na América Latina e no Caribe desde que os europeus desembarcaram nas terras que renomearam de América entram em minhas considerações.<sup>8</sup> Segundo essa

---

<sup>8</sup> De acordo com Walter D. Mignolo, intelectuais engajados no que chamam de projeto de descolonização, têm se dedicado à tarefa de revelar a lógica da colonialidade, ou seja, a lógica do controle e da opressão em diferentes níveis, subjacente à idéia de América, de Ásia, de África e de Europa. Esse projeto seguiria as seguintes premissas: “There is no modernity without coloniality, because coloniality is constitutive of modernity”; “The modern/colonial world (and the colonial matrix of power) originates in the sixteenth century, and the discovery /invention of America is the colonial component of modernity whose visible face is the European Renaissance”; “The Enlightenment and the Industrial Revolution are derivative historical moments consisting in the transformation of the colonial matrix of power”; “Modernity is the name for the historical process in which Europe began its progress toward world hegemony. It carries a darker side, coloniality”; “Capitalism, as we know it today, is of the essence for both the conception of modernity and its darker side, coloniality”; “Capitalism and modernity/coloniality had a second historical moment of transformation after World War II when the US took the imperial leadership previously enjoyed at different times by both Spain and England” (MIGNOLO, 2005, p. XIII).

linha de pensamento, apesar de *colonialidade* e *colonialismo* estarem relacionados, o segundo termo se referiria a períodos e locais históricos específicos da dominação imperial, enquanto o primeiro seria a estrutura lógica da dominação colonial subjacente ao controle da economia e da política no Atlântico. O *colonialismo* seria a matriz de poder colonial mantida na América do Sul, Caribe e Estados Unidos após a independência (MIGNOLO, 2005, p. 69). Essas idéias atravessam o nosso trabalho. As relações estabelecidas entre literatura, política, poder e mídia por Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão são histórias locais que se conectam a histórias globais, para usar uma expressão de Walter D. Mignolo, e o que se lê em **Tendência** pode nos remeter a situações muito mais complexas do que uma mera avaliação “estética”.

No capítulo 1, A tradição do nacionalismo, aponto os múltiplos sentidos do termo nacionalismo, ainda que de forma bastante breve. Como disse, o meu recorte é a revista **Tendência** e a razão de iniciar esta minha leitura em Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade é que Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão procuraram criar uma linha de tradição para seu movimento, afirmando serem continuadores do espírito de pesquisa do Modernismo. A discussão literária e política estabelecida por Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade estava marcada intensamente por questões sobre nacionalismo e, uma vez que os editores de **Tendência** se identificavam com o Modernismo da década de 1920, especialmente com aqueles autores, seria importante mostrar como idéias nacionalistas cruzaram aquele período, chegando aos anos de 1950/1960. Estreitamente ligada a esses temas está a projeção de imagens de intelectuais e sua vinculação ao poder.

Contudo, como resalto neste trabalho, o nacionalismo da segunda metade do século 20 possuía vários matizes e essas variações também tinham sua própria conotação. **Tendência** alinhava-se a um tipo de nacionalismo derivado do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Por isso, eu situo historicamente o ISEB e traço um panorama sobre suas idéias, para depois mostrar, nos textos escolhidos de Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto, como a problemática do nacionalismo é abordada. A escolha desses três autores é motivada pelos textos de **Tendência**. A partir das citações e alusões feitas pelos participantes da revista, nota-se que Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto são os isebianos mais representativos para mostrar a apropriação das idéias nacionalistas, desenvolvidas

no Instituto, em **Tendência**. Como uma das hipóteses de minha pesquisa é justamente a influência do ISEB no grupo **Tendência**, utilizo muitas citações para ilustrar, não só o discurso daqueles intelectuais, mas também como comprovação da tese que desenvolvo, assumindo o risco de tornar o texto mais árido à leitura.

A mesma metodologia, partir dos textos de **Tendência**, para, em seguida, alargar a perspectiva, é adotada no Capítulo 2, Tradição, nacionalismo e vanguarda, no qual relaciono a revista com os tópicos desenvolvidos no primeiro capítulo. Tento articular os três itens para evidenciar a inter-relação entre eles. O objetivo é a compreensão da proposta de nacionalismo crítico-estético de **Tendência**. Este objetivo desdobra-se na leitura da tradição moderna praticada pela revista e de sua visão de literatura engajada e de pesquisa formal.

No capítulo 3, Repercussões e intercâmbios, no qual trabalho com jornais e revistas como fontes, a proposta é mudar o foco e, ao invés de tomar como ponto de partida as opiniões de Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão sobre a revista e seus próprios textos, examinar outros entendimentos sobre **Tendência**, a partir de sua recepção.

Ao mesmo tempo em que realizava pesquisa em periódicos, também entrevistei Rui Mourão, Affonso Ávila e Fábio Lucas. As entrevistas são muito úteis para o preenchimento de algumas lacunas deixadas pelos textos ou para que a supressão de dúvidas provocadas pelos mesmos. As conversas trazem informações inesperadas, abrangendo um número maior de fatos e de personagens. Elas também servem para que haja uma comparação entre as respostas dos entrevistados, para que cada um dos editores dê a sua versão sobre **Tendência** e sua proposta crítico-literária, assim como para oferecer-lhes a oportunidade de reverem ou confirmarem suas posições 45 anos depois do encerramento da revista. Coincidentemente, a primeira entrevista, feita com Rui Mourão em agosto de 2007, ocorreu exatamente 50 anos após o lançamento do primeiro número de **Tendência**.

Da mesma forma, as contribuições de vários teóricos contemporâneos, incorporadas neste trabalho, podem ajudar no aprofundamento de reflexões sobre nação e nacionalismo no âmbito brasileiro, latino-americano e caribenho. Espero contribuir para a ampliação de discussões sobre as vanguardas, os intelectuais dos anos de

1950/1960 que se disseram engajados e suas tentativas de construção de imagens públicas favoráveis.

# **CAPÍTULO 1**

## **A TRADIÇÃO DO NACIONALISMO**

*A língua que escrevo, as ilusões que prezo, os modernismos que faço são pro Brasil. E isso nem sei se tem mérito porque me dá felicidade, que é a minha razão de ser na vida. Foi preciso coragem, confesso, porque as vaidades são muitas. Mas a gente tem a propriedade de substituir uma vaidade por outra. Foi o que fiz. A minha vaidade hoje é de ser transitório. Escrevo língua imbecil, penso ingênuo, só pra chamar a atenção dos mais fortes do que eu pra este monstro mole e indeciso ainda que é o Brasil. Os gênios nacionais não são de geração espontânea. Eles nascem porque um amontoado de sacrifícios humanos anteriores lhes preparou a altitude necessária de onde podem descortinar e revelar uma nação.*

Mário de Andrade

Carta a Carlos Drummond de Andrade

*Eu também já fui brasileiro  
Moreno como vocês.  
Ponteei viola, guiei forde  
e aprendi na mesa dos bares  
que o nacionalismo é uma virtude.  
Mas há uma hora em que os bares se fecham  
e todas as virtudes se negam.  
[...]*

Carlos Drummond de Andrade.

“Também já fui brasileiro”

*Se indagarmos em que consiste, descobriremos que a essência do sentido nacionalista é o projeto de autodeterminação da existência, formulado para si pela comunidade brasileira.*

Álvaro Vieira Pinto

**Consciência e realidade nacional**

*[...] a colonialidade situa a questão dentro mas também além da nação, no sentido em que os estados-nações estão firmemente estabelecidos no horizonte da colonialidade [...]*

Walter D. Mignolo

**Histórias locais/projetos globais**

## A multiplicidade do conceito

**N**acionalismo é um termo recorrente no vocabulário político do Brasil e um componente essencial de movimentos e projetos imaginados por intelectuais para o país, ainda que nem sempre tenha sido utilizado de forma clara por seus usuários. Nunca é demais lembrar que sempre houve uma variação enorme na compreensão do seu significado em diferentes épocas ou no entendimento efetuado por cada grupo em particular. Podemos nos servir aqui das observações de Antonio Candido que, no texto “Uma palavra instável”, elencou as flutuações do vocábulo *nacionalismo* no século 20:

[...] na história brasileira deste século, têm sido ou podem ser considerados formas de nacionalismo o ufanismo patrioteiro, o pessimismo realista, o arianismo aristocrático, a reivindicação da mestiçagem, a xenofobia, a assimilação dos modelos europeus, a rejeição destes modelos, a valorização da cultura popular, o conservantismo político, as posições de esquerda, a defesa do patrimônio econômico, a procura de originalidade etc. etc. Tais matizes se sucedem ou se combinam, de modo que por vezes é harmonioso, por vezes, incoerente. Esta flutuação, e esta variedade, mostram que se trata de uma palavra arraigada na própria pulsação da nossa sociedade e da nossa vida cultural. (CANDIDO, 2004, p. 224)

Candido traçou um roteiro das apropriações da palavra, a partir de lembranças de sua infância e dos livros escolares ufanistas que exaltariam um patriotismo de cunho militarista. Nos anos de 1920, teria entrado em cena, no universo modernista, o que ele chamou de dialética complexa: os países atrasados e jovens precisariam ser nacionalistas para defender sua autonomia, mas necessitando da contribuição dos países ricos no campo cultural. Teriam sido valorizados os temas nacionais, os índios, os negros e o proletariado, assim como teria havido uma consciência da mestiçagem existente no país. Paradoxalmente, os modernistas teriam recorrido aos instrumentos libertadores da vanguarda européia, ao mesmo tempo em que procurariam desvencilhar-se do domínio cultural dos países europeus. Enquanto os modernistas desmoralizavam o otimismo patrioteiro dos anos anteriores, o grupo Verde-amarelo revivia o nacionalismo do tipo “pátria-amada”. Seus líderes tenderiam para uma opção política de direita, e até mesmo para ao fascismo, como Plínio Salgado e seu Integralismo.

A década de 1930 teria revelado uma conotação autoritária, tradicionalista e conservadora de nacionalismo (Azevedo Amaral, Oliveria Viana) e mesmo fascista

(Otávio de Faria), sendo que a ditadura de Getúlio Vargas teria feito uso do nacionalismo para mobilizar as camadas populares. Por essas razões, os esquerdistas veriam com desconfiança o nacionalismo com sua carga de xenofobia e autoritarismo de direita em confronto com os anseios socialistas que pregariam a solidariedade internacional dos trabalhadores, ao invés de Estados nacionais. Porém, com a Segunda Guerra Mundial e a invasão da União Soviética pela Alemanha, símbolos nacionalistas teriam sido valorizados pelo governo de Stalin e a ideologia nacionalista teria, a partir daí, sido utilizada como mecanismo de sobrevivência.

No período da Guerra Fria, as esquerdas latino-americanas, ao combater as oligarquias, as teriam identificado “com seu patrono, o imperialismo”, de forma que teria havido “uma fusão da luta de classes com a afirmação nacional (através do antiimperialismo)” (CANDIDO, 2004, p. 223). No Brasil, nacionalismo teria mudado de feição no pós-guerra.

Ao generalizar a noção da nossa dependência em relação ao imperialismo, modifica-se o patriotismo eufórico e ingênuo, substituído pelo sentimento de defesa contra a infiltração política e cultural, que segue quase sempre a dominação econômica. O ingresso das esquerdas nesse universo ideológico fez a palavra nacionalismo sofrer uma alteração semântica de cento e oitenta graus. De tal modo, que a direita passa a ser antinacionalista, e nacionalista as tendências radicais... (CANDIDO, 2004, p. 223)

A partir daí, os nacionalistas teriam incorporado, em sua estratégia política, a valorização dos traços locais, da cultura popular, dos elementos africanos, sempre buscando o que seria o genuíno brasileiro. Uma batalha importante, travada por eles, teria sido a defesa das riquezas nacionais, como a campanha pela nacionalização do petróleo.

No governo de João Goulart, houve uma enorme expansão das manifestações culturais nacionalistas no teatro, no cinema, na música e na educação, especialmente com a aplicação do método Paulo Freire em Pernambuco. Contudo, não foram mencionadas, por Antonio Candido, as contribuições literárias do período. Além das experimentações das vanguardas, também ocorriam tentativas de aproximação das camadas mais populares por certo escritores, como foi o caso, entre outras, da publicação **Violão de rua**.

Esse período anterior ao golpe militar de 1964 é o que nos interessa mais de perto. Neste capítulo, serão tratadas algumas maneiras de se considerar o que seria



nacionalismo. O início se dará por Mário de Andrade, passando por seu diálogo epistolar com Carlos Drummond de Andrade e por uma trajetória específica de tradição nacionalista que se desenvolveu a partir da década de 1920 e influenciou intelectuais nos anos de 1950/1960. Além de uma convergência de idéias em relação ao que deveria ser a atuação do intelectual na sociedade, houve também uma grande penetração da ideologia nacionalista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no meio da intelectualidade do país que se mesclou às preocupações de poetas, ficcionistas e críticos no que se refere às formas que deveriam ser valorizadas como representativas da “consciência” nacional.

### **O nacionalismo no Modernismo: Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade**

Ao sintetizar a trajetória do Modernismo no Brasil, Eduardo Jardim de Moraes destacou duas fases do movimento, sendo que, na primeira, de 1917 a 1924, o objetivo principal teria sido a modernização da arte brasileira com a finalidade de integrar o país no âmbito das nações cultas. Essa modernização equivaleria a uma atualização da produção cultural e a utilização de meios expressivos modernos (MORAES, 2004, p. 209-210).

A segunda etapa, iniciada em 1924, mostraria uma preocupação de feição nacionalista porque a tentativa de modernização da linguagem expressiva teria falhado. Os intelectuais modernistas teriam efetuado uma alteração de rumo: ao invés da tese universalista, teriam passado a defender as idéias nacionalistas, com a afirmação dos traços culturais locais (MORAES, 2004, p. 210).

Com a mudança de perspectiva, os modernistas teriam colocado, no centro de sua atuação, a pesquisa do elemento nacional. Exemplo marcante desse empenho seria Mário de Andrade que teria buscado no folclore, nas manifestações de cultura popular “uma tradição móvel, dotada do poder de transportar determinados conteúdos inalterados ao longo do tempo”, sendo a identidade nacional um desses conteúdos (MORAES, 2004, p. 211).

Para Eduardo Jardim Moraes, essa visão de arte priorizaria o seu significado coletivo, não se constituindo nunca em algo secundário e inútil, mas em um elemento decisivo na formação de uma entidade coletiva (MORAES, 2004, p. 211).

Duas noções centrais se destacaram, naquela altura, na obra de Mário de Andrade. A primeira, derivada das leituras de antropologia, entendia que o poder de coesão social da arte tinha um caráter religioso. As manifestações religiosas visam promover a *religação* dos membros de uma dada comunidade. Uma vez que a arte teve origem nas manifestações do culto, necessariamente coletivas, ela manteve o mesmo poder agregador. A segunda tese dizia respeito ao significado da vocação do artista e do escritor. Já que o artista participa, como principal oficiante, dessas manifestações coletivas, o seu trabalho, as suas angústias e o seu sacrifício têm uma importância reconhecida por todos. Nas sociedades em que a arte mantém uma função associativa, o artista vive a sua vocação como uma verdadeira missão. (MORAES, 2004, p. 211-212)

Em carta de 10 de novembro de 1924, enviada a Carlos Drummond de Andrade, Mário escreveu:

Eu não amo o Brasil espiritualmente mais que a França ou a Cochinchina. Mas é no Brasil que me acontece viver e agora só no Brasil eu penso e por ele tudo sacrifiquei. (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 48)

*Missão e sacrifício* são idéias que se destacam nas citações acima. Silviano Santiago, por sua vez, detectou dois conceitos excludentes, visíveis nos primeiros anos da correspondência trocada entre Mário e Drummond: *tradição e sacrifício*.

Mário resgata a tradição brasileira no contexto universal; Carlos reafirma a tradição européia no Brasil e lastima o *nada* que o país e governantes ofertam aos espíritos fortes. O sacrifício para Mário [...] é múltiplo – rizoma que procura doar à árvore Brasil uma alma, que ela ainda não tem. O sacrifício para Carlos será a amputação do que julga ser o melhor em si mesmo, suas infundáveis leituras francesas. É marca de empobrecimento da personalidade – resignação. Resignar-se ao nada. (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 18)

O sentimento de um dever a cumprir para a construção da nação e a busca do conhecimento da cultura produzida no país fazem lembrar certas idéias defendidas por Nicolau Sevcenko em **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República (2003). Alguns traços que caracterizaram a preocupação de intelectuais da República Velha parecem se repetir em períodos posteriores, como em escritores modernistas e em integrantes de **Tendência**: a construção da nação, a

modernização do Estado, o conhecimento do Brasil e a atualização constante sobre o que se produzia na Europa.

Sem possuir propriamente uma nação e com um Estado reduzido ao servilismo político, o Brasil carecia, portanto, de uma ação reformadora nesses dois sentidos: construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país. Foram esses os dois parâmetros básicos de toda a produção intelectual preocupada com a atualização do Brasil diante do exemplo europeu e americano. [...] Decorrência direta dessa dupla atitude reformista e salvacionista seria ainda a avidez arrebatada com que os escritores iriam se entregar ao estudo dos mais variados aspectos da realidade brasileira. Esse nacionalismo intelectual não se resumia em um desejo de aplicar ao país as técnicas de conhecimento desenvolvidas na Europa. Mais do que isso, significava um empenho sério e conseqüente de criar um saber próprio no Brasil. (SEVCENKO, 2003, p. 103-105)

Com a decadência do Império e durante o período de consolidação da República, teria brotado a sensação da inexistência de pontos seguros de referência, gerando dois tipos de reação: uma simplista do tipo “ideologia do país novo”, do “gigante adormecido”, da crença no futuro e outra que preconizaria o estudo da realidade brasileira para se estabelecer um diagnóstico, na tentativa de se encontrar um tipo étnico representativo da nacionalidade (SEVCENKO, 2003, p. 106).

Os escritores poderiam se encaixar em dois grupos: o primeiro que defenderia a separação entre o escritor e o homem público, e o segundo, chamado por Sevcenko de “grupo boêmio”, pois lembraria uma concepção romântica que atribuiria um estatuto especial aos homens de letras.

[...] paradoxalmente, apenas o último conjunto, o dos escritores inconformados e reformistas, iria se ajustar adequadamente às potencialidades da nova realidade, dedicados que estavam a dispor do manancial científico e cultural europeu a fim de conhecer a fundo a realidade nacional e poder dirigir conscientemente o curso da sua transformação a partir do interior mesmo do seu mister. Espécie de “escritores-cidadãos”, exerciam suas funções com os olhos postos nos centros de decisão e nos rumos da sociedade numa atitude perversa de “nacionalismo intelectual”. (SEVCENKO, 2003, p. 134-135)

Entretanto, as elites brasileiras demonstraram, em várias ocasiões, possuir uma visão negativa de povo. José Murilo de Carvalho chamou a atenção para três períodos históricos, anteriores a 1945, nos quais teriam sido construídas imagens de nação pelas elites políticas e intelectuais com ausência de um elemento fundamental: o povo. No período monárquico, somente depois de 1859 teria sido consolidado o processo de criação de um Estado nacional. A monarquia mostraria duas faces. Para efeito externo, o

país estaria organizado de acordo com padrões europeus, apresentando uma monarquia constitucional, com Congresso eleito e partidos políticos e poder judiciário em funcionamento. A face interna seria a de uma grande parte da população composta de analfabetos, vivendo isolada em áreas rurais e sem exercer qualquer participação política. A Proclamação da República teria sido feita sem um movimento nacional e sem a participação popular. Com o golpe de 1937, o povo não poderia falar por si mesmo, tendo sua identidade outorgada pelo regime autoritário que teria emudecido a população proibindo greves, eleições e partidos de funcionar, fechando o Congresso nacional e implantando um sindicalismo dependente do Estado (CARVALHO, 1999, p. 233-274).

Em suma, o artigo de Carvalho destacou a ausência de participação democrática na formação do Estado brasileiro e a tomada de decisões por uma pequena minoria, o que vem de encontro à análise feita por Aníbal Quijano sobre a formação do Estado-nação na América Latina. Para este sociólogo peruano, a formação do moderno Estado-nação pressuporia uma organização social em que o poder seria organizado com um certo grau de relações democráticas. O Estado-nação envolveria modernas instituições de cidadania e democracia política, significando que a cidadania poderia funcionar como igualdade legal, civil e política para pessoas socialmente desiguais. Um Estado-nação seria um tipo de sociedade individualizada em que seus membros poderiam senti-la como uma identidade única. Contudo, sociedades seriam estruturas de poder. O poder articularia formas de existência dispersas e diversas em uma totalidade, uma sociedade. Toda estrutura de poder sempre envolveria, parcial ou totalmente, a dominação de alguns (geralmente um pequeno grupo em particular) sobre o resto. Por conseguinte, todo possível Estado-nação seria uma estrutura de poder no mesmo sentido em que também seria um produto de poder pelos modos como os seguintes elementos seriam articulados: a) as disputas sobre o controle do trabalho e seus recursos e produtos; b) sexo e seus recursos e produtos; c) autoridade e sua violência específica; d) intersubjetividade e conhecimento (QUIJANO, 2000, p. 556-557).

Porém, se um moderno Estado-nação poderia ser visto por seus membros como uma identidade, não seria somente porque ele poderia ser imaginado como uma comunidade. Os membros precisariam ter alguma coisa real em comum, o que poderia se constituir na participação democrática na distribuição do controle do poder. Essa

seria uma maneira específica de homogeneizar pessoas num moderno Estado-nação. Toda homogeneização, em um moderno Estado-nação, seria, naturalmente, parcial e temporária e consistiria na comum participação democrática na geração e gerenciamento de instituições de autoridade pública e seus mecanismos específicos de violência. Essa autoridade seria exercida em toda a esfera da existência social ligada ao Estado e, dessa maneira, seria aceita como explicitamente política (QUIJANO, 2000, p. 557-558).

Na Europa, o processo de formação das estruturas de poder, mais tarde configurado como o moderno Estado-nação, teria começado, por um lado, com a emergência de pequenos núcleos políticos que teriam conquistado seu espaço através da dominação e teriam se imposto sobre os diversos e heterogêneos povos que o habitariam. Dessa maneira, o Estado-nação teria se iniciado pela colonização de alguns povos sobre outros que seriam, nesse sentido, estrangeiros. Sendo assim, o Estado-nação dependeria da organização de um Estado centralizado sobre um espaço de dominação conquistado. Em alguns casos particulares, como a Espanha, teria havido a expulsão de grupos como os mulçulmanos e os judeus, considerados como estrangeiros indesejáveis, o que teria sido uma experiência de limpeza étnica, seguida pela imposição do “certificado de pureza do sangue”. A centralização do Estado teria se dado paralelamente à de imposição de uma dominação colonial que teria começado com a colonização da América, o que significaria que os primeiros Estados europeus centralizados teriam emergido simultaneamente com a formação dos impérios coloniais. O processo apresentaria dois lados, tendo começado com a colonização interna de povos de diferentes identidades que habitariam os mesmos territórios que os colonizadores. Aqueles territórios teriam sido convertidos em espaços de dominação interna, localizados nos mesmos espaços dos futuros Estados. O processo teria prosseguido levando, concomitantemente, a uma colonização externa ou imperial de povos que não apenas teriam identidades diferentes daquelas dos colonizadores, mas habitariam territórios que não seriam considerados espaços de dominação interna dos colonizadores. Quer dizer, os povos colonizados externamente não habitariam os mesmos territórios do futuro Estado-nação dos colonizadores. Em todos os casos de nacionalização bem sucedida de sociedades e Estados na Europa, uma condição básica

teria se imposto: uma considerável democratização da sociedade e da organização política do moderno Estado-nação (QUIJANO, 2000, p. 558-560).

Quijano comparou, a partir desses pressupostos, a experiência dos Estados Unidos com a de países do Cone Sul, afirmando que, na área anglo-americana, a ocupação colonial do território teria sido violenta desde o início. Antes da independência, conhecida nos Estados Unidos como Revolução Americana, o território ocupado seria muito pequeno. Inicialmente, os diversos povos indígenas teriam sido formalmente reconhecidos como nações, participando de relações comerciais internacionais e também de alianças militares nas guerras entre colonos ingleses e franceses, sem serem incorporados no espaço da dominação colonial anglo-americana. Com o início da história do novo Estado-nação chamado de Estados Unidos da América, os indígenas teriam sido excluídos daquela nova sociedade, sendo considerados estrangeiros. Mais tarde, com a espoliação de suas terras e seu quase extermínio, os sobreviventes teriam sido considerados como raça colonizada dentro da sociedade americana. Anteriormente, as relações coloniais/raciais teriam existido apenas entre brancos e negros. Este último grupo teria sido fundamental para a economia da sociedade colonial, assim como no processo de formação da nova nação. Contudo, os negros seriam uma minoria demográfica relativamente limitada, enquanto os brancos comporiam a grande maioria. Com a fundação dos Estados Unidos como país independente, o processo de constituição de um novo modelo de poder teria caminhado juntamente com a configuração do Estado-nação. Apesar da relação de dominação colonial entre brancos e negros e do extermínio colonial da população indígena, Quijano reconheceu, dada a preponderante maioria dos brancos, que o novo Estado-nação seria genuinamente representativo da maior parte da população. O branqueamento social da sociedade norte-americana teria incluído os milhões de imigrantes europeus chegados na segunda metade do século 19. Mais ainda, a conquista dos territórios indígenas teria resultado na abundância de um meio básico de produção: a terra. Portanto, a apropriação da terra teria se concentrado em algumas áreas, ao mesmo tempo em que teria sido distribuída numa vasta proporção de pequenas e médias propriedades. Através desses mecanismos de distribuição de terra, os brancos teriam se achado em posição de exercer uma notável participação democrática na geração e gerenciamento da autoridade pública, mas a colonialidade do novo modelo de poder não teria sido cancelada, já que

os indígenas e os negros não controlariam, de forma alguma, as fontes de produção e nem ocupariam um lugar nas instituições e mecanismos de autoridade pública. Em resumo, a colonialidade das relações de dominação/exploração de conflitos entre brancos e não-brancos não teria sido, no momento da constituição do novo Estado independente, suficientemente forte para impedir a relativa, apesar de real e importante, democratização e controle dos meios de produção e do Estado. No começo, o controle teria permanecido apenas entre os brancos, mas teria havido um vigor suficiente para que os não-brancos pudessem reclamá-lo mais tarde. A estrutura total de poder teria sido configurada na trajetória de fundação do Estado-nação, trajetória essa à qual a idéia de Revolução Americana se referiria (QUIJANO, 2000, p. 560-561).

À primeira vista, a situação na Argentina, Chile e Uruguai teria sido similar ao que teria acontecido, de acordo com Quijano, nos Estados Unidos. Os indígenas também não teriam sido integrados na sociedade colonial e, como os índios norte-americanos, não teriam se tornado trabalhadores explorados, nem condenados ao trabalho forçado pelos colonos. Nesses três países, os escravos negros teriam sido minoria durante o período colonial, em contraste com outras regiões dominadas pelos espanhóis e portugueses. Após a independência, os dominadores nos países do Cone Sul, assim como foi o caso dos Estados Unidos, teriam considerado a conquista dos territórios que os povos indígenas habitavam, assim como o extermínio desses habitantes, formas eficientes de homogeneizar a população nacional e facilitar o processo de constituição de um moderno Estado-nação à maneira européia. Na Argentina e no Uruguai, isso teria sido feito no século 19 e, no Chile, durante as três primeiras décadas do século 20. Esses países também teriam atraído milhões de imigrantes europeus, consolidando, na aparência, o branqueamento das sociedades da Argentina, do Uruguai e do Chile e o processo de homogeneização. Entretanto, a homogeneização racial dos membros de uma sociedade imaginada a partir da perspectiva eurocêntrica como uma característica e condição de modernos Estados-nações teria sido conduzida, em países do Cone Sul, não por meios de descolonização das relações sociais e políticas entre os diversos setores da população, mas através de uma massiva eliminação de alguns deles (indígenas) e a exclusão de outros (negros e mestiços). A homogeneização teria sido alcançada não por meios de uma fundamental democratização das relações sociais e políticas, mas pela exclusão de uma parte

significativa da população. A mesma parcela que, desde o século 16, teria sido racialmente classificada e marginalizada da cidadania e da democracia. Dadas essas condições originais, democracia e Estado-nação não teriam podido ser estável e firmemente constituídos. Mais do que isso, os novos Estados não poderiam ser considerados nações, a menos que se admitisse que uma pequena minoria de colonizadores fosse genuína e nacionalmente representativa de uma população inteira de colonizados (QUIJANO, 2000, p. 562- 564).

Segundo Quijano, em algumas sociedades ibero-americanas, a pequena minoria branca no controle dos Estados independentes e das sociedades coloniais não poderia ter tido nem consciência, nem interesses nacionais em comum com os indígenas, negros e mestiços. Pelo contrário, seus interesses sociais seriam explicitamente antagônicos aos dos indígenas e aos dos escravos negros, dado que seus privilégios seriam conseguidos precisamente pela dominação e exploração daqueles povos de tal maneira que não haveria interesses comuns entre brancos e não-brancos e, conseqüentemente, nenhum interesse nacional para todos eles. Além do mais, do ponto de vista dos dominadores, seus interesses sociais estariam muito mais próximos dos de seus pares europeus, razão pela qual estariam sempre inclinados a seguir os interesses da burguesia européia. Eles seriam, então, dependentes, não porque fossem subordinados a um poder econômico ou político maior. No século 19, Espanha e Portugal seriam muito fracos e subdesenvolvidos, incapazes de exercer qualquer neocolonialismo como a Inglaterra e a França teriam praticado em países africanos depois da independência política destes últimos. Na mesma época, os Estados Unidos estariam absortos na conquista de território e extermínio da população indígena, iniciando sua expansão imperial em direção ao Caribe, sem a capacidade, ainda, para expandir mais a sua dominação política ou econômica (QUIJANO, 2000, p. 565-566).

A América Latina dos senhores brancos, donos do poder político, de servos e de escravos, não possuiria interesses comuns com aqueles trabalhadores, maioria absoluta da população dos novos Estados. Na verdade, eles seriam exatamente antagonistas. Os senhores da América Latina não teriam acumulado lucros comerciais abundantes para pagar pela força de trabalho assalariado precisamente porque isso iria contra a manutenção de seu domínio. Os lucros comerciais dos senhores brancos seriam usados para o consumo ostensivo de mercadorias produzidas na Europa.



A dependência dos capitalistas senhoriais dos novos Estados ibero-americanos teria como fonte inevitável a colonialidade de seu poder que os conduziria à percepção de que seus interesses sociais seriam os mesmos de outros brancos dominantes na Europa e nos Estados Unidos. Aquela mesma colonialidade do poder, entretanto, os impediria de realmente desenvolver seus interesses sociais na mesma direção de seus pares da Europa, isto é, de converter capital comercial em capital industrial, uma vez que esse procedimento envolveria a libertação de indígenas, servos e escravos negros e de torná-los trabalhadores assalariados. Quando, muito mais tarde, teria sido necessário libertar os escravos, a liberdade teria sido um motivo para a substituição dos escravos pelos trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos, mas não para a mudança nas relações de trabalho. Além de não haver interesses sociais em comum entre colonizados e trabalhadores explorados, também não haveria um mercado interno que incluísse o trabalhador assalariado, uma vez que tal mercado interno não seria do interesse dos dominadores (QUIJANO, 2000, p. 566-567).

A partir desse ponto de sua argumentação, Quijano estabeleceu a diferença entre seu pensamento e as idéias nacionalistas no que se refere ao entendimento da questão da dependência externa ou estrutural. Para ele, a dependência dos capitalistas latino-americanos não proviria de uma subordinação nacional. Pelo contrário, seria a consequência de interesses sociais racializados, compartilhados com os capitalistas europeus. A subordinação teria vindo muito mais tarde, como uma consequência da dependência e não o inverso. Durante a crise econômica global de 1930, a burguesia, possuidora do maior capital comercial da América Latina (o da Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguai e, em certa medida, o da Colômbia), teria sido forçada a produzir localmente o que antes consumia de produtos importados. Esse teria sido o começo do sistema peculiar seguido por toda a industrialização latino-americana dependente: a substituição de mercadorias importadas para o consumo de ostentação por produtos locais destinados à classe senhorial e aos seus pequenos grupos de associados de classe média. A industrialização, através da substituição de importação de produtos de ostentação, teria sido, na América Latina, um claro exemplo das implicações da colonialidade do poder.

Nesse sentido, o processo de independência para os Estados latino-americanos, sem a descolonização da sociedade, não poderia ter sido um processo em direção ao

desenvolvimento de modernas nações. Ao invés, teria sido uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. A partir de então, trabalhadores e intelectuais críticos teriam se preocupado em avançar na estrada da nacionalização, democratizando nossas sociedades e nossos Estados, mas em nenhum país da América Latina, hoje, seria possível encontrar uma sociedade completamente nacionalizada, ou mesmo um genuíno Estado-nação. A homogeneização da população somente poderia ter sido alcançada por meio de um radical e global processo de democratização da sociedade e do Estado. Essa democratização teria implicado e deveria implicar, antes de tudo, no processo de descolonização das relações sociais, políticas e culturais que manteriam e reproduziriam a classificação social racial. A estrutura do poder teria sido e ainda continuaria a ser organizada sobre e em torno do eixo colonial. Conseqüentemente, do ponto de vista dos grupos dominantes, a construção da nação teria sido executada contra os interesses dos indígenas, dos negros e dos mestiços. A colonialidade do poder ainda exerceria seu domínio na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania e o moderno Estado-nação (QUIJANO, 2000, p.567-568).

Este tipo de raciocínio, como o de Aníbal Quijano, somente parece ter sido possível de ser desenvolvido no final do século 20. O que se está reforçando, por enquanto, é que, no caso brasileiro, antes da primeira metade do século passado ou talvez um pouco mais, o posicionamento político do intelectual, especialmente o do escritor, a escolha do estudo da realidade brasileira, mesmo com a utilização de um instrumental importado, fosse do campo científico, fosse do estético, e a incorporação dessas pesquisas à sua obra será chamado de nacionalismo. O sentimento de doação para a consolidação da nação, o esforço de elaboração estética, a busca, por meio da pesquisa, de modos que pudessem ser caracterizados como nacionais foram preocupações recorrentes de uma parcela considerável dos intelectuais brasileiros. Juntos, os dois ingredientes vão percorrer períodos históricos sucessivos e o próprio termo *nacionalismo* conhecerá conotações variadas.

A participação política dos intelectuais, em âmbito mais largo ou no sentido mais estrito, não é exclusividade da história brasileira. Ao compor o perfil de Ángel Rama como intelectual participativo e interessado nos problemas da América Latina,

Antonio Candido apontou como característica comum aos escritores latino-americanos a mescla da produção intelectual com o engajamento político.

Um traço saliente das literaturas latino-americanas é o cunho militante do escritor, levando-o com frequência a participar da vida política e dos movimentos sociais, em boa parte porque as condições do meio o empurram neste sentido. Isso produz duas conseqüências. A primeira é que a atividade intelectual se torna em si mesma, pelo simples fato de existir, um ato de participação, por vezes quase de militância, na medida em que é uma afirmação de cultura em meios pouco desenvolvidos culturalmente; de modo que a produção intelectual, em particular a literária, se torna (numa perspectiva “ilustrada” que vem de longe) contribuição para construir a nação, dando-lhe um timbre de grandeza. A segunda conseqüência é que o intelectual tende com frequência a se politizar no sentido estrito, mais do que nos países cuja sociedade e cultura estão sedimentados de longa data, como na Europa, ou nos países que transpuseram com maior fidelidade os padrões metropolitanos, como os Estados Unidos. (CANDIDO, 2001, p. 264-265)

A convicção, por parte de escritores, de executarem uma tarefa com um timbre de ilustração, herança de uma ideologia européia difundida entre “primitivos”, foi devidamente destacada por Antonio Candido. Por outro lado, impossível não se notar que Candido apresentou “cultura” como resultado de elaboração de “altas” esferas do pensamento e não como um conceito antropológico. Implicitamente, desponta a idéia de Europa como modelo e há um apagamento das sociedades existentes no que viria a ser a América antes da chegada dos colonizadores europeus e de suas manifestações culturais. Manifestações essas que sempre existiram a despeito de não terem sido registradas, por meio do alfabeto latino, em livros na forma como estes objetos são reconhecidos como tais.

Walter D. Mignolo teve uma percepção do posicionamento de intelectuais na América Latina mais ligada à questão do ordenamento mundial em função da expansão do capitalismo e do sistema colonial/moderno. Segundo Mignolo, intelectuais como o argentino Domingo Faustino Sarmiento teriam se investido no papel de líderes de uma missão civilizadora em seus países, iniciando uma longa história de colonialismo intelectual interno. Essa situação teria começado a mudar no final do século 19 com os chamados intelectuais periféricos, como José Martí, em Cuba, e Juan Carlos Mariátegui, no Peru, que teriam contestado o imperialismo e a noção de missão civilizadora defendida por outros pensadores (MIGNOLO, 2003, p. 87-88).

No caso de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, a sua ligação com o poder ou partidos políticos, o exercício de funções em governos autoritários e, ao

mesmo tempo, sua tentativa de mostrar independência de pensamentos e atitudes enquanto intelectuais deve ter sido uma condição extremamente penosa.

Voltando aos textos de Mário de Andrade, relembremos a sua conferência sobre o Modernismo, quando, ao fazer a retrospectiva do movimento, afirmou que o mesmo teria sido o prenunciador, preparador e criador, em grande escala, de um estado de espírito nacional. As transformações políticas mundiais, os avanços tecnológicos e educacionais teriam imposto a criação de um espírito novo. Isso teria sido o movimento modernista ao remodelar a inteligência nacional (ANDRADE, [19--], p. 231).

Mário acreditava no estabelecimento, pelo Modernismo, de três princípios fundamentais: “o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional”. No entanto, reconhecia que a novidade fundamental teria sido a conjugação dos três ideais num todo orgânico (ANDRADE, [19--], p. 242).

A descentralização intelectual do país teria sido uma conquista do movimento modernista, pois, na medida em que destacava e sistematizava uma cultura nacional, exigia da “Inteligência estar ao par do que se passava nas numerosas Cataguazes” (ANDRADE, p. 248). Quanto ao espírito de pesquisa estética, teria sido a maior manifestação de independência e de estabilidade nacional dos intelectuais brasileiros. Segundo Mário, os movimentos de espírito precederiam outras formas de manifestações da sociedade, citando como exemplo a nacionalização das indústrias pesadas, acontecida depois de 1930, seguindo a mesma tendência de liberdade verificada nas artes (ANDRADE, [19--], p. 249)

Mário foi buscar no espírito romântico – não no que se convencionou como escola romântica – os elementos revolucionários que resultariam na independência política, como a Inconfidência Mineira, Basílio da Gama e Tomás Antônio Gonzaga. O que diferenciaria fundamentalmente o Romantismo e o Modernismo de outros movimentos seria a necessidade espiritual que ultrapassaria a literatura estética. As outras correntes teriam sido “todas essencialmente acadêmicas, obediências culturalistas que denunciavam muito bem o colonialismo da Inteligência nacional”, enquanto o espírito revolucionário modernista teria preparado o estado revolucionário de 30 em diante e teria feito uma segunda tentativa de nacionalização da linguagem (ANDRADE, [19--], p. 250).

Mário de Andrade entendia a arte como algo maior do que a pesquisa estética porque esta lidaria “com formas, com a técnica e as representações da beleza”, enquanto a arte seria “muito mais larga e complexa que isso”, possuindo “uma funcionalidade imediata social”, sendo “uma profissão e uma força interessada da vida” (ANDRADE, [19--], p. 250-252). Arte e vida seriam partes de um todo indissociável. A aversão ao academicismo demonstrada por ele também se refletiria em sua relação com a cultura popular e com as chamadas pessoas do povo. Na carta a Drummond, citada anteriormente, Mário de Andrade, na tentativa de “abrasileirar” o poeta mineiro, trazendo-o para o mundo de carne e osso, contava-lhe:

Que passeios admiráveis eu faço, só! [...] E então parar e puxar conversa com a gente chamada baixa e ignorante! Como é gostoso! Fique sabendo duma coisa, se não sabe ainda: é com essa gente que se aprende a sentir e não com a inteligência e erudição livresca. (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 48)

Se tivesse vivido até o final da década de 1950 para ler o seguinte escrito, Mário de Andrade talvez concordasse com seus termos:

[...] o trabalho estafante e miserável do povo, o processo real que pesa sobre os ombros da massa, é também um processo pedagógico, dotado de formidável poder de produzir e de ensinar idéias, que exprimem a realidade tal como é para aqueles que a modificam com as mãos. É tão educativo quanto a escola, ou antes, mais educativo ainda, porque dele não há evasão, não há dificuldade em aprender as suas lições, que penetram a existência, nele não há férias, porque é o sofrimento de cada dia. (PINTO, 1960a, p. 381)

Este é um texto de Álvaro Vieira Pinto, publicado no livro **Consciência e realidade nacional** (1960). Não se quer dizer que haja uma relação direta entre os dois intelectuais, mas mostrar que as idéias nacionalistas de ambos pressupunham o conhecimento das condições de vida do povo brasileiro. Cada um, a seu modo, entendia que a sua contribuição para a mudança da realidade brasileira dependia do conhecimento da mesma e a melhor fonte seria a própria população e suas manifestações culturais.

Silviano Santiago interpretou dessa forma a necessidade manifestada pelos modernistas de aproximação das classes menos favorecidas, que não freqüentavam escolas ou academias, mas possuíam o seu próprio saber:

A cultura livresca e cosmopolita precisa ser substituída pela reflexão crítica que leve em conta a condição miserável em que vive o grosso dos brasileiros. [...] No meio social em que vive o artista brasileiro, predomina o analfabetismo e daí a necessidade de conhecer os conterrâneos e contemporâneos desprovidos de escrita e de conhecimento livresco, mas não desprovidos de fala e saber. Providos de fala, saber e sensualidade. (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 14)

É verdade que o Modernismo do qual estamos tratando aqui não é mais aquele dos primeiros anos, classificado pelo próprio Mário de Andrade como “aristocrático” (ANDRADE, [19--], p. 236). Estamos em uma fase na qual o intelectual paulista se sentia responsável pela formação dos jovens que lhe escreviam, entre eles, Carlos Drummond de Andrade. Foi expressando reconhecimento ao amigo e conselheiro Mário de Andrade que Carlos Drummond de Andrade fez pública a correspondência do intelectual paulista recebida por ele.

Não fui o primeiro do grupo a comunicar-me com ele (quem o teria feito antes de mim: Almeida? Nava? Certamente um dos dois, pois o doce Emílio não era muito afeito à epistolografia). Mas fui, sem dúvida aquele dos quatro que mais correspondeu com Mário, e portanto mais recebeu dele em bens imponderáveis. Estabeleceu-se imediatamente um vínculo afetivo que marcaria em profundidade a minha vida intelectual e moral, constituindo o mais constante, generoso e fecundo estímulo à atividade literária, por mim recebido em toda a existência. Isto sem falar no que esta amizade me deu em lições de comportamento humano, desvelos de assistência ao homem tímido e desarvorado, participação carinhosa nos cuidados de família, expressa em requintes que a memória e a saudade tornaram indelévels. (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 34-35)

A iniciativa de principiar uma correspondência, que duraria anos, partiu de Drummond, em uma carta de 28 de outubro de 1924. Depois de elogiar a força das idéias de Mário contidas em outra carta enviada ao também mineiro Martins de Almeida, Drummond disse estar convencido de que a questão da literatura no Brasil seria relativa à coragem intelectual. Seria preciso nos convencermos de que seríamos brasileiros, originais, únicos, sem confundirmos esses sentimentos com nacionalismo (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 40).

Diferentes temperamentos, idades e modos de vida poderiam ter separado os dois escritores. O que se deu, na verdade, é que cada um, mantendo sua própria personalidade, admirava o outro. O momento recortado dessa correspondência frutífera foi o que antecedeu ao lançamento de **A Revista** em 1925. Drummond se mostrava inadaptado ao ambiente belo-horizontino, mineiro e brasileiro. Em 22 de novembro de 1924, reconheceu ser insuficientemente brasileiro.

Mas, às vezes, me pergunto se vale a pena sê-lo. Pessoalmente, acho lastimável essa história de nascer entre paisagens incultas e sob céus pouco civilizados. Tenho uma estima bem medíocre pelo panorama brasileiro. Sou um mau cidadão, confesso. É que nasci em Minas, quando devera nascer (não veja cabotinismo nesta confissão, peça-lhe) em Paris. O meio em que vivo me é estranho: sou um exilado. E isto não acontece comigo, apenas: “Eu sou um exilado, tu és um exilado, ele é um exilado”. Sabe de uma coisa? Acho o Brasil infecto. Perdoe o desabafo, que a você, inteligência clara, não causará escândalo. O Brasil não tem atmosfera mental; não tem literatura; não tem arte; tem apenas uns políticos muito vagabundos e razoavelmente imbecis ou velhacos. Entretanto, como não sou melhor nem pior do que os meus semelhantes, eu me interesso pelo Brasil. Daí o aplaudir com a maior sinceridade do mundo a feição que tomou o movimento modernista nacional, nos últimos tempos: feição francamente construtora, após a fase inicial e lógica de destruição dos falsos valores. O que nós todos queremos (o que, pelo menos, imagino que todos queiram) é obrigar este velho e imoralíssimo Brasil dos nossos dias a incorporar-se ao movimento universal das idéias. Ou, como diz Manuel Bandeira, “enquadrar, situar a vida nacional no ambiente universal, procurando o equilíbrio entre os dois elementos”. (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 56-57)

O desabafo de Drummond, a sua queixa contra os políticos, se estendeu também à quase totalidade dos brasileiros, levando-o a estabelecer uma distinção entre “uma certa classe de espíritos, de formação e educação nitidamente universalistas”, com “direto de sobrepor as suas conveniências mentais às dessa mesma confusa e anônima cambada de bestas”. Para essa elite, recomendava o *universalismo*, ao passo que às massas convinha o *nacionalismo* (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 59-60).

Ser nacional ou ser universal. Às vezes, a questão se desdobrava na diferenciação entre nacional e regional. Mário não entregava os pontos e, em resposta a Drummond, dizia não haver oposição entre nacionalismo e universalismo. “Nacionalismo quer simplesmente dizer: ser nacional. O que simplesmente ainda significa: Ser” (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 70). Seria impossível que alguém existisse sem se relacionar com seu passado, seu meio, suas necessidades práticas e espirituais. Para o escritor paulista, o despaisamento seria “provocado pela educação em livros estrangeiros, contaminação de costumes estrangeiros” e “macaqueação que existe sempre nos seres primitivos”. Seria preciso “desprimitivar o país, acentuar a tradição, prolongá-la, engrandecê-la” (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 70). Para sermos civilizados, precisaríamos passar da fase do mimetismo para a fase da criação. Só depois disso seríamos “universais, porque nacionais” (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 71).

Mário de Andrade não acreditava em conversas de universalismo, justamente porque os brasileiros só poderiam contribuir para a grandeza da humanidade sendo brasileiros. De acordo com seu ponto de vista, não haveria apenas uma civilização.

Porque também esse universalismo que quer acabar com as pátrias, com as guerras, com as raças etc. é sentimentalismo de alemão. Não é pra já. Está longíssimo. Eu creio que nunca virá. A República Humana, redondinha e terrestre, é uma utopia de choramingas e nada mais. Avanço mesmo que enquanto o brasileiro não se abrasileirar, é um selvagem. Os tupis nas suas tabas eram mais civilizados que nós nas nossas casas de Belo Horizonte e São Paulo. Por uma simples razão: não há Civilização. Há civilizações. Cada uma se orienta conforme as necessidades e ideais duma raça, dum meio e dum tempo. (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 70-71)

Esse diálogo perdurou em várias cartas e Drummond, espírito independente, apesar de reconhecer Mário como mestre, ponderava, em 30 de dezembro de 1924, que havia ocasiões nas quais se sentia adaptado ao meio natal, mas não chegava a ser nacionalista, porque entendia por nacionalismo proclamar amor à pátria. Drummond dizia que ser brasileiro era bom, mas não constituía “o único bem da vida”. “Daí amanhecer, outros dias, norueguês ou tchecoslovaco (mais freqüentemente francês)”, chamando a isso “liberdade espiritual” (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 79). E arrematava:

Você, que tão ardorosamente campá de brasileiro, foi fazer a sua cultura na França, na Inglaterra, na Alemanha. Universalizou o mais que pôde a sua inteligência... É um fenômeno de cultura, numa terra de beata ignorância. Pois, olhe: estou com o Oswald num ponto: a suprema expressão de brasilidade é a estupidez.

Repito: há mil maneiras de *ser*. A pior é *ser* nacionalista. Agora, de pleno acordo com você: “É preciso desprimitivar o país, acentuar a tradição, prolongá-la, engrandecê-la”. Aí, cada um ajudará na medida de suas forças; como puder e, principalmente, como quiser. Enfim, a liberdade! Ela é uma conquista de vocês, modernistas de São Paulo e Rio. Não a ponham a perder. (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 79-80)

Além de grande escritor e amigo, Mário de Andrade concentrava em si as qualidades de um bom crítico, o que poderia trazer-lhe inimizades, mas também auxiliar os discípulos, através do seu processo pedagógico de crítica. Pela correspondência de Mário e Drummond, fica claro que as cartas também cumpriam essa função. Mário conhecia a alma de Drummond e grande parte de suas observações tinha um forte componente psicológico. Em 12 de julho de 1930, Mário resumiu o que parece ter sido a poesia drummondiana até aquela época: “Seu livro é excessivamente individualista.



Há uma exasperação egocêntrica enorme nele. Está claro que isso não diminui em nada os valores do seu lirismo. Diminuem a meu ver os valores edificantes utilitários de sua poesia” (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 386-387). E equiparou Drummond e Manuel Bandeira:

“A sociedade, a humanidade, a nacionalidade funcionam pra vocês em relação a vocês e não vocês em relação a elas. Não é um defeito permanente, como se vê. É uma questão de época que me faz censurar o excessivo individualismo de *Alguma poesia* e de *Libertinagem*. (ANDRADE; SANTIAGO; FROTA, 2002, p. 386-387)

Anos mais tarde, relembro aquelas primeiras décadas do século 20, Drummond declarou que seu grupo tinha intenção de valorizar o nacionalismo, por influência de Mário de Andrade, mas que ele não havia assimilado o conceito nacionalista do escritor paulista. Para Drummond, o nacionalismo de Mário significava amor ao Brasil, até então um país que pouco se conhecia (ANDRADE, 1998, p. 159).

Então, nós tínhamos uma tendência mais universalista, muito imbuídos de literatura francesa, e a gente fazia um certo esforço no sentido de repudiar essa influência, para se concentrar num namoro com as coisas brasileiras. Mas, na realidade, eu acho que daí não resultou nenhum produto literário mineiro, conscientemente nacionalista. (ANDRADE, 1998, p. 160)

Ainda que Drummond declarasse sua desconfiança em relação ao nacionalismo, ideais nacionalistas permeavam as preocupações dos intelectuais com os quais convivia. Antes do aparecimento de **A Revista**, os futuros modernistas que atuavam em Belo Horizonte tinham como veículo de expressão o jornal **Diário de Minas**. Ao estudar o periódico, Maria Zilda Ferreira Cury percebeu o trânsito das idéias nacionalistas entre os companheiros de Drummond.

Os estudos em torno da década de vinte manifestam, como uma de suas características, a *expressão nacionalista*. Na verdade, eram *nacionalismos* tal a diversidade de visões do país e da nacionalidade – aí incluídas as versões regionais – o que se pode depreender das diferentes posturas intelectuais e práticas sociopolíticas que configuravam o período. Os diferentes enfoques do nacionalismo acabam por constituir ponto de ruptura a marcar posturas ideológicas diferentes e até antagônicas. (CURY, 1998, p. 115)

Cury identificou essa expressão nacionalista entranhando-se em vários assuntos, como literatura, política, moda, defesa da indústria siderúrgica nacional e do

cinema brasileiro. Aliás, a discussão em torno do nacional teria sido uma das vias de acesso ao debate modernista por parte dos mineiros (CURY, 1998, p. 109-116).

Este processo, visivelmente manifesto na década de vinte, se nutria de tendências e correntes nacionalistas e regionalistas já presentes nas preocupações estéticas antes da Semana. As discussões sobre as comemorações do Centenário da Independência, por exemplo, são iniciadas pelo jornal já em 1920. Aparecem com destaque e – como era de se esperar – com um forte apelo patriótico. Fazem parte do movimento da reflexão sobre nossas instituições sociopolíticas que traçou o perfil dos anos vinte, ancorado na ideologia do caráter nacional. (CURY, 1998, p. 115-116)

Até aqui, tem-se tratado de nacionalismo, como é o objetivo deste capítulo, e é fácil observar que este ponto era de fundamental importância para os intelectuais modernistas. Outro tópico, porém, que estava sempre se insinuando nas discussões era a questão da *tradição*. Para a construção do nacionalismo seria preciso que se fizesse a história da nação, caracterizando-a como única. Tal processo demandaria a criação de uma tradição que pudesse servir de referencial identitário para a cultura brasileira.

Drummond e Mário sabiam ser difícil a mudança que pretendiam. Concessões deveriam ser feitas para que a transição ao Modernismo se consolidasse. Quando **A Revista** foi lançada, Mário de Andrade aconselhou o grupo mineiro a fazer uma revista compósita, uma revista que misturasse o novo com o velho, como lembrou Drummond.

Então nós publicamos lá, por exemplo, um trabalho de doutor Orozimbo Nonato, um advogado muito conceituado, muito simpático, que depois foi ministro do Supremo Tribunal. Ele escrevia em linguagem quinhentista. Numa revista moderna isto mostrava as contradições internas. E mesmo porque se nós tentássemos fazer uma revista exclusivamente modernista nós não conseguiríamos, o nosso grupo não era bastante forte, nem numeroso para fazer uma revista de 40, 50 páginas só de um ponto de vista, de um ângulo modernista. Nós tínhamos que combinar pessoas, combinar nossos espíritos, nossas tendências com as de outras pessoas que eram contrárias a nós e que nos toleravam, tinham boa vontade para conosco, compreendeu? (ANDRADE, 1998, p. 153-154)

A mesma informação foi fornecida por Pedro Nava em **Beira Mar**.

[...] *A Revista* marcou adesões ao modernismo e fez questão de abrir suas colunas à colaboração conservadora de Magalhães Drummond, Alberto Deodato, Iago Pimentel, Godofredo Rangel, Pereira da Silva, Wellington Brandão, Orozimbo Nonato, Carlos Góes e Juscelino Barbosa. Seguíamos nisso nosso próprio espírito e o conselho dado por Mário de Andrade numa carta a Drummond escrita depois de ver o primeiro número: “Faça uma revista como *A Revista*, botem bem misturados o modernismo bonito de vocês com o passadismo dos outros. Misturem o mais possível”. (NAVA, 2003, p. 239-240)

Nava reiterou o propósito nacionalista da revista: “O nosso periódico era antes de tudo por uma posição nacionalista, de não se dar fé a uma verdade extrapátria, merecendo-nos pouco crédito os valores internacionais”. Não deixou, porém, de ressaltar que o grupo queria o nacionalismo, mas “obscuramente”, acrescentando que a “nacionalização devia tomar, completamente, conta de nossa consciência – e tal ia se fundamentar nas raízes históricas da literatura mineira, louvando-se o espírito brasileiro de Bernardo Guimarães” (NAVA, 2003, p. 240).

Eis aí um aspecto que mereceu destaque dos estudiosos do período. Fernando Correia Dias apontou traços comuns na formação dos jovens modernistas. Possuíam a mesma origem de classe e quase todos tinham nascido em “pequenas localidades tradicionais, oriundos de famílias de renda média ou alta. No conjunto, formavam um grupo de classe média superior, filhos de profissionais liberais, fazendeiros, comerciantes, magistrados, funcionários” (DIAS, p. 168). Mais do que isso, exerciam atividades semelhantes e dependiam de empregos públicos para se manter.

Afirmar que possuíam, quase todos, o mesmo gênero de atividade é dizer pouco, em face de aspecto que me parece relevante. Outras gerações literárias, em outras áreas urbanas do Brasil, não conheceram meios de vida muito diferentes. Vale a pena assinalar, entretanto, certas peculiaridades específicas do exercício de tais profissões, nessa época, em Minas Gerais. Tanto o jornalismo como as oportunidades de emprego burocrático dependiam, em larga medida, do poder político regional. Isso possibilitou estreitos contatos entre jovens escritores e jovens administradores em ascensão, propiciando ainda oportunidade para que os primeiros exercessem, por dentro das diferentes esferas de decisão política, uma influência bastante vigorosa e, sob muitos aspectos, altamente positiva. (DIAS, 1975, p. 168)

Novamente recorremos a Pedro Nava que utilizou a expressão “parentesco literário” para falar da aproximação que sempre teria existido entre os simbolistas e os modernistas. Nava não viu atritos entre os dois grupos e disse não ter havido “ataque dos modernistas a nenhum simbolista”, lembrando a famosa visita de Mário de Andrade a Alphonsus de Guimaraens na cidade de Mariana (NAVA, 2003, p. 246).

Utilizando-se do recurso de um diálogo imaginário com o pai já falecido, Alphonsus de Guimaraens Filho escreveu sobre esse encontro, acontecido em 10 de julho de 1919: “Que diálogo comovente não terá sido o teu, de poeta solitário, com esse moço que tinha uma sensibilidade tão sua, que também era poeta e que no entanto em nenhum momento teve coragem de te confessar que o era” (GUIMARÃES FILHO,

1995, p. 358). Encerrada a visita, Mário teria levado consigo uma forte impressão do poeta mineiro.

Mas a visita repercutiria mais tarde, já divulgados teus versos, já com Mário de Andrade atingindo situação de liderança no Modernismo. Repercutiria tanto que um dos maiores poetas do teu Estado e do Brasil, muito moço ainda quando morreste mas que, a distância te seguia com ternura, Carlos Drummond de Andrade, viria a compor o extraordinário poema “A visita”, onde com que se sente reviver essa hora que passaste em companhia de um moço que te levou, e à tua solidão, afeição e carinho. (GUIMARAENS FILHO, 1995, p. 359)

O respeito demonstrado pelo grupo modernista mineiro a Bernardo Guimarães ou a Alphonsus de Guimaraens não se restringia apenas à qualidade da produção literária dos dois autores. Ao parentesco literário, mencionado por Nava, mesclava-se o sanguíneo. Bernardo era tio-avô de Alphonsus e as ligações familiares parecem ter sido usadas, em Belo Horizonte, como garantia de que atributos literários poderiam ser herdados. Na estréia de João Alphonsus, outro filho de Alphonsus de Guimaraens, no **Diário de Minas**, em 1921, a filiação serviu como apresentação para o novo poeta: “João Alphonsus, essa alma recolhida e predestinada que é um reflexo luminoso daquela outra alma eleita para a glória da beleza e do ritmo – Alphonsus de Guimaraens. Hão de sentir as leitoras que o filho saiu ao pai.” (X. 17/04/21 *apud* CURY, 1998, p. 100)

De acordo com Cury, no “curto prólogo que precede a transcrição de seu [João Alphonsus] poema, salienta-se a força da tradição que os modernistas tinham, de alguma forma, de retrabalhar”, já que “A presença intelectual de Alphonsus de Guimaraens em Minas Gerais era muito marcante” (CURY, 1998, p. 101).

**Tendência**, assim como **A Revista**, trouxe à tona as discussões que estamos apresentando. Modernismo, nacionalismo e tradição foram tópicos de interesse para seus membros e, também nesse periódico, os três temas estiveram amalgamados. Significativamente, dois escritores da família Guimarães foram lembrados por Affonso Ávila em **Tendência**. Alphonsus de Guimaraens foi citado por Ávila, no texto “Ciclo épico dos rios” (1960, p. 111-115), ao relacionar poetas que tomaram rios como símbolos, enquanto, em “Eixo São Paulo-Minas” (**Tendência**, 1962, p. 159-163), quis mostrar as relações entre paulistas e mineiros, mencionando Bernardo de Guimarães, Afonso Arinos e Alphonsus de Guimaraens como exemplos de mineiros que teriam tido

relações no meio literário de São Paulo. Para Ávila, a obra de Bernardo de Guimarães imporia uma revisão crítica (1962, p. 160).

Afonso Ávila reconheceu a importância de Alphonsus de Guimaraens para sua obra, afirmando que dedicava uma admiração muito grande ao poeta simbolista. Ávila também relacionou a poesia de Alphonsus e a de Cláudio Manuel da Costa à tradição barroca que tanto valorizou (ÁVILA, 18 set. 2007).

Eu vejo aí, no passado, dois pontos da poesia de Minas muito importantes. Todos dois já dentro dessa linha de tradição. O Cláudio, de certa forma, ele inaugura uma noção de mineiridade, de condição local, de situação no espaço mineiro. “Destes penhascos fez a natureza/ O berço em que nasci”. Esse poema é um poema tipicamente inaugural desse sentimento de Minas e eu vou encontrar isso no Alphonsus de Guimaraens também que assimilou todo o condicionamento residual mineiro, religioso, ideológico, de sentimento, de perda. Ele, realmente, procurou traduzir isso na própria vida dele, na própria criação dele. E há muita similitude, muita aproximação, entre a linguagem do Barroco e a linguagem do Simbolismo. Eu vejo os dois como os abridores de caminho para uma percepção da coisa mineira. (ÁVILA, 18 set. 2007)

Já Rui Mourão, ao tratar da ficção modernista de Minas Gerais, em texto datado de 1975, abriu seu ensaio elegendo Bernardo de Guimarães, ao lado de Afonso Arinos, figuras importantes da literatura brasileira:

A ficção mineira apresenta dois grandes marcos iniciais isolados: Bernardo Guimarães – um dos criadores do romance sertanista brasileiro – e Afonso Arinos, cuja coletânea de contos *Pelo Sertão*, inaugurando o regionalismo em livro, representou nacionalmente poderosa força para a implantação da corrente, até hoje de imensas conseqüências dentro da nossa literatura. (MOURÃO, 1975, p. 193)

Esse elo com a mesma tradição pode também ser vislumbrado no artigo “Um poeta mineiro”, de Maria Luisa Ramos. A colaboradora de **Tendência** interpretou o poema “Ismália”, de Alphonsus de Guimaraens, tentando aplicar “o processo fenomenológico na investigação da criação literária de alguns autores nacionais” (RAMOS, 1962, p. 97).

No caso do Modernismo em Minas Gerais e de sua ligação com o passado, Fernando Correia Dias considerou como aspecto fundamental do grupo de **A Revista** o que ele chamou de “tradição repensada”. Não se tratava de rompimento total com o passado intelectual mineiro, mas de valorização crítica (DIAS, 1975, p. 171). Sendo

assim, a teoria que procurou explicar o Modernismo em termos de *ruptura* não seria aplicável ao movimento mineiro, se utilizada isoladamente, uma vez que, para o grupo, a tradição não podia ser desconsiderada. É bem verdade que, para cada grupo ou movimento, uma tradição específica é estabelecida e, no caso de **A Revista**, isso também seria verdadeiro.

Affonso Ávila também procurou uma conexão entre o Modernismo e a tradição. Quis mostrar que o Modernismo brasileiro faria parte de um processo literário iniciado com o Barroco, inaugurando uma tradição na qual inscreveu a sua própria poesia. Utilizando-se de metáforas referentes ao funcionamento de um organismo vivo ou de seu adoecimento, Ávila reafirmou a idéia de ruptura, muito presente na avaliação do Modernismo, ressaltando, porém, que ela faria parte de um processo dialético de reação à saturação cultural existente (ÁVILA, 1975, p. 29-30). No texto “Do Barroco ao Modernismo: o desenvolvimento cíclico do projeto literário brasileiro”, apresentou um interessante sinônimo ao elemento tradição: essencialidade.

Houve momento em que se pretendeu considerar o Modernismo como um fato literário autônomo, desvinculado das linhas gerais de desenvolvimento do processo de nossa literatura. Deu-se ênfase, com isso, ao aspecto de ruptura que o movimento realmente assumiu na sua radicalidade, omitindo, porém, uma tal atitude, a evidência crítica e histórica de que todo passo criativo do homem não ocorre à margem da fatalidade de transformação inerente ao organismo vivo da cultura. Ainda que se rotulem de antiarte ou contracultura uma dada proposta estética ou um dado comportamento crítico, o campo de material, linguagem ou significado onde a insatisfação se opera é por si mesmo um acrescentamento de território, que a inteligência apõe, contestando-os ou reavaliando-os, aos limites conhecidos do espaço cultural. Este espaço, conquanto infinito em sua potencialidade, expõe-se ciclicamente, ao risco das crises de perempção ou esclerose que acometem o organismo da cultura. Constatada a saturação, ativam-se em contrapartida os elementos de núcleo do que se pode chamar essencialidade ou tradição, os quais, violentados ou simplesmente questionados, geram por metabolismo crítico os elementos de uma nova estrutura. É certo que um fenômeno dessa ordem não se dá tão-somente em razão de uma química interna adstrita, por exemplo, à arte ou à literatura de determinado país, mas em decorrência também de fatores menos domésticos, tais como as tendências generalizadoras das formas artísticas e as pressões de conjuntura histórica. (ÁVILA, 1975, p. 29-30)

Maria Zilda Ferreira Cury concordou com a tese de valorização do passado cultural, destacando o texto de Carlos Drummond de Andrade, “Sobre a tradição em literatura”, publicado em **A Revista**, em 1925, no qual o poeta disse que seria próprio da tradição a sua renovação em cada época e que o rompimento com os preconceitos do passado não significaria o repúdio à história (CURY, 1998, p. 98-99). Por sua vez, o

memorialista Pedro Nava sintetizou o que **A Revista** teria estampado em termos de propósitos: o passado não deveria ser renegado “indiscriminadamente”, mas “cultivado para, assim e com seu auxílio, esculpir-se melhor o futuro”. Para Nava, teria partido de **A Revista** “um dos primeiros brados pela conservação de nossos tesouros artísticos e cidades históricas”. O que deveria ser combatida seria a “tradição tumular” e Drummond teria conceituado que “o escritor despreocupado da fôrma do passado” realizaria “o verdadeiro tradicionalismo na linha clássica” (NAVA, 2003, p. 240-241).

Pode-se estabelecer, portanto, outra relação – agora não mais entre os personagens modernistas –, mas entre pesquisadores que se detiveram a examinar o movimento em Minas. Também eles criaram uma linha de tradição em suas pesquisas, passando por Fernando Correia Dias, Affonso Ávila, Antônio Sérgio Bueno, Maria Zilda Ferreira Cury e outros, quando encamparam a tese de que não teria havido, de fato, ruptura entre os modernistas do grupo de Belo Horizonte e a história cultural do estado e do país.

A linha editorial de **A Revista**, de acordo com Antônio Sérgio Bueno, apresentaria um “sentido de *missão*” que se resumiria “na reação contra determinado estado de coisas (a crise de autoridade decorrente da hipertrofia do federalismo) bem como a tarefa de humanização do Brasil”, sem que tivesse sido aclarado o que seria entendido por “humanização”. O primeiro editorial de **A Revista** teria querido distinguir seu *nacionalismo* de *chauvinismo* ou de *xenofobia*, reconhecendo as contribuições das “correntes civilizadoras” da Europa, mas resguardada a originalidade nacional (BUENO, 1982, p. 44).

Uma interessante comparação entre o primeiro editorial de **A Revista** e o também primeiro de **Tendência** pode ser feita. Ambas publicações afirmaram seu caráter nacionalista, mas distinguiram-no de uma visão estreita que poderia ser associada à falta de informação sobre o que se discutia fora do país, especialmente na Europa. Para os dois grupos, a Europa era sinônimo de civilização, mesmo que mesclada a colonialismo.

Inevitável que recordemos ser *missão* um dos motes de Mário de Andrade quando se referia à sua responsabilidade social enquanto intelectual. O Modernismo de Mário de Andrade e aquele praticado em Belo Horizonte pelos companheiros de

Drummond entrelaçaram a noção de *missão* com a de *sacrifício*, com a de *tradição*, além, é claro, com a de *nacionalismo*.

Na revista **Vocação**, experiência editorial anterior de Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão, havia uma seção chamada “Como surgiu minha vocação”, em que foram publicados depoimentos de Henriqueta Lisboa, Dinah Silveira de Queiroz e Alphonsus de Guimaraens Filho, este último em forma de entrevista. Em depoimento a Eliana da Conceição Tolentino, Fábio Lucas afirmou que Alphonsus de Guimarães Filho “seria uma figura de fácil acesso para os novos, bastante receptivo, era uma espécie de conselheiro” (TOLENTINO, 1994, p. 239-240). Seria o mesmo tipo de conciliação da renovação com a tradição, empregada por **A Revista** na escolha do Simbolismo e da figura de Alphonsus de Guimaraens, e repetida por **Vocação** ao eleger o Modernismo da década de 1920. Ao mesmo tempo, a escolha do filho de Alphonsus para entrevistado poderia significar a união entre a tradição imaginada por **A Revista** e aquela que os membros de **Vocação** construíam. Da mesma forma que o grupo de Drummond atacava os parnasianos, **Vocação** fazia um julgamento bastante severo da chamada Geração de 45 (TOLENTINO, 1994, p. 247-249), por considerá-la um retrocesso em relação ao Modernismo. Seis anos mais tarde, essa atitude se repetiria na nova publicação de Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão. O Modernismo da Semana de 1922, acrescido do grupo de Drummond, teria sido o ponto de partida para que os componentes de **Tendência** edificassem a sua genealogia.

### **A ideologia nacionalista do ISEB: Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto**

Uma experiência nacionalista marcante aconteceu na segunda metade da década de 1950: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em julho de 1955 na cidade do Rio de Janeiro, por decreto do governo interino de Café Filho, que substituiu o presidente Getúlio Vargas após seu suicídio, e quando era ministro da Educação Cândido Mota Filho. O ISEB funcionou até 1964, tendo sido fechado em 13 de abril pelo novo regime, poucos dias após o golpe militar. A influência do ISEB foi tão grande em **Tendência** e em diferentes áreas do pensamento brasileiro que se faz necessária a



interrupção das reflexões sobre a revista para que se trate do papel desempenhado pelo Instituto em maior profundidade. Após este hiato, ficará mais clara a proveniência do nacionalismo de **Tendência**.

As origens do ISEB poderiam ser detectadas, segundo Hélio Jaguaribe (2005, p. 247-248), no final da década de 1940, quando um grupo de jovens intelectuais, formado por Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, Jorge Serpa Filho, Cândido Mendes e o próprio Jaguaribe, levados por Augusto Frederico Schmidt, teriam passado a escrever uma página cultural no **Jornal do Comércio**, com sede no Rio de Janeiro.

Essa foi uma experiência muito interessante, porque dominada sobretudo pela preocupação de superar o dilema positivismo-marxismo. A intenção era encontrar uma formulação epistemológica – encaminhada sobretudo para as ciências sociais – que permitisse a incorporação de alguns dos elementos fundamentais do legado marxista [...] e que, por outro lado, aceitasse algumas das regras de legitimidade do positivismo [...], mas sem cair no conjunto do sistema. Havia também um começo daquilo que se tornou uma das orientações do ISEB: a vontade de compreender a correlação entre uma visão geral da cultura universal e a problemática brasileira em sua especificidade. O intelectual brasileiro não poderia fugir à especificidade de seu país nem, a partir dela, pensar que poderia compreender as coisas com desprezo e ignorância das categorias da cultura universal (JAGUARIBE, 2005, p. 248).

Se estas memórias de Jaguaribe correspondem à perspectiva adotada pelo embrião do ISEB, é correto relacionar as noções de nacional e universal, de conhecimento situado na sociedade brasileira e busca de informação/apropriação da produção estrangeira citadas acima com o espírito modernista.

Ainda de acordo com Jaguaribe, a produção jornalística dessas pessoas teria repercutido no meio de intelectuais de São Paulo. Alguns deles, como Vicente Ferreira da Silva, Renato Czerna, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queirós e Ângelo Arruda teriam se juntado aos cariocas, formando um grupo de discussão sobre problemas brasileiros. O elemento de ligação entre os componentes paulistas e os cariocas teria sido Roland Corbisier, redator, na época, de **O Estado de S. Paulo** (JAGUARIBE, 2005, p. 248).

No segundo governo Vargas, o ministro da Agricultura, João Cleofas, teria oferecido o Parque Nacional de Itatiaia, situado entre São Paulo e Rio, para os encontros do grupo, que passaria a ser conhecido por “Grupo de Itatiaia”. Contudo, logo teriam surgido divergências ideológicas entre seus membros (JAGUARIBE, 2005, p. 248-249).

O grupo de São Paulo era composto, praticamente, só de ex-integralistas, como Roland Corbisier e Ângelo Arruda. Vicente Ferreira da Silva nunca teve vinculação política militante, mas sofreu uma influência germânica muito grande, sobretudo de Heidegger, num período em que ele tinha tido o seu namoro com o nacional-socialismo. Por isso, na medida em que tomava posições políticas, sentia-se um homem de direita.

Do lado carioca, muitos do grupo provinham do trotskismo. Fui trotskista em minha juventude, como uma forma de ser marxista não-stalinista. Fui discípulo de Mário Pedrosa, nessa época, e participei da experiência do Partido Socialista a seu lado. (JAGUARIBE, 2005, p. 249)

Jaguaribe afirmou que o conflito ideológico no interior do “Grupo de Itatiaia” teria provocado uma cisão e o afastamento dos paulistas, com exceção de Roland Corbisier que teria mudado de posição, passando “inicialmente para uma postura de catolicismo de esquerda, para mais tarde aproximar-se do marxismo” (JAGUARIBE, 2005, p. 249).<sup>1</sup> Do prévio agrupamento, teria surgido o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), também situado na cidade do Rio de Janeiro, com a proposta de estudo da realidade brasileira e o assessoramento ao governo federal na modernização do Estado. Compunham esse instituto os futuros isebianos Hélio Jaguaribe Gomes de Matos, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Antônio Mendes de Almeida, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré e também o paulista Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier (TOLEDO, 1977, p. 184).

Em 1954, Nelson Werneck Sodré foi convidado a fazer parte do IBESP por Alberto Guerreiro Ramos, que trabalhava na Comissão Nacional do Bem-Estar Social e lecionava na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas. Sodré apresentou dessa forma a sua impressão sobre o instituto:

Comecei a compreender o quadro em que os elementos do IBESP se moviam. Grande parte deles girava em torno do Governo Vargas. Quase todos eram funcionários, isto é, pertenciam ao aparelho de Estado. Quando a crise que culminaria no suicídio do Presidente se agravou, trataram de aproximar-se dos elementos militares nacionalistas. (SODRÉ, 1978, p. 9-10)

Depois da morte de Getúlio Vargas, em 1954, o IBESP foi transformado em ISEB, em 1955, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Foram criados, então, cinco departamentos no ISEB: o de Filosofia, dirigido por Álvaro Vieira Pinto; o de História, tendo Cândido Mendes como responsável; o de Economia, supervisionado por

---

<sup>1</sup> Nelson Werneck Sodré considerava Corbisier, enquanto membro do ISEB, como um ex-integralista que estaria “emergindo do existencialismo” e que “citava muito Ortega y Gasset e Sartre”, sendo “pessoa de grande vitalidade intelectual” (SODRÉ, 1978, p. 17).

Ewaldo Correia Lima; o de Sociologia, sob a direção de Guerreiro Ramos e o de Ciências Políticas, coordenado por Hélio Jaguaribe.

Na primeira fase do ISEB, que vai de 1955 a 1958, sob a orientação de Hélio Jaguaribe, o Instituto contaria com verba concedida pelo Ministério da Educação, destinada a pagamento de aluguel, honorários do diretor, salário de funcionários, fundo para publicações e os alunos seriam “predominantemente, indicados por instituições públicas e acadêmicas, sendo admitidas inscrições individuais”. Os professores trabalhariam gratuitamente (JAGUARIBE, 2005, p. 250-251).

O então coronel Nelson Werneck Sodré, apontado por Jaguaribe como “ilustre historiador militar, marxista por convicção e destacado representante da corrente nacionalista do Exército” teria sido “incorporado ao ISEB como ponte de comunicação entre o nacionalismo do Instituto e o militar”. Já Álvaro Vieira Pinto, “eminente professor de filosofia da então Universidade do Brasil” (JAGUARIBE, 2005, p. 251) teria sido “recrutado” – e aqui a informação partiu de Nelson Werneck Sodré – porque não haveria ninguém, no grupo, capaz de ensinar filosofia (SODRÉ, 1978, p. 14).

Sodré apresentou-se exercendo uma “posição de segundo plano” no ISEB e ofereceu uma imagem de “estrela central” para Jaguaribe, capaz de “unir a todos” sob sua liderança. Ao mesmo tempo, ressaltou a dualidade a que Jaguaribe estaria exposto devido ao exercício simultâneo de atividades empresariais e culturais, entendidas como sendo conflitantes por Sodré.

Colocado entre as razões que fundamentavam as suas posições liberais e as exigências ancoradas nos condicionamentos empresariais, conciliava com dificuldade as contradições, daí sua dualidade intrínseca, que servia de disfarce – como acontece com muita frequência – a uma postura proclamada como fundada na “independência”. O desenvolvimentismo juscelinista, em seu processo inexorável, denunciaria, nesse caso concreto, como em tantos outros, a precariedade de posições de tal tipo. (SODRÉ, 1978, p. 15-16)

Jaguaribe afirmou que o “ISEB alcançou, rapidamente, em sua primeira fase, a maior repercussão nos meios intelectuais e políticos do Brasil e mesmo da América Latina” (JAGUARIBE, 2005, p. 251-252), enquanto Sodré destacou os seguintes aspectos:

Quando se desencadeou a tempestuosa campanha pela sucessão de Café Filho, foram atraídos [os quadros iniciais do instituto] pela candidatura de Juscelino Kubitschek; alguns passaram a cercá-lo, a fornecer-lhe assessoria. A política chamada, desde então,

de desenvolvimento foi formulada por essa assessoria, em que pontificavam os economistas do ISEB, quase todos afeiçoados às teses da CEPAL. A afirmação de fidelidade à CEPAL tornou-se uma espécie de identificação para eles, a marca, a senha. (SODRÉ, 1978, p. 11)

O ISEB passou por três fases, sendo que a primeira delas se encerrou, em 1959, após a crise provocada pela divulgação, em fins de 1958, de trechos do livro, de Hélio Jaguaribe, **O nacionalismo na atualidade brasileira**, acusado de defender a utilização de recursos estrangeiros no país, a privatização do setor petroquímico e a repressão à agitação comunista, acusações essas refutadas por Jaguaribe (JAGUARIBE, 2005, p. 252-253) e consideradas improcedentes por Nelson Werneck Sodré (SODRÉ, 1978, p. 33-53). A União Nacional dos Estudantes (UNE) e Guerreiro Ramos exigiram a saída de Jaguaribe do ISEB, entendendo que a sua proposta seria contrária ao nacionalismo. Depois dessa crise, Hélio Jaguaribe, Roberto Campos, Hélio Burgos Cabral, Ewaldo Correia Lima e Anísio Teixeira se demitiram, assim como Guerreiro Ramos.

A segunda fase começou em 1959 e durou até 1962, sob a direção de Roland Corbisier. O ISEB teria passado a preparar projetos de lei para parlamentares nacionalistas, a dar cursos para sindicalistas, militares nacionalistas e estudantes. Diversos professores teriam trabalhado a favor da candidatura do Marechal Lott, contra Jânio Quadros, em 1960. Nessa época, teria começado uma campanha, por parte de setores da imprensa, contra o ISEB (PÉCAUT, 1990, p. 111-113).

Em 1962, Álvaro Vieira Pinto foi designado, pelo ministro da Educação, diretor do ISEB, em substituição a Corbisier, eleito deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Uma terceira fase se iniciou, com o ISEB aliando-se à esquerda radical, fazendo campanha pelas reformas de base e participando dos **Cadernos do Povo**, editados pela Civilização Brasileira. O Instituto teria exercido influência nos Centros Populares de Cultura (CPCs) e alguns de seus professores e conferencistas teriam pertencido ao Partido Comunista Brasileiro (PÉCAUT, 1990, p. 111-113).

O objetivo do Instituto seria a constituição de bases para um pensamento brasileiro autêntico, não alienado, por meio de um projeto teórico-ideológico que fizesse a confluência de disciplinas como a Sociologia, a História, a Política, a Economia e a Filosofia. A formulação ideológica do ISEB pressupunha um projeto de nação que tivesse como meta a superação do subdesenvolvimento e a conscientização do povo brasileiro (TOLEDO, 1977, p. 17-18).

Concordando com Caio Navarro de Toledo, Lidia Maria Rodrigo afirmou que a construção de um pensamento brasileiro visava à conquista, na esfera da produção teórica, da mesma autonomia almejada no campo econômico. Para tanto, seria importante a revisão do modo como os intelectuais brasileiros se relacionavam com a teorização importada.

Duas possibilidades se apresentavam: ou recusar toda elaboração teórica estrangeira em nome de um nacionalismo xenófobo, ou reconhecer a importância e a validade do contato com esse pensamento, ainda que em novas bases, isto é, modificando-se a postura frente a ele. A última alternativa acaba prevalecendo entre os intelectuais do ISEB. Em lugar de adesão pura e simples, deveria haver uma assimilação crítica. Afinal, frisam os isebianos, as concepções teóricas formuladas nos grandes centros expressavam o modo de ser dos países desenvolvidos. Para que pudessem se converter em instrumento de análise adequado às reflexões sobre as contradições típicas dos países subdesenvolvidos, seria imperioso que tais categorias fossem transformadas, retificadas e adaptadas.

Os parâmetros para se proceder à revisão crítica das teorias metropolitanas foram aqueles ditados pelo conteúdo ideológico do nacional-desenvolvimentismo: a aceitação ou não de determinadas categorias dependia do proveito ou dano que trouxessem para o projeto do desenvolvimento nacional. [...] Portanto, em última análise, atribui-se ao projeto ideológico privilégio e competência para validar determinado discurso científico ou filosófico. (RODRIGO, 1988, p. 21-22)

Já foi mencionada, por alguns estudiosos, a dificuldade de se fazer uma análise do pensamento isebiano como um todo, uma vez que a composição de seus membros e a orientação de cada um era bastante heterogênea. Contudo, algumas linhas básicas poderiam ser apontadas como, por exemplo, o destaque que o tema da *consciência* mereceu por parte dos isebianos. A consciência seria o motor do desenvolvimento, enquanto o intelectual cumpriria o papel de intérprete das consciências menos esclarecidas e de promotor da racionalidade e do planejamento (FRANCO *apud* TOLEDO, 1977, p. 11). Na concepção de Álvaro Vieira Pinto, as massas forneceriam a matéria-prima aos intelectuais que ordenariam essas representações de consciência. O intelectual participante seria aquele não comprometido com as ideologias “arcaicas”, fazendo a captação do “autêntico” existente nas massas. Esses intelectuais estariam convocados a forjar a ideologia do desenvolvimento nacional (TOLEDO, 1977, p. 45).

Para alguns críticos do Instituto, seus membros teriam procurado anular as questões relativas aos problemas de classe a fim de superar o subdesenvolvimento e para favorecer o desenvolvimento capitalista. Dessa forma, o ISEB estaria ligado a alguns setores da burguesia e a grupos progressistas, constituindo-se seus intelectuais

em porta-vozes dessas correntes. De acordo com esse ponto de vista, a nação imaginada pelo ISEB seria edificada através da indústria brasileira, enquanto o imperialismo representaria o irracional e a violência (FRANCO *apud* TOLEDO, 1977, p.11-15).

Entre outros equívocos cometidos pelos analistas isebianos, estaria a crença de que o subdesenvolvimento seria uma etapa para o desenvolvimento, assim como a adoção de um modelo de interpretação para a realidade brasileira que não levaria em conta as diferentes formas que o capitalismo poderia adotar, conciliando, perfeitamente, dependência e industrialização. Além disso, a história teria mostrado o apoio oferecido ao capital estrangeiro pela burguesia nacional, sem que essa última tivesse mostrado veemência na defesa dos interesses do Brasil (RODRIGO, 1988, p. 37-38).

Na perspectiva isebiana, a sociedade brasileira estaria cingida em dois pólos: os “dinâmicos e produtivos” e os “estáticos e parasitários”. Também se dizia setor *moderno*, composto pela burguesia industrial, o proletariado e a classe média produtiva, e setor *tradicional*, do qual fariam parte os latifundiários, a burguesia mercantil, a classe média não-produtiva e parcela do proletariado. A partir desse pressuposto, seriam configuradas as previsões de mudança e as alianças na sociedade brasileira (TOLEDO, 1977, p. 117).

O principal problema a se enfrentar no Brasil seria a oposição entre *nação* e *antinação*, este último termo denotando o mesmo que imperialismo. Do lado nação, estariam alinhadas as forças produtivas, enquanto o pólo antinação seria aquele comprometido com as formas antigas e decadentes de produção, aliadas do imperialismo, como os latifundiários, contrários ao projeto nacional-desenvolvimentista que previa a implantação de um capitalismo avançado para combater o subdesenvolvimento. Esse esforço de superação do atraso demandaria o agrupamento dos representantes dos setores modernos em torno de uma ideologia agregadora que seria o nacional-desenvolvimentismo. Isso não quer dizer, porém, que a palavra nacionalismo significasse o mesmo para todos os isebianos (TOLEDO, 1977, p. 122-123).

No entanto, idéias desenvolvimentistas teriam se originado muito antes do período da Guerra Fria. O porto-riquenho Ramón Grosfoguel procurou mostrar como a ideologia do desenvolvimento racional, utilizada pelas elites latino-americanas, estaria atrelada ao controle mundial capitalista. Baseado em Immanuel Wallerstein, foi buscar,

no Iluminismo do século 18, a idéia fundamental para a constituição da ideologia da modernidade, segundo a qual, tudo que é novo seria necessariamente bom e desejável. Cada indivíduo, de acordo com aquela idéia, seria tratado como um sujeito livre, capaz de exercer um controle racional sobre seu destino. Essa concepção teria sido estendida para o nível do Estado-nação, considerado soberano e livre para, racionalmente, controlar seu progressivo desenvolvimento. Desenvolvimentismo ligou-se, a partir daí, à ideologia liberal e à idéia de progresso, tornando-se uma ideologia global da economia capitalista mundial (GROSFOGUEL, 2000, p. 348-349).

No século 19, as idéias desenvolvimentistas teriam sido apropriadas pelas elites “crioulas” da América Latina, interessadas no mercado livre e na soberania nacional, mas não na mudança das relações de trabalho. Sendo assim, teriam sido deixadas intactas as formas coloniais não-capitalistas, o trabalho coercitivo e as hierarquias raciais étnicas (GROSFOGUEL, 2000, p. 349).

Segundo Grosfoguel, argumentos neomercantilistas e nacionalistas antecipadores do que seria desenvolvido, um século depois, pela escola Prebish-CEPAL, teriam sido utilizados no Chile, Argentina e México. Para ele, grupos nacionalistas argentinos, mexicanos, chilenos e paraguaios teriam sido comprometidos com o nacional-liberalismo, defendendo o protecionismo como uma medida transitória, apesar de necessária, pois o mesmo seria um estágio em direção ao liberalismo econômico (GROSFOGUEL, 2000, p. 350-353).

As escolhas entre mercado livre e protecionismo teriam tido uma longa história na América Latina, portanto. A escola dependentista, por exemplo, teria sido uma versão radical do programa protecionista. Sua solução para a dependência seria o desligamento do sistema mundial capitalista e a organização de uma sociedade socialista, isolada da influência e do controle do capitalismo metropolitano. Grosfoguel apontou a escola dependentista como uma versão particular da ideologia desenvolvimentista, acrescentando que os temas desenvolvimentistas estariam muito vivos atualmente (GROSFOGUEL, 2000, p. 356), afirmação que se confirma como verdadeira, bastando o acompanhamento das notícias políticas e econômicas veiculadas na atualidade.

A teoria dependentista seria parte da ideologia da modernidade na América Latina e teria ficado presa aos mesmos argumentos desenvolvimentistas, reproduzindo o

pensamento de correntes intelectuais criticadas por ela. Privilegiando o desenvolvimento nacional e o controle do Estado-nação, ela teria reproduzido a ilusão de que o desenvolvimento aconteceria através da organização racional e do planejamento. Os dependentistas teriam subestimado a colonialidade do poder na América Latina, obscurendo o reconhecimento de que as relações de poder na região seriam constituídas por hierarquias raciais/étnicas que teriam uma longa história colonial. Os movimentos esquerdistas, influenciados pelo paradigma dependentista, teriam reproduzido a dominação “crioula” branca quando no controle do Estado-nação. Para Grosfoguel, não poderia haver um projeto radical para a América Latina sem a descolonização das relações de poder (GROSFOGUEL, 2000, p. 372).

Voltando à década de 1950, vejamos como idéias nacional-desenvolvimentistas foram desenvolvidas pelo isebiano Nelson Werneck Sodré. No texto “Raízes históricas do nacionalismo”, Sodré traçou uma espécie de história econômica do Brasil. As formas de organização econômica ao longo do domínio colonial, durante o Império e no período republicano, incluindo a Revolução de 30, forneceriam as explicações para os movimentos sociais e políticos de cada época.

Para Sodré, o nacionalismo possuiria raízes profundas e haveria atingido uma magnitude nunca vista na história do Brasil (SODRÉ, 1967, p. 165-166). Sodré compreendia aquele momento histórico sobre o qual escrevia – o final dos anos de 1950 –, como propício à tomada de consciência das classes sociais e de sua mobilização na defesa de seus interesses. Aquela cenário seria perfeito para se analisar a questão do nacionalismo, uma vez que, segundo sua compreensão, os inimigos externos e internos não controlariam o país como no passado (SODRÉ, 1967, p. 180).

Por que Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o País. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica à que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitalização. O que, para eles, eram as relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. De seu conteúdo libertador provém o teor apaixonado de que se reveste e que leva os seus opositores a considerá-lo mais como paixão do que como política. Conviria acentuar, no caso, que não existe paixão pelo abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico, e a verdade é sempre concreta. (SODRÉ, 1967, p. 180)



Como se vê, Nelson Werneck Sodré tinha pontos em comum com uma categoria de intelectuais que atribuía ao colonialismo características semelhantes ao regime feudal europeu. Essa teoria foi rebatida por Rodolfo Stavenhagen. Num artigo publicado inicialmente em 1968, Stavenhagen pretendeu rever e criticar idéias sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina que seriam aceitas e repetidas como dogmas. O sociólogo mexicano dividiu essas crenças em o que ele chamou, de sete “falácias” (STAVENHAGEN, 1981, p. 1). Vale a pena rever esse texto porque ele criticou muitas idéias discutidas ao longo deste trabalho e que eram acolhidas por membros do ISEB e por **Tendência**. Por exemplo, a noção de que a sociedade brasileira estaria dividida entre dois pólos, um atrasado e um mais desenvolvido, ou aquela que pregava o crescimento industrial como forma de se espalhar o desenvolvimento a todos os setores do país. Interessante, também, foi a refutação feita de que haveria um modo de produção capitalista nas cidades, enquanto as áreas rurais estariam submetidas a relações feudais. Muitos isebianos acreditavam que seria necessário “evoluir” para um nível moderno de produção capitalista para que, em seguida, se avançasse para outros tipos de conquistas sociais. Na visão de Stavenhagen, os diferentes modos de produção na América Latina obedeceriam a uma lógica do capitalismo mundial que, desde a sua introdução no continente, no século 16, sempre teria controlado formas variadas e simultâneas de trabalho, fosse ele remunerado, servil ou escravo.

A primeira tese combatida por Stavenhagen foi a de que os países latino-americanos seriam sociedades duais. Essencialmente, tal tese afirmaria a existência de duas sociedades independentes, apesar de conectadas. Uma arcaica, tradicional, agrária, estagnada e retrógrada. A outra moderna, urbana, industrializada, dinâmica, progressista e desenvolvida.

Essa idéia pressuporia a existência de uma dualidade entre feudalismo e capitalismo nos países da América Latina. Haveria, em grande parte da América Latina, uma sociedade de tipo feudal, base econômica e social de grupos retrógrados e conservadores, como, por exemplo, os donos de terras, as oligarquias e forças políticas locais. Por outro lado, essa teoria afirmaria a existência de núcleos de economia capitalista, nos quais se encontraria uma classe média urbanizada, progressista e empreendedora. Implícita nessa descrição estaria a idéia de que o “feudalismo” seria um

obstáculo ao desenvolvimento dos países da América Latina e deveria ser eliminado para dar lugar ao capitalismo progressivo, o qual desenvolveria empreendimentos para o benefício de todos.

Stavenhagen afirmou não haver dúvida de que existiriam grandes diferenças sociais e econômicas em todos os países da América Latina entre áreas rurais e urbanas, entre populações indígenas e não-indígenas, entre camponeses e elites urbanas e rurais, entre regiões muito atrasadas e regiões relativamente desenvolvidas. Contudo, essas diferenças não justificariam o uso do conceito de sociedade dual por duas razões principais. A primeira porque as relações entre regiões e grupos “arcaicos” ou “feudais” e “modernos” ou “capitalistas” representariam o funcionamento de uma única sociedade, na qual os dois pólos seriam partes integrantes. A segunda seria porque esses dois pólos teriam se originado no curso de um mesmo processo histórico. Para Stavenhagen, o importante seriam as relações existentes entre esses dois “mundos”. As regiões atrasadas cumpririam uma função específica e não seriam meramente zonas nas quais, por uma razão ou outra, o desenvolvimento não teria acontecido. As zonas arcaicas seriam, geralmente, exportadoras de matérias-primas para os centros urbanos do país e para o exterior. As áreas desenvolvidas de países subdesenvolvidos operariam por meio de um mecanismo que sugaria, das regiões atrasadas, os elementos que fariam o seu próprio desenvolvimento, procedimento resultante de um longo processo histórico que teria se iniciado com a expansão mercantilista e colonialista da Europa.

A conquista da América Latina teria sido executada com vistas a objetivos comerciais. As populações indígenas conquistadas teriam sido submetidas a uma brutal opressão e exploração por parte dos colonizadores e a produção econômica, baseada na escravização dos negros africanos, no Caribe e no Brasil, não seria fechada e auto-suficiente, como o feudalismo europeu clássico. A produção agrícola e mineradora nesses locais existiria para suprir as necessidades dos mercados da Europa.

Um fator constante da economia colonial seria a procura e controle do trabalho barato para os empreendimentos coloniais. Esse tipo de economia estaria submetido a fortes variações cíclicas. No Brasil – e esse padrão se repetiria no resto da América Latina –, as indústrias teriam crescido e declinado. Cada ciclo produtivo (algodão, açúcar, mineração, borracha, café) teria trazido uma época de crescimento e prosperidade para a área em que teria ocorrido, correspondendo a uma demanda

estrangeira. Depois desse período, cada um desses ciclos teria deixado uma economia estagnada, subdesenvolvida e atrasada, além de uma estrutura social arcaica. Em grande parte do Brasil, o subdesenvolvimento teria seguido e não precedido o desenvolvimento. O subdesenvolvimento nessas áreas seria, em grande parte, o resultado de um período prévio de desenvolvimento de curta duração, seguido do desenvolvimento de novas atividades em outras partes do país.

Os colonizadores teriam deslocado as populações indígenas para zonas inóspitas e isoladas, com a redução de seu padrão de vida a um nível miserável de subsistência. Em termos históricos, desenvolvimento e subdesenvolvimento estariam conectados na América Latina. Assim, o desenvolvimento de uma zona implicaria no subdesenvolvimento de outras. Essas condições responderiam, em larga escala, às necessidades da metrópole colonial e da elite colonial, as quais, dificilmente, poderiam ser definidas como feudais em vista de tudo o que foi mencionado.

As mesmas formas de relação estabelecidas entre a metrópole colonial e suas colônias se repetiriam dentro dos países colonizados. Na verdade, as regiões atrasadas e as subdesenvolvidas teriam cumprido o papel de colônias internas em relação aos centros urbanos desenvolvidos ou às áreas de agricultura produtiva. Stavenhagen propôs, então, descrever tal situação em termos de *colonialismo interno*, ao invés de “sociedades duais” (STAVENHAGEN, 1981, p. 2-6). Esse conceito de “colonialismo interno” também foi desenvolvido por Pablo Gonzáles Casanova, como se verá adiante.

A segunda tese, chamada de difusionista por Stavenhagen, afirmaria que o progresso na América Latina aconteceria com a difusão de produtos industriais nas áreas atrasadas, arcaicas e tradicionais. A cultura urbana ou ocidental se espalharia gradualmente pelo mundo e, pouco a pouco, absorveria todos os povos primitivos e atrasados que sentiriam os efeitos da modernização. Ou seja, o desenvolvimento do setor moderno acarretaria o desenvolvimento do setor arcaico.

Stavenhagen considerou essa idéia errônea porque a distribuição de produtos de consumo em áreas subdesenvolvidas não implicaria, automaticamente, o desenvolvimento dessas áreas, se se entendesse desenvolvimento como aumento da produção de mercadorias *per capita*, serviços e o bem-estar social geral. Frequentemente, a difusão de produtos nada mais seria do que a difusão da cultura da

pobreza nas áreas atrasadas e rurais porque ela não envolveria mudanças institucionais básicas.

Na realidade, a tese correta, no ponto de vista de Stavenhagen seria: o progresso das áreas modernas, urbanas e industriais da América Latina teria acontecido às custas das zonas atrasadas, arcaicas e tradicionais. A canalização de capital, matérias-primas, alimentos abundantes e trabalho manual vindos de zonas atrasadas permitiria o rápido desenvolvimento desses pólos ou pontos focais de crescimento e condenaria as zonas supridoras a uma crescente estagnação e ao subdesenvolvimento. As relações de comércio entre as áreas urbanas e subdesenvolvidas seriam desfavoráveis às últimas, da mesma maneira que relações comerciais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em escala mundial (STAVENHAGEN, 1981, p. 6-8).

A terceira tese: existência de áreas rurais atrasadas, tradicionais e arcaicas seria um obstáculo à formação de um mercado interno e ao desenvolvimento de um capitalismo progressista e nacionalista, interessado na reforma agrária, no desenvolvimento das comunidades indígenas, no aumento dos salários mínimos pagos aos trabalhadores rurais e outros programas similares.

Para Stavenhagen, essa tese estaria errada por, em primeiro lugar, não existir, com raras exceções, capitalismo progressista ou nacional na América Latina, nem condições internacionais que permitissem o seu desenvolvimento. Por capitalismo “progressista” e “nacional”, Stavenhagen entendia um capitalismo comprometido em palavra e ação com o desenvolvimento econômico independente, envolvendo a maioria da população (STAVENHAGEN, 1981, p. 8-10).

A quarta tese: a burguesia nacional teria interesse em derrubar o poder e o domínio da oligarquia rural, porque haveria um profundo conflito de interesses entre a nova elite, representada por modernos empreendedores comerciais e industriais, e a velha elite, que derivaria sua proeminência da posse da terra. O contrário foi apontado por Stavenhagen. Os interesses agrícolas, financeiros e industriais seriam encontrados, na maioria das vezes, nos mesmos grupos econômicos, nas mesmas companhias e, até mesmo, nas mesmas famílias. O desaparecimento da oligarquia latifundiária seria, exclusivamente, o resultado de movimentos populares, não da burguesia. A burguesia teria um grande aliado na oligarquia rural na manutenção do colonialismo interno, o

qual, em última análise, beneficiaria ambas as classes igualmente (STAVENHAGEN, 1981, p. 10-11).

A quinta tese: o desenvolvimento latino-americano seria o trabalho e a criação de uma classe média nacionalista, progressista, empreendedora e dinâmica. As políticas econômicas dos governos latino-americanos deveriam estimular a “mobilidade social” e o desenvolvimento dessa classe.

Stavenhagen considerou essa tese falsa porque o próprio conceito de “classe média” conteria ambigüidades e equívocos. Como, para ele, não haveria uma clara definição desse termo, as informações referentes às virtudes e potencialidades da “classe média” seriam apenas opiniões subjetivas daqueles que as emitiriam (STAVENHAGEN, 1981, p. 12).

A sexta tese, que afirmaria ser a integração nacional na América Latina produto da miscigenação, seria repetida em países com problemas étnicos, aqueles com uma grande proporção de indígenas ou de negros na população. O argumento seria que a colonização espanhola e portuguesa da América teria colocado dois grupos raciais principais, duas civilizações em confronto e que o processo de integração nacional representaria tanto a mistura biológica como a cultural. Um novo elemento intermediário, biológico e cultural apareceria, contendo a “essência da nacionalidade” e possuiria todas as virtudes necessárias para o progresso nos países latino-americanos.

A falácia dessa tese seria que mistura biológica e cultural não constituiria, nela mesma, uma mudança na estrutura social existente. Além do mais, a tese de miscigenação esconderia um preconceito racista, ainda que inconsciente. A miscigenação biológica significaria “branqueamento”. Nesse sentido, para os indígenas da América, as alegadas virtudes da miscigenação significaria a agonia e o desaparecimento da sua cultura (STAVENHAGEN, 1981, p. 15-16).

A sétima tese: o progresso na América Latina somente aconteceria por meio de uma aliança entre os trabalhadores urbanos e os camponeses, como um resultado da identidade de interesses dessas duas classes.

Essa tese, baseada nas teorias desenvolvidas por Lenin e Mao Tse-tung, teria prevalecido entre a esquerda ortodoxa. O sucesso da revolução democrática, na América Latina, dependeria da habilidade das classes trabalhadoras e camponesas de montar um *front* comum contra a burguesia reacionária e contra o imperialismo.

Depois de lembrar que a história dos países latino-americanos não registraria nenhuma aliança desse tipo entre trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais, Stavenhagen destacou que a migração das áreas rurais para urbanas representaria uma melhoria de vida. Quanto mais grave o colonialismo interno na América Latina, menores as possibilidades de uma verdadeira aliança política entre trabalhadores urbanos e rurais (STAVENHAGEN, 1981, p. 16-19).

Utilizando-se do mesmo conceito de colonialismo interno que ajudara a desenvolver em parceria com Stavenhagen, o também mexicano Pablo Gonzáles Casanova, escreveu, em 1965, um artigo em que afirmava ser o colonialismo não apenas um fenômeno internacional, mas também intranacional (CASANOVA, 1965, p. 28) e que o racismo e a segregação racial seriam essenciais na exploração colonial de alguns povos por outros (CASANOVA, 1965, p. 32). Mais tarde, Gonzáles Casanova produziu um outro artigo intitulado “Colonialismo interno [una redefinición]”, no qual, apesar do adendo, reafirmava a operacionalidade do conceito.

A definição de colonialismo interno estaria originalmente ligada a fenômenos de conquista. As populações de nativos não-extermados teriam feito parte, primeiramente, do Estado colonizador e, depois, do Estado que teria adquirido uma independência formal ou que teria iniciado um processo de transição ao socialismo ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal. Os povos, minorias ou nações colonizadas sofreriam condições semelhantes àquelas próprias do colonialismo ou do neocolonismo no nível internacional.

De acordo com Gonzáles Casanova, o conceito de *colonialismo interno* teria sido formulado no seio do marxismo acadêmico, do pensamento crítico e das investigações empíricas na América Latina, Estados Unidos, África, Ásia e Oceania. Os estudos a esse respeito seriam abundantes e incluiriam investigações e trabalhos de campo, entre os quais teria se sobressaído, como um dos pioneiros, o de Rodolfo Stavenhagen (1963). As discussões sobre o conceito teriam passado, de debates mais ou menos contidos entre especialistas, a verdadeiros encontros e desencontros entre políticos e dirigentes revolucionários .

As correntes marxistas ortodoxas teriam se oposto, durante muito tempo, ao uso da categoria de colonialismo interno, tendo preferido continuar pensando em termos de luta contra o “semifeudalismo” e trabalho servil, sem aceitar que, desde as origens do

capitalismo, as formas de exploração colonial teriam combinado o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado. Os Estados de origem colonial e suas classes dominantes refariam e conservariam as relações coloniais sobre as minorias e as etnias colonizadas que se encontrariam no interior de suas fronteiras políticas.

Retornando à argumentação de Nelson Werneck Sodré, ele procurou na história econômica do Brasil elementos que pudessem auxiliá-lo na identificação das raízes do nacionalismo brasileiro. Contudo, essa tarefa não foi cumprida. A não ser que se deduza que nacionalismo fosse sinônimo de lutas sociais ou de evolução político-econômica. De qualquer forma, a corrente nacionalista foi colocada ao lado do novo, em oposição às forças ligadas à oligarquia agrária, que estaria ao lado do capital estrangeiro. A dicotomia entre novo e velho foi bastante recorrente. O discurso de Sodré baseava-se em elementos como a verdade, o real, o concreto. Em seu texto, entretanto, não havia a preocupação de se “provar a verdade” através da demonstração. Quase tudo nesse escrito era exaltativo, chegando a um ponto, que talvez seja central no discurso de Sodré: nacionalismo seria paixão e libertação.

O Nacionalismo aparece, pois, num cenário histórico em que é a saída para uma situação real difícil, cujos sintomas ocorrem na existência cotidiana. Corresponde a um quadro real, a necessidades concretas – não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria mas da prática. É uma solução espontânea, e esta aparece, como das suas limitações e traduz a dificuldade em assumir formas organizadas de luta política. Organizado, é invencível. O teor de paixão que o acompanha, sinal positivo de sua força e não sintoma de fraqueza, assinala a generalidade e a profundidade de seus efeitos: revela que o Nacionalismo é popular, o que não pode surpreender ninguém, uma vez que só é nacional o que é popular. (SODRÉ, 1967, p. 181)

Além de popular, o nacionalismo de Sodré também significaria democracia, enquanto os opositores da política nacionalista seriam antidemocratas, autoritários, defensores de uma velha ordem colonialista que privilegiaria uma minoria.

Nesse cenário, o Nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir e colocar de público os problemas nacionais. Precisam, mais do que tudo, do apoio popular, e só isso revela o caráter democrático, essencial, da posição nacionalista. As forças opostas, muito ao contrário, perderam as condições para a vida ostensiva e exercem variadas e repetidas tentativas de limitação de franquias, de restrições às opiniões, de redução do jogo político às velhas fórmulas da combinação de poucos, das decisões clandestinas, das articulações de cúpula, com um horror característico ao que é popular. (SODRÉ, 1967, p. 180-181)

Na defesa nacionalista de Sodré, esse movimento representaria o novo, a industrialização, a burguesia nacional e o operariado, ou seja, as forças contrárias ao imperialismo. Para tanto, fazia-se necessário colocar em segundo plano as lutas entre trabalho e capital com o objetivo de se alcançar algo maior, ou seja, a consolidação da nação e a superação do que de colonial existia no Brasil. O nacionalismo seria “a solução natural” e o “poder catalisador” que uniria burguesia e proletariado.

O Nacionalismo nasce da necessidade de compor um novo quadro, conjugando interesse de classe, reduzindo-se a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política. (SODRÉ, 1967, p. 181-182)

Seria a esperança de união entre capital nacional e operariado na luta contra a ameaça externa de controle do país, bem como o esforço pela mudança de uma política econômica e financeira de agravamento da miséria, de exportação de capitais e de impedimento da consolidação das empresas brasileiras (SODRÉ, 1967, p. 182).

O arremate de toda a argumentação de Sodré consistiu na distinção entre o *velho* e o *novo*. Velhas seriam as relações semifeudais, a política de socialização dos prejuízos, o mercantilismo, a produção de matérias-primas destinadas à industrialização externa e a idéia da necessidade de capitais estrangeiros para o desenvolvimento do país. O novo seria a burguesia, a indústria nacional de bens de produção, a classe média, os trabalhadores, “o povo” participante nos destinos políticos do país. Mais do que tudo, novo seria o nacionalismo que impulsionaria o país à frente, rompendo com os entraves ao desenvolvimento (SODRÉ, 1967, p. 182).

Passemos agora a outro membro do ISEB, Guerreiro Ramos, que não tratou diretamente de nacionalismo, mas de pensamento nacional em sua obra **A redução sociológica** (1996). Acreditava, como outros membros do ISEB, que os anos de 1950 seriam favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência crítica no Brasil. As condições objetivas estariam postas, com transformações na infra-estrutura que levariam a um elevado nível de industrialização. Para Guerreiro Ramos, a consciência crítica seria a reflexão efetuada por um ser humano ou grupo social sobre suas determinantes, agindo frente a elas como sujeito e não como objeto de determinações exteriores. Três fatores de ordem estrutural, articulados entre si, favoreceriam a tomada de consciência



crítica: “a industrialização, e duas de suas conseqüências, a urbanização e as alterações do consumo popular” (RAMOS, 1996, p. 45-53).

Os padrões precários de existência, mantendo a população em estado de servidão à natureza, não propiciam o aprofundamento de sua subjetividade. Concentrando suas forças para obter a mera subsistência, presa de necessidades rudimentares, não resta às populações pauperizadas senão restrita margem para desenvolver a aptidão de se conduzirem significativamente como protagonistas de um destino histórico. Poder-se-ia considerar como expostas à heterodeterminação as coletividades de escassa subjetividade, por isso que dispõem de recursos limitados, quase tão só hábeis para permitir a reprodução animal. Só adquire a possibilidade de autodeterminação o povo que, libertando-se da motivação grosseira, dos misteres puramente biológicos, transfere seus interesses para motivos cada vez mais requintados. É a autodeterminação, garantida por supostos concretos, que leva uma população a ascender do plano do existir acidental, dir-se-ia quase espacial, para o da duração; da condição de objeto ou coisa à condição de sujeito. A autodeterminação está, de certo, associada com refinamento dos motivos da vida ordinária, com a libertação progressiva dos afazeres elementares. (RAMOS, 1996, p. 63-64)

Pode-se concluir que, no entendimento de Guerreiro Ramos, o refinamento e a elevação do ser humano estariam ligados à produção e ao consumo de bens materiais e culturais. Na edição de 1963 de **A redução sociológica**,<sup>2</sup> Guerreiro Ramos acrescentou uma nota na qual são também assinalados como fatores de promoção da consciência crítica os meios de comunicação e de transporte. Ou seja, a modernização da tecnologia ajudaria os seres humanos a serem mais humanos e menos animais. No caso do Brasil, a mídia possibilitaria aos brasileiros a reprodução de sua própria imagem.

Seria pertinente ressaltar a importância decisiva que assume na promoção da consciência crítica da realidade brasileira, a imagem dessa própria realidade que se difunde rapidamente em toda população, graças aos meios de comunicação como o caminhão e o automóvel, e de informação, como o rádio, a televisão, e especialmente o aparelho transmissor. (RAMOS, 1996, p. 65)

Situando o Brasil na periferia ocidental, Guerreiro Ramos entendia que deveria haver uma substituição da “assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados” por uma “assimilação crítica desses produtos”. Propôs o termo “redução sociológica” para designar essa assimilação crítica que abrangeria a sociologia, o direito, a economia, a política, a antropologia cultural, a psicologia, a filosofia e os estudos culturais (RAMOS, 1996, p. 68). Para ele, a “redução” seria

<sup>2</sup> A primeira edição de **A redução sociológica** é de 1958. Na “Nota introdutória” dessa edição, Guerreiro Ramos explicou que as idéias do livro “foram fragmentariamente apresentadas nos cursos regulares” ministrados por ele no “Instituto Superior de Estudos Brasileiros e na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas” (RAMOS, 1996, p. 43).

[...] *um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira*. A redução sociológica não implica isolacionismo, nem exaltação romântica do local, regional ou nacional. É, ao contrário, dirigida por uma aspiração ao universal, mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional. Não pretende opor-se à prática de transplantações, mas quer submetê-las a apurados critérios de seletividade. Uma sociedade onde se desenvolve a capacidade de auto-articular-se, torna-se conscientemente seletiva. Diz-se aqui conscientemente seletiva, pois em todo grupo social há uma seletividade inconsciente que se incumbe de distorcer ou reinterpretar os produtos culturais importados, contrariando, muitas vezes, a expectativa dos que praticam ou aconselham as transplantações literais. (RAMOS, 1996, p. 73)

Aquilo que Guerreiro Ramos chamou de procedimento metodológico da redução pressuporia o comprometimento do intelectual com a realidade social na qual estaria inserido. A ciência seria universal, “enquanto patrimônio de aquisições comuns a todos os cientistas do mundo”, mas o pesquisador deveria “submeter-se à exigência de referir o trabalho científico” à sua comunidade (RAMOS, 1996, p.123-124).

A partir dessas afirmativas, Guerreiro Ramos estabeleceu o que considerava sociologia nacional. Para ele, toda sociologia autêntica assumiria sempre caráter nacional, sendo que a caracterização dessa sociologia se daria pela aplicabilidade dos princípios do raciocínio científico em determinada situação histórica da qual o próprio intelectual participaria como um ser em situação (RAMOS, 1996, p. 125).

O que diferencia em nacionais as sociologias é o caráter necessariamente particular de que se revestem os pontos de vista dos sociólogos, tanto quanto sejam significativa e funcionalmente adequados aos problemas da nação em que vivem. Nas estruturas coloniais, onde os fatores intelectuais são em grande margem ociosos, os assuntos se tornam mais ou menos gratuitos, e mais ou menos decorativa a produção de idéias. Nas estruturas nacionais dotadas de capacidade de autodesenvolvimento, o trabalho intelectual, e, portanto, científico, está direta e indiretamente carregado de funcionalidade, enquanto referido a perguntas concretas. (RAMOS, 1996, p. 126)

Vejamos como um terceiro teórico do ISEB, Álvaro Vieira Pinto, pensava temas de nossa reflexão. Em 14 de maio de 1956, Vieira Pinto proferiu a aula inaugural do Curso Regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros no Auditório do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro. De forma bastante didática, como convinha à ocasião, condensou pontos importantes de seu trabalho como a questão da consciência e do desenvolvimento nacional.

A conferência iniciou-se com uma correlação entre ausência de filosofia no Brasil e ausência de consciência. Vieira Pinto apontou a dependência externa como fator impeditivo para o surgimento de um pensamento filosófico entre os brasileiros.

Com a ausência de filósofos, não teria havido a formulação dos problemas nacionais, acarretando esse fato o retardamento do processo brasileiro, justamente porque esse processo dependia do grau de consciência da comunidade nacional (PINTO, 1960b, p. 11-14).

Na verdade, não se poderia dizer que as massas não possuiriam consciência. Elas teriam uma “protoconsciência” que alcançaria patamares mais altos, caso houvesse condições materiais para tanto, o que equivaleria a dizer que o desenvolvimento nacional seria fator essencial para a transformação da consciência. Essa protoconsciência poderia desenvolver-se por si mesma, uma vez que lhe fossem dadas as condições mínimas para melhorar a sua autopercepção (PINTO, 1960b, p. 17).

A rigor, não se tem o direito de chamar as massas de incultas, mas antes lhes conviria o epíteto de pré-cultas, no sentido de que são uma consciência potencial em expectativa. Quando o processo do desenvolvimento nacional, em todos os setores, dá a indivíduos existentes no seio da massa a oportunidade de superação, ocorre a súbita tomada de consciência da sua situação e, através dela, da realidade brasileira em geral. (PINTO, 1960b, p. 17)

Utilizando-se de uma cadeia semântica relacionada às idéias de iluminação, clareza, altitude e luz em contraposição ao que representaria o obscuro, Vieira Pinto dividiu a consciência em dois estágios. O primeiro momento de transformação da consciência seria propiciado pelo desenvolvimento. Vieira Pinto o chamou de *consciência sensitiva*. O indivíduo seria um figurante mudo, meramente sensitivo. Ao descobrir a sua própria voz, o “homem do povo” a utilizaria para reclamar contra a miséria de sua condição. Ele não saberia porque viveria dessa forma, mas já protestaria, começando a formular logicamente o seu sentimento de desigualdade social. Apesar de não saber como buscar a transformação, exigiria o atendimento de suas necessidades (PINTO, 1960b, p. 18).

A segunda fase seria a da *consciência representativa*. O ser humano conseguiria articular-se logicamente, possuindo a idéia determinante da ação. A idéia deixaria de ser um dado abstrato, sendo vista como realidade eminentemente social (PINTO, 1960b, p. 18-19).

Quando isso se dá, o indivíduo atinge a maturidade do seu processo consciente. Daquilo de que antes só tinha o sentimento vivo, pungente, pessoal, tem agora representação conceitual. O que era instintivo clamor de revolta, transforma-se em iluminante compreensão. Antes sofria, agora sabe porque sofre. Essa é a função da idéia. [...] o

homem que possui uma idéia é ao mesmo tempo um homem possuído por essa idéia. No momento em que se delinea claramente em seu espírito a representação de certo fato ou situação, com a consciência das determinantes dela e a perspectiva das conseqüências, passa ele necessariamente a agir em função de tal representação. (PINTO, 1960b, p. 18-19)

O desenvolvimento histórico era visto por Vieira Pinto como produto das idéias de um grupo social que inspirariam um projeto futuro, vinculado à realidade presente. O conhecimento da nacionalidade presente seria a condição para a elaboração de um melhor projeto futuro. E o que seria o desenvolvimento nacional? Um processo que comportaria em si os elementos *finalidade, unidade, especificidade e idéia diretriz* (1960b, p. 22). Para a sua implementação, seria necessário que fossem vencidas as resistências individuais, com a substituição das representações anteriores pela *ideologia do desenvolvimento*, o que seria o mesmo que *nacionalismo*.

Segundo Vieira Pinto, o Brasil viveria um momento de transformação iminente, em que a consciência alienada, colonial, inautêntica estaria prestes a se transformar em consciência autêntica, pois o processo do desenvolvimento material da nação teria alcançado um grau de claridade que permitiria aos brasileiros a percepção exata do seu ser. A transmutação da consciência inautêntica em autêntica consistiria na substituição do semicolonialismo por uma nova estrutura de idéias que iniciariam a reinterpretação do Brasil (PINTO, 1960b, p. 28).

Nessa aula inaugural, Vieira Pinto formalizou o que se deveria esperar do ISEB: a criação de um pensamento unificado sobre um projeto de Brasil que orientasse as forças sociais comprometidas com o desenvolvimento.

Senhores, muito devemos esperar da Instituição cujas atividades hoje se iniciam. Se chegar realmente a unificar um pensamento definido e claro sobre o que é e o que deve ser o Brasil; se, pela força persuasiva das diretrizes que aconselhar, puder mover a inteligência dos homens das classes dirigentes, políticos, empreendedores industriais e diretores técnicos, orientando-lhes a ação rumo da iniciativa racional; se, pela verdade intrínseca da ideologia que ajudar a construir, vier a identificar-se aos anseios das massas, terá então contribuído para dar existência histórica a um Brasil que até agora não ousamos senão imaginar. (PINTO, 1960b, p. 46)

E, como condensação de toda sua teorização, apresentou quatro axiomas:

- 1) sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional.
- 2) a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa.
- 3) o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas.

4) a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas. (PINTO, 1960b, p. 29-34)

Em **Consciência e realidade nacional** (1960), Álvaro Vieira Pinto dedicou uma grande parte do livro à questão do nacionalismo propriamente dito. Primeiramente, desenvolveu o tópico “O processo de formação nacional”, no qual diz que o desenvolvimento da consciência crítica da realidade nacional seria o mesmo que autoconsciência. Ao se descobrir nacional, a consciência se incorporaria à realidade objetiva e se reconheceria configurada pelas condições exteriores. O mundo material precederia a consciência que, ao desenvolver seu processo reflexivo, compreenderia a sua vinculação ao real e esse reconhecimento estaria ligado ao conceito de nacionalidade que possibilitaria o entendimento de forma englobante.

No processo de compreensão da realidade, a consciência parte do mundo cuja existência material a precede e no qual se acha incluída, desde que começa a despontar. Na reflexão, que então se desenvolve, vão-lhe aparecendo os caracteres do seu modo próprio de ser; mas, sendo o desenvolvimento reflexivo determinado pelo aumento da compreensão que a realidade possibilita, à medida que empiricamente vai sendo melhor conhecida, conclui-se que o traço supremo que a consciência descobre em si é aquele constituído pelo conhecimento da sua total vinculação ao real. Esse traço é o predicado de nacionalidade, pois exprime a percepção, pela consciência, da integral coincidência com seu contorno objetivo. Pelas outras categorias, descobre significativos aspectos dessa realidade; pela de nacionalidade, porém, apreende em bloco o mundo real onde se encontra e que é o seu objeto. Eis a razão da qualidade máxima deste conceito. Considerado o presente estado histórico, a forma como se estabelece a convivência política no espaço ecumênico é a nação. (PINTO, 1960a, p. 300-301)

Uma vez que a consciência do mundo não poderia ser individual, porque não se poderia olhar a realidade isolada e desinteressadamente, a categoria de nacionalidade seria criada quando várias pessoas pensassem da mesma forma, estabelecendo-se uma posição comum entre vários seres, mas distinta da de outros (PINTO, 1960a, p. 301-302).

[...] a comunicação obrigatória que [...] preciso ter com os outros homens não implica que tenha de reportar-me imediatamente à totalidade da espécie humana. Antes, ao contrário, a consciência da realidade exige, nas condições históricas atuais, o parcelamento necessário da comunicação, determinando que uma parte apenas dos homens formem em comum comigo aquilo que é a “nossa” consciência. Temos aí a raiz da “nacionalidade”, como expressão mais geral do modo de ser da consciência. (PINTO, 1960a, p. 302-303)

O mecanismo de constituição da nacionalidade começaria quando uma comunidade sentisse o grau de afinidade existente entre as consciências individuais dos seus membros. Essa compreensão comum do mundo teria, a lhe sustentar, relações objetivas, como origem, igualdade racial, língua e interesses econômicos. Na defesa desses interesses é que se institucionalizaria a forma política de nação (PINTO, 1960a, p. 306).

A consciência nacional seria uma forma de inclusão social, enquanto a passagem do estado prenacional para o nacional representaria o ingresso na história. A luta pela liberdade seria a luta pela nacionalidade (PINTO, 1960a, p. 303-304).

A passagem do estatuto colonial ao nacional marca o limiar a transpor para a entrada na história. É o acontecimento que assinala haver a comunidade adquirido o direito ao reconhecimento de personalidade autônoma. Por isso, a luta dos povos escravizados para a conquista da independência política deve ser interpretada por meio das idéias anteriormente expostas, que revelam ser a liberdade o traço da consciência superior da realidade e mostra porque a conquista da liberdade se constitui necessariamente em luta pela nacionalidade. É preciso ser nação para que um grupo humano historicamente diferenciado ofereça aos seus componentes condições reais de exercício da liberdade. O homem não alcançará a consciência de si e o domínio do seu mundo se não conseguir organizar a nação e o seu círculo social de coexistência. Deve ligar-se aos que participam com ele da consciência comum e pleitear para o grupo a qualidade histórica oficial de nação, a fim de adquirirem todos a possibilidade de pôr em prática o projeto coletivo, pelo qual se havia definido aquela consciência. (PINTO, 1960a, p. 304)

Ao mesmo tempo, o nacionalismo seria o único remédio para a consciência alienada do país subdesenvolvido porque significaria o término da alienação ao definir a essência de uma consciência nacional, refletindo a sua realidade (PINTO, 1960a, p. 394).

Vieira Pinto especulou sobre a possibilidade de, algum dia, a humanidade vir a se constituir em um todo igualitário. Para ele, dependendo do processo histórico, caso a realidade se transformasse em correlações materiais pacíficas amplas, incorporando a totalidade dos problemas humanos e a maioria das populações tivesse alcançado um desenvolvimento econômico sem desigualdades e imperialismos, nada impediria que a categoria de nacionalidade se confundisse com a de humanidade (PINTO, 1960a, p. 305).

Da mesma forma que pensou as nações convivendo politicamente num espaço ecumênico e chegou a cogitar na mescla da categoria de nacionalidade com a de

humanidade, Vieira Pinto também vislumbrou a possibilidade de existência de uma comunidade supranacional. Para sua concretização, seria preciso que cada nação desenvolvesse as suas máximas possibilidades, evitando, assim, relações de forças heterogêneas entre elas. Quanto às áreas dominantes, teriam de se converter em centros propulsores do desenvolvimento das áreas mais atrasadas, sem que isso significasse imperialismo ostensivo ou velado com vistas ao benefício delas próprias. As comunidades pobres teriam de participar desse processo de desenvolvimento na condição de sujeito e não de objeto histórico (PINTO, 1960a, p. 365-366).

Vieira Pinto negou a qualificação de “particular, local, parcial” para a nação. Contrariamente a esses adjetivos, ele queria que a nação, sendo “única, insubstituível”, recebesse o qualificativo de “universal”.

Existencialmente a nação é sempre singular e concreta. Logo, é mera exigência abstrata e sem sentido real, pedir ao filósofo que pense em geral, ou seja, de modo válido indistintamente, a realidade histórica. Não lhe é dado conceber a realidade senão fundando-se no ponto do espaço e na época em que vive; por isso, perde todo senso a exigência de universalidade abstrata, só se justifica a pretensão de universalidade concreta. Desde que a nação à qual pertença é única, pois para mim não há outra, é por isso mesmo universal. É o universal concreto. (PINTO, 1960a, p. 368-369)

O reconhecimento da existência de outras nações seria sempre mediatizado pela experiência que o sujeito teria de seu próprio contorno nacional, pelo seu pertencimento a uma nação particular. Esse sujeito deveria assumir a sua realidade plenamente e vê-la “como caso único”, o que a converteria no próprio universal (PINTO, 1960a, p. 368-372).

A busca de uma justificativa para que toda a argumentação se centralizasse na questão do nacionalismo foi encontrada na história brasileira por Vieira Pinto, para quem a alternativa entre nacionalismo e não-nacionalismo sempre teria existido. Já o alcance excepcional do nacionalismo no final dos anos de 1950 se explicaria porque o debate teria alcançado o campo econômico (PINTO, 1960a, p. 315)

Porque o dilema entre nacionalismo e não-nacionalismo é de caráter ontológico, diz respeito ao ser da nação, a qual deve permanentemente reafirmar-se sob pena de desintegrar-se, pois a nação não é “coisa”, existente e estabelecida de uma vez por todas, ao abrigo das alterações temporais, mas “processo”, que exige contínua

instituição dos fatores que a sustentam no curso das suas inevitáveis modificações. A nação é um gesto de auto-afirmação, que tem de ser todos os dias praticado pelo povo, para merecer a recompensa do prosseguimento. Mas esse gesto não é de caráter abstrato, não consiste em propósitos subjetivos, como protestos de amor à Pátria, indefinidamente repetidos, mas é atitude que a cada momento deve ser tomada em face da realidade nacional concreta. Por isso, não é possível separar o nacionalismo como estado de espírito, como emoção, das circunstâncias materiais em relação às quais se constituem de forma eficaz, operante, os movimentos da vontade popular derivados do projeto de auto-afirmação nacional. (PINTO, 1960a, p. 315-316)

Sem escamotear seus propósitos, Álvaro Vieira Pinto declarou ser o nacionalismo e a busca do desenvolvimento brasileiro a razão de ser de suas reflexões.

O nacionalismo enquanto prática política do desenvolvimento brasileiro é a meta de todas as reflexões contidas no presente livro. Para esclarecer o seu significado, definir-lhe o conteúdo e as possibilidades de constituir-se em política que venha a compendiar o nosso projeto de destino, é que empreendemos esta investigação da consciência social, a fim de procurar nela a possível justificativa de tal conduta e orientação. Parece-nos havê-la encontrado no fato de reconhecermos ser a consciência autêntica da realidade nacional portadora deste traço essencial, o de nacionalidade. A ele se prendem os fundamentos do pensamento teórico e da ação política que se denomina nacionalismo. (PINTO, 1960a, p. 306-307)

Sendo o nacionalismo uma atitude constante na história brasileira, de acordo com Vieira Pinto, dois períodos distintos do nacionalismo foram apontados: o que teria se dado no período colonial e o que se apresentava, no momento de sua escrita, caracterizado por uma autonomia inicial (PINTO, 1960a, p. 310). Essas diferenças e características podem ser assim visualizadas:

<b>Características do nacionalismo no Brasil</b>	
<b>Fase colonial</b>	<b>Fase autônoma</b>
Defesa da forma nacional	Defesa do conteúdo nacional
Preponderância do aspecto jurídico	Preponderância do aspecto econômico
Caráter emocional, romântico, literário, subjetivo	Caráter racional, lógico, técnico, objetivo
Representado pelas elites	Representado pelas massas



Vieira Pinto insistiu na feição dialética do processo nacionalista de forma a incorporar idéias e projetos que estivessem de acordo com a situação histórica vivida pelos brasileiros, não podendo ultrapassar ‘potencialidades imediatas, sob pena de ingressar no imaginário’. As contradições que o processo nacionalista apresentasse seriam “as da própria realidade” (PINTO, 1960a, p. 314-315).

Justamente por conceber suas propostas como parte de um amplo processo é que Vieira Pinto afirmou ser o nacionalismo o projeto de uma nação a ser feita. A cada ato nacionalista praticado, outros lhe seguiriam, compondo uma seqüência coerente (PINTO, 1960a, p. 320). A sua fé na consecução dos objetivos nacionalistas mostrava-se inabalável, assim como a certeza de um grande futuro para o Brasil.

Vieira Pinto utilizou a expressão “inventar o projeto nacional”, mas distinguiu uma invenção fantasiosa, sem base na realidade, de outra autêntica, criada com vistas a delinear as mudanças pretendidas.

*A alienação política documenta a incapacidade do grupo dirigente de inventar o projeto nacional autêntico. Não se trata de invenção imaginária, de produto da fantasia, mas de criar, no sentido mais rigoroso da palavra, a forma de ser que o país deverá possuir. Esta é de fato uma invenção não fantástica, mas objetiva, apoiada na realidade e surgida dos sentimentos que dela recebe a consciência verídica. (PINTO, 1960a, p. 399)*

Segundo suas previsões, o processo do desenvolvimento brasileiro deveria cumprir algumas etapas, sendo a primeira delas o combate ao imperialismo, uma vez que não haveria ainda uma “divisão social do trabalho” que permitisse “a plena aplicação do conceito de luta de classes, elevando-a à condição de contradição social principal” (PINTO, 1960a, p. 358).

Com o crescimento da indústria nacional, “sob a direção de uma ideologia nacionalista do desenvolvimento”, a consciência da classe trabalhadora seria fortalecida e as diferenças salariais entre operários da indústria brasileira e das companhias estrangeiras se equivaleriam, possibilitando a mudança de foco da luta pela igualdade que passaria a ser a “contradição entre as classes” (PINTO, 1960a, p. 359).

Também o processo de industrialização teria suas etapas e a questão da luta de classes só deveria ser considerada a partir do avanço do capitalismo. No momento de sua análise, Vieira Pinto achava que deveria haver uma união no combate ao capital estrangeiro e na defesa do capital nacional. Somente mais tarde, vencida essa barreira, é que se deveria atuar em outros problemas (PINTO, 1960a, p. 361).

Está bastante claro que Vieira Pinto percebia não haver condições para uma mudança radical no país via revolução. Assim, aceitava uma progressão capitalista que tirasse a população mais pobre das relações de produção consideradas por ele como feudais. Entendia, também, que os trabalhadores rurais, como os mais distantes da consciência que preconizava, necessitavam da ajuda de setores progressistas e dos trabalhadores dos setores industrializados.

[...] é ingênuo, e quase ridículo, esperar que a reforma agrária no Brasil possa ser promovida por governos, federal ou estaduais, constituídos em sua maior parte de latifundiários, ou tendo nessa classe as suas raízes políticas. Se isso pudesse acontecer seria coisa inaudita na história, ver-se uma classe decretar a restrição dos seus privilégios sociais, por abnegação para com os desamparados. A não ser que se apresentem condições para fazê-lo por via revolucionária, somente quando o desenvolvimento da consciência nacionalista nas massas camponesas, conjugado ao movimento dos trabalhadores urbanos, conseguir elevar às assembleias legislativas e aos postos de direção um número suficiente de legítimos representantes do campesinato, será lícito esperar o projeto racional de reforma agrária. (PINTO, 1960a, p. 492)

Tendo estendido suas observações a vários aspectos que considerava importantes no processo do nacionalismo brasileiro, Vieira Pinto redigiu um manifesto ao qual chamou de “Princípios de uma política nacionalista”. Desenvolvidos em 13 tópicos, esses seriam os princípios gerais a serem implementados para uma “política do desenvolvimento nacional em bases nacionalistas”:

1. *A incorporação do trabalho nacional ao País* – princípio cardinal de toda a política nacionalista. Significa o fim da alienação internacional do trabalho. [...] O aproveitamento do trabalho do povo em benefício exclusivo dele mesmo é a diretriz suprema da política nacionalista;
2. *A crescente participação das massas no processo político* – A única força capaz de encaminhar o processo do desenvolvimento nos rumos aqui indicados são as massas populares, pois foi em benefício delas que concebemos as idéias que sustentam estes princípios;
3. *O pleno emprego dos recursos nacionais* – a política de libertação nacional deve incluir entre os seus temas mais urgentes o estudo dos recursos naturais da nação, e organizar o esquema do seu completo emprego racional em benefício exclusivo do povo;
4. *A repressão ao capital privado estrangeiro* – impedimento de qualquer forma de investimento estrangeiro privado e a promoção da “completa nacionalização de todas as empresas estrangeiras existentes no País;
5. *A política do desenvolvimento visa a humanizar a existência das massas populares* – o subdesenvolvimento do País se identifica ao desumanismo da existência do povo. A política do desenvolvimento em bases nacionalistas constitui para nós o verdadeiro humanismo;
6. *O monopólio estatal dos fatores econômicos básicos* – O monopólio estatal, não apenas do petróleo, mas de todas as fontes de energia e dos grandes recursos minerais impõe-se como medida fundamental de toda política nacionalista;

7. *A defesa da indústria nacional autêntica* – Significando a industrialização a mudança qualitativa da sociedade, mediante a qual se aparelha para levar a cabo as fases superiores da cadeia de atos produtivos, de modo a engendrar no seu interior a totalidade do produto, essa radical diferença de estrutura importa em completa utilização por ela mesma dos recursos de que dispõe, e evidentemente obriga a cessar a prática colonial de exportar as matérias-primas minerais de que necessita;
8. *A política de ocupação do nosso território* – A ideologia nacionalista inclui como ponto primordial do seu programa a ocupação territorial e deseja colocar todas as grandes questões econômicas e sociais na perspectiva que as associa intimamente à diversidade demográfica e à existência de correntes migratórias internas, relaciona-as com a presença de enormes espaços vazios em nosso interior, com o crescimento vegetativo global da população e as imensas distâncias entre os grupos humanos. [...] Conhecendo os riscos da imensidade territorial disponível, abandonada e descuidada, queremos agora penetrar a nossa própria base física nacional e utilizá-la integralmente;
9. *A reforma agrária* – Sob este nome deve entender-se o conjunto de medidas que visam a transformar a existência das massas camponesas, mediante a alteração das suas relações de produção, modo de trabalho e regime de propriedade da terra, integrando-as no movimento geral de ascensão do nível de vida do País, ou seja, incorporando-as ao processo de desenvolvimento. [...] trata-se, por enquanto, de implantar no campo o sistema de relações capitalistas de produção, naquelas áreas onde vigora atualmente a etapa precapitalista mais retardada, como primeiro passo para libertar as populações rurais das formas feudais e semif feudais de produção, dando-lhes salário em moeda e abrindo-lhes o acesso ao mercado de bens de consumo. Nas áreas onde já funcionam até certo ponto as relações capitalistas de produção, a reforma consistirá em estabelecer medidas que as impulsionem para a fase seguinte do processo social;
10. *A política internacional de plena soberania* – [...] neste item se concentra a totalidade do programa nacionalista. [...] o programa nacionalista do desenvolvimento nacional tem por objetivo supremo conquistar plena soberania para a nação;
11. *A educação popular para o desenvolvimento* – A educação de que o país em esforço de desenvolvimento necessita é assunto eminentemente político, e deve ser definida, sob a inspiração de justa teoria sociológica do processo nacional, pelos representantes políticos da consciência comunitária;
12. *A cultura do povo, tendo forma e raízes nacionais* – Existir para nós, exprimindo o nosso próprio ser, tal é o fim da nova cultura que o desenvolvimento propiciará. [...] A genuína cultura nacional não constitui, a rigor, um item do programa nacionalista, porque, em verdade, resulta dele;
13. *A solidariedade internacional com todas as nações em luta pela libertação política e econômica* – Não pode deixar de figurar na carta de princípios nacionalistas a solidariedade com as nações que se acham em condições semelhantes às nossas e porfiam em alcançar para si os mesmos bens que almejamos. Deve pois ser estabelecido o princípio de nosso integral apoio a essas nações, com as quais convém estabelecer vínculos de amizade e auxílio, organizando, em forma de parciais sistemas de forças internacionais, blocos de influência nas assembléias mundiais a fim de defender os interesses comuns. [...] Na fase em que nos encontramos, nosso conceito de nacionalismo tem de ser interpretado como o procedimento pelo qual nos integraremos num internacionalismo autêntico, o das nações em luta pela humanização da vida de suas populações. [...] os países que se elevarem à completa autonomia pela via do nacionalismo, tendo abolido ao longo da sua marcha histórica todas as formas de espoliação de suas próprias massas trabalhadoras, chegarão ao plano do desenvolvimento superior inocentes de qualquer crime contra a humanidade, contra nações mais fracas, e deste modo se integrarão, sem violências recíprocas, na sociedade ecumênica futura, onde terá definitivamente cessado toda espécie de exploração humana. Concebido ao término da sua missão histórica, o nacionalismo se revela uma forma de integração internacional, identificando-se dialeticamente ao internacionalismo (PINTO, 1960<sup>a</sup>, p. 435-513).

A convicção de que se chegaria a um estágio de desenvolvimento comparável ao dos países ricos e que, nesse patamar, o Brasil conseguiria acabar com as relações imperialistas que o sufocariam foi um dos flancos por onde os críticos dos isebianos os atacaram. Nem todos os estudiosos, porém, foram tão rígidos em suas conclusões. Mesmo concordando com as críticas relativas a uma certa ingenuidade em se acreditar que todos os países seguiriam o mesmo traçado rumo ao desenvolvimento, descuidando-se de observar as características mutantes do imperialismo, capaz de adaptar-se ao processo de industrialização dos países do Terceiro Mundo, ou melhor, de comandar a industrialização que lhe interessaria, Renato Ortiz soube valorizar a contribuição isebiana ao pensamento brasileiro e procurou fazer uma leitura dos textos produzidos pelo ISEB através da cultura. Segundo Ortiz, os isebianos não se identificariam com a corrente de pensamento representada por Sílvio Romero ou Gilberto Freyre. A temática da cultura brasileira seria retomada, mas em outras bases. Cultura significaria as objetivações do espírito humano, um vir-a-ser. Concebendo a cultura como um elemento de transformação sócio-econômica, o ISEB se afastaria do passado intelectual brasileiro e abriria novas perspectivas para se pensar os problemas do país (ORTIZ, 1994, p. 45-46). Talvez fosse melhor relativizar essas afirmações e não incluir nelas todos os membros do instituto. Da mesma forma, uma parte da herança intelectual do Brasil poderia ter sido bem avaliada por isebianos. Como o próprio Ortiz lembrou, Roland Corbisier teria valorizado bastante o Modernismo dos anos de 1920, afirmando que, antes do movimento modernista, o que teria havido no Brasil seria pré-história (ORTIZ, 1994, p. 45-46). Eis aí uma indagação que mereceria uma futura investigação: isebianos teriam sido leitores de textos de intelectuais modernistas, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, por exemplo?

Ao lermos obras de isebianos, de acordo com Ortiz, sentiríamos “um misto de sentimento de atualidade e passado” (Ortiz, 1994, p. 46).

Quando, nos artigos de jornais, nas discussões políticas ou acadêmicas, deparamos com conceitos como “cultura alienada”, “colonialismo” ou “autenticidade cultural”, agimos com uma naturalidade espantosa, esquecendo-nos de que eles foram forçados em um

determinado momento histórico, e creio eu, produzidos pela *intelligentsia* do ISEB.<sup>3</sup> Penso que não seria exagero considerar o ISEB como matriz de um tipo de pensamento que baliza a discussão da questão cultural no Brasil dos anos 60 até hoje. [A primeira edição desse livro de Ortiz é de 1985.] (ORTIZ, 1994, p. 45-46)

Discordando, em parte, da análise de cunho filosófico feita por Caio Navarro Toledo da produção isebiana, pois o foco daqueles intelectuais seria político, Ortiz viu um descompasso entre a abordagem da questão e o objeto de observação. Ou seja, como procurar uma visão “científica” tradicional onde se pretendia criar ideologia política? Esta discussão poderia avançar quase que indefinidamente considerando-se que nenhum trabalho científico seria isento de componentes ideológicos. Álvaro Vieira Pinto não escamoteou ou negou o fato de estar tratando de produzir ideologia. Deve-se considerar, porém, que Vieira Pinto atribuía ao filósofo um papel altamente relevante na compreensão do processo da realidade e da consciência coletiva (PINTO, 1960a, p. 12-13). Estava explícito em seu discurso que caberia ao filósofo a liderança na condução das reflexões sobre os problemas brasileiros, auxiliado por outros especialistas como o sociólogo, o historiador, o economista, o cientista político, ou seja, a mesma estruturação do ISEB.

Além do mais, para Ortiz, não teria havido fabricação ideológica legitimadora, pelo ISEB, do período do governo Kubitschek pois este teria optado pela internacionalização da economia. Os isebianos teriam caminhado em sentido oposto ao do governo brasileiro, buscando um ideário nacionalista para o diagnóstico e a solução dos problemas nacionais. Ortiz lembrou bem que o golpe militar de 1964 encerrou violentamente as atividades daquele grupo de intelectuais (ORTIZ, 1994, p. 46). O que equivaleria a dizer que não se pode julgar uma política nacionalista que não chegou a ser implementada.

Ortiz aceitou as ressalvas feitas por Maria Sílvia Carvalho Franco à concepção de alienação do trabalho de Álvaro Vieira Pinto. Ao escolher a nação como centro de sua reflexão, Vieira Pinto estaria encobrindo as diferenças de classe e tentando unir capitalistas e trabalhadores.

---

<sup>3</sup> Termos comuns circulavam em vários países latino-americanos e saber, com certeza, quem os teria utilizado pela primeira vez, demandaria um outro tipo de pesquisa. *Colonialismo*, por exemplo, era um conceito utilizado por vários estudiosos e continua válido até hoje. O que interessa não é essa discussão, mas chamar a atenção para a continuidade de certas idéias, ainda que com matizes próprios das circunstâncias históricas em que se inserem.

Porém, apesar da justeza da crítica, seria difícil argumentar que esta ideologia serviu de algum modo para que se desse uma hegemonia de classe dirigente no país. Para que isso pudesse ocorrer, seria necessário que os trabalhadores internalizassem a ideologia produzida; a própria história se encarregou de eliminar no entanto essa possibilidade. O golpe de 64 erradicou qualquer pretensão de oficialidade das teorias do ISEB, entretanto, curiosamente esta ideologia encontrou um caminho de popularização que ganhou pouco a pouco terreno junto aos setores progressistas e de esquerda. A meu ver esta é a atualidade de um pensamento datado, produzido por um grupo de intelectuais, mas que se popularizou, isto é, tornou-se senso comum e se transformou em “religiosidade popular” nas discussões sobre cultura brasileira. (ORTIZ, 1994, p. 46-47)

Referia-se Renato Ortiz à influência exercida pelo ISEB nos movimentos político-sociais articulados a partir do início dos anos de 1960, como o Movimento de Cultura Popular, no Recife, e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, além das relações de Paulo Freire e Carlos Estevam Martins com o Instituto. Os conceitos elaborados na década de 1950, como o de alienação cultural, teriam se difundido e se constituído em modos de compreensão da realidade brasileira (ORTIZ, 1994, p. 48-49).

Um instrumento teórico que era posse exclusiva de alguns intelectuais da cultura brasileira se distribuiu socialmente, e gradativamente é integrado nas peças teatrais (*Auto dos 99%*, por exemplo), na música (*Trilhãozinho*), e nas cartilhas escolares. Mas a influência iseibiana ultrapassa o terreno da chamada cultura popular, ela se insinua em duas áreas que são palco permanente de debate sobre a cultura brasileira: o teatro e o cinema. É suficiente ler os textos de Guarnieri e de Boal sobre o teatro nacional para se perceber o quanto eles devem aos conceitos de cultura alienada, de popular e de nacional. Falava-se, assim, na necessidade de se implantar um “teatro nacional” em contraposição a um “teatro alienado”, cujo modelo seria o Teatro Brasileiro de Comédia; em algumas passagens, figuras de expressão do ISEB, como Guerreiro Ramos, são explicitamente citadas nos textos. (ORTIZ, 1994, p. 48-49)

Entre os cineastas e críticos de cinema, Ortiz viu uma influência marcante do ISEB, citando Paulo Emílio Salles Gomes (**Uma situação colonial**) e Glauber Rocha, (**Uma estética da fome**). “O diagnóstico de Paulo Emílio sobre a alienação do cinema brasileiro” marcaria “toda uma série de análises sobre a problemática do cinema nacional” (ORTIZ, 1994, p. 48-49).

Ortiz propôs uma pergunta fundamental: como as idéias isebianas teriam se tornado tão populares? “Se não respondermos corretamente a esta pergunta, o que nos é imediatamente sugerido é que essa ideologia seria pura e simplesmente uma insensatez?” (ORTIZ, 1994, p. 49). A utilização do adjetivo “popular” talvez não tenha sido bem colocada. O que provavelmente aconteceu foi uma tentativa de popularização

das idéias isebianas por parte de outros intelectuais que teriam ajudado na divulgação da produção originária do ISEB.

Recusando os preconceitos que teriam se imiscuído às críticas feitas à produção teórica do ISEB, Ortiz entendeu a importância dessas reflexões e as colocou lado a lado com outras que compõem a história do pensamento brasileiro.

Não creio que os escritos do ISEB sejam um “coquetel filosófico”, “uma distorção do idealismo”, “um arranjo indigenista” do marxismo, e muito menos uma “leitura sem rigor” dos textos. Seria difícil, dentro desta perspectiva, entender o porquê da hegemonia de um pensamento que se difunde praticamente em toda a esquerda brasileira. (ORTIZ, 1994, p. 49)

Uma tentativa de explicação para a disseminação do pensamento isebiano foi dada por Benedito Nunes. Segundo ele, além de voltar-se para as “particularidades históricas e culturais do Brasil”, repensando “a realidade brasileira com base no postulado do ingresso do país na fase de industrialização, considerada a via por excelência do desenvolvimento”, aquela teorização se amoldaria aos ideais de liberdade e engajamento (NUNES, 1993, p. 29).

Ortiz pode ter razão, assim como Nunes. É preciso ter em mente que a concepção de ideologia de Álvaro Vieira Pinto não trazia em si uma conotação negativa. Para Vieira Pinto, a realidade se constituiria de fatores materiais e fatores ideais (PINTO, 1960a, p. 28-29). Dentre os fatores ideais estaria a ideologia, entendida como o conjunto de idéias que uma comunidade teria sobre si mesma. Isto seria a autoconsciência da nação sobre a sua evolução, visando à transformação da mesma (PINTO, 1960a, p. 45). Vieira Pinto estava interessado, como evidenciou em **Consciência e realidade nacional**, na “compreensão dos meios de promover o desenvolvimento do país” (PINTO, 1960a, p. 42). A tarefa da filosofia seria compreender a realidade, cabendo ao filósofo a investigação da formação da consciência coletiva (PINTO, 1960a, p. 12-13). A ideologia faria a “síntese dos opostos, conciliados no projeto de desenvolvimento nacional” (PINTO, 1960a, p. 47). Ao mesmo tempo em que condenava a postura aristocrática de intelectuais que pretenderiam doar às massas uma interpretação da realidade (PINTO, 1960a, p. 46), Vieira Pinto atribuía o surgimento da ideologia do desenvolvimento à meditação de sociólogos, economistas e políticos “que, superando o plano restrito das suas especificidades”, pudessem se alçar “ao pensar filosófico” (PINTO, 1960a, p. 49). A adesão a esse projeto se daria pelo

reconhecimento do “teor de verdade contida na sua representação” (PINTO, 1960a, p. 49). É evidente haver uma contradição nos textos de Vieira Pinto relativa ao papel do intelectual. Ao criticar a elite “esclarecida” e sua visão de povo, Vieira Pinto imaginava ocupar um pedestal acima de outros especialistas, já que seria o representante da filosofia, colocada em grau superior e geradora da verdade dentro do ISEB. As massas seriam um componente essencial para o projeto de ideologia nacional de Vieira Pinto, mas este intelectual parece ter repetido o que condenou nas “elites aristocráticas”. De acordo com ele, essas elites teriam o hábito de querer doar uma interpretação da realidade para as camadas populares. A ideologia do desenvolvimento nacional seria produzida por um grupo restrito de isebianos. Esta ideologia seria divulgada para as massas que, reconhecendo seu teor de verdade, de autenticidade, a adotariam, desencadeando as forças transformadoras da realidade no sentido do desenvolvimento.

Além do cinema e do teatro, também o campo da crítica literária e da literatura mostrou-se aberto ao pensamento de alguns isebianos. Um exemplo de penetração dessas idéias, como vem sendo ressaltado, foi representado pela revista **Tendência**, onde encontramos, com muita frequência, nos artigos de seus editores e colaboradores, reflexões geradas pela leitura de textos de membros do ISEB. Esta discussão faz parte do próximo capítulo.



## **CAPÍTULO 2**

### **TRADIÇÃO, NACIONALISMO E VANGUARDA**

*A ficção brasileira atual é uma ficção à procura de uma tradição.*

Rui Mourão

**Tendência 1**

*Tendência aspira a criar uma arte brasileira a partir da contribuição de substância nacional (ou melhor, a partir do lado nacional) e dentro da linha evolutiva de um pensamento estético que é patrimônio de todos os povos.*

Rui Mourão

**Tendência 4**

*[...] julgamos que o primeiro caminho a ser percorrido para a formação de uma literatura nacional seja a descoberta de formas e recursos técnicos que correspondam ao conteúdo nacional da literatura. Se o conteúdo determina a forma, o sentimento nacional deve engendrar uma forma nacional. Evidentemente, a forma não é elaboração espontânea, mas fruto de aplicação, estudo e paciência. O talento disponível e arbitrário será incapaz de realizar o milagre da literatura nacional.*

Fábio Lucas

**Tendência 2**

*Somos uma arte adulta porque soubemos, com o modernismo, reencetar a linha de tradição da inventividade, da abertura de formas que nos legou o barroco.*

*[...]*

*É, sem dúvida, a necessidade de tradição que move as novas gerações – as que lançam o projeto de uma literatura nova – em seu trabalho de redimensionamento crítico de nossa história literária.*

Affonso Ávila

**O poeta e a consciência crítica**



Ilustração 6 Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão – 14 nov. 2007

## Um olhar ao passado: a invenção de uma tradição

**N**o livro **Horizontes da crítica**, Fábio Lucas dizia: “nosso exercício de admiração para com Mário de Andrade durou dez anos: analisamos o cronista dez anos após a sua morte e estudamos o crítico agora, vinte anos decorridos de seu falecimento” (LUCAS, 1965, p. 6). Realmente, Mário de Andrade foi uma figura inspiradora, não só para Fábio Lucas, mas também para os outros membros de **Tendência**, a julgar pelas vezes com que foi citado na revista. Fábio Lucas o incluiu nos seus textos dos números 2, 3 e 4, enquanto Rui Mourão mencionou o escritor paulista em **Tendência** 1, 2 e 4. Mário de Andrade foi lembrado por Affonso Ávila nas duas últimas edições da revista. Cada qual procurou no modernista a faceta que combinava com a sua área de atuação: a crítica, a ficção ou a poesia. Os elogios eram fartos e denotavam que os editores de **Tendência** o tiveram como exemplo de intelectual brasileiro, encarnando os princípios de pesquisa estética, atualização constante e consciência nacional do Modernismo. Esses ensinamentos nortearam a trajetória de **Tendência**.

Fábio Lucas começou a escrever sobre o cronista Mário de Andrade em 1955, quando declarou que Mário teria sido o tipo acabado de escritor (LUCAS, 1965, p. 31), mas os textos de Lucas parecem indicar que ele procurava traços de nacionalismo no intelectual modernista. Em artigo escrito para **Tendência** 3, em 1960, e republicado parcialmente em **Horizontes da crítica** (1965), Fábio Lucas afirmou:

Na literatura, acreditamos que o passo decisivo em direção aos novos rumos foi dado a partir de Mário de Andrade. Pode-se dizer que nele se verificou o entroncamento de duas fases de nossa literatura: foi o desbravador dos caminhos que conduziram à fase atual, de plena efervescência, na qual se forja, na linha nacional e como expressão majoritária, a nossa autonomia literária. (LUCAS, 1960, p. 11)

Para Lucas, Mário de Andrade teria pregado incansavelmente sobre a necessidade de fixação do escritor em seu espaço social e de sua subordinação à técnica e aos motivos sugeridos pelo seu meio de atuação. Mário de Andrade teria sido o primeiro intelectual a ser ouvido e a fazer escola no insistente apelo para que o escritor

brasileiro possuísse uma formação técnica e dominasse o conhecimento do nacional, utilizando-o como fonte única de inspiração da criação artística (LUCAS, 1960, p. 11).

Rui Mourão concentrou-se justamente na preocupação demonstrada por Mário em relação ao excesso de improvisação que aconteceria na literatura brasileira. Mourão acreditava haver pouco estudo sério no Brasil e que as liberdades conquistadas pelo Modernismo teriam sido, em muitos casos, mal interpretadas e servido a talentos medíocres. “Nasce-se com sensibilidade para a arte, mas não se nasce com a posse dos meios indispensáveis à expressão artística, e a prova disso é que as formas superiores de arte só têm lugar entre os povos de grande civilização” (MOURÃO, 1957, p. 49-50). Referia-se Mourão à uma crítica recorrente feita por **Tendência**, segundo a qual seria preciso haver empenho no aperfeiçoamento da literatura e da crítica no Brasil. Pensamento que se coadunava com os esforços empreendidos pelos primeiros modernistas que preconizavam a pesquisa para o conhecimento do país e para o desenvolvimento da técnica artística.

De forma vaga, Mourão associou o desenvolvimento de uma arte autêntica a uma corrente intelectual não especificada e ao movimento modernista. Esse tipo de arte pressupunha a nacionalização da mesma e completaria um elo da corrente que teria começado a se formar com os modernistas, alcançando o grupo de Mourão.

Que a ficção brasileira transporá as suas dificuldades atuais e prosseguirá o seu caminho de arte vigorosa e autêntica, estão a garantir a legitimidade do movimento intelectual que a originou e as próprias condições do seu aparecimento. [...]a sua contribuição foi de tal importância que ela jamais poderá passar à posteridade como um acontecimento isolado, um mero e louvável esforço para a nacionalização da nossa arte. Ela constitui uma conquista definitiva; não desaparecerá jamais da literatura brasileira, como dela jamais se extinguirão os efeitos das transformações ocasionadas pelo empreendimento modernista. Isto, na verdade, não pode deixar de soar como grito de libertação que é, surgindo a ficção brasileira atual com características de autenticidade e originalidade capazes de indicar definitivamente o seu rumo a seguir e estabelecendo o marco inicial de uma tradição. (MOURÃO, 1957, p. 46-47)

O texto do qual estamos tratando chama-se “Três problemas da ficção nacional” e o trecho selecionado possui o expressivo subtítulo “À procura de uma tradição”. Nele, Rui Mourão quis estabelecer uma diferença entre tradição e conteúdo histórico, afirmando que a tradição estaria viva. Em seguida, criticou as deformações do Romantismo e deu um salto para o Modernismo. Afirmou que seria necessário um acontecimento extra-literário para despertar a consciência dos nossos homens de letras.

Novamente, Rui Mourão não esclareceu a que se referia, deixando abertas as possibilidades de interpretações. Nada nos impede de relacionar o extraliterário à política.

Ninguém ignora o que seja a falta de tradição. A ausência desse conteúdo que se recolhe à margem do trabalho no tempo e que difere do conteúdo histórico, porque vivo, torna excessivamente lento e difícil o progresso de uma cultura. Foi necessária toda a revolução modernista para que a ficção nacional saísse do empírico indianismo e suas românticas deformações idealistas, e podemos dizer que será necessário um novo longo e substancial movimento de idéias ou um acontecimento extra-literário de excepcional importância, que desperte a consciência dos nossos homens de letras, para que ela possa dar um novo salto; impotentes para levar avante o trabalho iniciado por Alencar e seus companheiros, sobretudo temerosos de levar mais longe o artificialismo do ficcionismo nascente, aqueles que no Brasil representaram a reação anti-romântica foram buscar no estrangeiro a inspiração para as suas obras, da mesma forma que a geração post-modernista atual faz crescer o seu débito na conta que mantém com os trustes das literaturas capitalistas da Europa. (MOURÃO, 1957, p. 47-48)

A noção da tradição misturava-se, então, ao problema do domínio da técnica literária. Melhor dizendo, o desenvolvimento de técnicas literárias por parte dos ficcionistas brasileiros precisaria ser transformado em tradição.

Já Affonso Ávila considerou Mário de Andrade nosso maior poeta telúrico. O escritor paulista teria procedido, motivado por seu amor pelas coisas do Brasil e apego aos temas nacionais, a um levantamento do sistema fluvial brasileiro, através de sua obra poética (ÁVILA, 1960, p. 113).

No “Livro Azul”, ele fala do rio Madeira, quando inavegável. Nos “Poemas da Amiga”, estão o Capibaribe e o Potengi. No “Noturno de Belo Horizonte”, percorre toda a trajetória dos bandeirantes, o Paraíba, o Paraibuna, o das Mortes, o Paraopeba, o Arassuí e atinge o São Francisco [...] (ÁVILA, 1960, p. 113)

Nesse texto, “Ciclo épico dos rios”, Ávila, depois de afirmar que as águas constituiriam, “desde as primeiras manifestações líricas na mais remota antigüidade, um dos constantes e pródigos motivos da poesia universal” (ÁVILA, 1960, p. 111), desfilou nomes de poetas brasileiros que teriam buscado inspiração nos rios. Para ele, “Meditação sobre o Tietê”, de Mário de Andrade, “A epístola do São Francisco”, de Dantas Motta, “O cão sem plumas” e “O rio”, ambos de João Cabral de Melo Neto, indicariam que a poesia épica brasileira seria escrita com a epopéia de nossos rios (ÁVILA, 1960, p. 115).

No ensaio “Eixo São Paulo – Minas”, Ávila procurou mostrar traços comuns aos dois estados, focalizando especificamente as relações culturais entre escritores paulistas e mineiros. Para ele, a revolução modernista teria sintonizado, “de modo decisivo para o desenvolvimento das letras nacionais, a ação dos jovens intelectuais mineiros e daqueles que abriram, com a Semana de Arte Moderna, a perspectiva renovadora do movimento” (ÁVILA, 1962, p. 160-161).

No entender de Ávila, a conferência de Oswald de Andrade, “O caminho percorrido”, proferida em Belo Horizonte vinte anos após a Semana, estabelecendo um paralelo entre a Inconfidência Mineira e o movimento de 1922, seria bastante significativa para se pensar os vínculos entre Minas e São Paulo (ÁVILA, 1962, p. 161). A importância de Mário de Andrade também foi ressaltada.

A essa radiação do modernismo dentro de uma tradição de consciência nacional, correspondeu um interesse novo para com a arte barroca de Minas, praticamente redescoberta após cem anos de obscurantismo e superfetação acadêmica que seccionaram a evolução plástica brasileira. O ensaio de Mário de Andrade sobre o Aleijadinho é um trabalho de redimensionamento crítico, ponto-referência compulsório de toda a posterior bibliografia que se ocupa do escultor. E a visada do autor de <<Macunaíma>> para o contexto mineiro não se cingiu à reavaliação do repositório barroco. Ela procurou abranger também a Minas viva de seus dias, a potencialidade humana e criadora das jovens gerações de intelectuais. O <<Noturno de Belo Horizonte>> é manifestação, sincera apesar de seu teor impressionista, de uma simpatia que superou a gratuidade do contacto literário, para transformar-se num estímulo constante e fertilizador. (ÁVILA, 1962, p. 161)

Ávila lembrou que a influência exercida por Mário de Andrade entre os escritores iniciantes de Belo Horizonte na década de vinte teria atuado decisivamente na tomada de consciência crítica daqueles jovens. A sua intenção, ao fazer essa retrospectiva, seria realçar “a importância do contacto com Oswald, Mário e outros homens da Semana, à qual o modernismo mineiro retrucaria, dentro do mesmo espírito vitalizador, com a obra de um Drummond e, mais recentemente, com <<Grande Sertão: Veredas>>, de Guimarães Rosa” (ÁVILA, 1962, p. 161).

De certa forma, Ávila mostrou a genealogia na qual buscava inscrever a sua linha de tradição. Ao informar sobre a continuidade dos encontros que teria mantido com os concretistas a partir do Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, realizado em Assis, São Paulo, em 1961, e estendidos a Belo Horizonte, Ouro Preto e Mariana, Ávila, ainda que não explicitamente, refez a caravana paulista de 1924. O Concretismo estaria integrado a uma tradição nacional da qual fariam parte Drummond,

Cabral e Niemeyer. O trabalho deste último se distinguiria pelo despojamento da linha arquitetônica e escultórica, características também possíveis de serem visualizadas no exterior de construções em Ouro Preto (ÁVILA, 1960, p. 162).

Uma diferença que se instaurou nos textos de Ávila, Mourão e Lucas, no que tange aos seus contatos com Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos, foi que **Tendência** queria falar em condições de igualdade com os paulistas. Não se tratava mais da relação de mestre/discípulos que havia entre Mário de Andrade e o grupo de Drummond. Minas Gerais não seria a “fruta paulista”. Frutificara mineira.<sup>1</sup> **Tendência** queria ensinar aos paulistas o seu “nacionalismo crítico-estético”. Com a publicação de **Grande sertão: veredas**, de Guimarães Rosa, em 1956, considerada por **Tendência** a obra ficcional brasileira mais importante,<sup>2</sup> e a ascensão de Drummond a maior poeta brasileiro, Ávila e seus companheiros se sentiam à vontade para exaltar a contribuição mineira à literatura nacional.

A vinda a Minas de Haroldo de Campos e Décio Pignatari ensejou não somente o entrosamento definitivo dos movimentos, com o acerto de pontos de vista crítico-ideológicos, mas também um prolongado contacto humano e a oportunidade de os paulistas apreenderem melhor a projeção da realidade brasileira em que trabalham os seus companheiros de <<Tendência>>. (ÁVILA, 1962, p. 162)

Apesar do verbo utilizado ter sido *apreender*, Ávila introduziu a idéia de que teria havido assimilação da proposta de **Tendência** por parte dos concretistas.

Um outro caso exemplar inseria-se nessa galeria: o do pernambucano João Cabral de Melo Neto que teria preferido inovar a poesia brasileira, ao invés de retornar a fórmulas já consagradas, como **Tendência** acusava existir nas obras dos poetas da Geração de 45. Ao comparar Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto, Silviano Santiago afirmou que o segundo, na década de 1950, julgaria a visão do Nordeste, apresentada por Gilberto Freyre ou José Lins do Rego, como “conseqüência de uma cosmovisão embasada pelos valores sociais e econômicos tradicionais, [...] desfrutados pelos nhozinhos nos alpendres da casa-grande” (SANTIAGO, 2006, p. XXXIII). A identificação de Cabral se daria com a poesia de Drummond que teria

<sup>1</sup> “[...] Minas Gerais, fruta paulista.../ Fruta que apodreceu./ Frutificou mineira! Taratá! [...]” (“Noturno de Belo Horizonte” In: ANDRADE, 1974, p. 125-137).

<sup>2</sup> No texto “A recepção de Guimarães Rosa pela revista *Tendência*” (PAGANINI, 2006, p. 63-67), foi discutida a avaliação positiva que o romancista recebeu dos editores e colaboradores de **Tendência**.



passado “o bastão do engajamento poético” para o poeta pernambucano (SANTIAGO, 2006, p. XXXIV).

Não é absurdo afirmar que a posição política tomada por Cabral no poema *O Rio*, alicerçada na análise ideológica da condição presente do homem pobre nordestino, pouco tem a ver com os seus antepassados culturais mais próximos (Gilberto ou José Lins, por exemplo), propensos que estavam eles a restaurar a região pela tradição. A posição político-ideológica assumida por João Cabral tem muito a ver com ascendência precisa da poesia do presente de Carlos Drummond. A rua, lugar de passagem e de olhar, drummondianos, transforma-se no rio, lugar de viagem e de descrever, cabralinos. (SANTIAGO, 2006, p. XXXIII-XXXIV)

A mesma idéia de prosseguimento ideológico da poesia drummondiana havia sido apresentada por Décio Pignatari no Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, realizado em Assis, São Paulo, em 1961, quando afirmou que Drummond teria vivenciado uma crise entre engajamento e forma poética em si mesma. Quanto mais participante se mostraria o poeta, mais discursivo se tornaria em prejuízo da poesia. No momento mais agudo da crise, em que Drummond, desiludido, teria se afastado da poesia de cunho social, teria surgido João Cabral para continuar “a corrida de revezamento” do engajamento (PIGNATARI, 1963, p. 378).<sup>3</sup>

Ávila seria mais explícito sobre seu parentesco literário no livro **O poeta e a consciência crítica**: uma linha de tradição, uma atitude de vanguarda (1978), cujo título e subtítulo falam por si mesmos das intenções do autor. No ensaio “O Barroco e uma linha de tradição criativa”, com data de 1968, afirmou entender a arte como “um instrumento permanente de que se vale o homem para intuir, repensar e modificar criadoramente a realidade”. Preferiu os termos evolução de formas, ao invés de história da arte, e, em relação à crítica, achava que ela deveria instrumentar-se, no campo da literatura e de outras artes em geral, adotando uma perspectiva sincrônica, simultaneísta (ÁVILA, 1978, p. 15). Influenciado pelo estruturalismo da época, Ávila acreditava que a história da literatura nacional deveria ser reescrita pelo prisma de uma evolução de formas e que o exercício da crítica estaria caminhando para um ensaísmo revisionista, embasado no rigor da análise estrutural e alheio aos tabus e juízos firmados, como escreveu no artigo, de 1963, “Macunaíma: atualidade e tradição” (ÁVILA, 1978, p. 59).

---

<sup>3</sup> Essa visão de Décio Pignatari tem raízes nas idéias de Jean-Paul Sartre sobre prosa e poesia, especialmente em relação à noção de êxito e fracasso. “Drummond é o primeiro poeta brasileiro “em situação”, o primeiro a enfrentar a dura luta: o subjetivo do incomunicável se exterioriza no objetivo poemático do ‘échec – réussite’ da poesia , para empregar a fórmula terrível, fundamental, de Jean-Paul Sartre [...]” (PIGNATARI, 1963, p. 378). **Tendência** debateu com Pignatari a questão do engajamento e as teses de Sartre. Ver Capítulo 3, Repercussões e Intercâmbios.

O Barroco, para Ávila, seria o “único suporte realmente válido para a fixação de uma linha de tradição ao longo da história da criação artística no Brasil” porque a seqüência dessa linha seguiria a evolução da literatura brasileira (ÁVILA, 1978, p. 21).

O modernismo, que, como o barroco, foi outro momento-ápice de evolução das artes em nosso país, compreendeu bem a importância da obra criativa do período colonial e, ao rever e relançar criticamente o *Aleijadinho*, na verdade reencontrou com ele a forma autenticamente brasileira de intuição estética – a forma de ser, de estar, de criar que o artista mestiço expressara com genialidade e que ressurgira para o artista moderno como o elemento dinâmico e propulsor de toda uma potencialidade criativa. (ÁVILA, 1978, p. 21)

A prosa modernista de Oswald de Andrade e Mário de Andrade, “quebrando a linearidade da narração tradicional, violentando-a através de uma estrutura feita de fragmentos superpostos, abolindo no processo ficcional a hierarquia dos elementos fixos da composição” seriam obras de “compleição barroca”. Elas teriam preparado “o advento da realização maior da ficção moderna brasileira, o **Grande sertão: Veredas**, de Guimarães Rosa, concepção de grandeza cervantina e portanto barroca” (ÁVILA, 1978, p. 21-22).

Ávila entendeu que a crítica modernista teria fixado uma ascendência brasileira, repensando criticamente a literatura produzida desde o período colonial e o Romantismo. A antropofagia de Oswald de Andrade sucederia ao indianismo de Gonçalves Dias, ao abolicionismo sentimental de Castro Alves, ao negrismo etnográfico de Jorge de Lima (ÁVILA, 1978, p. 58). Já **O Guesa**, de Sousândrade, seria um ancestral de **Macunaíma**, ao apresentar um índio como anti-herói (ÁVILA, 1978, p. 38), e o romance de Mário de Andrade, em termos de linguagem, anteciparia a escrita de Guimarães Rosa. A “rapsódia andradiana” adiantaria, “embora timidamente, alguns passos da prodigiosa mecânica inventiva de Guimarães Rosa, ambos os escritores trabalhando a mesma desinência barroca” (ÁVILA, 1978, p. 60).

Tratando da influência barroca na poesia brasileira, Ávila viu em João Cabral de Melo Neto um “remordimento formal barroco”, ao exercer sua crítica sobre a mesma sociedade que teria suscitado a veemência satírica de Gregório de Matos. Carlos Drummond de Andrade, assim como Cláudio Manuel da Costa, teriam sido “marcados pela angústia barroca da *paixão contida*”, enquanto Haroldo de Campos teria filiado a poesia concreta ao barroquismo (ÁVILA, 1978, p. 22).

O Barroco seria “a nervura central da autêntica arte brasileira”, “o núcleo detonador de nossa potencialidade criativa”, “o fio condutor de nossa essencialidade peculiar ao longo do processo estético nacional”. Sendo assim, seria necessário que a arte e a literatura nova soubessem “que toda criação, não obstante a sua modernidade, a sua novidade” estaria “apoiada sempre numa linha de tradição, elemento dinâmico a mover e impulsionar o processo estético” (ÁVILA, 1978, p. 23).

O Barroco teria sido, portanto, o desencadeador da autêntica arte brasileira e o início da tradição vislumbrada por Ávila que nela incluiu alguns aspectos do Romantismo, o Simbolismo, representado principalmente pela figura de Alphonsus de Guimaraens, os modernistas paulistas, o grupo de **A Revista** e João Cabral de Melo Neto. O poeta Cláudio Manuel da Costa é um caso especial na predileção de Affonso Ávila e o diálogo que o segundo estabeleceu com o primeiro mereceria um estudo mais detalhado.

Na visão de Affonso Ávila, tradição, nacionalismo e vanguarda fariam parte do mesmo paradigma. Quando falava em tradição, remetia àquela identidade nacional que os modernistas queriam fabricar. Ao mesmo tempo, essa linhagem teria que mostrar inovação de formas artísticas. Em suma, a vanguarda, para Ávila, assim como para seus companheiros de **Tendência**, teria que ser situada e nacionalista.

### **Um olhar ao presente: literatura engajada**

Interessada na discussão dos temas de sua época, **Tendência** instituiu a defesa do nacionalismo como uma de suas prioridades. A temática apareceu de várias formas na revista, explícita ou implicitamente, dependendo do articulista, mas, de forma geral, nacionalismo significava o mesmo que engajamento.

No caso de Fábio Lucas, o nacionalismo foi tratado sistematicamente, com a adoção de um modelo mais acadêmico de abordagem, composto de citações de autores e referências bibliográficas. Isso não quer dizer que o tom de seus textos fosse desapassionado, especialmente quando atacava o imperialismo e defendia o nacionalismo.

O isebiano que parece ter tido maior influência sobre as reflexões de Fábio Lucas foi Nelson Werneck Sodré. Fábio Lucas fez referência aos seguintes livros deste autor: **Síntese do desenvolvimento literário brasileiro**, **Introdução aos problemas do Brasil**, **Introdução à revolução brasileira**, além do ensaio “Revisão de Euclides da Cunha”. Apesar de apenas **Introdução aos problemas do Brasil** ter sido editado pelo ISEB, sabe-se que os escritos de Sodré eram radicalmente nacionalistas e não foi por acaso que Fábio Lucas incluiu seu livro sobre literatura brasileira entre as obras de críticos e historiadores literários com os quais debateu.<sup>4</sup> Contudo, deve-se sempre ter em mente que concepções nacional-desenvolvimentistas circulavam de forma ampla na sociedade brasileira da segunda metade do século 20, sendo comum se encontrar o mesmo tipo de idéias em diferentes autores. O fato de se apontar uma certa preferência de Fábio Lucas pelo pensamento de Nelson Werneck Sodré não indica exclusividade,<sup>5</sup> mas pode-se obter essa confirmação de compartilhamento de idéias em **Compromisso literário**, publicado em 1964. Neste livro, Lucas reafirmou os princípios de **Tendência** e reaproveitou alguns de seus textos já publicados na revista. Ao comentar a **História da literatura brasileira**, de Nelson Werneck Sodré, Lucas assinalou o privilégio concedido à visão econômica para a análise do literário, afirmando também acreditar na influência exercida pela estrutura na superestrutura, termos muito importantes no

---

<sup>4</sup> Como informou TOLEDO (1977, p. 186), “os primeiros ensaios de formulação das ideologias nacionalistas isebianas (através das conferências de Guerreiro Ramos, Roland Corbisier e N. Werneck Sodré)” foram expostos no primeiro curso patrocinado pelo ISEB, no segundo semestre de 1955. “Este Ciclo de Conferências – realizado no MEC, posto que o ISEB ainda não contava com uma sede própria – foi reunido numa publicação que recebeu o título de **Introdução aos Problemas do Brasil**: Rio de Janeiro, ISEB, 1956” (TOLEDO, 1977, p. 191).

<sup>5</sup> Não apenas o grupo **Tendência** conhecia o que se publicava no ISEB, mas pelo menos dois isebianos sabiam da existência da revista. Sob o pseudônimo de “Pigmaleão”, no jornal **Última Hora**, Nelson Werneck Sodré dava informações sobre **Tendência**, desde o ano de fundação da revista em 1957. Na publicação carioca **O Semanário**, assinando com o nome de Nelson Werneck Sodré, o intelectual destacou a importância da revista e apresentou o sumário da mesma. “Embora a existência dessa revista se resume em poucos números, o fato é que ela conquistou, com tão pouco, um lugar destacado entre as congêneres. O seu reaparecimento, por isso, é um fato auspicioso. O terceiro número abriga um artigo em que Fábio Lucas continua os seus estudos sobre a consciência literária nacional, tema dos mais interessantes, cujo tratamento nem sempre é adequado. Situar o problema da caracterização nacional da literatura feita no Brasil pode parecer um esforço secundário, porque visando o formal. Mas não é: se não caracterizarmos o nacional em literatura, e devidamente, não conseguiremos esclarecer o processo em que estamos inseridos, não alcançaremos a consciência desse processo. A tarefa de Fábio Lucas parece, assim, da maior importância.” (SODRÉ, 1960, p. 8). Também Guerreiro Ramos conhecia os editores de **Tendência**. Em entrevista à autora desse trabalho, Rui Mourão revelou que ele e seus companheiros mantiveram um encontro com Guerreiro Ramos em Belo Horizonte. Já Fábio Lucas, por telefone, disse que o sociólogo freqüentava a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, onde Lucas era professor.

pensamento marxista. Lucas também quis destacar Álvaro Vieira Pinto, colocando lado a lado, em termos de importância, os dois autores.

É preciso assinalar que a *História da Literatura Brasileira* de Nelson Werneck Sodré traz os seus propósitos revelados no subtítulo: “Seus Fundamentos Econômicos”. O leitor não penetra na obra enganadamente. Sua posição exata está revelada neste trecho: “Só na medida em que as condições econômicas evoluem, refletindo-se na ordem social, pela definição de classes e pelo papel que elas representam, conduzindo à formação de uma estrutura nacional de produção, é que surgem as possibilidades para o aparecimento de uma literatura nacional” (ps 18/19). É o que aceitamos. A formulação harmoniza-se com algumas teses do notável livro *Consciência e Realidade Nacional*, de Álvaro Vieira Pinto, primeira tentativa de pensar sistematicamente e em profundidade o processo brasileiro, sem peias e servidões mentais. (LUCAS, 1964, p. 109-110)

Fábio Lucas pretendia formular um conceito de literatura nacional. Com esse objetivo, partiu de uma discussão sobre nação e nacionalidade para, em seguida, mostrar sua compreensão a respeito de literatura nacional.

Fazendo uso de estudos no campo do direito (Sampaio Dória, Jonathas Serrano, Maurice Duverger, dentre outros), sua área de formação acadêmica, Fábio Lucas iniciou seu percurso rumo à questão do nacional procurando uma conceituação para *povo* (“o elemento humano, a sociedade civil com os seus princípios, suas leis de convivência”), *Estado* (“a sociedade politicamente organizada”, “a soma de povo, território e governo”) e *território* que se confundiria com o país e representaria a área geográfica sobre a qual o povo se fixaria (LUCAS, 1957. p. 16-17). E o que seria a *nação*?

[...] o resultado de uma série de identidades (origem, língua, raça, religião, etc.) trabalhadas por realizações comuns (ocupação da terra, organização social, jurídica e política, tradições, formulação peculiar na solução dos problemas, a marca de distinção, o traço característico conquistado em lutas com o meio, em defesa do quinhão coletivo, etc.); produto de uma conquista histórica, o que houvesse sobrado do lento trabalho das horas e dos fenômenos sobre o homem-grupal; o íntimo respeito a certa organização; a implantação de uma hierarquia de valores, obedecida sem constrangimento. (LUCAS, 1957, p. 17)

Por meio dessa definição para nação, Fábio Lucas demonstrou não perceber que os componentes por ele apontados como identitários, como origem, língua, raça, religião, território, Estado e tradições, são construções ideológicas que, querendo ser totalizantes, terminam sendo excludentes por não considerar os vários segmentos da sociedade. Mais recentemente, Walter D. Mignolo questionou a associação de elementos como língua, território, cultura e literatura nacionais na composição da nação.

Uma das armas poderosas para a construção de comunidades imaginadas homogêneas foi a crença numa língua nacional, ligada a uma literatura nacional, que contribuiu, no domínio da língua, para a cultura nacional. Ademais, a cumplicidade entre língua, literatura, cultura e nação relacionava-se também com a ordem geopolítica e as fronteiras geográficas. MIGNOLO, 2003, p. 299)

Língua e literatura nacionais seriam, de fato, parte de uma ideologia de Estado, apoiada por seus intelectuais. Mignolo chamou a atenção para o fato de que “o sujeito falante foi modelado a partir das experiências e da idéia de línguas nacionais que eram, ao mesmo tempo, línguas imperiais” (MIGNOLO, 2003, p. 300). No século 21, os fatores habitualmente apontados como constitutivos de uma nação estariam sendo constantemente postos em xeque num mundo transnacional com a emersão de línguas reprimidas durante o período de formação nacional na América Latina e Europa, ou a fragmentação de línguas imperiais a partir de práticas emergentes nas ex-colônias, assim como por processos resultantes das novas configurações que se apresentam pela hierarquia interna dentro da expansão ocidental e pelos movimentos migratórios originários de áreas colonizadas (MIGNOLO, 2003, p. 299-300).

Na conceituação de Fábio Lucas, também foi incluída a etimologia da palavra nação, proveniente do “latim *nascor* – nascer”.<sup>6</sup> Lucas associou a idéia de tendências congênicas à de aprendizagem comum, grupal, de forma a compor a raiz do que viria a ser considerado, por ele, como nação.

O conceito de nação, portanto, não decorre apenas das instituições de um povo, mas das intrínsecas ligações entre os seus componentes, estreitadas desde o berço. Portanto, as tendências congênicas, somadas ao aprendizado em comum – que é a soma de convenções e conselhos práticos firmados no curso dos tempos, por influência de reações diante dos mesmos problemas e sob o influxo da necessidade comum de perpetuação do grupo – formam o substrato, o elemento radical em torno de que se estrutura um conceito novo, já tocado pelas conquistas do processo cultural e civilizador – *nação*. (LUCAS, 1957, p. 17)

Para Lucas, o Estado se apresentaria mais como uma construção jurídica e a Nação como um fato social. O aperfeiçoamento de um Estado se daria no respeito e aperfeiçoamento do sentimento nacional. A nação deveria se basear no critério da solidariedade, porque a sua mais alta virtude seria a coesão (LUCAS, 1957, p. 18).

---

<sup>6</sup> Nação provém de *natione*. O substantivo latino é *natio*. *Nascor* é a primeira pessoa do presente do indicativo do verbo *nasci*/ nascer.

Não haveria uma fórmula de nacionalismo. Para Lucas, nacionalismo seria “o produto de uma unidade cultural” (LUCAS, 1957, p. 19).

Uma análise criteriosa do fenômeno [nacionalismo] nos tempos atuais revela que onde ele se mostra mais sensível é nas atitudes que toma: 1) em defesa de um espaço geográfico e social; 2) na estatização das atividades vitais do grupo social. Poder-se-ia resumir dizendo que, hodiernamente, o nacionalismo se manifesta na defesa do patrimônio econômico e cultural de um povo. (LUCAS, 1957, p. 21)

A defesa do território se justificaria na luta contra o imperialismo, comparado, por Lucas, a um polvo, devido ao seu funcionamento tentacular, a um camaleão, por sua aparência multicolor, capaz de tomar cores simpáticas e agir sorrateiramente e a uma hidra malfazeja, que tudo sugaria.

[O imperialismo] sabe agir sutil e sorrateiramente. Tem meios suasórios de enorme penetração. Rádios, jornais, alto-falantes, cinemas, televisão e até os púlpitos lhe servem de instrumento. Se quer implantar um monopólio, se deseja favorecer um truste, deturpa a língua, subverte os costumes, impõe novos padrões de gosto, modifica a música, substitui os ídolos. Compra, corrompe, amesquinha, subjuga. No afã de conquistar, o primeiro trabalho é eliminar, pelo esfacelamento, a vida local, os valores autênticos, a alma da resistência que é – o espírito nacional. (LUCAS, 1957, p. 22)

Como reação ao imperialismo vindo de fora, o grupo social se tornaria mais coeso, dando o primeiro passo para se transformar em nação. A essa luta “de resistência contra as dominações alienígenas, contra a destruição das reservas culturais dos povos” é que Fábio Lucas deu o nome de *nacionalismo* (LUCAS, 1957, p. 23).

Em relação à *literatura*, Lucas a considerou como uma expressão artística caracterizada pelo uso da palavra. Parte integrante de uma unidade cultural, a literatura traria em si as mesmas determinações que atingiriam todos os ramos da cultura em determinada época. Arte pura, para o crítico, seria o mero aprendizado das regras do ofício. O domínio extremo da técnica apenas inventaria jogos formais, mas não produziria literatura enquanto não lhe fosse acrescentado o seu conteúdo vital que seria a transposição de resíduos culturais para a linguagem artística (LUCAS, 1957, p. 25-26).

Uma literatura se tornaria nacional ao se transformar em um dos instrumentos de afirmação de determinado grupo social que tivesse atingido o estado de solidariedade e coesão. Para que isso acontecesse, seria preciso apoderar-se de meios de expressão

convincentes que, além de traduzir o sentimento, refletissem uma forma nacional (LUCAS, 1957, p. 26).

O processo inevitável do nacionalismo seguiria o seguinte trajeto: o progresso material e a emancipação econômica levariam ao Estado nacional. O povo brasileiro teria a sua unidade espiritual. O escritor se inspiraria no povo e, conscientemente, conseguiria atingir o que seria a literatura nacional.

A marcha de nosso progresso material, a nossa emancipação econômica trarão como conseqüência a integração do homem no seu meio social; despertar-lhe-ão a capacidade de pensamento original; de posse de novas energias, o intelectual será capaz de grandes formulações racionais. Neste dia, a sociedade terá experimentado o primeiro grande esforço para a sua unidade cultural e terá dado o primeiro passo em direção ao ideal supremo dos povos: o Estado nacional.

E, no dia em que isto se der, encontraremos forçosamente a nossa unidade espiritual e o escritor, de posse de sua consciência e de novos meios de expressão, a trabalhar espontaneamente o tecido da mais inevitável literatura nacional. (LUCAS, 1957, p. 33-34)

Em **Tendência 2**, Fábio Lucas prosseguiu no mesmo raciocínio, dedução à qual se pode facilmente chegar bastando a observação dos subtítulos do seu ensaio “A nação e a consciência literária”, composto de: “a) O grupo social e o artista”; “b) Nação e futuro”; “c) O Brasil e o futuro” e “Interação sociedade-literatura”, desmembrado em “a) Condicionamento social e literatura situada”; “b) Política e literatura”, “c) O Problema da Língua”, entre outros tópicos. Também era evidente a ligação de Fábio Lucas com as idéias de *projeto*, *futuro* e, é claro, *nação*, tão profundamente isebianas.

Para Lucas, era importante não apenas a existência de um passado comum e de um presente que mantivesse a coesão interna, mas também a criação de um projeto de futuro garantindo a vitalidade da nação (LUCAS, 1958, p. 49-50). A literatura, parte desse projeto, refletiria o desejo do povo, fornecendo-lhe a sua própria imagem.

A literatura nacional, pelo processo de inevitável condicionamento das forças sociais, reflete com transparente coerência o desejo comum de um povo que procura progredir e conquista o futuro. Se a consciência moral de uma tarefa a ser realizada conjuntamente sensibiliza o artista, é capaz de marcar-lhe as retinas e inculcar-lhe uma convicção, é natural que a sua arte, uma das mais fortes produções de seu espírito, forneça a imagem dessa consciência. (LUCAS, 1958, p. 51)

Basicamente, seria preciso haver uma nação para que houvesse literatura nacional. A nação seria a liga que promoveria a coesão grupal e o sentimento nacional.



Influenciado por seu grupo social, o escritor transporia para sua obra o caráter nacional, imprimindo, porém, sua individualidade através de seu ângulo particular de observação.

Se somarmos as contribuições da comunidade e da natureza para a técnica, a linguagem e o próprio modo de ser do artista, veremos com mais nitidez quanto a obra de arte deve ao ambiente que circunda o artista. Ora, um ambiente se sobrepõe aos demais: a nação. Com os nacionais o artista se inicia em seu contato com a natureza e se educa para o convívio dos homens; a nação é o grande núcleo a que estão ligados sua língua, seus costumes e seus planos para o futuro. (LUCAS, 1958, p. 47-49)

Comparando-se as citações acima com um trecho do programa nacionalista de Álvaro Vieira Pinto – exemplificação essa que poderia ter sido obtida em vários outros textos de isebianos – detectamos uma maneira comum de compreensão da arte, vista como expressão do autêntico nacional, como espelho da consciência verdadeira.

Não se programa a cultura. No entanto, pode ser objeto de programa a série de medidas de amparo e valorização da nova produção artística e literária. Só neste sentido consideramos o tema em apreço. Não se encomenda uma forma de arte ou um rumo de pensamento, não se impõe um estilo. Mas é possível conjugar o surgimento contínuo da nova cultura, derivada inevitavelmente das condições criadas pelo desenvolvimento, com uma correspondente política educacional das massas, de modo que a sociedade, graças às medidas políticas valorizadoras da criação cultural, tomando conhecimento daquilo que seus homens de letras e artistas estão fazendo, se afeiçoe, (*sic*) às obras que começa a produzir e sinta que nelas se espelha a sua original consciência de si e do mundo. (PINTO, 1960a, p. 506-507)

Assim como outros defensores do nacionalismo, Fábio Lucas estava preocupado em desvencilhar-se da idéia de xenofobia ou de racismo. O nacionalismo com o qual se identificava reivindicava a inserção dos países subdesenvolvidos nas esferas de decisão internacional, preconizando uma política de plena soberania para todos. Essa posição estava de acordo com a de Álvaro Vieira Pinto para quem a totalidade do programa nacionalista se concentraria no alcance da soberania nacional.

Com efeito, o supremo traço distintivo da realidade da nação subdesenvolvida é a ausência de soberania. No plano internacional suas ações são comandadas pelo sistema de forças que a domina. Não tem expressão própria, pois não figura como sujeito histórico livre e sim como reflexo da nação soberana a que está ligada por dependência econômica. Não constitui um ser para si, não enuncia no plenário mundial uma opinião onde retrate a vontade do seu povo, mas acompanha docilmente a do grupo de que não sabe se desvincular. Vive uma vida internacional simbólica, de empréstimo, não é na verdade uma nação entre outras, e sim o eco das verdadeiras nações, pratica os gestos que lhe são ensinados e se automatiza no espelhar as decisões alheias. (PINTO, 1960a, p. 497)

Por essa razão, deveria haver solidariedade internacional entre as nações em luta por sua libertação política e econômica. A carta de princípios nacionalistas deveria expressar solidariedade às nações em situação semelhante à brasileira e que almejavam os mesmos bens que o Brasil (PINTO, 1960a, p. 508).

A fim de acalmar aqueles que associavam nacionalismo a nazismo, Fábio Lucas disse que o primeiro termo poderia ser substituído por *descolonização* e assim ficaria mais fácil aceitarem a única política que interessaria ao povo brasileiro (LUCAS, 1958, p. 66). Ele não tinha dúvida alguma de que haveria uma confluência entre o problema político e o cultural do qual a literatura seria parte integrante. Mas, enquanto o nacionalismo seria provisório, existindo na vigência do imperialismo, a literatura de temas nacionais deveria ser permanente porque nacional e autêntico seriam a mesma coisa. O escritor não poderia evadir-se de seu mundo e de seu ser, circunstanciados pelo espaço da nação (LUCAS, 1958, p. 67).

Fábio Lucas tratou de nacionalismo em termos mais jurídicos, políticos e sociológicos em **Tendência** 1 e 2, como nos mostram suas citações. Essa tentativa de partir do geral, a *nação*, para chegar ao mais específico, a *literatura brasileira*, não se repetiu, nesses moldes, nos números seguintes da revista que nos mostraram as evoluções de seus participantes. No caso de Fábio Lucas, houve um direcionamento para uma abordagem mais próxima da do ofício de crítico, o que não significou um apagamento da questão nacionalista. Ficou mais diluída, mas os dois lados do combate: o *nacionalista*, do bem, e o *imperialista*, representando o mal, continuaram a figurar nos seus textos.

Outro editor de **Tendência**, Rui Mourão, deixou transparecer uma certa predileção por Álvaro Vieira Pinto, apesar de, muitas vezes, não mencionar os textos teóricos com os quais dialogava. É evidente, porém, o uso, em seus textos, de termos característicos do pensamento de Vieira Pinto como “consciência autêntica”, além de outros chavões nacionalistas do tipo *autêntico/inautêntico* ou *alienação*. Vieira Pinto foi claramente citado apenas uma vez em carta escrita por Rui Mourão a Haroldo de Campos e transcrita parcialmente em **Tendência** 4 (1962, p. 128).

Rui Mourão tratou mais especificamente da ficção, gênero ao qual se dedicava. Desejava que a ficção brasileira fosse respeitada por sua originalidade e traços

peculiares. Mourão queria que essas características particulares fossem tomadas como uma marca de nacionalidade (MOURÃO, 1957, p. 46).

Reconhecendo a contribuição de outras literaturas para a formação da brasileira, Rui Mourão derivou do capitalismo as literaturas européias, comparadas às empresas transnacionais no seu processo de exportação de técnicas literárias. O romancista mineiro chegou mesmo a reivindicar a ajuda governamental no sentido de que fosse subsidiada a tradução de obras estrangeiras com a finalidade de divulgação dos últimos avanços literários para o público brasileiro (MOURÃO, 1957, p. 53).

Assim como Guerreiro Ramos acreditava que a ciência seria “patrimônio de aquisições comuns a todos os cientistas do mundo” (RAMOS, 1996, p.123-124), daí ser perfeitamente cabível a aplicação da “redução” aos avanços científicos por parte de países pobres, Rui Mourão considerava o mesmo tipo de procedimento para as técnicas literárias.

Cada vez mais nos convencemos de que a técnica é o que mais legitimamente podemos importar. Estamos certos mesmo de que, a respeito desse assunto, nenhum país pode prescindir da ajuda de centros culturais mais desenvolvidos. O escasso resultado da tentativa modernista, de atualizar a expressão romanesca, foi o nacionalismo exaltado, que, não querendo transigir de forma alguma com a influência estrangeira, não soube fazer distinção daquilo que constitui patrimônio comum dos povos e caiu na improvisação, desprezando uma tradição secular. As últimas conquistas técnicas da ficção norte-americana são consequência de pesquisas realizadas na Europa, antes da primeira guerra mundial [...] (MOURÃO, 1957, p. 53).

Mourão estava convencido de que a ficção brasileira alcançaria uma alta qualidade e que o Brasil seria tão rico em relação à ficção quanto em reservas naturais (MOURÃO, 1957, p. 45). Em comentário sobre **Grande sertão: veredas**, de Guimarães Rosa, disse que tudo que se fizesse depois daquele romance seria mera repetição uma vez que todos os limites máximos teriam sido atingidos (MOURÃO, 1957, p. 85), mas, ao mesmo tempo, previu uma nova era para a ficção brasileira na qual o verdadeiro romance brasileiro seria escrito.

[...] é chegado o momento de a ficção nacional dar um novo passo, deslocando-se do meio exclusivamente rural para cobrir novas áreas, com a anexação de nossa região urbana ao processo de formação da nacionalidade. E não deixa de ser significativo o fato de que este instante crucial da nossa ficção coincide com o aceleração da industrialização do país que, promovendo o êxodo rural e determinando o aparecimento da aristocracia das capitais, deslocou para a cidade o centro de interesse humano onde se

verificam os grandes choques que hão de fixar os nossos destinos como nação. O verdadeiro romance brasileiro está por ser escrito. Ele não isolará nem o campo, nem a cidade, porque será a epopéia da vida nacional em que os interesses do campo vêm colidir com os interesses da cidade, e vice-versa, de acordo com o movimento de expansão nacional e o nosso atual espetáculo de alienação do homem. (MOURÃO, 1957, p. 86)

Se, em **Tendência 1**, Rui Mourão admitia a importação de técnicas narrativas que pudessem auxiliar a ficção brasileira a se renovar, em **Tendência 4**, a perspectiva é a da exportação. Recusando uma crítica de Haroldo de Campos, segundo a qual **Tendência** ainda sofreria “de um regionalismo <<ingênuo>>, de tipo temático, fechado” que temeria “os confrontos com as técnicas e os produtos internacionais, talvez porque ainda vítima de um <<complexo colonial>> residual” (CAMPOS, 1961, p. 3-4),<sup>7</sup> Mourão rebateu dizendo serem os membros da revista mineira “escritores nacionais mas não nacionalistas, se esse vocábulo é entendido como aquilo que se opõe a tudo o mais e que busca, no isolamento, viver sozinho num mundo romântico” (MOURÃO, 1962, p. 108).

Ao que parece, Mourão já se sentia seguro para visualizar a possibilidade de a ficção brasileira, considerada por ele como muito pobre em 1957, tornar-se capaz de ser exportada integralmente.

Acreditamos, simplesmente, que a arte seja mais autêntica quanto mais nacional. Compreendemos que o homem só existe situado e que é a nação que engloba os elementos configuradores da sua individualidade. Fazemos distinção rigorosa entre técnica e expressão: procuramos utilizar a técnica que é patrimônio universal, para encontrar uma expressão brasileira. Queremos exportar não apenas técnica, mas igualmente produtos acabados. (MOURÃO, 1962, p. 108)

Esse desejo estava muito próximo do anseio expresso por isebianos que queriam a exportação de produtos industrializados acabados e não apenas de matérias-primas, símbolos respectivos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Difícil também não associar essa idéia à poesia pau-brasil, de Oswald de Andrade.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> “Não me parece que a reivindicação nacionalista de <<Tendência>>, correta de um ponto-de-vista (*sic*) ideológico, tenha ficado isenta, na sua postulação estética, dos prejuízos de um regionalismo <<ingênuo>>, de tipo temático, fechado, que temia os confrontos com as técnicas e os produtos internacionais, talvez porque ainda vítima de um <<complexo colonial>> residual” (CAMPOS, 1961, p. 3-4).

<sup>8</sup> Ver “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, de Oswald de Andrade: “Dividamos: Poesia de importação. E a Poesia Pau-Brasil, de exportação.” (ANDRADE, 1978, p. 7).

Outro ponto comum entre o ISEB e **Tendência** – e também o Modernismo – foi a tentativa de edificação de um aparelhamento teórico-técnico que possibilitasse a independência de análise da realidade brasileira, mas sem um isolamento que impedisse a comunicação com o mundo. Era a tentativa de construção de um conhecimento sobre o Brasil com a utilização de um instrumental de pesquisa desenvolvido no país. **Tendência** partilhava dessa idéia no campo da literatura e tentava encontrar “formas de expressão” que fossem “nacionais”.

Affonso Ávila não mencionou nenhum membro do ISEB nas páginas de **Tendência**. Quis manifestar-se pela poesia, por algumas resenhas e por dois ensaios. Não se pode pensar, contudo, que estivesse alheio às escolhas de seus companheiros, ou mesmo que discordasse totalmente das mesmas. Evidentemente, contribuía para o desenvolvimento da linha editorial de **Tendência** e defendeu idéias veiculadas na revista publicando artigos em vários jornais como **Estado de Minas**, **Diário de Minas**, **Correio da Manhã** e **O Estado de S. Paulo**. Como Ávila afirmou, **Tendência** obedecia “sempre a uma orientação co-participativa de todos os seus membros, uma orientação portanto democrática e pluralista” (ÁVILA, 1993, p. 11).

No ensaio “Eixo São Paulo-Minas”, em que traçou relações entre paulistas e mineiros tanto no campo econômico-político como no intelectual, Ávila lembrou os vínculos literários entre os dois estados desde o Modernismo da década de 1920 até aqueles anos quando **Tendência** e concretistas procuravam um denominador comum.

Vencido o ciclo de quarenta anos, durante o qual os alicerces da Semana cresceram na estruturação de um bloco solidamente construído e assentado, nova realidade se impõe ao escritor brasileiro. As transformações entre nós operadas no pós-guerra, como reflexo da industrialização extensiva e conseqüentemente do abalo de uma sociedade organizada sobre raízes agrário-coloniais, impactaram o intelectual brasileiro, dele exigindo uma tomada de posição fundamentalmente identificada não apenas com a conjuntura material do país, mas com o próprio ser nacional em seu devir histórico. Enquanto se sistematizam uma ideologia da consciência nacional e uma sociologia da redução brasileira, voltadas ambas contra os resíduos saudosistas de certa índole do ensaio modernista, a literatura sofre também o seu processo crítico de desalienação. A pesquisa de uma nova expressão literária, através da prospecção totalizadora da coisa nacional e da concomitante aferição de técnicas importadas ou não que lhe possam ser úteis, engaja novamente hoje num projeto comum mineiros e paulistas. (ÁVILA, 1962, p.162).

Ao mesmo tempo em que reafirmou a pesquisa do autenticamente nacional, admitindo a adaptação de técnicas literárias importadas, Ávila fez uso de termos

recorrentes em textos isebianos, como “ideologia da consciência nacional”, “sociologia da redução brasileira” e “desalienação”.

Anos mais tarde, a comprovação definitiva de que idéias isebianas faziam parte do repertório de leitura de Ávila. Ao ser chamado para depor sobre os trinta anos passados da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, realizada em Belo Horizonte em agosto de 1963, o poeta lembrou:

Vivíamos o segundo lustro da década de 50. Formava-se a consciência brasileira de um projeto de modernização estrutural: político, econômico, social, cultural. Juscelino, Brasília e a industrialização. O automóvel superava o trem-de-ferro da história. Era a velocidade ideológica versus a inércia do sistema. Configuram-se então os paradigmas do pensamento de revolução: a) a **consciência crítica** versus a **consciência ingênua**, no conceito de Álvaro Vieira Pinto; b) o conceito de **redução sociológica**, de Guerreiro Ramos, com seu emblema: o **Fenemê**, num repensamento do conceito oswaldiano de **antropofagia**: apropriar, deglutir e tornar “nosso”. (ÁVILA, 1993, p. 10)

O texto, claríssimo ao apontar a influência marcante de Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos nas discussões de então, também utiliza o termo *velocidade* que remete à linguagem empregada por vanguardas do início do século 20. Ao invés de relacionar velocidade à questão tecnológica, Ávila preferiu estabelecer uma ligação com ideologia. Tratava-se, nos anos JK, de imprimir rapidez ao pensamento e às decisões fundamentadas em escolhas políticas, visando a superação do atraso no qual estaria imerso o país. Quanto à aproximação do conceito de “redução sociológica” ao de “antropofagia”, **Tendência** 4 mostrou estar consciente dessa similaridade ao publicar texto de Haroldo de Campos explorando esse aspecto (**Tendência**, 1962, p. 83-94).<sup>9</sup>

Depois daquela introdução reproduzida acima, Affonso Ávila relembrou a proposta de **Tendência** de descoberta de formas literárias que correspondessem à consciência nacional e algumas incompreensões da época que viram na revista uma representante de um nacionalismo conteudístico e fechado às experiências da linguagem (ÁVILA, 1993, p. 11).

Longe dessa posição que se poderia hoje acoimar de **xिता**, o que buscávamos, como no livro-âncora de Álvaro Vieira Pinto, era identificar, como fulcro para um projeto **novo** para a literatura brasileira naquela curva crucial de nossa cultura recente e pós-modernista, uma **consciência e (sic) realidade nacional**, no mesmo “direito à pesquisa” que, 35 anos antes de nós, antes de 1957, haviam preconizado os modernistas de 22. (ÁVILA, 1993, p. 11)

<sup>9</sup> Sobre a aproximação desses dois conceitos, ver p. 114, 115, 120 e 121.

Em outro trecho do depoimento, Ávila relacionou a sua experiência poética em **Tendência** com um processo evolutivo de linguagem artística que estaria ligado à dialética de Álvaro Vieira Pinto.

[...] uma autoreleitura crítica da **poesia** de **Tendência** talvez possa explicar o que foi a mesma **Tendência**, sob um ângulo **criativo**, ou melhor, **evolutivo** de um processo de **linguagem artística** tal qual se preconizava ou se compreendia no âmbito do **projeto Tendência**. Aquela bipolaridade, aquele confronto dialético de **consciência crítica** versus **consciência ingênua** que nos teorizava o ideólogo-maior do pensamento do tempo no Brasil – Álvaro Vieira Pinto –, encontrava-se também a **nosso** ver, ao ver deste poeta, na linha evolutiva semântico-formal que perpassa os quatro números de **Tendência**. (ÁVILA, 1993, p. 12)

Na introdução de seu livro **O poeta e a consciência crítica: uma linha de tradição, uma atitude de vanguarda** (1978), Affonso Ávila esclareceu que os ensaios do volume tinham a ligá-los a mesma coerência de perspectiva crítica e que os conceitos ali formulados seriam um desdobramento do nacionalismo crítico preconizado por **Tendência** para uma literatura participante, apesar de não significarem o pensamento dogmático de um grupo (ÁVILA, 1978, p. 7). Datados de 1961 a 1973, os textos de Affonso Ávila cobrem parte do período de vida de **Tendência**, os anos imediatamente posteriores a ela e também fornecem uma reflexão de mais de uma década sobre literatura, suas conexões e o fazer poético. O tempo decorrido não provocou uma mudança significativa de visão do que teria sido a revista, sendo que Ávila se valeu de citações tiradas de **Tendência** para compor a sua argumentação em vários trechos, procedimento também adotado, em 1993, no depoimento “Trinta anos depois: um depoimento muito pessoal” sobre a Semana Nacional de Poesia de Vanguarda. Da mesma forma, quando entrevistado para este trabalho (18 set. 2007), Affonso Ávila não fez nenhum reparo significativo ao nacionalismo adotado pela revista. Quanto ao livro, uma metade do título traz a marca do pensamento do ISEB – *consciência crítica* – e o subtítulo aponta para o que também foi a proposta de **Tendência**: uma preocupação, ao mesmo tempo, com o passado e com o novo.

Em “Literatura situada” (1962), Affonso Ávila propôs um fio condutor para a literatura brasileira crítica, estabelecendo o seu início no Modernismo, passando por João Cabral de Melo Neto (“Da função moderna da poesia”) e chegando à revista **Tendência**. Para ele, tratava-se, no caso de **Tendência**, de um empenho na fundação de uma expressão literária de autenticidade brasileira. Ávila afirmou que outras tomadas de

posição teriam ocorrido quase que simultaneamente nas mais diversas áreas da literatura brasileira. O esforço de se buscar a superação do caráter alienatório de uma criação que não corresponderia às imposições do tempo e da realidade nacional tinha ligações estreitas com a formulação ideológica nacionalista e com a idéia da redução sociológica de Guerreiro Ramos.

Esse engajamento que se procura ainda desarticuladamente, mas ostensivo o suficiente para abalar uma ordem que encerra dramaticamente o seu ciclo, é parte integrante da formulação de um pensamento nacional que sistematiza a sua ideologia e instaura uma sociologia de redução, em consonância com as fundas transformações da estrutura sócio-econômica. O fenômeno da desalienação das idéias no Brasil responde, assim, ao processo da arrancada anticolonialista no campo de desenvolvimento material. E o projeto de uma nova literatura poderá vir a firmar-se como um movimento capaz de dar forma e direção às forças tumultuariamente desencadeadas pelo espírito modernista e estatuir a sua linguagem renovadora, ao mesmo tempo identificada com a corrente viva da arte de nossa época e situada num contexto de revolução brasileiro. (ÁVILA, 1978, p. 87).

No ensaio “O Graciliano que nos interessa” (1969), cujo mote é o livro de Rui Mourão, **Estruturas**: ensaio sobre o romance de Graciliano, Affonso Ávila dissertou sobre a década de 1950, classificada como um dos períodos mais significativos da modernidade brasileira, pois, no seu decorrer, teria havido uma mudança de mentalidade e um contato com um mundo menos acanhado. Ao mesmo tempo em que esse apetite de universalização poderia ter posto em risco a nossa peculiaridade nacional, teria havido uma necessidade mais forte de afirmação da vontade brasileira (ÁVILA, 1978, p. 66).

Ao fenômeno, portanto, da importação de técnicas no âmbito da indústria em expansão ou de formas no terreno de uma arte que atinja a maturação criadora, contrapôs-se, num equilíbrio fatorial, o fenômeno da conscientização em face de nossos valores potenciais de natureza econômica ou de nossos *genes* de essencialidade cultural. O princípio diretor de uma consciência crítica erigiu-se tanto como norma de uma filosofia de ação objetiva, quanto como elemento estimulador de uma nova atitude estética. (ÁVILA, 1978, p. 66)

Nota-se, além da utilização do termo *genes*, transferido do campo da biologia para o da cultura, uma equiparação dos recursos naturais – as matérias-primas – à “essencialidade cultural”. Também quando tratou especificamente de literatura, Ávila admitiu a existência de algo brasileiro em essência, mostrando um certo deslocamento do que seria construção cultural para uma marca biológica.



Se examinarmos a década de 50, centrando a atenção no quadro específico da literatura, não será difícil constatar aqui também o mesmo trabalho redutor perante os exemplos universais por nós assimilados e igualmente a mesma preocupação de acentuar e distinguir a *coisa brasileira em si*. É então que eclodem e se fazem inserir, às vezes com um impacto violentador, novas forças no processo literário nacional. (ÁVILA, 1978, p. 66)

Novamente, a inevitável remissão ao procedimento de “redução” de Guerreiro Ramos. Além de admitido por Rui Mourão e Affonso Ávila, o apoio à “redução” apareceu também nas páginas de **Tendência** 4 por meio do ensaio “A poesia concreta e a realidade nacional”, de Haroldo de Campos.

Este texto de Haroldo de Campos iniciou-se com três perguntas consideradas, pelo autor, como fundamentais para “a configuração de um contexto crítico” onde deveria se situar quem se propusesse a fazer arte no Brasil e que assumisse “a plena consciência de seu *métier* e de sua peripécia histórica”. As questões colocadas foram: “Pode um país subdesenvolvido produzir uma literatura de exportação? Em que medida uma vanguarda universal pode ser também regional ou nacional? Pode-se imaginar uma vanguarda engajada?” (CAMPOS, 1962, p. 83).

Haroldo de Campos principiou a responder a essas indagações a partir da antropofagia de Oswald de Andrade, classificada, por ele, como séria e como uma forma de redução, pensada em termos de se obter uma poesia de exportação para um Brasil provinciano. Segundo Campos, tratava-se de “devorar para compreender e superar. De pôr entre parênteses o acessório, para que o essencial apareça na tábua fenomenológica” (CAMPOS, 1962, p. 83-84).

A atualização da antropofagia oswaldiana para os inícios de 1960 foi feita por Haroldo de Campos por meio da redução sociológica de Guerreiro Ramos. Depois de situar o Brasil nos anos da Guerra Fria, na condição sul-americana de país subdesenvolvido e semicolonial, Campos viu, concomitantemente com o processo de industrialização nacional, a retomada das idéias oswaldianas de criação de uma poesia de exportação. Esse pensamento estaria próximo ao de Guerreiro Ramos, o qual, aplicado às questões sociológicas inicialmente, poderia ser adotado no campo artístico (CAMPOS, 1962, p. 85).

Foi então que se pôs em nosso país – e, com toda a naturalidade, se pôs pensando em termos internacionais – o problema de uma nova poesia. Retomava-se a intimação sem precedentes de Oswald: por uma poesia de exportação. E em que

condições? Nas condições criadas por uma nova visada redutora, por um novo rasgo antropofágico. *Redução estética*, direi, e já agora abono-me do jargão mais conspícuo da sociologia. Um sociólogo alistado, da acuidade de Guerreiro Ramos, descreve o processo, que é reversível à problemática artística: forma-se, em dadas circunstâncias, uma “consciência crítica”, que já não mais se satisfaz com a “importação de objetos culturais acabados”, mas cuida de “produzir outros objetos nas formas e com as funções adequadas às novas exigências históricas”; essa produção não é apenas de “coisas”, mas ainda de “idéias” (*A Redução Sociológica*). De importação se passa à produção e desta se transita naturalmente para a exportação. (CAMPOS, 1962, p. 85)<sup>10</sup>

O fato de Oswald de Andrade ter importado o futurismo da Europa, deglutindo-o juntamente com as produções de nossos primeiros cronistas, com fragmentos de linguagem indígena recolhidos por Couto de Magalhães e com elementos de fala cotidiana para a extração da poesia pau-brasil não teria tornado o poeta menos brasileiro. Oswald teria sido brasileiro e crítico (CAMPOS, 1962, p. 84).

Campos propôs outras três perguntas: 1. “O que se entende por nacional em arte?”; 2. “O nacionalismo há de ser forçosamente um regionalismo temático e este, necessariamente, uma tematização do rural?”; 3. “Em que medida é nacional a arquitetura brasileira, sem dúvida alguma a arte que hoje melhor representa e projeta o Brasil no mundo?” (CAMPOS, 1962, p. 88).

O questionamento de Haroldo de Campos visava à discussão estabelecida na época entre poesia concreta e literatura engajada e que foi um dos tópicos motivadores dos debates com os membros de **Tendência**. Sempre presente nas controvérsias encontrava-se a temática do nacionalismo. Campos defendeu um *nacionalismo crítico* ao invés de um *nacionalismo ingênuo*. Obviamente, Haroldo de Campos estava aproveitando os conceitos de *consciência crítica* e de *consciência ingênuo* de Álvaro Vieira Pinto.

Entendo que, ao contrário de um nacionalismo ingênuo, fechado numa idéia temática, que corre o risco de se transformar, inclusive em literatura exótica, naquilo que Oswald chamava de “macumba para turistas”, e que repele o confronto com técnicas estrangeiras por temor de servilismos e desconfiança de sua capacidade de operação e superação das mesmas, se pode falar num *nacionalismo crítico*, que começa por uma empresa redutora. Este nacionalismo sabe que nacional e universal são uma correlação dialética, da mesma maneira que forma-conteúdo (tendendo para o isomorfismo fundo-forma) o são. (CAMPOS, 1962, p. 89)

<sup>10</sup> Da mesma forma que Haroldo de Campos citou a idéia de “redução sociológica”, Guerreiro Ramos, no prefácio à segunda edição de **A redução sociológica**, de 1963, apontou a utilização do conceito pelo poeta concretista e também por Mário Chamie: “No domínio estético, importa assinalar as afinidades entre o conteúdo deste livro e os ensaios doutrinários de poetas como Haroldo de Campos (vide a página intitulada Invenção, no *Correio Paulistano* de 27/03/60) e Mário Chamie (vide Literaturas praxis (sic), revista *Praxis (sic)*, Ano 1, n. 1, 1962)” (RAMOS, 1996, p. 14).

O melhor exemplo de nacionalismo crítico, para Haroldo de Campos, seria a moderna arquitetura brasileira. Quanto ao engajamento da vanguarda em poesia, especialmente na poesia que praticava – a concreta –, as escolhas políticas de seus praticantes começariam a ser feitas por meio da linguagem (CAMPOS, 1962, p. 90-92).

Além de Haroldo de Campos, outros colaboradores obtiveram amplo espaço para seus artigos em **Tendência**. Em seus dois primeiros números, havia transcrições de textos publicados em periódicos ou livros. Basta um rápido olhar aos títulos desses textos para se ter uma idéia clara do que motivava a escolha dos mesmos: a questão do nacional. Vejamos os que foram escolhidos para **Tendência 2**: “Nacionalismo e universalismo em literatura” (Xavier Marques), “Teatro e estilo nacional” (Adonias Filho), “O nacionalismo na linguagem” (Afrânio Coutinho), “Cultura nacional e civilização” (Bernardo Gersen), “Os valores espirituais da nação” (Franklin de Oliveira), “Tradição literária nacional” (Oswaldino Marques).

Dentre os textos dos colaboradores, “Duas águas”, de Fritz Teixeira de Salles, sobre a obra de João Cabral de Melo Neto, publicado em **Tendência 1**, destacou-se pela preocupação com o assunto nacionalismo. Fritz Teixeira de Salles desfrutava de prestígio no grupo Tendência<sup>11</sup> e seu artigo nos ajuda a entender alguns direcionamentos que seus membros deram às suas obras e à própria revista.

O artigo iniciou-se com uma citação de “O movimento modernista”, de Mário de Andrade. O trecho selecionado é o que afirmou que, anteriormente ao Parnasianismo, ao Simbolismo e ao trabalho de Heitor Villa-Lobos, as técnicas empregadas no Brasil seriam importadas da Europa, configurando um fenômeno colonial, determinado pela

---

<sup>11</sup> Em artigo publicado no **Suplemento Literário** (3 mar. 1984), Rui Mourão lembrou o seu primeiro encontro com Fritz Teixeira de Salles na livraria Itatiaia, em Belo Horizonte, ponto de encontro de intelectuais, e a sua participação no grupo Tendência: [...] “funcionava no edifício Dantés [a livraria] e, no final da tarde, proporcionava aos jovens estreados oportunidade de travar relações com os seres superiores que exibiam os seus nomes em capas de livros ou nas páginas de suplementos literários. Ali, entre tantos livros e tantos sonhos, conheci Fritz Teixeira de Salles. Apenas apresentado, ele começou a tratar o deslumbrado rapaz em pé de igualdade, dando expansão à cordialidade mais afetuosa, como se aquilo fosse um reencontro de velhos camaradas”. [...] “ao surgir o movimento da revista “Tendência”, desfrutei do privilégio de tê-lo como meu contemporâneo e, naquela fase parecia alguém que houvesse renunciado ao seu passado intelectual, tal o seu empenho em participar das nossas intermináveis discussões, tal a emoção com que se deslumbrava diante das descobertas, por mínimas que fossem” (MOURÃO, 1984. p. 5). Já Fábio Lucas afirmou que Fritz Teixeira de Salles “era uma atualidade permanente para todas as gerações de escritores”. Em relação à **Tendência**, “primeira revista literária mineira de marcação ideológica, eis que o Fritz irrompeu de suas páginas, confraternizado com aquele nacionalismo antiimperialista. Era um igual e dividia conosco o marxismo-existencialismo daqueles tempos. Tinha sempre o entusiasmo de compartilhar das coisas novas. Por isso mesmo se tornou patrimônio de muitos movimentos e de várias gerações literárias” (LUCAS, 1991, p. 305).

escravização da economia e da sociedade. A epígrafe não só antecipou o tom nacionalista do ensaio, mas também apontou o intelectual Mário de Andrade como figura de referência para aquelas pessoas que se reuniram em Belo Horizonte a fim de lançar um periódico.

Segundo Fritz Teixeira de Salles, João Cabral de Melo Neto teria sido feliz em realizar a conexão nacional e social, sendo que **Morte e vida severina** mostraria um caminho novo para a poesia feita no Brasil, unindo nacionalismo, conteúdo social e forma tradicional brasileira. Essa forma teria sua origem em Portugal e em manifestações populares brasileiras (SALLES, 1957, p. 68-69). Salles também considerou alguns poemas de Carlos Drummond de Andrade e **O romanceiro da Inconfidência**, de Cecília Meireles, como exemplos de consciência nacional (SALLES, 1957, p. 71).

Essa obra poética de Cecília Meireles foi tema de artigo de Maria Luiza Ramos, no qual são apresentadas as origens ibéricas do romance, sua disseminação na literatura européia, sua ocorrência na cultura popular nordestina e o aproveitamento do gênero feito por Cecília Meireles. Maria Luiza Ramos iniciou e terminou seu texto citando Sílvio Romero, para quem o poeta deveria se apoderar de um motivo popular e transformá-lo em arte. Segundo Maria Luiza Ramos, Cecília Meireles teria cumprido essa tarefa, fazendo ascender, ao nível artístico, temas de sabor folclórico (**Tendência**, 1960, p. 43-67). Essa concepção de arte culta, elevada, inspirada no povo, mas distanciada dele porque teria alcançado uma qualidade superior, também pode ser observada em Fábio Lucas, mesmo que este último explique a situação de inferioridade da cultura popular pela desigualdade sócio-econômica. Ainda assim, no editorial de **Tendência** 2, quando Lucas era o diretor da revista, pode-se ler o seguinte:

Mesmo se desejamos trabalhar com os pés fortemente apoiados numa base territorial, não significa que aplaudimos sistematicamente a arte de costumes, a arte de preocupação folclórica, de intenção sociológica. Tudo o que desejamos é atribuir um caráter de maior rigor ou mais exigência ao livre exercício da crítica e orientar ou dar sentido positivo ao esforço de pesquisa formal. Os cantadores populares e os contadores de histórias são de conhecimento milenar e até agora não contribuíram senão para os manuais da ciência que deles se ocupa. Somos partidários intransigentes da pesquisa formal e pensamos que a obra de arte somente pode ser julgada através das suas evidências e intenções artísticas (**Tendência**, 1958, p. 3-4).

Essas questões podem ser relacionadas à discussão estabelecida por Walter D. Mignolo a respeito de língua, literatura, nação e colonialidade.<sup>12</sup> Citando a experiência discriminatória vivenciada e relatada pela escritora jamaicana Michelle Cliff, Mignolo quis mostrar que “a literatura colonial será sempre considerada inferior, quando confrontada com a prática definida e exemplificada pelo cânone literário da metrópole” (MIGNOLO, 2003, p. 309).

A mesma língua, as mesmas regras sintáticas, mas o jogo jogado em circunstâncias diferentes resulta em práticas verbais distintas: folclore não é literatura, tal como mito não é história. Em ambos os casos, a ‘sabedoria popular’ foi inventada para distinguir ‘o gosto e o conhecimento do gênio e da minoria culta’, estabelecendo uma hierarquia de práticas culturais paralelas aos regulamentos econômicos e políticos e ao governo. (MIGNOLO, 2003, p. 309)

Em **Tendência** 1, Affonso Ávila republicou parte de uma resenha sobre o livro **Duas Águas** que havia escrito para o jornal **Estado de Minas**, sendo que a análise da obra de João Cabral de Melo Neto ficou muito próxima da de Fritz Teixeira de Salles. Segundo Ávila, a poesia cabralina teria harmonizado magnificamente forma e substância, utilizando uma linguagem de fácil identificação para o leitor (ÁVILA, 1957, p. 75-76.)

Ávila destacou, em **Morte e vida severina**, uma grande beleza, intensidade quase épica e profundo significado social. Com esse poema, João Cabral de Melo Neto teria transposto para a poesia o tema do retirante, esboçando magistramente o que deveria ser a verdadeira linguagem poética nacional e alcançando o seu almejado processo de comunicação (ÁVILA, 1957, p. 76).

Voltando ao artigo de Fritz Teixeira de Salles, também podemos relacioná-lo ao que Fábio Lucas escreveu em **Tendência** 1. Salles identificou traços de nacionalismo no episódio da Inconfidência Mineira e distinguiu uma fase portuguesa na arte praticada na Minas colonial, no primeiro quartel do século 18, de uma brasileira executada a seguir. Essa segunda fase teria assistido ao despertar do espírito nacionalista no pensamento político da colônia (SALLES, 1957, p. 70-71). Lucas, por sua vez, citando **Síntese do desenvolvimento literário no Brasil**, de Nelson Werneck Sodré, entendeu que, devido à repressão do governo português, a literatura produzida em terras brasileiras seria

---

<sup>12</sup> Ver p. 108-109.

incharacterística, pois se limitaria aos processos importados, excetuando-se apenas o conteúdo político de as **Cartas chilenas** (LUCAS, 1957, p. 28).

De forma semelhante, Lucas e Sales explicaram os acontecimentos literários e políticos como determinados pela organização econômica colonial. Entretanto, a partir da apropriação dos recursos naturais pelos brasileiros, o que os dois autores acreditavam estar se efetivando na década de 1950, a produção literária sofreria alterações positivas como resultado da mudança na infra-estrutura. Comparemos os dois textos. Primeiramente, o que escreveu Fábio Lucas:

Só com a apropriação efetiva de nossos recursos naturais e a consciência de nossa grandeza, disto resultante, é que nos seria possível cultivar uma literatura com virtudes pessoais. (LUCAS, 1957, p. 28)

E agora, as idéias de Salles:

Vemos, pois, aí, um movimento correlato dos dois setores da super-estrutura, político e artístico, ambos determinados pelas mesmas transformações da infra-estrutura.

Na época contemporânea, em que o brasileiro conquistou a maior consciência nacionalista que se tem memória, pois jamais foi tão extensivamente popular a luta pela posse integral das nossas riquezas nacionais – petróleo, minerais atômicos, sub-solo (*sic*), etc. – também a literatura está se preocupando fundamentalmente com o problema da sua própria nacionalização. (SALLES, 1957, p. 70-71)

Salles reiterou as virtudes de **Duas águas** que teria sido uma reação a uma série de tendências negativas da poesia brasileira, principalmente o subjetivismo, a abstração ou o hermetismo, resultantes do desconhecimento das fontes populares da poesia nacional (SALLES, 1957, p. 72).

Isso tem levado à criação de poemas que são reflexo de tudo, menos do Brasil; poesia que reflete um homem estrangeiro, um lirismo estrangeiro e também uma forma estrangeira. Consideremos pois que não pode haver arte social fora do seu meio nacional. Os dois elementos estão fundidos um ao outro, pois constituem a correlação essencial entre o conteúdo e a forma. (SALLES, 1957, p. 72)

Essa concepção de literatura defendida por Fritz Teixeira de Salles é, praticamente, a mesma de **Tendência**. A idéia de literatura como reflexo da realidade se repetiu nos textos de Rui Mourão. Aliás, a participação de Salles na revista parece ter sido muito intensa como testemunhou o próprio Mourão. Segundo ele, Salles somente

encontraria o seu caminho como intelectual a partir do momento em que teria se integrado ao grupo Tendência, conseguindo, então, expandir suas potencialidades. O poeta, nas palavras de Mourão, “encontrou sua linguagem, o crítico armou-se de lucidez, o ensaísta entrou em sintonia com o tempo” (MOURÃO, 1984, p. 5).

Deixando de lado o bem que **Tendência** teria feito a Fritz Teixeira de Salles, é importante lembrar que o nacionalismo sublinhado pela revista, além da influência decorrente de pensadores do ISEB, ligava-se à corrente modernista do começo do século 20, especialmente à figura de Mário de Andrade, um dos primeiros a trabalhar pela preservação do patrimônio histórico brasileiro. Merece atenção o fato de que, nos currículos de Salles, Affonso Ávila e Rui Mourão encontra-se um percurso semelhante em direção à preservação histórica. Salles fez parte da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dedicou-se a pesquisas relativas ao século 18 mineiro. Ávila participou de equipes de levantamento de bens culturais de cidades históricas mineiras, foi superintendente de Pesquisa e Tombamento do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, tendo publicado vários e importantes trabalhos sobre o Barroco de Minas Gerais. Quanto a Rui Mourão, continua no cargo de diretor do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, além de ter sido diretor do Museu da República, no Rio de Janeiro, e coordenador do Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais e do Programa Nacional de Museus. Também publicou textos nos quais trata de questões ligadas à história mineira. Em 1987, Rui Mourão declarou:

A preocupação com o nacional resultou, em Minas Gerais, num esforço para a identificação das fontes geradoras da nossa cultura – do passado colonial – e o chamado patrimônio histórico e artístico foi sendo incorporado como uma das perspectivas para se encarar a nossa realidade. (MOURÃO, 1987, p. 4)

Mais recentemente, Mourão concordou que a trajetória do grupo Tendência teve pontos em comum com a de outros intelectuais que se dedicaram a trabalhar com o patrimônio cultural brasileiro. Para ele, haveria uma “preocupação dos mineiros de se ligar a uma tradição cultural” (MOURÃO, 15 ago. 2007).

Uma das razões pela qual eu deixei os Estados Unidos e vim embora foi essa. Eu achava impossível uma pessoa criar uma arte em outro país, sem estar mais ou menos próxima da realidade própria dela. Da realidade nacional do escritor. Eu vim para o Brasil em busca das raízes brasileiras e fui encontrar as raízes profundas em Ouro Preto. (MOURÃO, 15 ago. 2007)

Indagado se veria alguma semelhança entre sua dedicação à pesquisa sobre a história de Minas Gerais, especialmente sobre o século 18, e o itinerário de outros intelectuais, como os modernistas paulistas de 1922 e a geração de Carlos Drummond de Andrade, que afirmaram a necessidade de conhecimento do nosso passado, Affonso Ávila respondeu:

Vejo. Vejo, porque eu pego a faixa da corrida da olimpíada. Eles me passam a faixa. Eles vão até certo ponto. Por exemplo, o Rodrigo de Mello Franco de Andrade, com quem eu tive muita ligação, ele vai até certo ponto: a criação, manutenção do patrimônio nacional, mas ele não chega a querer conhecer profundamente os significados e os significantes. Os significantes, sem perceber, eles realmente levantaram o problema do patrimônio. O monumento é o significante. Agora, nós temos que olhar o que está atrás do significante. O significado dele. O que ele significava dentro da tradição, da formação mineira, e eu trabalhei nessa linha. Pela primeira vez, o Barroco foi visto, em Minas e no Brasil, como um problema de mentalidade. Não foi só um problema dissidente de época e incidente arquitetônico ou plástico. Eu vou bem além disso e vejo a totalidade. O Barroco é um fenômeno total que ocorreu em Minas, principalmente em Minas, e ele está atrás de toda essa nossa formação. Não só de Minas, mas do Brasil todo. O Barroco é, realmente, a fonte, a raiz, a radicação nossa. A nossa resposta à colonização portuguesa. Eles trouxeram a forma trabalhada, nós assimilamos aquilo muito bem e, antropofagicamente, como diria o Oswald de Andrade, nós devolvemos aquilo dentro de uma linguagem nossa, renovada e nossa. O caso do Aleijadinho é uma resposta brasileira a toda essa influência portuguesa. É uma resposta brasileira e alta, de altíssimo nível. Como você pode ver na poesia do tempo. Na poesia do período barroco, a grande resposta, ou a grande realização poética da poesia barroca de língua portuguesa é a de Gregório de Matos. Eu procurei ver isso mais como um problema de mentalidade, mentalidade social, mentalidade religiosa, mentalidade ideológica. Eu fui estudar os problemas dos grandes acontecimentos comunitários em que o Barroco expressava a sua forma: a forma lúdica, a forma ornamental, a sua forma de fuga da realidade, através da festa, da festa barroca, principalmente. (ÁVILA, 18 set. 2007)

Tudo isto leva a crer que os integrantes da revista estivessem e estejam colocando em prática o que recomendavam em **Tendência** e que ouviram outros intelectuais aconselhar, tal como Mário de Andrade e muitos isebianos: a necessidade de se conhecer o Brasil por sua história. Foi a linha de tradição estendida pelos integrantes de **Tendência** a um passado identificado por eles como nacionalista e moderno.



## Um olhar para o novo: a experimentação literária

Em 1964, Affonso Ávila fez uma palestra, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, com o título “Iniciação didática à poesia de vanguarda”. No início de sua fala, Ávila definiu o que entendia por vanguarda:

Falar de vanguarda é falar do novo, do que se cria, é falar do que se pesquisa, do que se procura acrescentar ao mundo ou à experiência do homem. A palavra *vanguarda*, é, como se sabe, de origem francesa e o léxico daquela língua assim a define: vanguarda é, por extensão, tudo aquilo que precede, anuncia, prepara. A posição de vanguarda é, portanto, abrangente a toda atividade humana, pois onde está o homem aí encontramos o seu ímpeto, a sua ânsia de invenção, de modificação da realidade, o impulso vital de enriquecer e aperfeiçoar seus instrumentos de inteligência e de ação. A vanguarda tanto pode situar-se no terreno da ciência, quanto no da arte ou, ainda, no da mais simples atividade lúdica. (ÁVILA, 1978, p. 75)

Passando para o campo da poesia, Ávila disse que esta apuraria e concretizaria as potencialidades expressivas da língua. Os poetas caminhariam à frente da humanidade, experimentando, inventando, “adicionando formas e estruturas novas à grande linguagem da emoção humana, da inteligência criativa”, que seria a essência da poesia (ÁVILA, 1978, p. 75).

Poetas de vanguarda que teriam conduzido a arte para a renovação, “quando as formas em uso se tornavam estanques, estacionavam, incapazes de exprimir o mundo em evolução”, sempre teriam existido. Esses poetas seriam “imbuídos de consciência crítica, não só perante os fatos da linguagem, como também diante, muitas vezes, dos problemas mais vivos de seu contexto social”. Os exemplos citados por Ávila foram o poeta grego Timóteo de Mileto, Arnaut Daniel, na Idade Média e Góngora, no Barroco. Do século 19, foram destacados Edgar Allan Poe, Baudelaire, Rimbaud e Mallarmé. No século 20, seriam poetas vanguardistas Sá-Carneiro, Fernando Pessoa, Maiakóvski, Ezra Pound, William Carlos Williams e Francis Ponge. James Joyce também foi lembrado como “autêntico implantador de uma linguagem de consciência crítica”, apesar de ficcionista (ÁVILA, 1978, p. 75-76).

No Brasil, essa pesquisa de vanguarda no campo da linguagem não teria estabelecido uma tradição – e novamente temos, em Ávila, a idéia de uma tradição de vanguarda ligada às especificidades nacionais – porque o país, conformado por limitações de ordem econômica e social, teria sido mero diluidor de uma cultura

transplantada. Essa postura teria servido ao interesse imediatista de pequenos grupos que, além de controlar a agricultura e o comércio, também conduziriam a política brasileira (ÁVILA, 1978, p. 76). O texto de Ávila está repleto de uma linguagem nacionalista, comum à época e ao ISEB. Ao mesmo tempo em que dissertava sobre pesquisa formal, também justificava a inexistência da mesma, devido ao subdesenvolvimento que interessaria à elite dominante manter no Brasil.

Ávila criticou, nos primeiros prosadores e poetas brasileiros, a sua improvisação e o seu desconhecimento das letras. “Na sua consciência ingênua, todo indivíduo de algum verniz de ilustração se julgava na obrigação de perpetrar os seus versinhos [...] Nossa poesia foi, durante longo tempo, bem pobre, subdesenvolvida mesmo como a própria realidade em que se manifestava” (ÁVILA, 1978, p. 77).

Se fosse reescrever a história da literatura brasileira, sob o ângulo da reavaliação crítica, poucos seriam os escritores e poetas que escapariam a um expurgo, a uma depuração qualitativa por parte de Affonso Ávila. Seriam salvos Gregório de Matos, Cláudio Manuel da Costa e talvez Basílio da Gama ou Silva Alvarenga. Teria faltado “à poesia brasileira, em seus primórdios, um artista do talento de um Aleijadinho, capaz de imprimir à sua arte um sentido redutor, um selo de transformação, de recriação autenticamente nosso”. No século 19, poucos escritores teriam trabalhado a sua poesia com uma noção consciente de arte. Uma exceção seria Sousândrade que estaria sendo “reestudado pela nova crítica [leia-se Augusto e Haroldo de Campos] como precursor brasileiro da moderna poesia de vanguarda” (ÁVILA, 1978, p. 77).

Com o Simbolismo, alguns poetas, aprendendo com Mallarmé, teriam trazido “à nossa incipiente poesia uma lição de formas útil ao adestramento técnico da arte poética brasileira”. Ávila apresentou esses poetas:

“Alphonsus de Guimaraens e Cruz e Souza se inscreveram ostensivamente na órbita lírica mallarméana, embora tenham sido os quase desconhecidos Severiano de Rezende e Pedro Kilkerry os simbolistas brasileiros que mais avançaram no sentido de elaboração de uma linguagem nova e de invenção formal”. (ÁVILA, 1978, p. 78)

A partir do Modernismo, a consciência poética, fundada nos valores da linguagem como expressão criadora do homem, revelando o ser nacional, teria se consolidado. Contudo, aquele Modernismo revolucionário, com algumas exceções, ou teria se estagnado, ou retroagido ao velho Paranasianismo. João Cabral de Melo Neto

teria sido um dos poucos representantes de sua geração a não compactuar com o que Ávila chamou golpe retornista desfechado em 1945, vindo a influenciar decisivamente a vanguarda poética (ÁVILA, 1978, p. 78-79).

A cronologia da poesia de vanguarda desenvolvida por Ávila apresentou, na seqüência imediatamente após João Cabral de Melo Neto, a revista **Tendência** que teria sentido a necessidade de revisão mais ampla dos fundamentos críticos e formais da literatura brasileira. Também foi apontado o grupo paulista Noigandres, com sua experimentação no campo visual do poema. Considerando esses movimentos, Ávila afirmou que a poesia de vanguarda se desdobraria em duas direções, ou seja, a proposta de **Tendência** e a proposta dos concretistas de São Paulo (ÁVILA, 1978, p. 79-80).

Numa dessas direções, aprofundam-se as pesquisas formais, as experimentações no sentido da invenção de estruturas e soluções verbais. É a linha mais característica dos poetas concretos. [...] A outra direção – que poderíamos chamar a “linha mineira”, porquanto são os poetas de Minas os seus principais representantes – trabalha numa poesia de maior abertura semântica, dentro de um processo comunicativo de rendimento mais imediato. Entretanto, nem os concretistas abrem mão da motivação humana, da instigação social em que se sustenta o avanço técnico de sua arte, nem os vanguardistas mineiros subestimam o permanente aperfeiçoamento de seus recursos no terreno experimental da linguagem. (ÁVILA, 1978, p. 80)

Recentemente, Affonso Ávila lembrou as diferenças entre os dois movimentos e o que teria motivado a aproximação entre eles.

**Tendência** não foi uma vanguarda. Foi uma vanguarda participante, politicamente participante, isso foi. Foi mais que o Concretismo. Bem mais. Porque nós estávamos dentro de uma linha ideológica de participação. Todos nós. Eu, com minha poesia, o Rui e o Fábio, com a crítica deles, com o pensamento deles. Mas vanguarda participante, no sentido político, nós poderíamos dizer assim. E, só mais tarde, em Assis, o “salto participante” da poesia concreta, o “pulo da onça”, como dizia o Décio Pignatari, é que eles vão procurar se ajustar a essa linha, também, de integração dentro da realidade brasileira daquele momento. Eles já trabalhavam dentro de uma linha já muito avançada, com muito contato no exterior, mas se esqueceram dos condicionamentos brasileiros. Então, eles voltam e se condicionam, procuram fazer uma reavaliação das coisas e abrem possibilidade de um diálogo. Houve esse diálogo. Diálogo com **Tendência**, importantíssimo. (ÁVILA, 18 set. 2007)

Há, nas duas avaliações sobre as vanguardas feitas por Affonso Ávila, uma mudança de perspectiva. Se, em 1964, Ávila considerou **Tendência** uma vanguarda no sentido estético, literário e político, em 2007, o poeta passou a julgá-la apenas como uma vanguarda político-ideológica.

E qual seria a linguagem pretendida por Ávila? Seria aquela do seu tempo, com o aproveitamento dos recursos comunicativos oferecidos pela tecnologia, especialmente os visuais. A julgar pelo prospecto-programa da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, realizada em Belo Horizonte em agosto de 1963 e que Affonso Ávila ajudou a organizar, a poesia de vanguarda buscaria, “na revolução das formas e da linguagem, sintonizar-se com a técnica de nosso tempo” (Prospecto-programa da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda *apud* ÁVILA, 1978, p. 135). Os meios de comunicação de massa estariam no horizonte de atuação dos poetas que participaram da semana.

A poesia aqui já não se comporta em suas dimensões tradicionais. Numa época de prevalência da técnica de visualização e portanto favorável à disseminação de novos veículos de divulgação da arte, a poesia adquire um outro plano comunicativo e já não se restringe ao consumo na fruição auditiva e na leitura em recolhimento. É a poesia não só para os livros, mas para os cartazes, os murais, a televisão, a poesia que deseja responder às solicitações de uma civilização coletivista. (Prospecto-programa da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda *apud* ÁVILA, 1978, p. 135)

Ávila pensava na televisão e nas ferramentas de que a publicidade dispunha como recursos que poderiam ser associados à sua própria pesquisa poética que, além de fazer uma interlocução com os irmãos Campos e Décio Pignatari, também raciocinava em termos do Barroco e de sua ênfase no visual. Para ele, a linguagem poética deveria ser objetiva, precisa, econômica, evitando o discursivo que redundaria no mesmo fracasso a que teriam chegado, no início do século 20, os remanescentes do Parnasianismo por utilizarem uma linguagem abstrata, formalista e alienada (ÁVILA, 1978, p. 80).

O esforço argumentativo de Affonso Ávila também era no sentido de ligar sua poesia à vanguarda. Um exemplo caro ao poeta foi a referida Semana Nacional de Poesia de Vanguarda que teve o patrocínio da Reitoria da então Universidade de Minas Gerais, depois transformada em Universidade Federal de Minas Gerais, e que contou, além da participação do próprio Ávila, com a presença de Affonso Romano de Sant’Anna, Augusto de Campos, Benedito Nunes, Célio César Paduani, Décio Pignatari, Fábio Lucas, Frederico Moraes, Haroldo de Campos, Haroldo Santiago, Henri Corrêa de Araújo, Laís Corrêa de Araújo, Libério Neves, Luiz Adolfo Pinheiro, Luiz Costa Lima, Márcio Sampaio, Olívio Tavares de Araújo, Paulo Leminski, Pedro Xisto,

Roberto Pontual e Ubirásçu Carneiro da Cunha. O encontro, segundo Ávila, “derivaria naturalmente do braço poético,<sup>13</sup> da vertente poética de **Tendência**, mas seu projeto teria logo apoio amplo e intergrupar, principalmente através de Haroldo de Campos” (ÁVILA, 1993, p. 13). A Semana foi uma das conseqüências dos contatos de Affonso Ávila com o grupo concretista de São Paulo, iniciados em 1961, no Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, em Assis. O comunicado final da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda revelou ainda a troca recíproca de influências entre grupos empenhados na pesquisa de novas formas poéticas e aqueles que se batiam pelo engajamento político. O último segmento do documento definiu as bases do que se denominou “vanguarda participante”. O poeta teria responsabilidade perante sua época e sua sociedade, não devendo utilizar a linguagem para encobrir a realidade, repetindo padrões, formas ou temas, mas deveria ser parte “de reformulação da realidade, induzindo o leitor a tomar consciência de si mesmo e de sua existência social alienada” (Comunicado e conclusões da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda *apud* ÁVILA, 1978, p. 138).

Já Rui Mourão, ao rever a contribuição de **Tendência** para a literatura nacional, afirmou que a publicação, unindo-se ao movimento geral da vanguarda brasileira do período, teria contribuído “para a revisão dos valores literários e culturais vigentes, que tendiam, salvo raras exceções, para uma acomodação tradicionalista antiprogressista” (MOURÃO, 1987, p. 4). As vanguardas teriam criado o clima favorável para o acolhimento de Guimarães Rosa e teria sido **Tendência** a responsável pela reformulação do estudo da obra de Graciliano Ramos.<sup>14</sup> Para Mourão, a revista teria sido progressista no sentido literário e ideológico (MOURÃO, 1987, p. 4).

Fábio Lucas não compartilhava com Affonso Ávila e com o grupo dos concretistas paulistas das mesmas idéias sobre poesia. No texto “A poesia de nosso tempo”, Lucas partiu do pressuposto de que teria havido um esforço, em todas as épocas, no sentido de preservar a poesia de impurezas que lhe teriam sido adicionadas no curso de sua história. A poesia já teria sido utilizada para fins didáticos, recreativos,

---

<sup>13</sup> Sobre essa denominação “braço poético” de **Tendência**, ver entrevista de Affonso Ávila à autora deste trabalho no apêndice.

<sup>14</sup> Apesar de Rui Mourão atribuir ao corpo editorial da revista uma nova leitura da obra de Graciliano Ramos, foi ele quem escreveu **Estruturas**: ensaio sobre o romance de Graciliano, publicado em 1969 por Edições Tendência. Esse livro foi resultado da dissertação de mestrado de Rui Mourão, defendida, em 1963, na Universidade de Brasília, onde foi professor. Não houve nenhum artigo, publicado na revista, sobre o escritor alagoano.

morais, religiosos, etc., sendo que, no início da década de 1960, os inimigos da poesia, como expressão artística autônoma, seriam a eloquência, a música e as artes plásticas. Segundo Lucas, com o Romantismo, a poesia quase teria virado discurso poético. Os simbolistas a teriam confundido com criação musical e, no século 20, certas experiências a teriam ameaçado de incorporação ao mundo das artes visuais (LUCAS, 1962, p. 55-56).

Aludindo especificamente ao Concretismo, Lucas julgou que as contribuições de outras artes seriam estranhas à poesia. Pareceu a ele “improcedente denominar-se <<poesia>> ao produto da <<conquista do espaço gráfico>> e da criação da unidade verbivocovisual” (LUCAS, 1962, p. 61). Lucas ressaltou que as artes plásticas estariam situadas no espaço, compostas de elementos simultâneos e imóveis. Elas falariam ao espírito através da vista (arquitetura, pintura e escultura), enquanto as artes fonéticas se situariam no tempo, regidas pelo princípio da sucessão, comunicando-se com o espírito através do ouvido, como a música e a literatura. O Concretismo estaria querendo sintetizar estruturas heterogêneas, porém insistindo em apelidar o produto de poesia. “Assim sendo, como denominar <<poesia concreta>> à solução da equação Palavras + Artes Plásticas? Melhor seria chamar <<expressão ideogramática>> à aventura artística” (LUCAS, 1962, p. 61). Como se vê, a cultura de massa ou a utilização de novas mídias não fazia parte da discussão empreendida por Lucas. O seu texto, inspirado na diferenciação entre poesia e prosa feita por Jean-Paul Sartre em **Situações II**, apenas faz comparações entre literatura e outras “artes”.

Fábio Lucas chegou a afirmar que a poesia moderna seria um diálogo com letrados porque a enorme distância existente entre a elite e o povo, causada por profundas desigualdades sociais, teria feito com que os artistas modernos se requintassem ao extremo, sem conseguir dialogar com a maioria. A arte não seria capaz de solucionar esse problema pois a correção das desigualdades se conseguiria apenas pela via política. Já as produções culturais destinadas a um grande público seriam manifestações de mau gosto a serviço do capitalismo.

Enquanto não vem a solução, somos condenados a escrever para nossos semelhantes, isto é, para a elite. O máximo que podemos fazer pelo povo, neste terreno, é defender-lhe as tradições artísticas a fim de que aquilo que ele faz por herança intemporal não seja substituído pelo pior, pelas ideologias malsãs que lhe são ministradas sob a forma de mau-gosto, obscuridade, dramalhão, pieguismo e tantas outras manifestações cotidianas de comercialização da inteligência a que tem levado o

capitalismo contemporâneo. Os instrumentos mais percucientes estão a serviço dessa deteriorização da cultura: rádio, televisão, cinema, teatros, os grandes periódicos, etc. (LUCAS, 1962, p. 59)

Colocando em prática o diálogo entre letrados, Fábio Lucas havia escrito uma carta a João Cabral de Melo Neto informando-o sobre o projeto da nova revista e de sua proposta editorial. Em 11 de janeiro de 1957, João Cabral de Melo Neto respondeu a essa carta, da cidade espanhola de Sevilha, dizendo ter gostado de saber da existência de “toda essa efervescência” de que falava Fábio Lucas e da “preocupação por formas de arte” que fossem “tomadas de consciência brasileira”. Dizendo-se disposto a ser um “colaborador a mais” de **Tendência**, promessa que nunca cumpriu, João Cabral de Melo Neto pediu que não fosse tratado como “chefe (o que seria ridículo), nem como pioneiro (o que não seria verdade [...])” e que não fosse visto como um modelo (MELO NETO, 11 jan. 1957).

E para mostrar a V. que não posso mesmo ser apontado como exemplo de coisa nenhuma, deixe-me logo que diga uma coisa com que não concordo: é verdade que essa mesma coisa não está expressada por V. senão indiretamente. Mas senti nas entrelinhas e confesso a V. que me deixou meio frio. Falo dessa eterna questão do formal, pesquisa formal, etc. Não sei onde – ou estou certo? – mas senti em sua carta um certo desprezo por isso tudo e devo dizer a Você que esse desprezo pode trazer o mesmo equívoco romântico (*sic*) que estropeia o que, por exemplo, o romance nordestino dos anos trinta tem de melhor. Contrariamente a V., creio que a minha geração – e a de vocês – está mais capacitada a avançar no caminho da literatura brasileira precisamente por causa dos longos anos de pesquisa formal em que nos metemos. (MELO NETO, 11 jan. 1957) (grifo do autor)

Por essa carta-resposta, pode-se deduzir que **Tendência**, que sairia com data de agosto de 1957, pedira colaboração a João Cabral de Melo Neto e, repetindo uma atitude comum a tantos outros intelectuais, como Carlos Drummond de Andrade em relação à Mário de Andrade, elegera o poeta pernambucano como mentor intelectual.

João Cabral de Melo Neto percebera que Fábio Lucas se colocara contra uma poesia experimental, mas alertou o futuro editor de **Tendência** sobre a necessidade de se pesquisar formas que expressassem a substância brasileira, como temas, elementos e paisagens. A pesquisa de formas funcionais seria importante para dar uma configuração à literatura brasileira e os poetas experimentais, como Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari estariam mais próximos de conseguir isso do que aqueles que

se diziam possuidores de consciência nacional ou de intenção nacionalista. Os ensinamentos de João Cabral de Melo Neto ecoaram em **Tendência** e o primeiro editorial da revista afirmou sua intenção de pesquisa de “formas nacionais”. Tal propósito não foi exatamente o que aconselhara o poeta, mas pode ter sido resultante de uma reflexão oriunda dessa carta.

Em outro ensaio, “Vigília da inteligência”, Fábio Lucas explicitou melhor o que considerava arte, literatura e literatura nacional. Arte seria a expressão da vida, enquanto literatura seria um ramo da arte que se realizaria através da palavra. Além disso, Lucas adotou a denominação *literatura científica* para a crítica e o ensaio. Nesse caso, a atividade exercida por ele seria a de um literato e a de um cientista.

Adotamos um conceito restritivo do campo literário: divide-se em literatura de criação (ficção, poesia e drama) e literatura científica a respeito da criação (ensaio e crítica). Seu objeto especial são, portanto, as chamadas Belas Letras. Resulta da transposição de vivências e de resíduos culturais para a linguagem artística. É parte de uma unidade cultural. Ao estudarmos um conjunto de obras literárias, estamos estudando um fenômeno cultural em que predomina o sentido estético da palavra. Por tudo isso, não chega, a nosso ver, a constituir obra literária o mero exercício formal, a montagem exótica de combinações vocabulares [...] (LUCAS, 1962, p. 148)

O escritor e o crítico seriam responsáveis, em boa parte, pelos destinos da humanidade, não devendo, portanto, fugir à sua condição de homens integrados. Deveriam exercer sua função com consciência e lucidez (LUCAS, 1962, p. 143).

Por ser parte de uma unidade cultural é que a literatura tenderia a ser nacional e somente quando uma nação tivesse consciência de seu destino é que estaria capacitada a conceber planos renovadores para o futuro. A literatura só se tornaria nacional quando integrasse uma consciência também nacional, constituindo-se em um dos instrumentos de afirmação do grupo social (LUCAS, 1962, p. 148).

Apesar de não estar se referindo diretamente às vanguardas, Lucas deixou claro que a renovação da literatura teria ligações estreitas com a questão do nacional. Para ele, “o estudo da palavra pela palavra” não constituiria obra literária porque não conteria o conteúdo vital da expressão artística. Em outras palavras, a literatura só poderia ser entendida com um conteúdo nacional.

Contudo, a utilização do elemento visual foi parte integrante da renovação pretendida na poesia brasileira dos anos de 1950/1960. No caso de Affonso Ávila, ao desejar uma literatura engajada, também queria o desenvolvimento de uma poesia que



lidasse com os aspectos visuais. É importante lembrarmos que João Cabral de Melo Neto, considerado um dos precursores do Concretismo, buscou uma interlocução com as artes plásticas. Segundo Marly de Oliveira, João Cabral de Melo Neto teria se interessado pela pintura porque teria “uma inata predisposição para *ver*, muito mais que para *ouvir*” e repudiaria “todo tipo de música, mas sobretudo a melodia, a musicalidade do verso” (OLIVEIRA, 1994, p. 16). Daí sua afinidade com o construtivismo dos cubistas que procurariam, na pintura, o equivalente plástico da realidade (OLIVEIRA, 1994, p. 16).

Ao publicar **O engenheiro** (1945), João Cabral de Melo Neto teria procurado dar ênfase à clareza, ao sol. Em **Psicologia da composição** (1947), o sentido consciente de ordenação das palavras teria se unido à idéia de luta contra o *acaso*, de “exaltação da secura, do deserto, da pedra: a estética do *avesso* e do *não*” (OLIVEIRA, 1994, p. 17). Vieram depois **O cão sem plumas**, de 1950, e **O rio**, de 1953. Em 1956, o poeta reuniu no volume **Duas águas** sua produção anterior, além dos inéditos **Morte e vida severina**, **Uma faca só lâmina** e **Paisagem com figuras**. A técnica usada em **Morte e vida severina** nos interessa de perto porque as observações de Fritz Teixeira de Salles e as de Affonso Ávila, em **Tendência 1**, indicaram o auto de Natal pernambucano como um bem sucedido exemplo comunicativo, ao fazer a junção de conteúdo social com linguagem poética de tradição portuguesa e popular brasileira.

*Morte e vida severina* é uma homenagem às várias literaturas ibéricas: os monólogos do Retirante têm em comum com o romancista ibérico o uso do heptassílabo e a assonância; a cena do Irmão das Almas homenageia o romance catalão [...]; a cena do velório é pernambucana; a mulher na janela é um poema narrativo em português arcaico incorporado ao folclore pernambucano. A cena dos coveiros é, curiosamente, escrita em verso livre [...] O diálogo do Retirante com Mestre Carpina segue os processos da tenção galega; o resto é “romance” castelhano. O nascimento de Cristo se tornou um fato realista; a cena dos presentes, como outras, tem relação com os autos pernambucanos do século passado. As ciganas estão nos autos antigos, prevendo o futuro nascimento da criança. (OLIVEIRA, 1994, p. 18)

Antes de publicar seus poemas em **Tendência**, Affonso Ávila havia escrito **Glosa da primavera**, **O açude** e **Sonetos da descoberta**, experiência poética classificada por ele como lírico-subjetiva (ÁVILA, 1978, p. 122). Em **Tendência 1**, Affonso Ávila publicou “Concílio dos plantadores de café”. **Tendência 2** apresentou “Carta do solo”, “Os negros de Itaverava”, “O boi e o presidente” e “As viúvas de Caragoatá”. Esses poemas, com exceção de “Carta do solo”, seriam tributários da “linha

telúrica de teor temático pródiga nos remanescentes verde-amarelos ou antropofágicos de 22” (ÁVILA, 1978, p. 123).<sup>15</sup> “Morte em efígie” apareceu em **Tendência** 3 e o último número da revista veio com “Carta sobre a usura”, “As arcas” (renomeado de “Genealogia dos bancos” no livro **Código de Minas & poesia anterior**), “Elaboração da fome” e “Coroação do urso” (título também mudado para “Eleição de usurário” no livro mencionado acima). Todos os poemas são longos, como também o são os textos dos outros participantes de **Tendência**. Ao que parece, não havia restrição quanto à extensão dos textos por parte dos editores da revista.

Segundo Ávila, “Carta do solo”, “Morte em efígie”, “Bezerro de ferro e sinal”, “Os anciãos” e “Os híbridos” representariam uma etapa do andamento programático de **Tendência**, com trabalho de pesquisa para se alcançar o nacionalismo crítico, ou a “demanda da expressão culturalmente válida para uma literatura de específica autenticidade brasileira, dentro de categorias valorativas universais” (ÁVILA, 1978, p. 123).

“Concílio dos plantadores de café” apresentou uma epígrafe bíblica do profeta Joel (2, 19), expressando uma promessa divina de fartura, e foi dividido em cinco partes de 20 versos cada uma. As divisões correspondem às falas do Presidente, do Primeiro Orador, do Segundo Orador, do Terceiro Orador e a última foi denominada “Declaração de Princípios”. As falas esclarecem os lugares de origem de cada participante. O Presidente foi escolhido entre os cafeicultores. O Primeiro Orador representa os mineradores que já não encontram ouro em suas terras e sugere a criação de gado de corte e leite como atividade substituta. O Segundo Orador vem do Caparaó e fala da penúria lá existente. O Terceiro Orador discursa contra o ágio, a avidez do capital, propondo investimentos na indústria.

Os grupos de 20 versos podem ser divididos em quadras, com rimas no segundo e no quarto verso. Assim, a primeira parte apresenta rimas em –ores:

Tomo assento nesta mesa,  
Agradecendo aos senhores  
A prova de confiança  
Que, entre cafeicultores

---

<sup>15</sup> Esta explicação de Ávila para a linha evolutiva de seus poemas publicados em **Tendência** foi apresentada no texto “Carta do Solo – Poesia Referencial” (1961). Este texto foi publicado na revista concretista **Invenção** e refletiu também uma vertente oswaldiana na poesia de Ávila, ecoando uma valorização do legado de Oswald de Andrade que vinha sendo feita pelos concretistas paulistas.

A segunda parte, rimas em –ão:

Senhores, bem compreendo  
A vossa desolação,  
Que eu também tenho meu sítio  
Nos lados do Ribeirão,

A terceira , rimas em –ente:

A minha angústia é a vossa  
Com travo diferente,  
É certo que em cada légua  
O mesmo mal se acrescente.

A quarta parte, rimas em –al:

Companheiros, vossos olhos  
Choram o ocaso rural,  
Eu choro a aurora dos ágios,  
A manhã convencional

E a última, rimas em –ia:

Considerando este solo  
De morta benfeitoria,  
Gleba de pássaros roucos  
E nenhuma melodia,

Todo o poema segue regularmente a métrica do redondilho heptassilábico (redondilho maior),<sup>16</sup> considerado um metro típico da poesia popular galego-portuguesa e o preferido dos trovadores (SPINA, 2003, p. 35-39). Algumas semelhanças com o canto do Retirante, em **Morte e vida severina**, podem ser notadas, como, por exemplo, a escolha do metro, as quadras reunidas em um bloco maior, a assonância e rimas em –ia, como podemos constatar nesse trecho do início do auto:

– O meu nome é Severino  
não tenho outro de pia.  
Como há muitos Severinos,  
que é santo de romaria,  
deram então de me chamar  
Severino de Maria;

---

<sup>16</sup> Seguimos aqui a distinção estabelecida por Segismundo Spina, segundo o qual, *redondilho heptassilábico*, ou *maior*, e *redondilho pentassilábico*, ou *menor*, seriam metros típicos da poesia popular galego-portuguesa. Já a *redondilha* seriam “os poemas de *forma redonda*”, aqueles de “mote glosado, cuja estrutura se caracteriza por um constante retorno do elemento final da estrofe (a *cauda* ou *volta*) ao argumento da composição (o *mote*)” (SPINA, 2003, p. 34 e 39).

“Os negros de Itaverava” e “O boi e o presidente” seguem o mesmo estilo de “Concílio dos plantadores de café”. Trazem uma estrutura estrófica regular com versos de sete sílabas, um vocabulário que remete ao mundo rural e uso de rimas que facilitam o processo mnemônico, caso das rimas em –ão, bastante numerosas. O poema “Os negros de Itaverava” tem como temática a situação de escravidão em uma senzala.

Três negros de Itaverava,  
Irmãos em sangue e aflição,  
Não dormiam, como os outros,  
A noite que é sujeição,  
Dormiam, sim, as auroras  
– As luzes em combustão  
Dos sonhos que, mesmo estéreis,  
Sucedem no coração.

Em “O boi e o presidente”, as rimas são ABAB e, novamente, temos o redondilho maior. No final de cada estrofe há um dístico introduzido pelo refrão “Nos meus ócios de verão”, o que nos remete às cantigas populares nas quais a repetição é muito presente. Esse poema mostra o início de um processo utilizado por Affonso Ávila que, ao lidar com uma aparente repetição, inseria pequenas modificações para romper com a expectativa do leitor – o que também acontece em “As viúvas de Caragoatá –, introduzindo o estranhamento e criando a possibilidade do exercício de crítica social. “O boi e o presidente” lembra uma alegoria, o que se coaduna bem com o subtítulo de “fábula”. Como se sabe, fábula pode ser uma narração curta, de caráter alegórico, em prosa ou em verso, com o objetivo de apresentar um ensinamento. Apesar de tudo, o poema não evidencia o preceito, deixando uma margem para a indagação, para a livre interpretação, para a dúvida.

“Morte em efígie” e “Carta do Solo” fazem uso do travessão, após o qual, uma palavra se repete, mas introduzindo outros sintagmas. “Maquinações com o demônio”, parte integrante de “Morte em efígie”, pode servir como exemplo:

Com seus órgãos ao diabo  
Ouviu nos fossos da noite

– Ao diabo com seus tufos  
Colheu no ângulo da foice

– Ao diabo com seus favos  
Provou no feltro da língua

– Ao diabo com seus sexos  
Gozou no mênstruo da vinha

– Ao diabo com seus poldros  
Montou nos fusos da várzea

– Ao diabo com seus veios  
Buscou nos ossos da lavra

– Ao diabo com seu código  
Rogou no ofício do logro

– Ao diabo com seus gumes  
Cobriu nos pelos de engodo.

A estrutura estrófica e o metro não são mais constantes do começo ao fim desses poemas. O vocabulário apresenta ainda elementos “telúricos”, mas também há uma acentuada escolha de termos que fogem completamente ao uso corriqueiro da língua como *nédio*, *lixívia* e *amanho*, para se mencionar apenas duas estrofes de “Morte em efígie”.

“Carta sobre a usura”, “As arcas”, “Elaboração da fome” e “Coroação do urso” revelam o poeta direcionado para o verso curto, para a busca de uma essencialidade reduzida ao uso dos substantivos e dos verbos no presente, desprezando os adjetivos, justapondo substantivos e apenas condescendo na utilização de alguns conectivos (*de*, *e*, *com*, *em*), do advérbio *onde*, artigos definidos e possessivos. Estas duas estrofes de “Carta sobre a usura” ilustram melhor sobre o que se está falando:

A usura gera  
de seu ovo  
(homem solércia  
pele solércia  
urso solércia  
fome solércia  
uso solércia)

[...]

A usura come  
de seu fruto  
(onde o homem usurpa  
onde a pele usurpa  
onde o urso usurpa  
onde a fome usurpa  
onde o uso usurpa)

[...]

Segundo Ávila, ao construir “Carta do solo”, ele teria procurado: o antidiscurso, a substantivação, a utilização de um vocabulário pesquisado, que chamou vocabulário de referência, a iteração para fins de fixação do que se quis transmitir e da dispensa do discurso lógico persuasivo, a eliminação de conjunções, o aproveitamento do espaço em branco da página e a criação de uma tensão poética (ÁVILA, 1978, p. 126). Affonso Ávila viu, na passagem dos poemas dos primeiros números da revista para os dois últimos, um grande salto qualitativo em sua poesia: “A busca de concisão de linguagem bem maior e uma referencialidade também com relação aos temas. Os temas são de conteúdo político mais forte, embora eu trabalhe com os ícones, com figuras conhecidas do meu universo, eu não enuncio essas figuras, mas essas figuras todas existiram” (ÁVILA, 18 set. 2007). Na verdade, são poemas que precisam de uma explicação fora do texto poético para que os leitores entendam a sua intencionalidade e seu trabalho de composição.

Ao avaliar a importância da poesia cabralina em sua obra, Ávila assim se referiu ao poeta pernambucano:

O Cabral foi uma luz dentro da minha evolução. Foi um poeta com o qual eu tive mais afinidade no momento criador que representa esse período. Realmente. O Cabral, para mim, foi fundamental. A leitura do Cabral, o convívio com ele, a amizade com ele. “A carta sobre a usura” já ultrapassa **Morte e vida severina**. Já não é mais aquela influência que você percebe nos outros poemas, mas uma aproximação maior com a linha construtivista. (ÁVILA, 18 set. 2007)

Numa primeira fase, Affonso Ávila foi buscar na poesia medieval ibérica, inspirado em João Cabral de Melo Neto, uma forma tradicional para exprimir o “autenticamente nacional”. Mais tarde, introduziu na sua poesia, como os concretistas, o uso do espaço em branco da folha de papel, fazendo preenchimentos com os tipos gráficos dos poemas impressos. Cada vez mais, procurou a concisão do verso e quis abalar a recepção dos leitores, alcançando uma crítica social através de uma falsa iteração e do recurso da ironia. Foi essa a evolução da poesia de Ávila, mostrada nos quatro números de **Tendência**, que constituiu uma parcela das chamadas vanguardas das décadas de 1950/1960.

## **CAPÍTULO 3**

### **REPERCUSSÕES E INTERCÂMBIOS**

*[...] os concretistas estão à procura de uma saída para a produção poética, numa nação à procura de uma saída para o seu processo histórico. O grupo que defende uma literatura nacional busca uma forma para exprimir sua posição ideológica. Poderão encontrar-se perfeitamente para um diálogo fecundo.*

*[...] não chega, a nosso ver, a constituir obra literária o mero exercício formal, a montagem exótica de combinações vocabulares, a atividade paralizada (sic) apenas no plano da palavra. Sem a utilização do conteúdo vital, para a elaboração da expressão artística, não há literatura.*

Fábio Lucas

**Tendência 4**

*Não nos devemos impressionar muito com o escoteirismo paulista, quando mais da metade do país, e principalmente a sua zona norte, naufraga dramaticamente.[...] os concretistas estão certos em sua atitude estética quando vivem o nosso tempo e acredito mesmo que as reivindicações mínimas concretistas devem ser as reivindicações de todo escritor atual que se preze, **mas só com isso** e com a abordagem de temas políticos emergentes e transitórios, não chegarão a ferir a essência da coisa brasileira. O que configura a hora brasileira são os dramas sociais que estão na base de sua estrutura, é a maneira unicamente nossa de enfrentá-los, de vencê-los ou de por eles sermos derrotados.*

Rui Mourão

**Tendência 4**

*Vale a pena consignar aqui [...] a observação de Haroldo de Campos de que a poesia concreta se explica [...] dentro de uma das vertentes de nosso barroco [...] Se contestada essa identificação por algum espírito daqueles sempre inclinados a interpretar superficialmente as manifestações estéticas, fica aí para instigá-lo a uma reformulação de juízo o fato inelutável da conjugação de <<Tendência>> e do concretismo no seu projeto comum da fundação de uma expressão literária de autenticidade nacional. E fica aí mais um elo entre mineiros e paulistas no seu esforço de construir, pelo pensamento e pela ação, uma dimensão nacional brasileira.*

Affonso Ávila

**Tendência 4**



## A recepção pretendida e o debate nos jornais

O primeiro editorial de **Tendência** manifestou a esperança de que outros companheiros viessem se juntar ao grupo inicial da revista para um trabalho conjunto, pois uma atitude individualista poderia levar ao isolamento e a divergências (*Tendência*, 1957, p. 4). Quase um ano mais tarde, querendo mostrar que a revista havia repercutido nacionalmente e que se encontrava em um processo comunicativo, o segundo número trouxe uma lista de “Referências e comentários críticos sobre *Tendência* – 1”, na qual são apresentados periódicos que mencionaram a revista. O mesmo procedimento se repetiu em **Tendência** 4, com o acréscimo de jornais e revistas com datas até o ano de 1961, ou seja, cobrindo o período imediatamente anterior ao último número, publicado em 1962.

Qual seria o interesse dos editores ao apresentar aquelas listagens? Obviamente, evidenciar o alcance nacional obtido por **Tendência** que havia despertado a atenção de articulistas de periódicos como o **Jornal do Brasil**, **O Estado de S. Paulo**, **Correio da Manhã**, **Diário de Notícias**, **Correio Paulistano**, **Última Hora**, **Diário Carioca**, **Jornal do Comércio**, **Folha da Manhã**, **Diário de S. Paulo**, **O Povo**, **Para Todos**, **Revista da Semana**, **O Semanário** e não apenas dos que trabalhavam na imprensa mineira, representada pelo **O Diário**, **Estado de Minas**, **Diário da Tarde**, **Diário de Minas**, **Folha de Minas**, **Correio de Minas** e **Binômio**, que também haviam aberto espaço para a revista.

**Tendência** era distribuída à intelectualidade e colocada em consignaço nas livrarias. Parece não ter tido problemas financeiros. Ao comparar as condições de edição das duas revistas que seu grupo empreendera, Rui Mourão declarou:

[...] na época de **Vocação**, nós não éramos ninguém. Nós estávamos querendo ser. Nós tínhamos que fazer uma coisa levantando recursos para poder imprimir aquilo. Agora, na **Tendência**, a coisa já era diferente. Nós tínhamos mais força, fazíamos com facilidade as edições. (MOURÃO, 15 ago. 2007)

Afonso Ávila foi mais explícito a respeito do financiamento da revista. Ao ser indagado sobre como **Tendência** se custeava, já que não apresentava anúncios, Ávila afirmou que havia publicidade, sim. Publicidade oficial. Destacou, também, que o IPASE, antigo instituto de previdência, dirigido por Cyro dos Anjos, repassava verbas

publicitárias para **Tendência**. A publicidade de órgãos governamentais manifestou-se nas páginas finais dos números 1, 2 e 4 da revista e veio da seguinte forma: em **Tendência** 1, houve um discurso do governador Bias Fortes, propagandas do IPASE foram impressas em **Tendência** 1 e 2, enquanto **Tendência** 4 divulgou um texto informativo sobre a Prefeitura de Belo Horizonte. Outra ajuda recebida pela revista foi dada pela Universidade de Minas Gerais, depois transformada em UFMG. Rui Mourão negou essa ajuda, mas Affonso Ávila a confirmou (ÁVILA, 18 set. 2007). Esse auxílio existiu realmente porque Fábio Lucas trabalhava como assessor do então reitor Lincoln Prates e todos os números de **Tendência** foram impressos na Imprensa Universitária da Universidade de Minas Gerais. O próprio Fábio Lucas afirmou:

eu tinha acesso à Imprensa Universitária, ora em implantação, e o então Reitor, Professor Lincoln Prates, a quem prestei assessoria, permitiu que usássemos as instalações da Imprensa, em fase experimental, sem ônus para nós, além de pequenas despesas de custeio. (LUCAS 26 set. 2007)

Já em relação à publicidade, Lucas explicou:

Era comum, na ocasião, buscarmos publicidade de onde pudesse vir. O setor privado era refratário à aventura intelectual dos jovens. No setor público encontramos algum apoio. Garantida a impressão, os outros itens de custeio, correspondência e impressão eram cobertos, em parte, pela publicidade. (LUCAS 26 set. 2007)

O segundo editorial de **Tendência** revelou que as idéias por ela divulgadas não foram “de pronto unanimemente bem recebidas pelos meios intelectuais”, provocando “certo mal-estar” e “uma discussão de âmbito nacional” (**Tendência**, 1958, p. 3-4). Mesmo afirmando não esperar uma recepção totalmente favorável, **Tendência** preferiu encarar as críticas negativas como incompreensões em relação à proposta da revista. As avaliações teriam sido escritas em tom apaixonado, o que equivaleria dizer que teria havido ausência de racionalidade, de imparcialidade. Os que receberam **Tendência** com benevolência só teriam demonstrado que a pregação dos editores da revista não seria nenhum absurdo e representaria uma aspiração dos meios intelectuais.

Um dos objetivos principais de **Tendência** era ultrapassar a condição de publicação regional, limitada a Belo Horizonte, para atingir um universo intelectual mais amplo. Além da utilização da prática comum de enviar exemplares a escritores, jornalistas e figuras consideradas importantes, **Tendência** também aproveitou a

possibilidade de inserir-se em polêmicas<sup>1</sup> como estratégia de autodivulgação. Esse tipo de publicidade de obras e autores era bastante empregado em jornais no século 19 e início do século 20. Por meio desse recurso, um polemista desconhecido, ao pugnar com um oponente de renome, adquiria destaque no cenário cultural e desfrutava, mesmo que efemeramente, da fama. Outra função que a polêmica poderia exercer seria a de dramatização de conflitos ideológicos, através da fabricação de uma guerra encenada, na qual aqueles conflitos ganhariam visibilidade para o leitor, chamando-o a identificar-se com um dos polemistas e, conseqüentemente, com as idéias defendidas por ele. A violência verbal e as ações de ataque e defesa fazem parte do contexto polêmico. Uma polêmica pode gerar outras polêmicas, ou envolver outros contendores (PAGANINI, 2000, p. 50-108). Muitas vezes, amigos ou partidários de um polemista saem em sua defesa, atacando o inimigo ou inimigos, porque o oponente também arregimenta as suas forças de batalha. Assim, estaria criada uma forma de interação mais abrangente que teria em mira a conquista do público.

As polêmicas jornalísticas do século 19 e começo do século 20 ocorriam em um contexto histórico muito diferente do ambiente em que se inseria a imprensa brasileira no final da década de 1950 e início da de 1960. O gênero, ainda que modificado e atenuado em sua agressividade, sobreviveu e fez parte do universo interativo de **Tendência** com outros intelectuais e outras publicações.

A primeira polêmica envolvendo **Tendência** foi desencadeada pelo crítico Otto Maria Carpeaux e rebatida por Fábio Lucas. Essa polêmica pode ser considerada exemplar porque concentrou várias características que são apontadas nesse tipo de disputa, como, por exemplo, a formação de uma rede de debatedores. Aqui, trataremos, porém, de apenas alguns personagens, pois rastrear todos eles seria uma tarefa impossível.

Esse debate, no seu curso principal, durou menos que a primavera de 1957, limitando-se ao mês de outubro daquele ano. Após o lançamento de **Tendência**, Otto Maria Carpeaux escreveu um longo artigo intitulado “Tendência Contemporânea”, publicado no **Correio da Manhã** em 5 de outubro e republicado no dia 6 no **Diário de**

---

<sup>1</sup> Apesar de alguns estudiosos apresentarem uma diferenciação entre *polêmica*, que se desenrolaria por meio impresso, e *debate*, realizado oralmente ou por mídia eletrônica, não utilizamos essa distinção e estamos alternando as duas denominações. Um estudo pormenorizado sobre polêmica, suas funções e sua relação com alguns gêneros discursivos foi desenvolvida por PAGANINI, 2000.

**Minas** e no dia 19 no **Correio Paulistano**. Inicialmente, Carpeaux afirmou a importância das revistas especializadas – que praticamente não existiam no Brasil – como forma de uma pessoa se manter atualizada e citou duas estrangeiras: **Giornale Storico della Letteratura Italiana** e **Kenyon Review**. O lançamento de **Tendência**, segundo Carpeaux, estava sendo recebido com prazer.

Ao apreciar favoravelmente a apresentação gráfica da nova publicação, comparável às das melhores revistas européias, Otto Maria Carpeaux, fazendo uso de ironia, disse não saber se essa observação seria aceita como elogio ou insulto por seus fundadores, “pois a comparação” não se coadunaria “bem com a tendência de **Tendência**” (CARPEAUX, **Diário de Minas**, 1957, p. 2).

Enquanto armava sua argumentação, Carpeaux delineava o perfil no qual pretendia se enquadrar. Nas entrelinhas, mostrava-se como um personagem culto que dominava outras línguas e informava-se em revistas internacionais de vanguarda, ao contrário de outros que não teriam acesso às publicações estrangeiras e que estariam, por essa razão, incapacitados de acompanhar as discussões mais recentes. Ao descrever o conteúdo da publicação, Carpeaux fixou-se nos artigos “Conceito de literatura nacional”, de Fábio Lucas, “Três problemas da ficção nacional”, de Rui Mourão, e “Duas Águas”, de Fritz Teixeira de Salles, por julgar que os textos em questão traduziriam a tendência que a revista, a partir de seu próprio nome, indicaria. “É muito contemporânea a tendência que os fundadores de **TENDÊNCIA** propalam: o nacionalismo” (CARPEAUX, **Diário de Minas**, 1957, p. 2).

Logo depois, Carpeaux saiu em defesa de Afrânio Coutinho, classificando de ataque a crítica de Fábio Lucas à concepção literária do segundo:

Um dos ataques mais veementes é dirigido, naquela discussão dos períodos da história literária brasileira, contra o sr. Afrânio Coutinho, em cujo pensamento sobre a autonomia da literatura e sobre a interdependência dos fatores literários e sociais o sr. Fábio Lucas acredita ter descoberto contradições grosseiras. (CARPEAUX, **Diário de Minas**, 1957, p. 2)

Para entendermos melhor o que causou a indignação de Carpeaux, é preciso que recuperemos o trecho de “Conceito de Literatura nacional”, especificamente a parte com o subtítulo “Vacilações da crítica”, na qual Fábio Lucas apresentou sua pretensão maior: “emitir um conceito de literatura nacional”, discutindo propostas de outros críticos.

Fábio Lucas começou a sua discussão pela **História da literatura brasileira** (1888), de Sílvio Romero. Apesar de frisar que, em 1862, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro tivesse escrito o livro **Curso elementar de literatura nacional**, Fábio Lucas não se deteve nesse último por faltar-lhe “dilatada exposição do método crítico” e por se preocupar “preferencialmente com a literatura portuguesa”, referindo-se pouquíssimo à brasileira (LUCAS, **Tendência**, 1957, p. 5-6).

Fábio Lucas ressaltou que Sílvio Romero teria escrito sua obra influenciado pelas idéias de sua época, como o naturalismo, a etnografia, a política e o evolucionismo filosófico. De acordo com Lucas, o pecado mais grave do valioso trabalho de Sílvio Romero teria sido a inclusão de elementos estranhos no campo dos estudos literários. Em Romero, o termo *literatura* teria a amplitude que lhe dariam os alemães, compreendendo as manifestações culturais de um povo. Opinião contrária à de Lucas que acreditava que a recondução da literatura ao campo das belas-letas traria ao seu estudo a aplicação de “leis específicas ao seu objeto”, ressaltando, contudo, não ser a literatura “um produto isolado de um grupo social” (LUCAS, **Tendência**, 1957, p.6-7).

O fenômeno literário seria, algumas vezes, “controlado por interesses outros, alheios à sua natureza” (LUCAS, **Tendência**, 1957, p. 7). Por esse motivo, Lucas discordava de Afrânio Coutinho para quem a “literatura está para outros fenômenos da vida em posição de relação não de dependência ou submissão. Não é um epifenômeno da economia e da vida social” (COUTINHO *apud* LUCAS, **Tendência**, 1957, p. 8). Lucas acrescentou que a humanidade jamais teria guerreado por discordâncias no campo literário, ao contrário do que aconteceria por motivações econômicas. “A literatura, como tudo mais” seria “um produto de um povo em determinada época”, não podendo “fugir à influência dos fatores condicionadores da vida” (LUCAS, **Tendência**, 1957, p. 7-8).

Lucas argumentou ainda que Sílvio Romero teria dissolvido “o fenômeno literário no fluido social”, enquanto Afrânio Coutinho teria pretendido isolá-lo, “mantê-lo independente e num grau de importância” equivalente aos outros fenômenos sociais. O primeiro teria errado por excesso e o segundo por escassez (LUCAS, **Tendência**, 1957, p. 8-11).

Coutinho também foi criticado porque, mesmo combatendo o historicismo literário, teria caído na mesma armadilha ao afirmar que “o fato literário é histórico, isto é, acontece num tempo e num espaço determinados” (COUTINHO *apud* LUCAS, **Tendência**, 1957, p. 11). As restrições feitas por Afrânio Coutinho a José Veríssimo, Antônio Soares Amora, Ronald de Carvalho, Artur Mota e Afrânio Peixoto seriam contraditórias. Ao reprovar o atrelamento da concepção de literatura à idéia de espírito nacional, Coutinho teria chegado a conclusões semelhantes às idéias daqueles críticos. Eles teriam feito a ligação do literário ao político, ao considerarem a tomada de consciência dos brasileiros como uma conseqüência do Romantismo e a emancipação literária como tendo ocorrido imediatamente após a independência política. Contudo, Afrânio Coutinho teria tentado desvincular as questões estéticas das políticas ao propor uma “periodologia estilística”, o que não teria sido nenhuma novidade, podendo ser encontrada em Guilhermino César, Waltensir Dutra e Fausto Cunha (LUCAS, 1957, **Tendência**, p. 13-14).

A posição assumida por Fábio Lucas não foi nem a de Sílvio Romero nem a de Afrânio Coutinho, apesar de, em seu ensaio, ficar creditada alguma importância aos dois. Lucas não aceitou o conceito amplo de literatura de Sílvio Romero, mas também não considerou a literatura um fenômeno isolado. Em sua opinião, a literatura seria condicionada por um meio em determinada época, sendo que existiriam fatores que influenciariam “todas as produções do espírito humano” (LUCAS, **Tendência**, 1957, p. 15). A partir dessa afirmação, Fábio Lucas tentou fixar conceitos de nação e de nacionalidade, para, em seguida, esclarecer seu posicionamento em relação à literatura nacional. Uma nação seria resultante de várias identidades, das ligações existentes no meio de um povo, de um trabalho coletivo e da implantação de uma hierarquia de valores à qual se obedeceria voluntariamente. Nacionalismo seria a unidade cultural, a defesa do patrimônio econômico e cultural de um povo, a luta de resistência contra o imperialismo. Já literatura nacional seria a utilização de meios de expressão adequados para a tradução do sentimento nacional.<sup>2</sup>

Otto Maria Carpeaux, entretanto, não concordou nem com as restrições à concepção literária de Coutinho, nem com a proposta nacionalista de Lucas. Carpeaux afirmou que estava “com muita vontade de defender” Afrânio Coutinho e que não se

---

<sup>2</sup> A questão foi discutida mais amplamente no capítulo 2, Tradição, nacionalismo e vanguarda.

preocupava com “a aparente contradição entre uma interpretação ora formalístico-estética, ora sociológico-histórica das obras de arte”, porque cada uma delas exigiria uma aproximação de acordo com sua natureza e elementos. O que Afrânio Coutinho teria pedido seria “o conhecimento total daqueles diferentes métodos de interpretação, para se escolher o mais adequado” (CARPEAUX, **Diário de Minas**, 1957, p. 2). A polêmica, como se vê, envolvia um terceiro personagem, Afrânio Coutinho,<sup>3</sup> que não se manifestou, mas que contou com a defesa de Otto Maria Carpeaux.

Passando à ofensiva, Carpeaux declarou não ser o forte de **Tendência** “a estética teórica”, mas, sim, os ataques aos outros. Citando Welck e Warren, Arnold Hauser e Hans Barth como interessados na discussão da literatura em relação aos fatores sociais, Carpeaux desmereceu os conhecimentos de Lucas dizendo que entre as “notas eruditas ao pé das páginas do sr. Fábio Lucas nenhuma revela conhecimento daquela bibliografia” (CARPEAU, **Diário de Minas**, 1957. p. 2).

Para ele, Rui Mourão e Fábio Lucas estariam se contradizendo e se confundindo em vários trechos de seus artigos. Uma afirmação feita em **Tendência**, segundo a qual o Estado nacional seria o ideal supremo dos povos, foi rebatida por Carpeaux.

Será? Não deveria afirmá-lo com tanta segurança quem se ocupa com a história e crítica da literatura. Pois os italianos e os alemães possuíam grandes e admiráveis literaturas durante muitos séculos antes de terem realizado “o ideal supremo dos povos: o Estado Nacional”. E quando, em 1860 respectivamente em 1870, chegaram a realizar aquele

---

<sup>3</sup>Quatro anos mais tarde, em entrevista a Laís Corrêa Araújo, Afrânio Coutinho foi indagado sobre o que achava dos postulados de **Tendência**. Respondeu assim: “ – Sinto-me, há muito, como já tive ensejo de pronunciar-me, perfeitamente enquadrado nas teses nacionalistas do grupo mineiro de “Tendência”. Com essa ou aquela discordância de detalhe, a maioria me parece certa e não tenho dúvida em subscrever.” (COUTINHO, 1961, p. 3). Antes disso, no segundo número da revista, um excerto de texto publicado por Afrânio Coutinho no **Diário de Notícias** foi inserido na seção “Depoimentos” de **Tendência** com o título de “O nacionalismo na linguagem” e que se encerrava afirmando que Herbert Fortes seria considerado “o lingüísta do Modernismo, no desenvolvimento da linha de nacionalismo que é a idéia-força mais atuante e mais dinâmica da fase atual de nossa civilização” (COUTINHO, 1958, p. 100). Quanto à Fábio Lucas, tornou-se amigo de Otto Maria Carpeaux tempos depois, como ele mesmo informou à autora deste trabalho, através de conversa telefônica em 05/09/2007 e em entrevista em 26/09/2007: “As polêmicas em que nos envolvemos se traduzem em relação a mal-entendidos quanto à proposta de **Tendência**. Posso dizer que, do desentendimento inicial, nasceu, naquela circunstância, estreita amizade entre mim e Carpeaux. Acabei como a pessoa encarregada de dar destino à sua biblioteca, por solicitação de sua viúva, D. Helena. Também discordei, em muitos pontos, de Afrânio Coutinho. Depois, nos aproximamos amistosamente. Fui voto decisivo na concessão de um dos prêmios que lhe foram conferidos.” (LUCAS, 26 set. 2007).

ideal supremo, suas literaturas entraram em decadência. (CARPEAUX, **Diário de Minas**, 1957, p. 2)

Ironicamente, Carpeaux ressaltou que os membros de **Tendência** não deveriam desconhecer esses acontecimentos históricos. Sem mencionar o episódio de ter sido obrigado a fugir da Áustria, onde havia nascido, para escapar do nazismo, mas evidentemente impregnado com as lembranças de guerra, Carpeaux interpretou o nacionalismo defendido pela revista como sendo do mesmo tipo daquele que desembocara nos regimes autoritários da Itália e da Alemanha. Na posição de intelectual europeu radicado no Brasil, Carpeaux incomodou-se com o fato de **Tendência** considerar a Europa decadente, ao mesmo tempo em que o editorial da revista dizia respeitar, nas culturas que visitavam o país, resquícios de uma atividade civilizadora (CARPEAUX, **Diário de Minas**, 1957, p. 2). No entanto, não foi notada, por ele, a contradição entre o discurso de afirmação nacional de **Tendência** e um escrito que reconheceu a posição de segundo plano da cultura brasileira em relação à européia que traria civilização ao Brasil. Carpeaux não problematizou essa contradição.<sup>4</sup> O problema estava na utilização do verbo *visitar*. Para ele, a cultura brasileira, com exceção dos elementos africanos nela presentes, seria de origem européia. A única cultura autóctone seria a dos “antropófagos”, denominação que, pelo lado de Carpeaux, parecia estar longe do conceito positivo de antropofagia de Oswald de Andrade e demonstrava menosprezo pela contribuição das nações indígenas à formação brasileira, ou mesmo desconhecimento.

Mas não se explica assim o estranho verbo “visitar”. As culturas estrangeiras **visitam** o Brasil? Existe, porventura, no Brasil cultura que não teria sido resultado de uma “visita”? A única atividade civilizadora da qual não se pode afirmar isso, é a dos antropófagos. Todas as outras, a portuguesa e a italiana, a francesa, a alemã, a dos negros, etc. foram “visitantes” do Brasil. A cultura do Brasil é, com exceção dos elementos africanos, de origem européia. (CARPEAUX, **Diário de Minas**, 1957, p. 2)

---

<sup>4</sup> O trecho do editorial é o seguinte: “A defesa de nosso patrimônio cultural induz a repulsa de culturas transplantadas e o combate àquelas que, em nossas próprias fronteiras, queiram omitir ou transfigurar as nossas tradições, deter-lhes o curso ou injetar-lhes cores equívocas. Respeitamos nas culturas que nos visitam os resíduos de uma atividade civilizadora que enriquece o homem e o estimula para novas conquistas. Mas nos repugna qualquer tentativa de absorção ou de deformação com que culturas estranhas têm-nos assediado no curso de nossa História, em variadas formas de aproximação interessada.” (**Tendência**, 1957, p. 3).



O texto de Carpeaux alertou, ainda, para dois riscos: um possível sufocamento da “literatura nacional no isolamento, separando-a de suas raízes históricas”, ou seja, da Europa, e o perigo do racismo, tendo em vista que, em nome de um nacionalismo, governos autoritários haviam implantado o terror e o extermínio de povos. Carpeaux estendeu sua ironia ao texto de Rui Mourão que tinha admitido a importação de técnicas literárias: “os fundadores e colaboradores de TENDÊNCIA não são tão intolerantes assim com as ‘visitas’ ” (CARPEAUX, **Diário de Minas**, 1957, p. 2). Quanto ao artigo de Fritz Teixeira de Salles, Carpeaux quis mostrá-lo como ultrapassado, pois utilizaria a distinção entre forma e conteúdo, “já abolida por toda estética moderna” (CARPEAUX, **Diário de Minas**, 1957, p. 2).

Carpeaux conseguia perceber que, no Brasil, havia várias culturas, mas a sua compreensão hierarquizava a contribuição dos povos, apresentando os imigrantes europeus como elementos principais nessa composição. O problema do racismo, visto por um fugitivo do nazismo, talvez estivesse concentrado nas atrocidades cometidas contra o povo judeu. Carpeaux, assim como muitos intelectuais, ignorou outras formas de racismo e de extermínio praticadas nas colônias européias. A classificação racial, implantada no continente americano e em outras partes do mundo não-ocidental pela expansão européia desde o século 16, persiste, até hoje, nas relações econômicas, políticas e sociais impostas aos habitantes das Américas, tendo em vista uma lógica capitalista de exploração. O nacionalismo defendido por Fábio Lucas e por **Tendência** também não mencionava a questão do racismo no Brasil e na América Latina. Preferia dar ênfase ao desenvolvimento como forma de combate ao colonialismo e à sua outra face, o imperialismo, entendido, no período da Guerra Fria, como a dominação estadunidense. Os textos de **Tendência**, apesar de possuírem uma retórica anticolonialista, apresentavam uma contradição evidente: a revista veiculava uma visão de mundo em que a alta cultura era privilegiada e, de forma indireta, negligenciava manifestações culturais que não tivessem sua origem na Europa. O Brasil e **Tendência**, como se pode deduzir dos textos de Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão, ainda precisavam importar técnicas para poderem entrar na “modernidade”, condição ideal para a literatura e para a nação.

O último ponto do combate travado por Carpeaux concentrou-se no segmento do ensaio de Fábio Lucas que discutiu nacionalismo e nação. Novamente, querendo

mostrar-se superior ao oponente, Carpeaux comparou a bibliografia utilizada por Lucas, onde predominavam obras do campo do direito, com a que ele conhecia e que considerava mais vasta. A mesma estratégia de desvalorizar o conhecimento do opositor para, em contraste, mostrar-se mais elevado, continuou a ser empregada. Ao preferir a cultura jurídica ao invés da literária, acreditando fazer sociologia da literatura, Lucas teria caído na prática do bacharelismo. Citando Voltaire, para quem, quando uma pessoa de nossas relações não era coisa alguma, pelo menos era nossa contemporânea, Carpeaux aplicou o golpe final, concluindo: “Hoje em dia prefere-se, nesse caso, ser nacionalista. Mas, no fundo, tampouco é grande coisa” (CARPEAUX, **Diário de Minas**, 1957, p. 2).

A réplica aconteceu uma semana depois no mesmo **Correio da Manhã** (12/10/1957) e no **Estado de Minas** (13/10/1957). Em “Resposta preliminar”, Fábio Lucas enfrentou com coragem o crítico famoso. Valeu-se dos elogios de “respeitável”, “conhecido crítico” para mencionar Carpeaux, mas desenvolveu uma argumentação típica do discurso polêmico, com o emprego de agressividade, de um vocabulário belicoso, na tentativa de abalar a reputação do oponente junto aos leitores, seja mostrando a fraqueza dos conhecimentos do antagonista, seja colocando em dúvida seu domínio da língua.<sup>5</sup> Ao mesmo tempo em que acusou Carpeaux de ter utilizado um “tom verrineiro” e “insinuações de intensidade febril” para tratar de **Tendência**, Lucas também empregou adjetivos intensos para rebater as acusações. Para o iniciante crítico mineiro, Carpeaux teria abandonado o seu habitual estilo plácido, devido ao incômodo que algumas teses de **Tendência** lhe teriam causado.

Partiu para uma incursão punitiva, com o propósito de transigir com tudo, desde que atingisse o objetivo pré-estabelecido (*sic*) de subestimar as conclusões a que chegaram os colaboradores de **TENDÊNCIA**, fazendo ponto numa insidiosa, oblíqua e propositada incompreensão do que leu e recorrendo-se a uma distorção canhestra do pensamento alheio. (LUCAS, **Estado de Minas**, 1957, p. 3)

Lucas destacou que, por rejeitar a neutralidade e defender a “autenticidade” em literatura, a aceitação da revista dependia dos “conceitos que o leitor” trouxesse

---

<sup>5</sup> O interessante é que Fábio Lucas (**Horizontes da crítica**, 1965), ao julgar a obra do escritor, jornalista e crítico Augusto Franco, em artigo escrito em 1959, desconsiderou a prática polêmica utilizada pelo segundo em seus textos. A agressividade empregada por Augusto Franco em sua crítica literária seria, no entender de Fábio Lucas, indesejável (PAGANINI, 2000, p. 206-207).

consigo. E acrescentou, com ironia: “E muito mais natural ainda que não encontrasse eco no prodigioso cosmopolitismo do sr. Otto Maria Carpeaux” (LUCAS, **Estado de Minas**, 1957, p. 3).

No entender do crítico mineiro, Carpeaux apenas anunciou que defenderia Afrânio Coutinho, sem, de fato, o fazer. Lucas quis deixar claro que ambos rezariam “pela mesma cartilha” e, de modo indireto, deu a entender que a defesa de Afrânio Coutinho seria motivada por troca de interesses e não pela justeza do argumento (LUCAS, **Estado de Minas**, 1957, p. 3).

Lucas perguntou como faria Carpeaux para tratar de diferentes épocas históricas sem recorrer à cronologia. Foi buscar numa citação do livro **A Cinza do purgatório**, de autoria de Carpeaux, a evidência de que quem os havia acusado de contradição também a praticaria. Carpeaux teria aderido “pressuroso à nova ordem estética”, mas, naquele livro, teria escrito que “tudo quanto é moderno não vale nada. Os antigos têm sempre razão” (LUCAS, **Estado de Minas**, 1957, p. 3). Para Lucas, os textos postos em circulação testemunhariam as incoerências de um autor:

Ah! que força soberba a das nossas contradições, quando saímos a campo para defender a “crítica estética”, mas recebemos de volta o chumbo de nossas armas, o impacto desse estúpido “boomerang” que são nossos livros, nossos artigos, nossas passadas opiniões! (LUCAS, **Estado de Minas**, 1957, p. 3)

Otto Maria Carpeaux também foi acusado de impropriedade vocabular e deturpação das citações bibliográficas feitas por Lucas. O artigo de Carpeaux recebeu adjetivos mais ardentes ainda. “O artigo prossegue com uma diabólica maldade do autor, que agora abandona a crispção dos punhos para ganhar uma cáustica ironia, um quase sarcasmo” (LUCAS, **Estado de Minas**, 1957, p. 3). “Fino ironista”, “maldoso sarcasta”, “promotor relapso”, “inquisidor distraído”, “escalpelo amnésico” foram alguns dos qualificativos aplicados a Carpeaux, além dos dramáticos “torpe engano”, “erro palmar”, ou “cincada imperdoável” para classificar a análise feita sobre **Tendência**.

Foi mais precisamente o estilo de Fábio Lucas que mereceu a tréplica de Otto Maria Carpeaux no mesmo **Correio da Manhã**, de 19 de outubro de 1957, em um pequeno artigo intitulado “O sr. Fábio Lucas e o diabo”. “Não está o sr. Fábio Lucas satisfeito com minha crítica às tendências de TENDÊNCIA”, escreveu Carpeaux,

acrescentando que Lucas teria dirigido novos ataques a Afrânio Coutinho, “demonstrando, novamente, que não compreende a diferença entre a estética de Aristóteles e a de Croce” (CARPEAUX, **Correio da Manhã**, 1957). Carpeaux reafirmou sua preocupação maior no que dizia respeito ao “isolamento artificial em que um nacionalismo mal fundado pretende colocar a civilização brasileira” (CARPEAUX, **Correio da Manhã**, 1957) e, com humor, declarou a existência de algum valor no estilo polêmico de Fábio Lucas.

A resposta do sr. Fábio Lucas parece-me, portanto, muito insuficiente. Em compensação, reconheço em seu artigo as excelências de certo estilo polêmico: quando ele me acusa de “perfídia incrível” e de “maldade diabólica”, o próprio diabo tem de admitir que se trata de uma peça antológica. (CARPEAUX, **Correio da Manhã**, 1957)

O excerto acima é revelador. Ele evidencia que tanto Otto Maria Carpeaux como Fábio Lucas estavam cientes da encenação polêmica apresentada aos leitores e que dominavam o estilo. Se o dominavam era porque o exercitavam.

Fritz Teixeira de Salles escolheu o tom irônico para retrucar as críticas de Otto Maria Carpeaux, empregando o formalíssimo pronome de tratamento *vós* e o vocativo *Mestre* para se dirigir ao crítico. “Ilustre”, “douto”, “conspícuo” e “eminente” foram os qualificativos endereçados a Carpeaux. Os adjetivos “positivos” do texto de Salles tinham a função de criar um efeito contrário no leitor, diminuindo a importância de Carpeaux. Quanto ao fato desse último ter escrito que o nacionalismo não seria grande coisa, Fritz Teixeira de Salles rebateu dizendo ser essa a motivação aglutinadora dos fundadores de **Tendência**. Carpeaux, em seu artigo “Tendência Contemporânea”, não teria feito uma “distinção tão simples e elementar entre o nacionalismo da grande potência econômica e o nacionalismo do país oprimido, como os do oriente [...] que, dia a dia, avançavam no caminho da sua independência” (Salles, **Estado de Minas**, 1957, p. 3).

Uma quarta figura quis fazer parte desse debate. Trata-se de Renato Jobim que apoiou Fábio Lucas, através de texto publicado no **Diário Carioca** em 20 de outubro de 1957. Para Jobim, a maioria das teses de Lucas estava correta. Ele parabenizou o crítico mineiro “pelo exemplo de independência profissional” que teria dado à sua geração, acreditando que Lucas prosseguiria naquela “trilha inóspita, sem esmorecimento, indiferente aos figurões melindrados”. Jobim entendeu que, por meio de **Tendência**, um

jovem crítico estaria protestando, indiretamente, “à subserviência das novas gerações aos escritores consagrados” (JOBIM, 1957, p. 3).

Com a chegada do verão, essa polêmica, que parecia ter morrido por enfraquecimento, foi ressuscitada. O lado de Afrânio Coutinho, representado por Otto Maria Carpeaux, recebeu o reforço de Oliveira Bastos, através do Suplemento Dominical do **Jornal do Brasil**. Ao fazer um balanço da crítica literária no país, Oliveira Bastos apontou o destaque alcançado, no ano de 1957, por Afrânio Coutinho e referiu-se ao “ataque” sofrido pelo autor de **Formação da literatura no Brasil** por parte dos “plumitivos” da revista **Tendência** “que pela voz de Fábio Lucas levantaram a bandeira da nacionalização de nossas riquezas literárias” (BASTOS, 1957, p. 1). A crítica repetiu, praticamente, o que Carpeaux já havia rechaçado.

Fábio Lucas, inspirador e teórico da *Poesiabras*, da *Criticabras* e outros produtos tipicamente nossos, munuiu-se de conspícuos autores jurídicos e de outros (nem tanto) de manuais de literatura para o ginásio, a fim de denunciar os expedientes entreguistas do Prof. Coutinho, que, justiça seja feita, não lhe deu bola. (BASTOS, 1957, p. 1)

Mostrando-se um exímio polemista, Fábio Lucas respondeu com o artigo “Fraude no balanço” (**Diário de Minas**, 1958, p. 1 e 6), utilizando-se de vários procedimentos polêmicos. Ele desqualificou Oliveira Bastos e sua habilitação para fazer um balanço da crítica, chamou-o de mentiroso por lhe atribuir falsa acusação de entreguismo a Afrânio Coutinho e quis provar que este tinha dado importância às suas observações. Fábio Lucas citou um trecho de uma carta, recebida por ele e escrita por Afrânio Coutinho, onde se lia que as divergências entre os dois seriam apenas aparentes. Oliveira Bastos ainda foi chamado de analfabeto por não saber ler o que Fábio Lucas tinha escrito e por deturpar as suas idéias. Lucas classificou de “humorismo” o artigo de Oliveira Bastos, além de ridicularizar a sintaxe e a construção de seu texto. “Desarvorado”, “irresponsável”, “afoito” e “pândego” são alguns dos adjetivos aplicados a Oliveira Bastos. Tudo regado a muita ironia.

Oliveira Bastos ainda escreveu “Lucky Lucas ou a danação provinciana”, em que afirmou não considerar Fábio Lucas um crítico literário. Este teria entrado no seu texto apenas como exemplificação de um equívoco muito comum relativo à obra de Afrânio Coutinho. Fábio Lucas teria viajado de “carona” no seu artigo, passando a desfrutar, por essa via, de alguma notoriedade (BASTOS, 1958, p. 5).

Como se nota nas minúcias de polêmicas típicas do momento de produção de **Tendência**, os integrantes da revista exerciam certa iconoclastia, mas isso não quer dizer que a aplicassem indiscriminadamente. Como se procurou mostrar nos capítulos precedentes, havia uma preocupação do grupo em criar a sua própria tradição, identificando, nessa linhagem imaginada, uma contribuição para o seu trabalho.

Um aspecto importante que os artigos dos jornais analisados mostram é que existia uma batalha por parte de uma geração mais jovem, objetivando ocupar um lugar no cânone. Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão não apenas tinham acesso a círculos do poder político estadual, como também podiam utilizar-se dos grandes jornais para publicar as suas idéias e promover as suas obras individuais. Através desses meios, procuravam alcançar seu público-alvo: a intelectualidade cuja obra já desfrutava de reconhecimento. Tratava-se da busca de um diálogo entre letrados, um diálogo entre uma elite. Por outro lado, ao fazerem uso de veículos de massa como os jornais, ainda que publicassem somente nos suplementos literários, aumentavam suas chances de se tornarem conhecidos em um universo mais amplo de leitores. Mesmo que fosse apenas o público de suplementos. O que nos leva de volta à elite letrada.

Outro jornalista a discutir as concepções literárias de **Tendência** foi Ivan Ângelo. Novamente, a questão do nacionalismo tornou-se o motivo central de uma série de artigos veiculados no **Diário da Tarde**, ao longo do mês de junho de 1960. No primeiro deles, “A arte é o homem, que a nação seja defendida nos comícios”, Ivan Ângelo reconheceu que, ao contrário de outras revistas do gênero, publicadas em Belo Horizonte, **Tendência** tinha “um propósito claro e uma intenção definida”. Contudo, apesar de honestas e bem intencionadas, as proposições de **Tendência** seriam confusas. Antes de servir à nação, a arte deveria servir ao homem e investigá-lo. A arte não deveria ser nacionalizada porque seria sempre autenticamente nacional, refletindo uma atualidade nacional, “mesmo através de uma ‘formulação’ estrangeira”. Enquadrar o homem em um plano geral, como a nação, seria anti-humano porque significaria um afastamento dos problemas que o tocariam mais de perto (ÂNGELO, **Diário da Tarde**, 3 jun. 1960).

Talvez Ivan Ângelo estivesse pensando nas características de **Complemento**, revista da qual fizera parte, quando formulou a distinção entre **Tendência** e outras publicações. **Complemento** não possuía um perfil estético ou ideológico definido e só

existiu em quatro números: dois em 1956, outro em 1957 e o último em 1958. De acordo com Silviano Santiago, que também escreveu em **Complemento**, os que publicavam nessa revista não pretendiam fazer oposição, combater, divulgar manifestos ou programas. Não havia um objetivo comum (SANTIAGO, 1998, p. 300-302). Ao contrário de **Tendência**, estritamente dedicada a questões político-literárias, **Complemento** contava, entre seus colaboradores, com escritores, artistas plásticos, críticos de cinema e de teatro, ensaístas, além de um ator e bailarinos. Para Affonso Romano de Sant’Anna, os “jovens escritores de **Complemento** na verdade eram meio alienados em relação” às questões políticas, “eram mais formalistas tentando vivenciar teorias existencialistas sartreanas mescladas com *nouvelle vague*”.<sup>6</sup> Já Affonso Ávila, caracterizou a proposta de **Complemento** de “arte pela arte”.<sup>7</sup>

No artigo seguinte, “Ser nacional não é escrever sobre temas nacionais”, Ivan Ângelo declarou que “Arte é a aventura de um homem só. É a superação de um conflito através de uma linguagem”. A tese nacionalista de **Tendência**, desenvolvida especialmente por Fábio Lucas, teria deixado de lado o homem, transformando-o em “um instrumento da sociedade” e não em uma “coisa que tenha valor em si mesma como expressão e comunicação” (ÂNGELO, **Diário da Tarde**, 4 jun. 1960).

Dando seqüência à série de textos sobre **Tendência**, Ivan Ângelo publicou “Gente, não há caminhos fora do escritor”. Citando Jean-Paul Sartre, Ivan Ângelo escreveu que literatura seria a “empresa de um homem só” e que cada escritor, à sua maneira, encontraria a sua técnica e seu assunto (ÂNGELO, **Diário da Tarde**, 6 jun. 1960).

A leitura de Sartre, por sinal, era feita por **Tendência** e por seus debatedores de acordo com os posicionamentos antagônicos. Todos queriam citá-lo, o que demonstrava o grande prestígio que o filósofo francês possuía entre os intelectuais brasileiros, mas a

---

<sup>6</sup> Essas informações foram transmitidas por *email* à autora desse trabalho em 03/01/de 2007. Affonso Romano de Sant’Anna explicou que, por “ter uma visão política e participativa, por ter participado do CPC da UNE”, fundando o CPC de Belo Horizonte, além de ter sido diretor de Cultura do Diretório Acadêmico da Faculdade de Letras e depois do DCE da UFMG, sentia-se “mais próximo das questões em torno da ‘realidade nacional’, como eram levantadas pela **Tendência**”. Affonso Romano de Sant’Anna explicou, ainda, que a inclusão do poema “A crise”, no último número de **Tendência** (1962, p. 76-82), “foi mais um gesto de simpatia da parte do Rui Mourão. Nesse poema voltado para o choque que foi a queda de Jango, tento de forma não discursiva, incorporando efeitos da poesia de vanguarda da época, narrar a perplexidade diante da utopia que se desfazia”.

<sup>7</sup> Em conversa informal com autora deste trabalho em 18/09/2007.

apropriação das idéias sartreanas adquiriria as nuances que interessavam a quem delas fazia uso.

O último artigo<sup>8</sup> de Ivan Ângelo foi escrito para esclarecer um erro de composição gráfica do texto anterior e para garantir que sua divergência em relação à **Tendência** estaria apenas no campo das idéias. Acreditava o futuro escritor de **A festa** que os diretores e colaboradores da revista saberiam reconhecer a honestidade de suas opiniões (ÂNGELO, **Diário da Tarde**, 19 jun. 1960).

Em 1962, Affonso Ávila publicou, em **Tendência** 4, uma crítica ao livro **Duas faces**, editado em 1961 com contos de Silviano Santiago e Ivan Ângelo. O comentário de Ávila, que teve o sugestivo título de “O homem sem função”, não inclui uma apreciação sobre o trabalho de Silviano Santiago, concentrando-se, apenas, nos contos de Ivan Ângelo. Depois do elogio inicial, como de praxe, no qual Ávila ressaltou a coragem do iniciante, começaram as restrições. Apesar de Ivan Ângelo demonstrar “uma consciência já bem definida da linguagem ficcional”, ela estaria “tolhida no entanto em sua capacidade afirmadora pela visão ainda imatura e às vezes inautêntica do mundo” (ÁVILA, 1962, p. 148). Os personagens sofreriam de uma falta de consistência, de um niilismo gratuito. As situações seriam arbitrárias, decorrentes, de uma carência de lastro vivencial e de um equívoco de formação intelectual, limitador e alienante que conduziria à gratuidade do jogo literário. Esse equívoco teria suas raízes numa concepção idealista e desfiguradora da vida (ÁVILA, 1962, p. 149). Ávila apontou, como aspectos positivos na escrita de Ivan Ângelo, a valorização da pesquisa, a identificação com uma ficção de vanguarda e a contribuição pessoal do escritor em três contos que mostrariam possibilidades de superação futura das limitações iniciais do contista (ÁVILA, 1962, p. 148-151). O fechamento do artigo de Ávila foi uma resposta às críticas de Ivan Ângelo, feitas através de jornais.

Acreditamos que a descoberta do *homem*, dos valores permanentes e basilares sobre os quais a arte se funda, descoberta já renunciada nos dois contos em questão [“Menina” e “Moça amando”] e mesmo em “Homem sofrendo no quarto”, levará forçosamente Ivan Ângelo a uma atitude menos idealista ou evasiva diante do fenômeno literário, a uma concepção da realidade que não favoreça a dicotomia entre a arte e a vida, que não lance a sua criatura ao exílio descaracterizador e absurdo de ‘*viver sem função*’. (ÁVILA, 1962, p. 151)

---

<sup>8</sup> Ivan Ângelo reuniu esses mesmos trechos de sua crítica à **Tendência**, publicando-os com o título “Das tendências de uma revista” no Suplemento Cultural de **O Diário**, em 24 jun. 1960.



Mesmo que não tenha havido uma refutação, por parte de **Tendência**, a Ivan Ângelo, nos moldes de como aconteceu em relação a Otto Maria Carpeaux, há indícios de que outra competição, mas na arena da capital mineira, havia se formado entre o grupo de Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão e **Complemento**. Haveria uma escaramuça para se ditar o que deveria ser tomado como o moderno, o contemporâneo, o que realmente importava em termos de cultura. Uma disputa que se estendia para o controle das seções literárias de jornais como o **Diário de Minas**, o **Estado de Minas** e o **Diário da Tarde** e que dizia respeito às gerações mais jovens. Um exemplo dessa polarização foi a participação de Flávio Pinto Vieira, que também escrevia no **Diário da Tarde**, como Ivan Ângelo, na discussão iniciada por esse último. O artigo “Uma certa tendência mineira” (VIEIRA, 1960, p. 3-4) mostrou que as posições de Flávio Pinto Vieira eram próximas às de Ivan Ângelo e suas restrições principais também se referiam ao nacionalismo defendido por Fábio Lucas.

Mais recentemente, observa-se um esforço memorialístico de atores daquela cena para a fixação da história dos anos de 1950/1960 em Belo Horizonte. Ainda que não tenha se referido diretamente aos editores de **Tendência** que trabalharam para os governos de Juscelino Kubitschek e Bias Fortes,<sup>9</sup> Silviano Santiago declarou que seu grupo tinha sido a primeira geração independente dos benefícios advindos de ligações com o poder político. Contudo, como observou Wander Melo Miranda em relação a **Complemento**, “O Palácio da Liberdade [...] não deixa de aparecer pela voz de seus governadores Clóvis Salgado e Bias Fortes, nos discursos que são reproduzidos no final de cada número como matéria paga” (MIRANDA, 1998, p. 25). Exatamente como em **Tendência**. Além de ser uma maneira de as revistas conseguirem financiamento, os discursos de governadores e informes publicitários de órgãos governamentais, divulgados naqueles periódicos, podem ter sido uma estratégia do poder para manter os intelectuais próximos ao seu controle.

Outro exemplo de tentativa de estabelecimento da história ocorrida na metade do século 20 em Belo Horizonte é o depoimento de Affonso Ávila sobre os “30 anos da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda” (1963) e sua repercussão. Segundo ele,

---

<sup>9</sup> De acordo com as entrevistas concedidas à autora deste trabalho por Rui Mourão (15/08/2007) e Affonso Ávila (18/09/2007), tanto eles quanto Fábio Lucas haviam sido convidados por Cristiano Martins, secretário de Juscelino Kubitschek, para trabalharem na redação de textos oficiais, como discursos, mensagens à Assembléia Legislativa, etc. Depois da mudança de governo, os três continuaram a desempenhar as mesmas tarefas para o governador Bias Fortes.

curiosos, jovens e caravanas de estudantes teriam visitado a Reitoria da UFMG, na então longínqua Pampulha. Os acadêmicos não teriam entendido nada e os tradicionalistas teriam sido cautelosos em suas manifestações. A imprensa teria ficado dividida “entre o choque cultural e a admiração pelo insólito e inusitado” (ÁVILA, 1993, p. 18). Parece que a concorrência entre grupos continuava na capital mineira em 1963, a julgar pelo trecho seguinte do depoimento de Affonso Ávila:

[...] por incrível que pareça, apenas uma ala de intelectuais e artistas novíssimos se mostrou hostil e até agressiva. Eram os chamados “cult-gays” provincianos, rapazes ilustradinhos, penteadinhos, fresquinhos mas alienados do que ocorria no Brasil, do que ocorria na vanguarda da cultura no momento no país e no mundo. O mentor dos jovencitos, embora mais atilado do que os epígonos, gritava histericamente de sua coluna de jornal: “**A arte é o homem: que a nação seja defendida nos comícios!**” – e enquanto se desculpava dizendo que não queria passar pelo Monteiro Lobato da **Semana** mineira, ironizava em “off” a presença dos “concretos” destilando piadinhas do tipo “nóis é grande”, é isso, “nóis é grande”. Um desses “cult-gays” montaria mesmo, já perpetrado o “golpe de 64”, no Museu de Arte local, um “espetáculo” de poesia em que, numa réplica ingênua à **Semana** de 63, **invertia** o sentido de “Servidão de passagem” exposta no saguão da UFMG, falseando, aguando assim o verso-lema “**A poesia é para**”, de Haroldo de Campos. Entretanto, tínhamos em mão firme o maior jornal de Minas, de que éramos editor de cultura, e jogamos pesado no “marketing” e cobertura do evento, ainda que tivéssemos a premonição de que estávamos colocando a prêmio a nossa cabeça, como de fato viria a acontecer no março/abril de 64, com a nossa demissão do jornal e até mesmo a ameaça de perda de nosso emprego de subsistência. (ÁVILA, 1993, p. 18-19)

Não foram citados nomes, mas o comentário sobre aqueles aos quais se denominou “cult-gays” pode ser entendido como uma característica típica da disputa polêmica, em que ataques pessoais são empreendidos como tentativas de destruição da imagem do opositor. Mesmo que esse ataque estivesse sendo praticado trinta anos depois. Nesse caso, a meta seria fazer prevalecer uma versão específica sobre aqueles eventos: a de Affonso Ávila.

Em 1961, formou-se outro ambiente de debates, a partir de discussões a respeito das propostas concretistas, em que os digladiadores principais foram Mário Chamie e Rui Mourão. **Tendência** 4 reproduziu, a partir do jornal **O Estado de S. Paulo**, os argumentos de cada um, sem cortes.

Rui Mourão escreveu para o Suplemento Literário de **O Estado de S. Paulo** o artigo “Salto concretista”, no qual aplaudiu a decisão dos concretistas paulistas de fazerem uma literatura participante, conteudística. Ao mesmo tempo, afirmou que o neoconcretismo nunca chegaria a ser uma forma de arte representativa de seu tempo,

que só poderia “ser entendida em termos de correlação social”, porque o caminho que estaria percorrendo seria o da “anti-realização ou da afronta subjetivista à realização” (MOURÃO, 1962, p. 107).

Citando Mário Chamie, Mourão disse que aquele teria situado o problema da “inter-relação de arte e sociedade em termos de falsa dialética” (MOURÃO, 1962, p. 107). Mourão entendeu que, para Mário Chamie, a participação social do artista apenas aconteceria “através de novas formas puras”, com a faculdade de mudar o espírito do leitor acostumado a padrões sedimentados (MOURÃO, 1962, p. 107). Rui Mourão, porém, acreditava no poder desalienante da arte, se essa fosse representativa do coletivo, deixando de ser forma pura. A forma pura poderia se constituir numa caricatura de uma época, mas jamais seria representativa dessa época (MOURÃO, 1962, p. 107-108). O restante do texto de Rui Mourão concentrou-se no diálogo estabelecido entre os concretistas paulistas e **Tendência**, mas a observação feita sobre Chamie provocou reação.

Com o artigo intitulado “Em busca de oportunidade”, Mário Chamie declarou que seu pensamento tinha sido “turvado pelo acanhamento crítico” de Rui Mourão (CHAMIE, 1962, p. 113). O que, na verdade, teria sustentado seria que, no estágio de transição em que se encontraria a sociedade burguesa e a consciência estética, a nenhum crítico caberia o direito de qualificar de estéril uma experiência poética somente pelo fato daquela experiência não ter conquistado “o beneplácito e a lisonja coletiva” (CHAMIE, 1962, p. 113). O valor de certas experiências estaria justamente no fato de não terem sido aceitas pelo público, normalmente condicionado a padrões estéticos históricos reacionários, mesmo sendo o consumidor artístico dotado de ideologia política revolucionária. O “autor, graças à sua natureza específica de agente criativo” teria condições de romper “a inércia histórica do público, através de novos esquemas de linguagem e comunicação” (CHAMIE, 1962, p. 114).

Chamie achava que Rui Mourão não teria entendido a declaração de adesão à poesia de participação dos concretistas, equiparando a proposta do Concretismo ao jargão de **Tendência**, segundo o qual a arte seria mais autêntica, quanto mais fosse nacional. “Sem dúvida, Gonçalves de Magalhães subscreveria esta frase no pórtico da revista <<Niterói>>, no ano de 1836...” (CHAMIE, 1962, p. 115). Mourão também não teria compreendido a tese de Décio Pignatari, apresentada no Congresso Brasileiro de

Crítica e História Literária em Assis, São Paulo, em 1961, baseada na diferenciação entre prosa e poesia desenvolvida por Jean-Paul Sartre, segundo a qual a prosa ensinaria a linguagem de participação, ao contrário da poesia.

Mário Chamie acrescentou ainda:

Não sei até que ponto os ciosos concretistas de São Paulo conseguirão aceitar ou tolerar essa lamentável arguição de retrocesso, lançada pelo representante de uma revista que, sendo culturalmente obsoleta, quer ter, agora, a sua oportunidade literária. (CHAMIE, 1962, p. 115)

“A oportunidade chegou” foi a resposta de Rui Mourão às críticas de Chamie, construídas, no entender do primeiro, em “termos desabridos” que somente se justificariam “em face de um possível orgulho ferido”. Chamie foi considerado pelo membro de **Tendência** como “superficial”, “contraditório” e seu texto foi classificado como um “rompante pressuroso de colegial” (MOURÃO, 1962, p. 116-117). Assim como Mário Chamie aconselhou Rui Mourão a se informar, o romancista mineiro devolveu a sugestão a Chamie, afirmando que este deveria procurar conhecer **Tendência** antes de julgar as suas propostas. Se Chamie declarara que Gonçalves de Magalhães subscreveria o pensamento de Rui Mourão, este último retrucou dizendo que o poeta de **Lavra-lavra** poderia ter os seus escritos assinados por Alberto de Oliveira.

A polêmica teve seus desdobramentos, envolvendo Laís Corrêa de Araújo na defesa da revista e, mais especificamente, da poesia de Affonso Ávila. Para ela, no poema **Lavra lavra**, de Chamie, teriam sido utilizados os mesmos recursos que Ávila, já em 1955, haveria introduzido em **Carta do solo**: a referência rural, a estrutura poética, o vocabulário. Laís Corrêa de Araújo declarou que o poema-práxis, de Chamie, e a poesia-referencial, de Ávila, seriam praticamente a mesma coisa, ressaltando, porém, que o poeta mineiro teria concretizado a sua antes que o paulista o fizesse. Acrescentou ela que o poeta de **Lavra lavra** sabia perfeitamente o que seria poesia engajada e poesia pura, porém, mais importante do que definições, seria “descobrir (ou inventar) uma expressão inteligível, nacional, total, consciente dos acontecimentos” (ARAÚJO, 1962, p. 158). Mesmo reconhecendo a qualidade de bom poeta de Chamie, Laís Corrêa de Araújo apontou em **Lavra lavra** um hermetismo que o transformava num belo espetáculo de “fogos de artifício, de brilho intenso mas inautêntico” (ARAÚJO, 1962, p. 159). Para arrematar, citou Sartre em francês: “*pour le poète, le langage est une structure du monde extérieur*” (SARTRE *apud* ARAÚJO, 1962, p.

159), querendo insistir na necessidade de que o poeta não fosse um mero observador da vida e utilizasse a sua expressão poética de forma situada.

Esse cenário comportava uma rivalidade sobre quem teria competência para discutir as questões literárias em curso ou debater com os poetas concretistas de São Paulo. Rui Mourão ou Mário Chamie? **Tendência** ou **Práxis**? Os integrantes de **Tendência** reafirmaram várias vezes os contatos com o grupo paulista, iniciados em Assis em 1961. Rui Mourão, por exemplo, fez questão de frisar, em “A oportunidade chegou”, a existência dessas conversas entre os dois grupos, objetivando mostrar que **Tendência** não teria nada de obsoleta, pois estaria no mesmo nível de produção da vanguarda paulista. Mourão também perguntou a Chamie se “o apressado articulista” teria “procuração dos concretistas para falar em seu nome”, já que os entendimentos entre **Tendência** e os poetas paulistas estariam sendo “feitos em outros termos” (MOURÃO, 1962, p. 118). Ponto de vantagem para **Tendência**, porque no artigo “A crítica em situação”, Haroldo de Campos afirmou que seu propósito era dialogar com interlocutores válidos. Naquele momento, 25 de novembro de 1961, Campos elegeu duas possibilidades de interlocução crítica: as manifestações de Adolfo Casais Monteiro sobre as idéias de Décio Pignatari a respeito de poesia e “o diálogo significativo que se vem travando por artigos, depoimentos e cartas, entre o concretismo e o grupo ‘Tendência’ ” (CAMPOS, **O Estado de S. Paulo**, 1961). “Por isso mesmo não me ocuparei aqui dos aranzéis cantinflescos de algum epígono ressentido, a curtir, na perplexidade de suas leituras, a incapacidade dialética de acompanhar a dinâmica do movimento concreto” (CAMPOS, **O Estado de S. Paulo**, 1961). Para Silviano Santiago, somente um iniciado poderia captar a mensagem sibilina de Haroldo de Campos que se referia, de fato, a Mário Chamie, expulso do grupo paulista (SANTIAGO, 1982, p. 184).

Contudo, o quarto e último número de **Tendência**, ao publicar artigos e cartas de membros dos dois grupos, também evidenciou uma fratura que se tornara exposta no interior da revista. O diálogo com o grupo concretista deixou visível que Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão não constituíam mais um grupo com propostas comuns. Como foi mostrado no segundo capítulo deste trabalho, quando se tratava da discussão sobre o que seria vanguarda, as idéias veiculadas na revista tornaram-se as interpretações particulares de cada um e não as de um grupo que havia se apresentado

como portador de uma *tendência* única. Se foi possível levantar uma tradição e um nacionalismo compartilhados, no item vanguarda, a situação se alterou. Os argumentos de Rui Mourão eram um tanto quanto imprecisos, as posições de Fábio Lucas resistentes às propostas do grupo paulista e apenas Affonso Ávila aceitou o Concretismo integralmente depois de 1961.

### **Intercâmbio com poetas concretistas**

O debate de idéias entre **Tendência** e o grupo de São Paulo aconteceu com a publicação de artigos dos dois grupos em jornais e com a troca de correspondência entre eles. Em 1962, **Tendência** veiculou textos de Haroldo de Campos e José Lino Grünwald, enquanto Affonso Ávila colaborava em **Invenção**, revista dos concretistas paulistas. **Tendência** também publicou excertos de uma carta de Haroldo de Campos a Affonso Ávila e trechos da correspondência mantida entre Haroldo de Campos e Rui Mourão. A revista destinou um local especial para esses textos, denominado “Diálogo Tendência – Concretismo”. A polêmica entre Mário Chamie e Rui Mourão também compôs essa seção.

O início do chamado diálogo deu-se no II Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária em Assis, São Paulo, em julho de 1961. Aquele congresso e, em parte decorrente dele, a realização da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda em Belo Horizonte, no ano de 1963, além, é claro, da revista **Tendência**, foram fatos decisivos na biografia literária de Affonso Ávila. Os dois eventos e a revista contaram com a participação de representantes do grupo de poesia concreta paulista.

Durante a VIIª Sessão Plenária do II Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, Décio Pignatari apresentou um texto intitulado “A situação atual da poesia no Brasil”. Dizendo-se apoiado em idéias sartreanas – e entre suas referências bibliográficas estão dois livros de Sartre: **Critique de la raison dialectique (Question de méthode)**, Tomo I, e **Situations II**, no qual se inclui o texto “Qu’est-ce que la littérature?” –, Décio Pignatari fez uma distinção entre prosa e poesia, segundo a qual esta última se ligaria a uma idéia de fracasso e a primeira a uma idéia de êxito. A crise da poesia seria a crise do próprio verso. No século 19, o surgimento da poesia em prosa seria uma manifestação de um conflito mais amplo, ocorrido dentro da sociedade

burguesa, que teria gerado muitas idéias e posições. Um poeta que teria representado essa crise, “procurando uma solução nova para uma poesia nova”, teria sido Mallarmé (PIGNATARI, 1963, p. 392).

Depois de mencionar Mallarmé, Ezra Pound e James Joyce como construtores de obras projetadas, Pignatari inseriu a poesia de Carlos Drummond de Andrade dentro da perspectiva sartreana de sucesso e de fracasso. Drummond teria tido consciência do conflito entre poesia e prosa e vivenciado a luta entre “a verdadeira natureza da poesia contemporânea e a condição do homem que deseja e tenta participar humanamente dos acontecimentos de seu tempo” (PIGNATARI, 1963, p. 392). Drummond foi apontado por Pignatari “como o primeiro poeta brasileiro ‘em situação’”, enfrentando a batalha entre “o subjetivo do incomunicável” exteriorizando-se “no objetivo poemático do ‘échec-réussite’ da poesia, segundo a fórmula sartreana” (PIGNATARI, 1963, p. 392). Esse conflito se manifestaria à medida que o nível participativo de Drummond aumentasse, pois sua poesia ficaria mais discursiva e fracassada: [...] “quanto mais se dá o êxito da prosa, quanto mais o poema se torna prosaico e portanto mais participante e com maior carga de informações, tanto mais ele perde enquanto **poesia**, enquanto **palavra estética**” (PIGNATARI, 1963, p. 393).

Segundo Pignatari, o auge do conflito em Drummond também teria sido o ápice de sua poesia quando publicou **A rosa do povo**, em 1945. Já **Claro Enigma**, de 1951, mostraria a tentativa do poeta de anular o conflito, através de algum subjetivismo, formalismo e misticismo. Pignatari pensava que a idéia do fracasso representaria “uma função social do poeta” que passaria a ter “uma função precisa na sociedade”, com o exercício da crítica frente às “modificações sociais das relações humanas” (PIGNATARI, 1963, p. 393). No momento da entrada de Drummond em sua crise, entretanto, teria surgido João Cabral de Melo Neto que, com **O engenheiro**, publicado em 1945, teria continuado aquela corrida de revezamento, radicalizando o conflito.

Foi a partir desses poetas que Pignatari quis estabelecer uma conexão do movimento concretista com o que ele chamou de “problemática conflituosa de poesia projetada”. A poesia concreta teria procurado “a grande **totalização** da poesia contemporânea, enquanto poesia projetada” e, naquele momento, estaria se dedicando “à segunda vertente do problema” que seria o “‘engagement’, uma experiência

semântica e um desafio ao ‘échec-réussite’ da poesia sartreana” (PIGNATARI, 1963, p. 394).

Os “esquecimentos” de Pignatari, relativos à história literária do país, com a omissão de vários poetas, e a sua pretensão de abarcar toda a produção poética brasileira, revelada no título de seu trabalho, quando, na verdade, interessava-se apenas pela poesia concreta, motivou um aparte de Affonso Ávila, também presente naquele congresso. Ávila caracterizou a apresentação de Décio Pignatari como unilateral e excessivamente doutrinária, ao mesmo tempo em que procurou destacar a importância de **Tendência**, que “há muito” teria se engajado “na responsabilidade social e humana do artista” (ÁVILA, 1963, p. 395).

[...] Décio Pignatari, para reparar o erro de perspectiva do concretismo, a alienação de que só agora procura redimir-se, utiliza o exemplo da experiência participante de Carlos Drummond de Andrade e do verso engajado de João Cabral de Melo Neto para preparar o que ele chama “o pulo da onça”. Ora, sabemos todos nós que o concretismo, do qual publicamente reconhecemos a procedência de muitas das formulações críticas, encaradas é claro no plano da pesquisa em torno da linguagem poética, jamais se preocupou com o valor contedutístico da poesia, com a criação-**situação** no tempo e na realidade brasileira. (ÁVILA, 1963, p. 395)

Affonso Ávila também quis mostrar que o grupo Tendência acompanhava de perto as idéias de Sartre. Mais do que isso, Sartre teria dado o seu apoio ao posicionamento político da revista.

Aliás, não sabemos qual o conceito que Sartre faz da teoria concretista, mas podemos revelar aqui que, durante o encontro que com ele mantivemos em Belo Horizonte, o filósofo francês reputou legítimos os postulados de “Tendência”, como uma das forças renovadoras do pensamento crítico brasileiro.<sup>10</sup> (ÁVILA, 1963, p. 396)

Nos anos de 1960, o fato de se citar Sartre como avalista de uma publicação servia como evidência incontestada da qualidade da mesma – política e literária. Também Fábio Lucas repetiu algumas críticas de Affonso Ávila ao relatório de Décio Pignatari e mencionou a diferenciação entre poesia e prosa elaborada por Sartre, aproveitando para questionar se os concretistas seriam realmente bem informados sobre as declarações do intelectual francês. Uma vez que Sartre não admitiria o engajamento pela poesia, como

<sup>10</sup> Muito provavelmente, referia-se Affonso Ávila a um encontro em Belo Horizonte, em 1960, em que estiveram presentes, além de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, Jorge Amado e outros intelectuais mineiros. Essa reunião foi confirmada por Rui Mourão e Affonso Romano de Sant’Anna à autora deste trabalho em conversas informais.



se realizaria uma “poesia concreta conteudístico-semântico-participante” (LUCAS, 1962, p. 62-63)?

O entendimento que **Tendência** demonstrou sobre o texto de Décio Pignatari e as discussões deflagradas a partir dele revelaram uma necessidade de auto-afirmação do grupo mineiro. Como já foi dito, **Tendência** queria ocupar uma posição em nível nacional e a participação, intencional ou não, em polêmicas, ajudou os membros da revista a se tornarem mais conhecidos fora dos limites de Belo de Horizonte.

Da parte de Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão, houve um interesse constante em destacar que o anúncio dos concretistas de se tornarem participantes teria possibilitado uma aproximação com o grupo **Tendência**, caracterizado, desde o início, por essa opção. De certa maneira, seria uma forma de reconhecimento do trabalho desenvolvido por **Tendência**, como se pode ler no editorial do número quatro da revista.

Como um fato que vem comprovar a justeza de nossa posição, é com o maior prazer que registramos a revolução operada na área dos criadores do concretismo brasileiro, que até pouco constituíam o grupo oposto de experimentadores em luta para a renovação da nossa literatura, ou mais precisamente da nossa poesia. Para isso deve ter influído decisivamente a recente vinda de Jean Paul Sartre (*sic*) ao Brasil, o qual, insistindo em sua pregação, através de conferências, entrevistas e depoimentos, sobre a importância da arte engajada, com a autoridade e o prestígio do seu nome abalou muitas consciências que, embora meditando agudamente sobre certos aspectos da problemática literária, não se encontravam atentos para a questão da vinculação nacional da arte. O certo é que no IIº Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, realizado em Assis, no Estado de S. Paulo, na tese apresentada por Décio Pignatari, a equipe de “Noigandres” fez a autocrítica de seu movimento e empreendeu o que eles próprios denominaram salto participante, vindo cair na mesma área em que trabalhamos. Dada a relevância do acontecimento, abrimos as nossas páginas para o amplo debate do assunto, com a participação dos concretistas. (**Tendência**, 1962, p. 4-5)

A presença de Affonso Ávila no segundo Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária foi importante não só para que ele se tornasse mais conhecido, mas também para que estreitasse suas ligações com o grupo de poesia concreta. Os contatos tornaram-se mais freqüentes e, depois de 1961, Affonso Ávila passou a classificar sua poesia como de vanguarda. Ao mesmo tempo em que Ávila buscava, no Concretismo, soluções para sua poesia, como a execução de poemas planejados, a justaposição de substantivos, a eliminação da sintaxe discursiva e o aproveitamento consciente do espaço gráfico, o grupo paulista esforçava-se para mostrar-se participante. O texto “A

situação atual da poesia no Brasil”, de Décio Pignatari, foi um exemplo, dentre muitos outros, dessa tentativa da poesia concreta de se apresentar com uma nova imagem, distanciada das críticas de alienação política e desconhecimento da realidade brasileira endereçadas a ela. Como bem notou Silviano Santiago (1982, p. 183-184), um sintoma dessa mudança foi o *postscriptum* “sem forma revolucionária não há arte revolucionária (maiacovski)” de 1961, acrescentado ao “Plano-piloto para a poesia concreta”, publicado pela primeira vez em 1958.

José Lino Grünewald foi um dos que insistiram particularmente na questão da forma revolucionária. Em depoimento à **Tendência**, adotou o que chamou de aforisma marxista, segundo o qual o modo de produção determinaria o modo de se pensar, atuando na superestrutura. Utilizando o termo *projeto*, tão comum nas discussões intelectuais e políticas daqueles anos e tão presente entre os concretistas, Grünewald tentou fazer uma ligação entre participação poética e seleção de materiais. O inventor, mais precisamente o poeta-inventor, seria um homem para o futuro, aquele que desvendaria novos processos a partir de novos elementos e de novas relações, os quais não poderiam ser familiares ao público, “evidentemente”, como ressaltou Grünewald (1962, p. 110). Participar seria “um engajamento com uma atualidade de materiais” e, nesse sentido, a poesia concreta teria sido participante ao apelar para novos recursos provenientes dos meios de comunicação, estabelecendo “um outro tipo de estrutura poemática, livre da ascendência da sintaxe-discursiva” (GRÜNEWALD, 1962, p. 110-112). Como se pode deduzir, Grünewald criou um neologismo para engajamento, enquanto, efetivamente, contribuía para reafirmar o caráter elitista da poesia concreta. Assim como Mário Chamie, Grünewald acreditava que o valor da obra de arte estaria, justamente, no fato de não ser entendida pela maioria do público. O artista, ao projetar sua obra, visaria a uma futura recepção, pois, no presente, seria incompreendido e, ao executá-la, incorporaria, na mesma, a incomunicabilidade. Um paradoxo, sem dúvida, uma vez que os meios de comunicação de massa estariam fornecendo os instrumentos de execução da poesia concreta que não se destinava ao grande público.

Rui Mourão considerou que, até “a guinada dos concretistas para a esquerda” (MOURÃO, 1962, p. 108), o grupo paulista teria feito descobertas preponderantemente técnicas, mas ainda precisaria conquistar uma expressão mais abrangente. A distinção entre técnica e expressão havia sido discutida por Haroldo de Campos em uma carta de

10 de setembro de 1961, que, apesar de endereçada a Affonso Ávila, debateu idéias de Rui Mourão e de Fábio Lucas. Haroldo de Campos entendeu que Mourão poderia estar sendo preconceituoso em relação ao “poema não-discursivo de tipo concreto”, pois parecia “não admitir a possibilidade de um poema concreto, em sua enxutez, ser um produto acabado e, daí, o fato de considerar uma poesia desse tipo apenas (ou predominantemente) um exercício de técnica” (CAMPOS, 1962, p. 119). Haroldo de Campos criticou, no artigo “A fundação do mundo imaginário”, escrito por Mourão para **Tendência** 2, uma visão “irremediavelmente tributária de uma concepção ultrapassada da arte como imitação da natureza” e que se oporia àquela que reivindicaria “para a arte um modo próprio, o da <<correalidade>>” (CAMPOS, 1962, p. 119). Fábio Lucas também foi alvo da crítica de Haroldo de Campos. Segundo este, a forma teria, para Lucas, uma função de penduricalho de um conteúdo preexistente. Essa visão seria pouco dialética, excluindo a idéia de isomorfismo, de forma-conteúdo em estado de correlação crítica, pois novos conteúdos exigiriam novas formas e novas formas desencadeariam novos conteúdos.

Em “Concretismo e nacionalismo”, Rui Mourão rebateu as críticas de Haroldo de Campos.

É, sem dúvida nenhuma, um conceito de correalidade que informa o pensamento de <<Tendência>>. Quando, em meu artigo citado, fiz reparo à posição assumida pelos líderes da poesia não sintática, eu negava a possibilidade de uma criação concreta em termos absolutos. Estava, evidentemente, impressionado pelos excessos afirmativos da pregação de primeira hora, que insistia no mecanismo do processo. A arte é rigorosamente uma co-realidade, enquanto não se confunde com a realidade e não pode exprimi-la porque é apenas uma das possibilidades do real. (MOURÃO, 1962, p. 123)

No fundo da discussão de Rui Mourão com Haroldo de Campos havia uma dúvida: se os concretistas estavam fazendo, realmente, uma poesia de cunho participante. Rui Mourão acreditava que os concretistas estariam mais preocupados com o processo do que com a construção e que estariam confundindo essência com aparência. O fato de estarem sintonizados ao desenvolvimento do mundo, de viverem o seu tempo e de abordarem temas políticos emergentes e transitórios, não chegava a atingir a essencialidade brasileira. O que configuraria o momento brasileiro seriam os dramas sociais localizados na base da estrutura social. Lembrando seu artigo sobre **Grande sertão: veredas**, de Guimarães Rosa, divulgado no primeiro número de

**Tendência**, Mourão reafirmou que “o futuro e autêntico romance brasileiro” a ser escrito seria aquele que não isolasse o país em áreas estanques, mas englobasse todas as regiões do país, exprimindo a dinâmica de um processo dialético uno e que somente poderia ser compreendido na sua totalidade (MOURÃO, 1962, p. 124-125). Mourão queria uma ficção que fosse capaz de representar o Brasil inteiro, compondo uma narrativa da nacionalidade.

De sua parte, Haroldo de Campos, pretendendo demonstrar a validade da poesia concreta, tanto em termos de vanguarda, como em termos políticos, citava vários autores, procurava pontos de aproximação com Rui Mourão, elogiava alguns trechos de seus textos, mas evidenciava também o distanciamento de posições entre eles. “No depoimento de Rui”, escreveu Haroldo de Campos, “que nos pareceu a todos ter entrado no debate com muita inteligência – quero discutir apenas os conceitos de **técnica e expressão**” (CAMPOS, 1962, p. 119). Haroldo de Campos explicou, a esse propósito, que Mourão chamava equivocadamente de expressão o que corresponderia ao nível semântico ou ao conteúdo de um poema. Campos também considerou utópica a possibilidade antevista por Mourão de um romance totalizante, uma vez que seria impossível para apenas uma obra dar testemunho de uma realidade múltipla de país continental. Ainda mais que várias regiões brasileiras estariam insuladas devido à distância. Utilizando-se da noção de ideograma, misturada a termos marxistas e à ideologia do nacional, Haroldo de Campos quis mostrar uma outra possibilidade de totalização.

A totalização dialética poderá se fazer ideogramicamente, de romance a romance, de poema a poema, cada um dando testemunho, com consciência crítica, da realidade que conhece e na qual está mais íntima e autenticamente situado, presentificando-a portanto. O **projeto é coletivo**. Um poema do Cabral, entranhado na problemática rural do nordeste ou um poema do Pignatari, focando a vivência urbana (e não menos brasileira!) do complexo de relações criado pela máquina e pela indústria paulista, mais um poema do Affonso Ávila dando testemunho da realidade mineira se podem conjugar num ideograma crítico, numa superestrutura ideológica do nacional. (CAMPOS, 1962, p. 127)

Haroldo de Campos delineou, também, o que considerava ser a função da poesia, ou, como chamou, de sua condição essencial. Para isso, citou Décio Pignatari, segundo o qual, o poema impessoal teria uma deliberada função coletiva. Através da escolha do texto de Pignatari, Campos mostrou a vertente pedagógica que se entranhava na sua

concepção de poesia situada. Segundo Pignatari, um operário não escreveria na peça que produzia o seu nome ou a sua revolta. A máquina, possuidora de uma lucidez racional o ensinaria “a perceber a irracionalidade básica das relações de produção”, porque esse trabalhador não usufruiria dos bens que produziria. O operário saberia que as injustiças seriam extintas somente através de “idéias claras e conjugadas” (PIGNATARI *apud* CAMPOS, 1962, p. 126).

E se algum poeta lhe vier dizer: nós plantaremos a rosa do amanhã, com certeza ele estará inclinado a pensar que isso não passa de uma demagogia ou de uma vigarice da pior espécie. O operário quer um poema racional, que lhe ensine a agir e pensar como a máquina lhe ensina – e se gosta de rosas, há de preferi-las reais, que as alegóricas já estão felizmente mortas em sua sensibilidade positiva. (PIGNATARI *apud* CAMPOS, 1962, p. 126)

A contradição transparece. O operário de uma fábrica urbana saberia e não saberia da alienação de sua produção. Os modos de produção capitalista seriam alienantes, porém a máquina é quem lhe ensinaria a pensar. Esse trabalhador teria condições de buscar a lucidez das idéias articuladas para lutar contra as desigualdades sociais, mas precisaria dos poetas para lhe ensinar a agir e a pensar – nessa seqüência – como uma máquina. “Portanto, aos poetas, que calem as suas lamúrias pessoais ou demagógicas e tratem de construir poemas à altura dos novos tempos, à altura dos objetos industriais racionalmente planejados e produzidos” (PIGNATARI *apud* CAMPOS, 1962, p. 126). Ao mesmo tempo em que, acertadamente, Haroldo de Campos percebia a impossibilidade de uma narrativa totalizante, desejada por Rui Mourão, o poeta concretista propunha, baseado em Décio Pignatari, uma solução única: “Problemas há, e gravíssimos, mas os únicos que nos podem ensinar algo de útil sobre o assunto são os que tentaram solucioná-los a partir das premissas da revolução industrial” (PIGNATARI *apud* CAMPOS, 1962, p. 126).

Ficava claro, nos textos, que Haroldo de Campos tentava provar ser a poesia concreta politicamente situada e Rui Mourão esforçava-se para evidenciar o caráter moderno das concepções de **Tendência**. O último texto do chamado diálogo Tendência-Concretismo, publicado na revista, foi uma carta de Rui Mourão a Haroldo de Campos, em que o primeiro insistiu na “necessidade de totalização dos problemas brasileiros”, fundamental, no seu entender, “para o estabelecimento de uma consciência que a cada instante se encontre em condições de decidir sobre o que seja nacional e de estabelecer

uma escala de valores que indique o que se apresente como mais essencial” (MOURÃO, 1962, p. 128). Sobre a citação de Décio Pignatari, Rui Mourão disse não concordar com ela. Se o operário não escrevia seu nome na peça que torneava, seria preciso ensiná-lo a escrever, pois essa seria exatamente a sua alienação. Por outro lado, Mourão concordou com a visão de poesia pedagógica de Haroldo de Campos porque também acreditava que o trabalhador aprenderia com o poeta. Se Fábio Lucas percebia a arte moderna como um diálogo de elite, Rui Mourão achava que o trabalhador não teria condições de entender uma arte feita por um representante típico do mais alto extrato da pirâmide social: o escritor.

É ingenuidade das maiores pretender fazer arte para o operário. O escritor, representante característico da cúpula social, deve ter apenas a preocupação de escrever **sobre** o operário, e nessa perspectiva é irrelevante tentar saber quais os seus gostos ou o que ele está em condição de poder perceber. O trabalhador absolutamente não tem preferência por <<um poema racional que lhe ensine a agir e a pensar como a máquina lhe ensina>>, e isso simplesmente porque quanto mais racional menos ao alcance está do seu entendimento, que só se efetiva ao nível da linearidade. (MOURÃO, 1962, p. 129)

O operário poderia ser um objeto literário sobre o qual se escreve, não um interlocutor. Outro aspecto igualmente grave na argumentação de Mourão e que era apresentado com a maior naturalidade dizia respeito à ausência de voz da classe trabalhadora. Não se cogitava em perguntar ao operário qual seria o seu gosto, o seu interesse, as suas preocupações políticas. A elite letrada, simplesmente, conhecia de antemão o universo social daquela classe tão distante de seu ambiente. Esse “conhecimento” prévio, não contestado, fazia com que um intelectual falasse em nome dessa categoria, designasse o que seria melhor para ela e expressasse seu preconceito livremente, sem receio de que fosse rebatido por outros intelectuais e muito menos por aquelas pessoas de cultura “inferior”, sem direito à mídia.

Enquanto essas discussões eram travadas, Affonso Ávila atuava de forma diferenciada dos outros membros da revista. Ele não fez um questionamento das propostas poéticas dos concretistas de São Paulo nos seus textos divulgados em **Tendência**. Além de incluir sua poesia no movimento vanguardista, Affonso Ávila adotou, para si, a denominação de “braço poético de **Tendência**”, como forma de separar-se das opiniões manifestadas por Fábio Lucas e Rui Mourão. Quanto mais Affonso Ávila se aproximava dos poetas concretistas paulistas, mais se afastava das

concepções literárias dos outros companheiros da revista. Indagado, em entrevista, se teria compartilhado mais de perto das idéias do grupo concretista enquanto Fábio Lucas e Rui Mourão demonstravam desacordos, Ávila respondeu: “Isso aconteceu, realmente” (ÁVILA, 18 set. 2007). Teria havido uma discordância intelectual dentro da revista? Esta foi a resposta de Affonso Ávila:

Então, está declarada essa discordância. Eu avanço muito dentro da perspectiva da minha criação, do meu trabalho e eles ficam, ainda, dentro de uma reflexão mais meditativa, mais ponderada, vamos dizer assim, da própria literatura brasileira. Vamos ver os textos do Fábio Lucas, por exemplo, em que ele fala de literatura brasileira, de nacionalismo na literatura brasileira. Ele se refere, ainda, a autores já passados e que não correspondiam mais àquela idéia que a gente tinha. Por isso é que eu disse que a chegada abrupta e surpreendente do Guimarães Rosa foi muito importante para caracterizar essa cisão, essa cisão, não digo cisão, mas essa delimitação de linhas. Você tem razão, realmente, aí. Houve, realmente, isso. Isso você vai perceber na minha obra toda. (ÁVILA, 18 set. 2007)

De sua parte, Fábio Lucas, tem mantido a mesma opinião externada em **Tendência** sobre o movimento concretista como se pode observar nas seguintes declarações que fez à autora deste trabalho:

As divergências entre mim e os concretos nasceram principalmente de princípios conceituais. Achava-os alienados. Além disso, percebi que eles adotavam, como iniciativa sua, idéias, conceitos e avaliações entradas no Brasil como contrabando. O diálogo da escrita com o espaço gráfico, este último pareceu-me rico não como categoria estrutural, mas como ornamento intensificador do discurso literário. (LUCAS, 26 set. 2007)

No livro **Vanguarda, história e ideologia da literatura** (1985), Lucas foi ainda mais duro no seu julgamento sobre os concretistas paulistas, classificando o movimento como “falsa vanguarda” que teria executado, “no contexto literário brasileiro um gigantesco plano de diluição de experiências já provadas em outros lugares, além de divulgar as obras de suporte teórico das ‘novidades’ que já eram antigas” (LUCAS, 1985, p. 10). Ao comparar o movimento concretista aos modernistas do início do século 20, Fábio Lucas afirmou que o grupo paulista revelava mais explicitamente mecanismos de dependência ideológica. “Enquanto os primeiros modernistas, dentro de seu elitismo intelectual, importavam técnicas estrangeiras procurando adaptá-las à matéria-prima

nacional, os últimos partem da ilusão internacionalista, o grau mais adiantado da alienação” (LUCAS, 1985, p. 12).

Durante a entrevista realizada com Affonso Ávila, foi-lhe pedida uma avaliação da recepção obtida por **Tendência**. Affonso Ávila disse que, apesar de a revista não ter alcançado uma repercussão como a da poesia concreta, conseguiu uma boa receptividade. Novamente, Ávila fez questão de explicitar a diferenciação de seu posicionamento em relação a Fábio Lucas e a Rui Mourão.

Eu volto àquele problema dos territórios em que **Tendência** se dividiu. Para mim, pessoalmente, foi importante porque eu assumi uma posição de vanguarda participante, de vanguarda política, desde o primeiro número, desde a idéia da criação da revista, até um certo momento que vem o número quatro em que parece que, aí, há uma cisão. Não parece? E há uma cisão no número quatro e, a partir daí, eu caminho sozinho. Eu me auto-intitulei braço poético de **Tendência**. Agora, o braço crítico, eu não respondo por ele. (ÁVILA, 18 set. 2007)

Pode ter sido assim no último número da revista, mas, em outras circunstâncias, Affonso Ávila havia declarado que **Tendência** possuía uma orientação co-participativa, democrática e pluralista (ÁVILA, 1993, p. 11). Sendo assim, fica difícil imaginar que tivesse se mantido sempre ausente das discussões sobre a linha editorial a ser seguida pela publicação. Certo é, porém, que, depois de 1962, cada membro de **Tendência** seguiu seu próprio rumo e a publicação encerrou suas atividades.



**A IMPOSSIBILIDADE DO  
AUTENTICAMENTE NACIONAL**

**E**sta leitura dos textos de **Tendência** focalizou três eixos: uma tradição moderna criada pela revista para nela se inscrever; o engajamento político-literário de seus editores, inspirado na ideologia nacional-desenvolvimentista originária do ISEB; e a defesa da pesquisa de novas técnicas literárias feita por Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão. Estas diretrizes se justificaram tendo em vista que a proposta crítico-literária de **Tendência** estava vinculada a estes componentes e que os mesmos eram indissociáveis. A tradição remetia ao esforço de construção de uma identidade nacional empreendido a partir dos modernistas. Ao mesmo tempo, essa linhagem deveria se caracterizar pela inovação literária e pelo posicionamento nacionalista.

Os objetivos de **Tendência** foram explicitados em seus editoriais: a investigação do sentimento nacional; a criação de formas literárias correspondentes à consciência nacional; a defesa do patrimônio cultural brasileiro; e a discussão dos fundamentos da literatura brasileira, vista como possuidora de uma natureza crítica. O forte conteúdo ideológico da revista justificou-se, em parte, pelo momento histórico no qual se inseria, marcado pela Guerra Fria e pela oposição entre nacionalismo e imperialismo. **Tendência** escolheu o lado da defesa do patrimônio cultural e econômico do Brasil

O projeto literário de **Tendência** apresentou-se como uma tentativa de representação da totalidade da nação. Nação esta que se queria moderna, urbana e industrial. Rui Mourão, por exemplo, buscava técnicas ficcionais que “retratassem” o país, que, naquele momento, vivia a transição de uma sociedade predominantemente agrária para tornar-se majoritariamente urbana alguns anos mais tarde. Mourão queria criar um romance que fosse a narrativa da coletividade e utilizou técnicas literárias inspiradas em Joyce e Faulkner, instauradores de uma tradição ficcional moderna no cânone ocidental.<sup>1</sup> Já Affonso Ávila foi deslocando sua obra de uma temática “rural”, para uma abordagem mais ligada a técnicas utilizadas pela comunicação de massa.

A discussão do que seria vanguarda, ou mesmo se **Tendência** teria se constituído em uma vanguarda, revelou ser um tema delicado para os membros da revista. Foi a partir do posicionamento de Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão, em relação ao que seria literatura de vanguarda, que se delinearam, com maior clareza, as diferenças entre os três editores da revista. Se é verdade que concordavam quanto à

---

<sup>1</sup> Ver entrevista com Rui Mourão no Apêndice.

posição nacionalista da publicação, não mostravam a mesma unidade de pensamento a respeito do que seria literatura de formas novas. Enquanto Fábio Lucas preconizava uma certa “pureza” para a arte literária, centrada na palavra, Affonso Ávila, seguia caminhos parecidos aos dos concretistas paulistas e também buscava, nos efeitos visuais, elementos poéticos. Ávila afirmou a inserção de sua poesia na vanguarda da segunda metade do século 20 e desvinculou sua obra das concepções literárias dos outros membros de **Tendência**. Da parte de Rui Mourão, nota-se uma hesitação se deveria adotar a denominação de vanguarda para **Tendência** ou apenas ligá-la ao moderno.<sup>2</sup>

A tradição literária brasileira com a qual **Tendência** se identificava partiu da corrente modernista representada por Mário de Andrade e Oswald de Andrade,<sup>3</sup> passando por Carlos Drummond de Andrade. No caso de Affonso Ávila, sua linha de tradição iniciava-se no Barroco, visto por ele como o desencadeador da autêntica arte brasileira, e estendia-se até João Cabral de Melo Neto, poeta com quem teve maior afinidade naquela época.<sup>4</sup> Do movimento modernista de 1922, **Tendência** recolheu os ensinamentos relativos ao exercício de uma pesquisa estética permanente, de busca do conhecimento da realidade brasileira e do empenho na obtenção de uma consciência nacionalista. Foram esses preceitos que nortearam a genealogia de **Tendência** que afirmou ter encontrado, nessas referências literárias apontadas acima, ideais próximos aos dos modernistas.

**Tendência**, porém, não teve propósitos de rompimento total com o passado. É certo que os membros da revista renegaram a chamada Geração de 45, assim como o Modernismo rompera com os modelos parnasianos. Entretanto, da mesma forma que o grupo de Drummond, **Tendência** procurou valorizar uma determinada tradição literária mineira, especialmente a figura de Alphonsus de Guimaraens.

Foi importante apresentar, no capítulo 1, a discussão sobre nacionalismo entre Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade porque ela envolvia questões sobre literatura e sobre posicionamentos políticos dos intelectuais brasileiros. Discussões abrangendo tópicos semelhantes continuaram a influir nos debates dos anos de existência de **Tendência**, como foi apresentado no capítulo 3, Repercussões e

---

<sup>2</sup> Ver entrevista com Rui Mourão no Apêndice.

<sup>3</sup> A presença da vertente oswaldiana em **Tendência** apareceu mais diluída, transformada ou atualizada sob a roupagem da idéia da redução de Guerreiro Ramos e nas reflexões de Affonso Ávila.

<sup>4</sup> Ver entrevista com Affonso Ávila no Apêndice.

intercâmbios. Através das polêmicas jornalísticas que envolveram a revista e sua proposta crítico-literária, pode-se perceber que o alinhamento nacionalista de seus editores foi o que mais motivou as manifestações de outros intelectuais e articulistas contra ou a favor de **Tendência**.

Para se falar em nacionalismo no Brasil, porém, é preciso adjetivação. O termo adquiriu tantas facetas que, em cada época e para cada época, ele necessita ser explicado e diferenciado de outros nacionalismos. Cada um dos movimentos nacionalistas pretendeu uma apropriação específica de teorias, uma manifestação particular de sentimentos e de ações. Nas décadas de 1950/1960, uma pretensão, entre outras, era a construção de uma macronarrativa para a nação que englobasse a todos indistintamente. Naquela tentativa de homogeneização, intelectuais imaginavam um povo, falavam em seu nome e queriam dirigir-se à massa. Entretanto, seriam ouvidos por aquele povo virtual ou escutariam o que a população de desprivilegiados teria a dizer?

Nos textos escritos por membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, havia uma grande preocupação de inclusão social de parcelas da sociedade como os trabalhadores rurais. Marcados por teorias circulantes da época (o marxismo, por exemplo), alguns daqueles teóricos acreditavam estar o Brasil vivenciando um período similar ao feudalismo, devido ao fato de o país não ter ingressado em relações capitalistas mais avançadas que pressuporiam a urbanização, a industrialização, além de relações de trabalho em que o pagamento de salários e a organização dos operários seriam elementos corriqueiros. A atenção estava voltada para o fortalecimento da nação. O Brasil precisaria vencer sua etapa colonial, identificada ao feudalismo, para, em igualdade de condições econômicas e políticas no âmbito internacional, constituir-se em uma verdadeira nação. A partir de determinado esquema de pensamento, pessoas se enquadrariam em tipologias como o operário, o industrial, o trabalhador rural, o latifundiário. Nesse tipo de elaboração teórica, não faziam parte as necessidades específicas de cada segmento da sociedade civil. A enunciação se produzia a partir do “masculino” e tampouco a questão racial foi abordada.

Já na década de 1960, Stavenhagen e Gonzáles Casanova fizeram críticas a certas visões da América Latina que teriam se tornado mais ou menos lugares-comuns. Essas críticas seriam, de certa forma, precursoras de outras contemporâneas como a que entende a colonização de povos da chamada América como parte de um projeto mais

amplo de expansão do capitalismo, com a utilização do cristianismo, da retórica do moderno e da hierarquização de seres humanos, colocados abaixo do padrão ocidental do homem branco heterossexual, para alcançar seus propósitos de dominação.

Para pensadores como Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, no mundo europeu e, portanto, na perspectiva eurocêntrica, a formação das nações teria sido teorizada como a expressão da homogeneização da população em termos de experiências subjetivas históricas comuns. *Nação* seria uma identidade e uma lealdade especialmente ao liberalismo. Mas por que a democratização não teria sido possível na América Latina até hoje, mesmo de maneira parcial e precária? Para Quijano, a colonialidade do poder, baseada na imposição da idéia de raça como um instrumento de dominação, teria sido sempre um fator de limitação para a construção do Estado-nação inspirado no modelo eurocêntrico. Em uma medida menor, como no caso da América do Norte, ou de modo decisivo, como na América Latina, o fator de limitação seria visível em ambos os casos. O grau de limitação dependeria da proporção das raças colonizadas dentro da população total e da densidade de suas instituições sociais e culturais. Devido a tudo isso, a colonialidade do poder, estabelecida na idéia de raça, deveria ser aceita como um fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema, contudo, seria que, na América Latina, a perspectiva eurocêntrica teria sido adotada pelos grupos dominantes como sendo a deles próprios, levando-os a impor um modelo de formação de Estado-nação europeu para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais (QUIJANO, 2000, p. 569-570). Em suma, o Estado-nação, na América Latina, teria sido fundado na colonialidade do poder.

Segundo Mignolo, o nacionalismo nas ex-colônias não seria mais do que uma rearticulação do poder colonial pelas elites mestiças e pelos descendentes de europeus, autocolonizados e dependentes do modelo europeu. Mignolo ponderou ter o debate sido redirecionado nos Andes, no século 21, no sentido de se criar um Estado plurinacional, já que o Estado-nação pós-independência seria sempre do tipo mononacional, um Estado da elite que teria os olhos postos na Europa e as costas voltadas para a população indígena e a de afro-descendentes.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Essas idéias foram emitidas por Mignolo através de conversas, via *emails*, com a autora desse trabalho em outubro de 2006.

Concordando com Aníbal Quijano, Mignolo reafirmou ser o Estado-nação engendrado na perspectiva eurocêntrica. A Europa teria imposto seu padrão racial classificatório de seres (colonialidade dos seres) e de conhecimento (colonialidade do conhecimento), através da expansão capitalista e imperialista, utilizando-se, para isso, de uma retórica do moderno. Para haver uma mudança, segundo Mignolo, seria preciso haver a descolonização dos seres e a descolonização do conhecimento que, juntas, resultariam na mudança descolonial (*decolonial shift*) (MIGNOLO, 2006). Isso teria que ser feito porque a lógica da colonialidade funcionaria em quatro grandes domínios da experiência humana: 1) no *econômico* (apropriação da terra, exploração do trabalho e controle financeiro); 2) no *político* (controle da autoridade); 3) no *cívico* (controle do gênero e sexualidade); 4) no *epistêmico* e no *subjetivo/pessoal* (controle do conhecimento e da subjetividade). Essa lógica estaria em ação nos últimos 500 anos de história (MIGNOLO, 2005, p. 11).

Assim como teria havido uma “invenção” da América, a noção de “América Latina” teria sido inventada por causa da competição capitalista de países europeus. Em meados do século 19, a idéia de América, como um todo, teria começado a se dividir, com a nova configuração do hemisfério ocidental: uma Anglo-América no norte e uma América Latina no sul, nome adotado para identificar a restauração européia meridional, católica e a “civilização” latina, ao mesmo tempo em que os indígenas, os afro-descendentes e os mestiços pobres continuariam ausentes das decisões, como no período colonial. As elites, por sua vez, celebrariam seus sonhos de se tornarem modernas, mas estariam entrando, cada vez mais fundo, na lógica da colonialidade (MIGNOLO, 2005, p. 57).

A idéia de “latinidade”, motivada pela França, seria, precisamente, a ideologia sob a qual a identidade das ex-colônias espanholas e da portuguesa teriam sido colocadas na nova ordem colonial moderna e global. Nas ex-colônias ibéricas, a idéia de América Latina teria emergido como uma consequência de conflitos entre nações imperiais. No final do século 19, o Império Britânico, após colonizar a Índia e partes da África, estaria em processo de fortalecimento de seu controle sobre mercados financeiros e comerciais na América do Sul. Da parte da França, o conceito de “latinidade” teria sido usado por intelectuais e membros do governo para obter a liderança, na Europa, entre os países latinos e envolvidos na América. Dessa forma, a

França poderia confrontar a contínua expansão dos Estados Unidos rumo ao sul, como a compra da Louisiana e a apropriação de partes do território mexicano, além de fazer frente aos britânicos. As elites brancas e mestiças da América do Sul e das ilhas caribenhas espanholas, após a independência, teriam adotado a “latinidade” para criar sua identidade pós-colonial. Contudo, da mudança do regime colonial, controlado pela metrópole, para o regime nacional, controlado pelas elites locais, teria nascido o colonialismo interno. Ao invés de pensarem criticamente o colonialismo, as elites dos novos países teriam se dedicado a emular os intelectuais europeus (MIGNOLO, 2005, p. 58-66).

Com “a idéia de América Latina”, as elites descendentes de europeus, responsáveis pela construção dos Estados, além de colocarem o período colonial dentro da moldura de “histórias protonacionais”, também teriam se separado do passado português e espanhol, abraçando a ideologia da França (MIGNOLO, 2005, p. 67).

O colonialismo seria uma ideologia que permaneceria escondida e não nomeada. Ao contrário de outras ideologias, como o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo, o colonialismo seria uma ideologia que ninguém gostaria de promover e todos clamariam o seu fim. Entretanto, o entendimento do colonialismo seria vital para se compreender o imperialismo europeu desde o século 16 e o imperialismo dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. Esse colonialismo se referiria ao resultado de ações imperiais que teriam o capitalismo como princípio, o que significaria dizer que *imperialismo* e *colonialismo* seriam a mesma coisa, da mesma forma que *modernidade* e *colonialidade*, na medida em que estariam ligados ao mercantilismo, ao livre mercado e à economia industrial. O colonialismo seria o complemento histórico concreto do imperialismo em suas diversas manifestações geo-históricas, assim como a colonialidade seria o complemento lógico da modernidade em seus princípios gerais. O colonialismo, enquanto ideologia, seria implementado pela colonialidade como a lógica da dominação (MIGNOLO, 2005, p. 83-84).

Trazendo a discussão para o século 21, Mignolo criticou a hipótese de possibilidade de existência de uma “cidadania global”. A estrutura racial, com a qual as diferenças imperiais e coloniais teriam sido fundadas, seria o maior impedimento para se pensar seriamente numa “cidadania global” (MIGNOLO, 2006, p. 324). Contudo, sua perspectiva seria otimista, uma vez que teria enxergado uma mudança geopolítica, no

Terceiro Mundo durante a Guerra Fria e no sul da Europa, para aqueles que teriam perdido “o trem do Iluminismo”. Já uma mudança epistêmica biopolítica teria emergido nos Estados Unidos durante a Guerra Fria, mas, acima de tudo, após e como consequência dos movimentos dos direitos civis. Para ele, a pergunta a ser feita não seria sobre a relação entre geopolítica e epistemologia, mas, antes, entre identidade e epistemologia. Em primeiro lugar, novas esferas de conhecimento teriam começado a existir, como estudos sobre mulheres, gênero, sexualidade, homossexuais, afro-descendentes, latinos e estudos étnicos, tendo em comum o fato de incorporarem o conhecedor no conhecido. Em segundo lugar, todos eles teriam introduzido, na esfera social do conhecimento, a perspectiva dos que foram regulados pelo racismo colonial e pelo patriarcalismo. Em terceiro, teriam adotado uma nova justificativa de conhecimento: um conhecimento não a serviço da Igreja, do monarca ou do Estado, mas um conhecimento para a libertação, ou seja, para a descolonização subjetiva e epistêmica. Essa seria uma das tarefas fundamentais para a descolonização das humanidades no século 21: o reconhecimento de que a cidadania global seria um mito enquanto o racismo global não for superado e não se trabalhar em direção à descolonização do saber imperial que engendraria a colonialidade do ser (MIGNOLO, 2006, p. 328-329).

Esses argumentos todos, tributários de esforços que vêm sendo empreendidos em diferentes momentos políticos na América Latina e no Caribe, avançam na reflexão sobre a dominação de impérios sobre povos. Se estiverem corretos, pode-se inferir que as bases das idéias dos isebianos Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto, analisadas no capítulo 1, estavam postas em um alicerce trincado desde o início da tentativa de construção de uma ideologia nacionalista e desenvolvimentista. O espelho no qual se miravam para a formação do Estado-nação ainda era eurocêntrico. O modelo provinha de países que exerciam o imperialismo e isso representava tudo o que alguns isebianos almejavam superar. Enquanto procuravam, com todas as forças, encontrar o autenticamente nacional, reconheciam ser impossível o isolamento interno e a ignorância a respeito do mundo. O mesmo dilema se apresentou aos modernistas e em **Tendência**. O que salvaria os artistas, os intelectuais e os escritores seria a antropofagia oswaldiana, a redução sociológica de Guerreiro Ramos, ou ainda a importação de técnicas artísticas, consideradas como patrimônio comum da humanidade, associadas a



uma expressão brasileira. Esse discurso dividia espaço com aquele que exortava a uma busca de formas autenticamente nacionais.

É verdade que, no horizonte dos intelectuais dos anos de 1950/1960, a nação era vislumbrada em um projeto de futuro, muito mais do que nas condições do presente. Porém, as premissas eram autoritariamente englobantes, homogeneizantes, deixando de fora da configuração outras possibilidades que, certamente, não puderam ser enxergadas naquela época e que, somente agora, são apontadas. Mas o conceito de colonialidade também não seria uma leitura/escritura macro da América Latina e do Caribe? A resposta de Walter D. Mignolo foi afirmativa.

O conceito necessário que, ultrapassa os anteriores, de colonialidade/modernidade implica a necessidade, na verdade a forte necessidade, de construir macronarrativas na perspectiva da colonialidade. Essas narrativas não são a contrapartida da história mundial ou universal (seja ela sagrada como a história cristã ou secular como a de Hegel), mas uma ruptura radical com tais projetos globais. Não são (ou, pelo menos, não apenas) nem narrativas revisionistas nem narrativas que pretendam contar uma verdade diferente, mas, sim, narrativas acionadas pela busca de uma lógica diferente. (MIGNOLO, 2003, p. 47)

Ao escrever **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar, Mignolo pretendeu contribuir para a mudança dos termos dessa discussão, deslocando “o ‘universalismo abstrato’ da epistemologia moderna e da história mundial com uma totalidade alternativa concebida como uma rede de histórias locais e múltiplas hegemonias locais” (MIGNOLO, 2003, p. 47-48).

Sem tais macronarrativas, relatadas a partir das experiências históricas de múltiplas histórias locais (as histórias da modernidade/colonialidade), seria impossível escapar ao beco sem saída construído, com formas hegemônicas de conhecimento, pela epistemologia moderna e pela reconfiguração das ciências sociais e das humanidades após o século 18.” (MIGNOLO, 2003, p. 47- 48)

As respostas oferecidas em **Tendência** mostraram que a unicidade não existia e nem poderia existir. A proposta de formas nacionais foi um exemplo. O que seriam essas formas nacionais? Rui Mourão encontrou no processo cinematográfico de montagem, no romance norte-americano da primeira metade do século 20 e na técnica do fluxo de pensamento, subsídios para construir **Curral dos crucificados**, romance iniciado no período de existência da revista. Por sua vez, Affonso Ávila voltou-se para uma herança portuguesa de poesia medieval. Indagado se, assim como João Cabral de

Melo Neto, teria pesquisado a poesia galego-portuguesa e o que entenderia por formas “autenticamente nacionais”, Ávila deu a seguinte resposta:

Vamos ampliar um pouco esse especificamente nacionais a especificamente ancestrais também. Realmente eu sempre fui muito ligado à poesia portuguesa, desde os primeiros poetas, desde as primeiras manifestações. Tanto assim que esse livro **Cantigas do falso Alfonso, el sábio**, ele parte, exatamente, de uma raiz galaico-portuguesa. O cancionero brasileiro, o cancionero de cordel brasileiro, também parece sair da mesma raiz. Ele sai numa forma popular, numa forma rudimentar. Eu já faço uma forma erudita, é lógico. A minha perspectiva de criação já ultrapassa bem a coisa popular. (ÁVILA, 18 set. 2007)

De acordo com Affonso Ávila, o conjunto de sua poesia, a partir de **Carta do solo**, caminharia nessa direção. Salvo alguma produção de feição mais pessoal, todos os seus livros viriam “desse caminho deslumbrado das tradições de nossa poesia. Seja a nossa poesia autenticamente nacional [...], como a nossa ancestralidade poética” (ÁVILA, 18 set. 2007). Em suma, a ancestralidade poética de Ávila é a “galaico-portuguesa”.

Sendo a poesia galego-portuguesa e o romance norte-americano inspiradores das técnicas literárias adotadas por Ávila e Mourão, respectivamente, evidenciou-se a impossibilidade de formas “autenticamente nacionais”. As “origens” dessas formas eram as mesmas de onde brotaram dois tipos de imperialismo impostos ao Brasil: o português e o estadunidense, tão combatidos por **Tendência**. O lugar onde estes dois intelectuais pretendiam situar a sua produção sempre foi o da alta literatura. Mesmo que os problemas sociais estivessem presentes nos seus escritos, fica claro haver uma hierarquia de saberes e lugares implícita na revista. Nessa hierarquia, o intelectual está acima de seu objeto: o povo. Se fossem levar aquela pesquisa de técnicas tão a sério como preconizava o primeiro editorial da revista, não teria havido a poesia de Affonso Ávila, a ficção de Rui Mourão ou a crítica de Fábio Lucas. Mesmo assim, quando Affonso Ávila fez sua opção pelo Barroco, mais especificamente o Barroco mineiro, evidenciando o mulato Aleijadinho como o maior artista do século 18 no que viria ser o Brasil, o poeta e ensaísta estava procurando estabelecer a diferença entre Portugal e a colônia. A arte barroca brasileira e mineira não foram percebidas como uma subserviência à Coroa portuguesa, mas, sim, como uma manifestação da diferença colonial.

A questão é que a literatura e a crítica literária produzidas no Brasil estiveram configuradas, em muitas ocasiões, por discussões marcadas por tentativas de combate ao colonialismo. No caso específico de **Tendência**, o discurso de seus membros apresentou variações e, muitas vezes, as idéias se contradiziam, porém mostravam um forte desejo de inserção no “moderno” e uma convicção antiimperialista.

O objetivo político do grupo era de um posicionamento em favor das teses nacionalistas. Era uma postura de quem se via como parte de uma elite preocupada com o “povo” e que se achava no direito de falar em nome dele. Além disso, a literatura produzida por esses intelectuais visava um público-leitor de elite. Ou seja, o “povo” não era considerado realmente como um possível leitor/interlocutor dos textos desses intelectuais. O intelectual não fazia parte do cenário descrito. Ele era um observador de elite. Um aspecto que diferencia essa postura da adotada por muitos artistas que lutam contra a opressão nos dias atuais é que estes últimos são parte do contexto de onde brota a sua arte, a sua crítica e a sua teoria. O oprimido fala por si, com seu corpo e sua mente.

**Tendência** queria fazer literatura e crítica literária de alto nível, tendo como público-alvo outros intelectuais. Pretendeu-se buscar o nacional como forma e conteúdo, mas não houve intenção, de fato, de diálogo com os setores mais pobres e oprimidos. Tratava-se de uma produção e recepção entre iguais. Essa foi a grande ambição da revista: a sua inserção no âmbito maior da intelectualidade brasileira. A trajetória profissional do grupo foi similar à de outros intelectuais de épocas passadas. Uma forma de sobrevivência e, posteriormente, de influência, foi a de se ligarem ao poder político, alcançando cargos, prestígio e viabilizando publicações.

A construção de uma tradição por **Tendência**, elegendo determinados momentos e autores, e excluindo outros, indicou uma tentativa de associação com a idéia crítico-literária do que seria moderno, desenvolvido, e com a pesquisa do “autenticamente” nacional. O ISEB foi a conexão encontrada entre o nacionalismo, a consciência nacional, a descolonização e a revista. Os participantes de **Tendência** leram, em Álvaro Vieira Pinto, que nacionalismo era o mesmo que ideologia do desenvolvimento nacional. Os textos de Vieira Pinto afirmavam que o desenvolvimento, em bases nacionalistas, traria a autodeterminação do povo brasileiro. Com Guerreiro Ramos, acreditaram ser possível ao intelectual ocidental periférico, comprometido com a

realidade de sua nação, realizar um trabalho autêntico, através da assimilação crítica da produção importada. A partir de Nelson Werneck Sodré, entenderam que o nacionalismo, unindo diferentes segmentos de classe como o operariado e a burguesia nacional, promoveria a industrialização e a descolonização do Brasil. Com todos eles, compartilhavam a idéia de que a literatura fazia parte de um contexto cultural e político mais amplo. Para **Tendência**, o escritor e o crítico seriam sempre circunstanciados pelo espaço da nação.

Mesmo que muitas críticas apresentadas neste trabalho sejam aplicáveis à teorização isebiana e à sua visão de nacionalismo, compartilhada por **Tendência**, é preciso se considerar que não se tratava do mesmo projeto nacionalista latino-americano do século 19 censurado por Walter D. Mignolo. Era o combate ao imperialismo/colonialismo que estava em pauta. A ideologia nacional-desenvolvimentista do ISEB pretendia uma democratização maior da sociedade e uma inclusão social mais ampla das camadas populares. O nacionalismo de 1950/1960 também precisa de adjetivação e explicações. Talvez a melhor qualificação para ele possa ser *projeto de descolonização*, ainda que Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré não enxergassem a modernidade e a colonialidade como partes do mesmo todo. Se o “autêntico” Estado-nação era uma impossibilidade por ter sido imaginado a partir de um modelo imperialista, as formas literárias “autenticamente nacionais”, pretendidas por **Tendência**, revelaram-se inexistentes. Na pesquisa formal empreendida por Affonso Ávila, houve a “importação” de técnicas literárias da Península Ibérica, enquanto Rui Mourão adotou uma atitude devoradora/reutora dos elementos narrativos joycianos e do romance norte-americano da primeira metade do século 20. Não havia “formas autenticamente nacionais” para se descobrir. Contudo, do mesmo modo que o nacionalismo daqueles anos foi um projeto de descolonização, **Tendência** foi uma revista que procurou a descolonização literária. Este foi, inegavelmente, um de seus grandes méritos.

## **REFERÊNCIAS**

## Revista Tendência<sup>1</sup>

TENDÊNCIA. Belo Horizonte, n.1, ago 1957.

TENDÊNCIA. Belo Horizonte, n.2, jul. 1958.

TENDÊNCIA. Belo Horizonte, n.3, 1960.

TENDÊNCIA. Belo Horizonte, n.4, 1962.

## Sobre a revista Tendência

ÂNGELO, Ivan. Arte é o homem: que a nação seja defendida nos comícios. **Diário da Tarde**. Belo Horizonte, 3 jun. 1960. [Não paginado]

ÂNGELO, Ivan. Ser nacional não é escrever sobre temas nacionais. **Diário da Tarde**. Belo Horizonte, 4 jun. 1960. [Não paginado]

ÂNGELO, Ivan. Gente, não há caminhos fora do escritor. **Diário da Tarde**. Belo Horizonte, 6 jun. 1960. [Não paginado]

ÂNGELO, Ivan. “Lúcio Cardoso explica ‘Diário’ e ‘Tendência’ continua assunto”. **Diário da Tarde**. Belo Horizonte, 19 jun. 1960. [Não paginado]

ÂNGELO, Ivan. Das Tendências de uma revista. **O Diário**. Belo Horizonte, 24 jun. 1960. Suplemento Cultural. [Não paginado]

ARAÚJO, Laís Corrêa. Poesia e situação. **Tendência**. Belo Horizonte, 1962. p. 157-159.

ÁVILA, Affonso. *Tendência: 30 anos de exemplo de cultura*. **Suplemento Literário**. Belo Horizonte, 17 out. 1987. p. 4-5. Entrevista concedida a Márcio Almeida.

ÁVILA, Affonso. Belo Horizonte. 18 set. 2007. Entrevista concedida a Nilze Paganini.

BASTOS, Oliveira. A crítica literária no Brasil em 1957. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 jan. 1958. Suplemento Dominical. p. 1.

BASTOS, Oliveira. Lucky Lucas ou a danação provinciana. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 9 fev. 1958. Suplemento Dominical. p. 5.

BUENO, Antônio Sérgio. Affonso Ávila e a geração de Tendência. **Scripta**. Belo Horizonte: PUC Minas, v.1, n.2, p.53-59, 1º semestre 1998.

---

<sup>1</sup> As normas deste trabalho seguem o Padrão PUC Minas de normalização.

CAMPOS, Haroldo. Conversa com o escritor – XVI. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 13 ago. 1961. Entrevista concedida a Laís Corrêa de Araújo. p. 3-4.

CAMPOS, Haroldo. A crítica em situação. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 25 nov. 1961. Suplemento Literário.

CAMPOS, Haroldo. Carta a Affonso Ávila (excerto). **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 119-122.

CAMPOS, Haroldo. Carta a Rui Mourão (excerto). **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 125-127.

CARPEAUX, Otto Maria. Tendência contemporânea. **Diário de Minas**. Belo Horizonte, 6 out. 1957. p. 2.

CARPEAUX, Otto Maria. Tendência contemporânea. **Correio da Manhã**. São Paulo, 5 out. 1957.

CARPEAUX, Otto Maria. Tendência contemporânea. **Correio Paulistano**. São Paulo, 6 out. 1957. p. 2.

CARPEAUX, Otto Maria. O Sr. Fábio Lucas e o diabo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 19 out. 1957.

CHAMIE, Mário. Em busca de oportunidade. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 23 set. 1961. Suplemento Literário. p. 1.

CHAMIE, Mário. Em busca de oportunidade. **Tendência**. Belo Horizonte, 1962. p. 113-116.

COUTINHO, Afrânio. Conversa com o escritor – XX. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 8 out. 1961. Entrevista concedida a Laís Corrêa de Araújo. p. 3.

CRESPO, Ángel; BEDATE, Pilar Gómez. Tendência – poesía y crítica em situación. **Revista de Cultura Brasileira**. Madrid, dic. 1965. (Tirada aparte del número quince). p. 3-55.

JOBIM, Renato. A literatura na berlinda. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 20 out. 1957. p. 3.

LUCAS, Fábio. Belo Horizonte; São Paulo. 26 set. 2007. Entrevista concedida a Nilze Paganini.

LUCAS, Fábio. Entrevista a Eliana da Conceição Tolentino. In: TOLENTINO, Eliana da Conceição. **Vocação mineira**: contribuição para o panorama literário mineiro da década de 50. 1994. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte. p. 44-63.

MELO NETO, João Cabral. Carta a Fábio Lucas. Sevilha, Espanha, 11 jan. 1957. Arquivo pessoal de Rui Mourão.

MOTTA, Dantas. Carta a Rui Mourão, Affonso Ávila e Fábio Lucas. São Paulo, 31 mai. 1960. Arquivo pessoal Rui Mourão.

MOURÃO, Rui. Belo Horizonte. 15 ago. 2007. Entrevista concedida a Nilze Paganini.

O DIÁRIO. Belo Horizonte, 22 ago. 1957. p. 8.

PAGANINI, Nilze. A recepção de Guimarães Rosa pela revista *Tendência*. **Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras – UFPB**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB; Idéia, p. 63-67, edição especial, 2006.

PIGMALEÃO. No mundo das idéias. **Última hora**. Rio de Janeiro, 21 set. 1957.

PIGMALEÃO. *Tendência*. **Última hora**. Rio de Janeiro, 22 jul. 1958. p. 11.

SALLES, Fritz Teixeira de. Carpeaux e a revista *Tendência*. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 20 out. 1957. p. 3.

SANTIAGO, Silviano. Paulistas e mineiros. In: SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 183-192.

SODRÉ, Nelson Werneck. Revistas. **O Semanário**. Rio de Janeiro, 18 a 24 jun. 1960. p. 8.

VIEIRA, Flávio Pinto. Uma certa tendência mineira. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 12 jul. 1960. p. 3-4.

### Escritos de Affonso Ávila

ÁVILA, Affonso. **O açude e sonetos da descoberta**. Belo Horizonte: Santelmo-Poesia, 1953.

ÁVILA, Affonso. João Cabral de Melo Neto. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 1, ago. 1957. p. 75-76.

ÁVILA, Affonso. Ciclo épico dos rios. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 3, 1960. p. 111-115.

ÁVILA, Affonso. **Carta do solo**. Belo Horizonte: *Tendência*, 1961.

ÁVILA, Affonso. Eixo São Paulo – Minas. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 159-163.



ÁVILA, Affonso. O homem sem função. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 148-151.

ÁVILA, Affonso. Considerações sobre o relatório de Décio Pignatari. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CRÍTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA. Anais... Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1963. p. 395-396.

ÁVILA, Affonso. **Código de Minas & poesia anterior**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

ÁVILA, Affonso. Do Barroco ao Modernismo: O desenvolvimento cíclico do projeto literário brasileiro. In: ÁVILA, Affonso (Org.). **Modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 29-37.

ÁVILA, Affonso. **O poeta e a consciência crítica**: uma linha de tradição, uma atitude de vanguarda. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus, 1978.

ÁVILA, Affonso. Trinta anos depois: um depoimento muito pessoal. In: **30 anos da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p. 10-21.

### **Sobre Affonso Ávila**

AGUIAR, Melânia Silva de. Introdução à **Fortuna crítica de Affonso Ávila**. In: FORTUNA crítica de Affonso Ávila. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006. p. 13-26.

BUENO, Antônio Sérgio (Org.). **Affonso Ávila**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Literários, 1993.

FORTUNA crítica de Affonso Ávila. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006.

OLIVEIRA, Anelito Pereira de. **A aurora das dobras**: introdução a barroquidade poética de Affonso Ávila. 1998. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte.

SILVA, Rogério Barbosa da. **O lúcido jogo do revés**: metalinguagem poética e crítica literária em Affonso Ávila. 1997. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte.

### **Escritos de Fábio Lucas**

LUCAS, Fábio. Conceito de literatura nacional. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 1, ago. 1957. p. 5-34.

LUCAS, Fábio. Resposta preliminar. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 12 out. 1957.

LUCAS, Fábio. Resposta preliminar. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 13 out. 1957. p. 3.

LUCAS, Fábio. Fraude no balanço. **Diário de Minas**. Belo Horizonte, 19 jan. 1958. p. 1 e 6.

LUCAS, Fábio. Literatura nacional: problemas. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 2, jul. 1958. p. 45-90.

LUCAS, Fábio. Caminhos da consciência literária nacional. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 3, 1960. p. 7-20.

LUCAS, Fábio. A poesia de nosso tempo. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 55-75.

LUCAS, Fábio. Vigília da inteligência. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 141-148.

LUCAS, Fábio. **Compromisso literário**. Rio de Janeiro: São José, 1964.

LUCAS, Fábio. **Horizontes da crítica**. [s. l.]: Movimento; Perspectiva, 1965.

LUCAS, Fábio. **Vanguarda, história e ideologia da literatura**. São Paulo: Ícone, 1985.

LUCAS, Fábio. **Mineirações**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

### **Escritos de Rui Mourão**

MOURÃO, Rui. **As raízes**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

MOURÃO, Rui. Três problemas da ficção nacional. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 1, ago. 1957. p. 39-54.

MOURÃO, Rui. O salto concretista. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 9 set. 1961. Suplemento Literário. p. 3.

MOURÃO, Rui. A oportunidade chegou. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 8 out. 1961. Suplemento. p. 3.

MOURÃO, Rui. A oportunidade chegou. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 14 out. 1961. Suplemento Literário.

MOURÃO, Rui. Salto concretista. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, jul. 1962. p. 107-109.

MOURÃO, Rui. A oportunidade chegou. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 116-119.

MOURÃO, Rui. Concretismo e nacionalismo. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 122-125.

MOURÃO, Rui. Carta a Haroldo de Campos (excerto). **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 128-129.

MOURÃO, Rui. **Curral dos crucificados**. Belo Horizonte: Edições Tendência, 1971.

MOURÃO, Rui. A ficção modernista de Minas. In: ÁVILA, Affonso (Org.). **Modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 193-201.

MOURÃO, Rui. Entre livros e sonhos. **Suplemento Literário**. Belo Horizonte, p. 5, 3 mar. 1984.

MOURÃO, Rui. *Tendência*: 30 anos de exemplo de cultura. **Suplemento Literário**. Belo Horizonte, p. 4, 17 out. 1987. Entrevista concedida a Márcio Almeida.

MOURÃO, Rui. **Boca de Chafariz**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

### **Sobre Rui Mourão**

COELHO, Haydée Ribeiro (Org.). **Rui Mourão**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004.

### **Geral**

ANDERSON, Benedict R. O'G. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Entrevista concedida a Maria Zilda Ferreira Cury. In: CURY, Maria Zilda Ferreira. **Horizontes modernistas**: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 141-165

ANDRADE, Carlos Drummond de; SANTIAGO, Silviano; FROTA, Lélia Coelho. **Carlos e Mário**: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Transcrição da apresentação de Carlos Drummond de Andrade para A lição do amigo, Ed. Record, 1988. In: ANDRADE, Carlos Drummond de; SANTIAGO, Silviano; FROTA, Lélia Coelho. **Carlos e Mário**: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004.

ANDRADE, Mário. O Movimento Modernista. In: **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, [19--]. p. 231-255.

ANDRADE, Mário de. Noturno de Belo Horizonte. In: ANDRADE, Mario de. **Poesias completas**. 4.ed. São Paulo: Martins, 1974. p.125- 137.

ANDRADE, Oswald. **Obras completas de Oswald de Andrade VI**: do pau-brasil à antropofagia e às utopias: manifestos, teses de concursos e ensaios. Introdução de Benedito Nunes. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1978.

ANDRADE, Vera Lúcia. Murilo Rubião e a geração Suplemento. **Scripta**. Belo Horizonte: PUC Minas, v.1, n. 2, p. 28-34, 1º semestre 1998.

ARAÚJO, Laís Corrêa de. A poesia modernista de Minas. In: ÁVILA, Affonso (Org.). **Modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 180-192.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Tempo Brasileiro, 1994.

BUENO, Antônio Sérgio. **O Modernismo**: década de vinte. Belo Horizonte: PROED/UFMG, 1982.

CAMPOS, Haroldo. A poesia concreta e a realidade nacional. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 83-94.

CANDIDO, Antonio. Uma palavra instável. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4. ed. reorg. pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas cidades, 2004. p. 215-225.

CANDIDO, Antonio. Uma visão latino-americana. In: **Literatura e história na América Latina**. Lígia Chiappini; Flávio Wolf de Aguiar (Org.). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 263- 270.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. Internal colonialism and development. **Studies in Comparative International Development**, 1965, Vol. 1 Issue 4, p. 27.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. Colonialismo interno [una redefinición]. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxis/P4C2Casanova.pdf>> Acesso em: 08/10/2006.

COUTINHO, Afrânio. O nacionalismo na linguagem (excerto). **Tendência**. Belo Horizonte, n. 2, jul. 1958, p. 100.

CURY, Maria Zilda Ferreira. **Horizontes modernistas**: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

DIAS, Fernando Correia. Gênese e expressão grupal do Modernismo em Minas. In: ÁVILA, Affonso (Org.). **Modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 165-177.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negros na cultura brasileira. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Brasil afro-brasileiro**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GARRETO, Gaspar. A lenta jornada do medo. **Tendência**, Belo Horizonte, n. 3, 1960, p. 78-97.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Tradução Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1993.

GROSFUGUEL, Ramón. Developmentalism, modernity, and Dependency theory in Latin America. **Nepantla: Views from the South**. 1 : 2. Durham: Duke University Press, 2000. p. 347 – 374.

GRÜNEWALD, José Lino. Depoimento. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 109-113.

GUIBERNAU, I Berdum; MONTSERRAT, Maria. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Tradução Mauro da Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de. **Alphonsus de Guimaraens no seu ambiente**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960 / 70. 5. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

INVENÇÃO: Revista de Arte de Vanguarda. São Paulo, n. 2, 2º semestre 1962.

JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e a retomada do desenvolvimento nacional. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 246-266.

MACIEL, Maria Esther (Org.). **Laís Corrêa de Araújo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002.

MARGATO, Izabel, GOMES, Renato Cordeiro (Org.). **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MATTAR, Denise (Curadora). **O olhar modernista de JK**. São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP, 2004. Catálogo da exposição realizada de 10 de novembro a 12 de dezembro de 2004, em Brasília no Palácio do Itamaraty. Remontagem da exposição “Arte Moderna 1944” realizada em Belo Horizonte, no Edifício Mariana de 3 a 31 de maio de 1944, por iniciativa do Prefeito da cidade – Juscelino Kubitschek.

MELO NETO, João Cabral. **Obra completa**. Organização de Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of the Renaissance**: literacy, territoriality, and colonization. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **The idea of Latin America**. Malden, MA: Blackwell Pub., 2005.

MIGNOLO, Walter D. Citizenship, knowledge, and the limits of humanity. **American Literary History**. March, 2006. p. 312-331.

MIGNOLO, Walter D. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: nilpagan@duke.edu em out. 2006.

MIRANDA, Wander Melo. Silviano Santiago e a geração Complemento. **Scripta**. Belo Horizonte: PUC Minas, v.1, n. 2, p. 23-27, 1º semestre 1998.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Anos JK: margens da modernidade**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, 2002.

MORAES, Eduardo Jardim de. O intelectual modernista Mário de Andrade. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Org.). **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 209-219.

NAVA, Pedro. **Beira-mar**. São Paulo: Ateliê Editorial; Giordano, 2003.

NUNES, Benedito. Trinta anos depois. In: **30 anos Semana Nacional de Poesia de Vanguarda 1963/93**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p. 22-35.

OLIVEIRA, Marly de. João Cabral de Melo Neto: breve introdução a uma leitura de sua obra. In: MELO NETO, João Cabral de. **Obra completa**. Organização de Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 15-24.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAGANINI, Luiz Antônio. **Augusto Franco: crítica e polêmica**. 2000. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. Tradução Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PIGNATARI, Décio. Situação atual da poesia no Brasil. In: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CRÍTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA. Anais... Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1963. p. 371-394.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960a. (2 v.)

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: ISEB, 1960b.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 29/04/2007.

PRADO, Antonio Arnoni. **1922, itinerário de uma falsa vanguarda**: os dissidentes, a Semana e o Integralismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUIJANO, Anibal. Coloniality of power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: views from South**, 1.3. Durham: Duke University Press, 2000. p. 533-58.

RAMOS, Maria Luiza. Aspectos do Romancero da Inconfidência. **Tendência**, Belo Horizonte, n. 3, 1960, p. 43-77.

RAMOS, Maria Luiza. Um poeta mineiro. **Tendência**, Belo Horizonte, n. 4, jul. 1962, p. 95-106.

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

RECORDS of the U.S. Department of State relating to United States political relations with Latin America and the Caribbean 1945-1959. 611-32/12-2056.

RECORDS of the U.S. Department of State relating to United States political relations with Latin America and the Caribbean 1945-1959. 611-32/12-3157.

RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? Conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882. v. 1. In: RENAN, Ernest. **Oeuvres complètes**. Paris: Calmann-Lévy, 1947.

RODRIGO, Lídia Maria. **O nacionalismo no pensamento filosófico**: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

SAID , Edward W. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALLES, Fritz Teixeira de. Duas águas. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 1, ago. 1957. p. 58-72.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. A crise. **Tendência**. Belo Horizonte, n. 4, 1962. p. 76-82.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Música popular e moderna poesia brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: nilpaganini@yahoo.com em 3 jan. 2007.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTIAGO, Silviano. **Scripta**. Belo Horizonte: PUC Minas, v.1, n. 2, p. 301-306, 1º semestre 1998. Entrevista concedida a Cláudia Chalita.



SANTIAGO, Silvano. Suas cartas, nossas cartas (Prefácio). In: ANDRADE, Carlos Drummond de; SANTIAGO, Silvano; FROTA, Lélia Coelho. **Carlos e Mário: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

SANTIAGO, Silvano. Introdução à leitura dos poemas de Carlos Drummond de Andrade. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

SANTIAGO, Silvano. **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SARTRE, Jean-Paul. **Situations, II**. Paris: Gallimard, 1948.

SARTRE, Jean-Paul. **Situações II**. Tradução Rui Mário Gonçalves. Lisboa: Publicações Europa-América, 1968.

SARTRE, Jean-Paul. **Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara; filosofia marxista e ideologia existencialista (1960)**. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1986. Edição comemorativa do X aniversário da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 165-183.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

SOUZA, Eneida Maria de; SCHMIDT, Paulo (Org.). **Mário de Andrade: carta aos mineiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

SOUZA, Eneida Maria de. Edifício: que geração é essa? **Scripta**. Belo Horizonte: PUC Minas, v.1, n. 2, p. 13-22, 1º semestre 1998.

SPINA, Segismundo. **Manual de versificação românica medieval**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Seven fallacies about Latin America. In: STAVENHAGEN, Rodolfo. **Between underdevelopment and revolution: a Latin American perspective**. New Delhi: Abhinav Publications, 1981.

TELLES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e Modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.

TOLENTINO, Eliana da Conceição. **Vocação mineira**: contribuição para o panorama literário mineiro da década de 50. 1994. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte.

30 ANOS da Semana Nacional de Poesia de Vanguarda. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

VIOLÃO DE RUA (III). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. (Cadernos do Povo Brasileiro v. extra).

WALTY, Ivete Lara Camargos. **Corpus rasurado**: exclusão e resistência na narrativa urbana. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas; Autêntica, 2005.

WERNECK, Humberto. **O desatino da rapaziada**: jornalistas e escritores em Minas Gerais. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

## **APÊNDICE**



Ilustração 7 Rui Mourão em seu escritório – 15 ago. 2007

## Rui Mourão

*Nilze Paganini\**

**Nilze Paganini:** *Eu gostaria de começar com um trecho do livro **Curral dos crucificados**, que foi publicado em **Tendência** 3. Esse trecho foi identificado apenas como “Capítulo de livro”.*

**Rui Mourão:** Não tinha sido editado ainda.

**NP:** *Seria uma forma de mostrar o trabalho em processo?*

**RM:** Sem dúvida. Naquela época, solicitavam colaborações.

**NP:** *Mas o livro não estava concluído na época (1960)?*

**RM:** Não, de maneira nenhuma.

**NP:** *Esse capítulo, do qual não sei se o senhor está lembrado, apresenta uma cena num bar. O dono do bar é um estrangeiro. Há uma confusão porque uma moça negra disse ter pago um sanduíche e o dono do bar nega. Os clientes tomam partido dessa moça, começam a chamar o comerciante de ladrão e o obrigam a entregar o sanduíche para ela. Qual foi o motivo da escolha desse trecho?*

**RM:** Olha, é uma pergunta difícil de responder, porque esse já livro já está muito remoto para mim. Eu não me lembro nem dessa cena.

**NP:** *E os personagens? Estão muito remotos? A técnica?*

**RM:** Não, isso aí eu me lembro, perfeitamente. A técnica principalmente, porque um dos objetivos daquele livro era exatamente fazer uma investigação sobre a técnica romanesca e a maneira mesmo de composição estilística.

**NP:** *Uma das discussões que permeava a revista era a questão da importação de técnicas literárias, adaptadas ao nacional. O livro tinha algum objetivo nesse sentido?*

---

\* Entrevista realizada em 15 ago. 2007, exatamente no mesmo mês de lançamento de **Tendência**, ocorrido 50 anos atrás.

**RM:** Olha, o livro está muito ligado à tese de **Tendência** porque é uma demonstração objetiva daquilo que vínhamos pregando. Eu fiz, inclusive, um retrato do país. Nós queríamos fazer uma literatura vinculada à coisa nacional. Então, eu me esforcei para levantar um retrato do país, numa época em que o Brasil estava mudando a sua estrutura econômico-social. As pessoas vinham do campo e chegavam à cidade, trazendo os problemas do campo para a cidade. Era o problema da época. Naquele momento, o Brasil vivia dramaticamente essa situação.

**NP:** *A questão do retirante, do êxodo rural, da chegada de nordestinos era um problema de Belo Horizonte?*

**RM:** Era um problema de Belo Horizonte. Aquilo que eu descrevo ali, as pessoas amontoadas como um verdadeiro gado ali, na Estação Central, debaixo do viaduto junto ao Parque, era o normal da cidade. Levas e levadas de nordestinos que passavam por aqui a caminho de São Paulo, ou, então, já no retorno de São Paulo porque eles haviam ido lá com grandes esperanças. Chegavam lá não conseguiam nada de resultado positivo e retornavam. Esse retorno era sempre muito problemático. Acabavam parando por aqui. Havia levadas e levadas de pessoas amontoadas em Belo Horizonte. Impressionante isso.

**NP:** *Os personagens que eu, na minha leitura, distingi: o Jonas, aspirante a escritor e funcionário público, um grupo de jornalistas, de escritores, de aspirantes a intelectuais que se reuniam nas imediações da Rua da Bahia também. Não é isso?*

**RM:** (Rindo) É.

**NP:** *Os retirantes e uma multidão sempre envolvida com questões de violência, com a polícia e tem um elemento que é muito importante no seu romance que é o Carnaval. Seria isso?*

**RM:** Sem dúvida, sem dúvida. Eu quis descrever exatamente aquilo que acontecia nas grandes cidades brasileiras. A multidão. A multidão absorvendo completamente os problemas individuais, pessoais e reduzindo, por exemplo, o Baiano [personagem] a zero. Aquilo não existia. É uma pessoa que desaparece no ar, que ninguém nem consegue realmente identificar quem foi. Não se sabe qual o baiano comprometido com aquilo. Na verdade, ele nem comprometido estava.

**NP:** *As personagens femininas do **Curral dos crucificados** são intelectualmente inferiores aos homens e as que se relacionam com Jonas são objetos sexuais. Ele fazia uso delas.*

**RM:** Ele era uma pessoa com todos os vícios possíveis de um cidadão de uma determinada classe. Fora da realidade efetiva, verdadeira, que envolvia o problema dos baianos, o problema econômico que o Brasil sofria. Aquilo lá é que era a realidade brasileira realmente importante. Ele era uma pessoa falsa, uma pessoa superficial, uma pessoa sem consistência maior.

**NP:** *O senhor diria que esse romance é um romance de geração? Ele poderia ser classificado assim, na seqüência de outros que foram escritos e situados em Belo Horizonte?*

**RM:** Não. Há de tudo ali e já classificaram o romance como romance de geração, característico de Belo Horizonte de uma determinada fase e de um meio intelectual que havia aqui. Mas não sei se essa interpretação seria verdadeira. Eu acho que o problema principal é aquele que lhe falei: da translação de um contingente poderoso de nordestinos que viviam acoitados pela seca, pelas dificuldades econômicas, que procuravam as regiões mais ricas para ver se realizavam e acabavam num fracasso geral.

**NP:** *Completamente desamparados pelo poder público.*

**RM:** Era a imagem do Brasil. O Brasil daquela época era isso. Nós evoluímos demais. O Brasil vem evoluindo desde 30, mas, naquela época, ainda era um país com problemas muito graves que, felizmente, hoje, nós já os temos superados. Nós temos muitos problemas e vamos continuar a ter problemas porque isso é a realidade, mas nós passamos para outra fase completamente diferente.

**NP:** *O senhor teve a intenção de dialogar com essa tradição dos intelectuais da Rua da Bahia desde a década de 1920 ou não pensou nisso?*

**RM:** Não, não. De uma maneira geral, aqueles intelectuais que aparecem ali são intelectuais ligados a mim. Da minha geração.

**NP:** *Mas o romance traz indícios da vida intelectual da qual o senhor participava na época?*

**RM:** Havia, sim. Sem dúvida nenhuma.

**NP:** *Continuava a circular nas imediações da Rua da Bahia.*

**RM:** (Rindo) É.

**NP:** *O próprio romance alude a técnicas literárias como o monólogo interior, menciona Dostoievski e há uma descentralização da narrativa, com a introdução de várias vozes.*

**RM:** Eu acho o seguinte: para fazer um romance, uma narrativa de coletividade, a descentralização narrativa é fundamental. Eu parti para isso desde o início. A primeira tentativa ficcional [**As raízes**], não. Mas, depois, no **Curral dos crucificados**, eu parto para isso. Eu acho que essa estrutura descentralizada, uma estrutura que, no fundo, vem até do Joyce e, depois, do Faulkner. Essa narrativa é muito mais expressiva da contemporaneidade do que uma narrativa individual, limitada, em primeira pessoa. Naquela época, nós estávamos muito sob o impacto do **Grande sertão: veredas**. Até hoje, eu acho. **Grande sertão** tem um defeito para mim. Ele é uma narrativa muito apoiada no contar casos. A coisa é de uma estrutura muito antiga, envelhecida, mas o Guimarães faz isso. Ele acha que isso está vinculado à realidade brasileira que ele está focalizando, que é a do campo. O contador de caso. A mim, isso não interessa. Eu sempre me preocupei mais com a estrutura do mundo moderno, descentralizado, multifacetado, multissignificativo.

**NP:** *O senhor estudou o romance norte-americano da primeira metade do século 20?*

**RM:** Eu li bastante o romance americano. Tem um ensaio de Claude-Edmonde Magny sobre a idade do romance americano, **L'âge du roman américain**. Um livro que eu li muito, que trata do Faulkner, do John Dos Passos...

**NP:** *Hemingway?*



**RM:** Hemingway, sem dúvida. Mas os escritores que mais me interessaram e que mais me marcaram foram o Hemingway e o Faulkner. O Faulkner pela estrutura da narrativa e o Hemingway pela objetividade da narrativa.

**NP:** *Comparando a poesia de Affonso Ávila e a sua escrita nessa época, podemos notar que Affonso Ávila deu ênfase para o substantivo, um substantivo colocado ao lado de outro. Em **Curral dos crucificados**, o senhor usa muito os adjetivos se sucedendo, sem vírgulas, sem pontuação. Haveria uma intenção de mostrar o monólogo interior, o fluxo de pensamento?*

**RM:** Olha, no **Curral**, eu quis fazer uma narrativa a mais objetiva possível. Quem me influenciou mais sobre isso foi o Hemingway. O Hemingway faz uma narrativa absolutamente isenta da subjetividade. Absolutamente é impossível, mas o mais isenta possível da subjetividade. No **Curral**, eu achei que podia ir além daquilo, eliminando a história, a história criada por antecipação, *a priori*. A história, no meu entender, deveria nascer do fazer, da coisa, da montagem como se fosse o cinema. Então, eu comecei a fazer quadros, bem concretos, de cenas do que eu queria narrar e, depois, esses quadros se somavam como uma montagem cinematográfica para o todo da narrativa. Depois, eu comecei a trabalhar dentro desses próprios quadros, achando que a linguagem também era um entrave. A língua era um entrave porque a língua tem uma estrutura prévia e aquilo é uma lógica. Eu queria eliminar aquela lógica para fazer uma captação direta da realidade. Fazer uma captação sem o entrave da estrutura da frase. Da frase codificada, institucionalizada como lei. Então, eu tentei romper aquilo. O amontoado de adjetivos, de gerúndios – gerúndio para captar o movimento e o adjetivo para captar as situações mais livres e mais verdadeiras possíveis daquilo que estava sentindo. É nesse sentido aquela experiência.

**NP:** *Continuando o raciocínio que o senhor está desenvolvendo, também não há um final tradicional com algum tipo de resolução. O romance não se propõe a apontar nenhuma direção no final.*

**RM:** Não. Eu, nessa época, estava muito preocupado com a história. Eu escrevi muito sobre isso na **Tendência**. Aqueles ensaios que eu fiz, exatamente para ver se eliminava

a história, que é uma racionalização sobre a realidade. Eu queria estabelecer um contato direto com a realidade.

**NP:** *O senhor escreveu sobre os elementos do romance, o espaço, o tempo...*

**RM:** É, mas é isso, estava tentando uma forma de buscar uma narrativa que eliminava a história, a história como uma coisa antecipada. A história tinha que nascer da realidade, então eu me debrucei sobre a realidade nacional, aquele panorama geral sobre o qual ia escrever e, depois, montei uma história ali dentro. Através de montagem. Como se faz no cinema, sem roteiro prévio.

**NP:** *Então o senhor partiu da observação da situação social e, enquanto escrevia, a narrativa ia sendo construída sem prévio roteiro.*

**RM:** É. Um roteiro muito diluído, uma idéia muito vaga do que eu queria. Na pesquisa da realidade é que aquilo teria consistência ou não e se modificaria ou não.

**NP:** *Transpondo nossa conversa para **Tendência**, o senhor acredita ou acreditava na possibilidade de forma nacional, de achar uma forma nacional?*

**RM:** Não, a forma nacional é aquilo que os escritores escrevem. Agora, eu acredito é que a gente tinha que estar atenta para os valores da cultura nacional. Para não ficar fazendo apenas uma coisa de reflexo da coisa exterior. Nós tínhamos que nos apegar à nossa tradição, à forma de vida que foi nascendo, crescendo e se firmando no Brasil para contrapor isso ao que vinha de fora. Nós não queríamos fazer nada novo. Absolutamente novo. Inventar uma nova realidade. Nada disso. Isso é um passo, que eu acho, que **Tendência** deu adiante, porque, no Brasil, se fez muito regionalismo, acreditando-se que podia-se fazer uma coisa absolutamente autônoma e independente. Nós, não. Nós acreditávamos na modernidade e queríamos fazer uma coisa nacional a partir do conhecimento da modernidade do mundo. Era uma coisa dialética entre a realidade externa, entre a literatura que se fazia no exterior e aquilo que nós queríamos fazer aqui. Então, era uma coisa permanentemente dialética, desenvolvendo-se dentro de uma linha dialética.

**NP:** *Isso me lembra muito a proposta dos modernistas da Semana de 1922 e, depois, os pensadores da época do ISEB, do nacionalismo, por exemplo, Guerreiro Ramos que pregava a redução.*

**RM:** Nós tivemos até um encontro com Guerreiro Ramos.

**NP:** *Isso eu não sabia.*

**RM:** Nós tivemos um encontro com Guerreiro Ramos aqui, em Belo Horizonte. Foi interessante. A redução sociológica é uma coisa semelhante, paralela à do Oswald.

**NP:** *Da antropofagia.*

**RM:** Da antropofagia. É a mesma coisa.

**NP:** *Em que ano se deu esse encontro? O senhor se lembra?*

**RM:** Não, mas na fase de **Tendência**. Foi antes até, parece, da publicação do último número de **Tendência**.

**NP:** *O último número foi em 1962, quando saiu o texto do Haroldo de Campos em que ele fala especificamente disso...*

**RM:** Antes daquilo. O Guerreiro Ramos era sociólogo. Ele não tinha muita noção dessa questão técnica. Ele achava que nós devíamos fazer a coisa brasileira só e esquecer completamente o que estava lá fora.

**NP:** *Ao mesmo tempo, ele falava que a ciência era universal e poderia ser apropriada. Essa idéia da apropriação...*

**RM:** Pois é, mas a pessoa raciocina dentro do campo de conhecimento dela e desconhece os problemas da outra área. Eu me lembro das palavras dele: “Vocês têm que escrever mesmo a coisa brasileira, a realidade brasileira e deixar para lá”. Mas não é. Nós temos que estar conscientes e acompanhando o movimento universal da evolução daquele campo do conhecimento, porque é dentro dele que a gente tem que produzir coisa válida. Nós não queríamos ser ingênuos. Ingenuamente brasileiros.

**NP:** *Uma coisa que está bastante clara é que vocês eram contra o regionalismo e sempre reforçavam a idéia de que não queriam estar fechados em um dogmatismo que impossibilitasse vocês de verem, exatamente, o que estava sendo produzido mundialmente.*

**RM:** Exatamente, exatamente.

**NP:** *Nos textos que o senhor escreveu, o senhor não citou diretamente nenhum isebiano, mas o senhor diria que a influência do ISEB se fazia presente em **Tendência**?*

**RM:** Era presente em **Tendência** todo o movimento cultural daquele período.

**NP:** *O ISEB era importante?*

**RM:** Ah, eu acreditava nas pesquisas do ISEB, eu o achava muito importante, sem dúvida. Agora, naquela época, havia a luta pelo petróleo, a construção de Brasília, havia Juscelino rasgando estradas para todo lado, criando a indústria automobilística. Isso era base fundamental, econômica e social sob a qual reagíamos. O nacionalismo, naquela época, era geral, generalizado no Brasil. Toda a juventude era nacionalista e lutava pelo nacionalismo. O ISEB era uma das expressões que surgiu dentro da ciência social brasileira que refletia essa situação, como a universidade se encaminhou para isso. A universidade foi ficando cada vez mais nacionalista. A experiência da Universidade de Brasília, por exemplo, é uma experiência nacionalista de universidade.

**NP:** *Da qual o senhor participou.*

**RM:** Participei. E havia aquela universidade no Rio de Janeiro, criada pelo Anísio Teixeira, tinha sido anterior à Universidade de Brasília.

**NP:** *O senhor lecionou qual disciplina em Brasília?*

**RM:** Literatura.

**NP:** *Brasileira?*

**RM:** Literatura brasileira.

**NP:** *Nos Estados Unidos<sup>2</sup> também?*

**RM:** Literatura brasileira e cultura brasileira.

**NP:** *O senhor mencionou o Juscelino Kubitschek. O senhor poderia falar um pouquinho como foi o período em que colaborou com o governo dele aqui em Minas?*

**RM:** Eu era estudante quando fui convocado para trabalhar lá no Palácio. O Cristiano Martins, o escritor, era o secretário particular do Juscelino e nos convocou, o Affonso Ávila, o Fábio e eu. Fomos trabalhar lá. Nós trabalhávamos principalmente na redação.

**NP:** *Dos discursos?*

**RM:** Redação de tudo. Eu cheguei a fazer discurso para o Juscelino. Muito pouco, mas nós fazíamos textos, mensagens para o legislativo. Todo tipo de texto. Depois, o Cristiano foi para o Rio e nós ficamos aqui. Eu, o Affonso e o Fábio ficamos e trabalhamos com o Bias Fortes. Com o Bias Fortes, nós já estávamos mais maduros, fomos substituindo, mais ou menos, aquilo que o Cristiano fazia. Nós fomos secretários do secretário particular, que era o filho do Bias Fortes, o José Francisco. José Francisco era, mais ou menos, a pessoa que dominava o governo todo porque o pai dele já estava velho e ele ajudava muito o pai. Ele era uma pessoa muito capaz, tinha uma cabeça administrativa e política muito boa. Nós éramos a retaguarda ali. Nós fomos tendo uma posição cada vez mais preponderante ali dentro. Na época do Juscelino, eu ainda era estudante de direito.

**NP:** *Quando o Juscelino foi para o Rio, ele levou para lá alguns intelectuais.*

**RM:** Nós não chegamos a ir, não. Não fomos, não.

**NP:** *Vocês eram muito novos?*

**RM:** Nós éramos novos e o Juscelino, quando era governador de Minas, ele foi se ligando a umas pessoas do Rio que, depois, ele aproveitou lá. O Juscelino tinha muita noção do ambiente que o cercava. Quando era prefeito, se ligou a um determinado tipo de gente. Depois, quando foi governador, ele passou para um outro nível. Depois, foi

---

<sup>2</sup> Rui Mourão morou nos Estados Unidos de 1966 a 1968, onde foi professor de literatura e cultura brasileiras nas universidades de Tulane, New Orleans, de Houston e Stanford University.

para o Rio. É claro que ele ia procurar se envolver mais profundamente com o ambiente cultural e social do Rio de Janeiro. No governo dele, fez-se uma homenagem a Alphonsus de Guimaraens. Foi uma homenagem sugerida, solicitada, pleiteada pelo filho do Alphonsus, que é o Alphonsus Filho. O Juscelino ficou vivamente impressionado pelo Schmidt [Augusto Frederico]. Esse, sim, estava presente na solenidade de inauguração do túmulo do Alphonsus em Mariana. O Juscelino levou um discurso escrito para a solenidade, mas, quando ele chegou lá, ele ficou tão surpreendido com a grandeza que o Schmidt demonstrou num discurso que ele fez – aquele discurso palavroso, como o Juscelino gostava, cheio de floreios e vivamente pronunciado pelo Schmidt – que ele deixou no bolso o discurso escrito e falou de improviso, com uma emoção louca. Fez um belo discurso.

**NP:** *O Juscelino era um bom orador?*

**RM:** Era um bom orador, um bom orador com os vícios de muitos floreios. Ele era muito preso a uma literatura já decadente. Fez um grande discurso e, nunca mais, se desligou do Schmidt a partir dali. O Schmidt passou a fazer os grandes discursos da campanha dele. O Schmidt foi o criador da OPA (Organização Pan-Americana). De comércio.

**NP:** *O sonho do pan latino-americanismo?*

**RM:** É, é isso. Ele dirigiu isso. Foi uma coisa que teve uma certa relevância na época. O Schmidt era um homem muito inteligente e foi um dos elementos mais bem utilizados pelo Juscelino nesse período. Depois, o Álvaro Lins chegou a fazer discursos para ele...

**NP:** *E o Autran Dourado?*

**RM:** Não, o Autran, não. Jamais. O Autran trabalhava conosco também aqui, sabe? O Autran era um taquígrafo e o Juscelino o usava para taquígrafar nas audiências coletivas. E o Autran funcionava como revisor na redação.

**NP:** *Ele não era mentor intelectual de discursos.*

**RM:** Não, não. De jeito nenhum. Quem fazia os discursos aqui, em Minas, era o Cristiano Martins, o Alphonsus e outras pessoas aqui na cidade.

**NP:** *O Alphonsus...*

**RM:** O Alphonsus Filho.

**NP:** Ele trabalhou para o governo Juscelino?

**RM:** *Trabalhou, trabalhou. E outros intelectuais. O Cid Rebelo Horta... Tinha mais gente que não trabalhava no Palácio, mas a quem eram encomendados os discursos. Depois, o Autran Dourado foi para o Rio e foi dirigir, lá, o setor de imprensa. O Autran não é uma pessoa de redação rápida, como o Murilo Rubião, por exemplo. É de uma escrita muito trabalhada, então, ele não se dava bem com esse tipo de coisa, não.*

**NP:** *Um tipo de produção que tinha que ser mais ágil.*

**RM:** O Autran se preservava demais para a obra pessoal dele.

**NP:** *Parece que havia até um certo atrito entre ele e o Schmidt. Temperamentos bastante diferentes.*

**RM:** Bom, isso é ele que ele fala naquele livro, mas aquele livro é muito falso.

**NP:** *O Gaiola aberta?*

**RM:** Aquilo é de uma falsidade! Aquilo não tem nenhuma consistência como retrato de época, de ambiente. Ele trabalhava com o Schmidt. O Schmidt ajudou até a pleitear, junto ao Juscelino, um cartório para ele. Mas ele ajudava o Schmidt porque o Schmidt era muito improvisador. Ele gostava mais de falar do que de escrever, então ele já ditava as coisas e o Autran taquigrafava aquilo. Ele era um secretário do Schmidt. Ele era secretário de imprensa.

**NP:** *Mas ele era jornalista profissional?*

**RM:** Não, aí tinha todos esses problemas, porque ele não era realmente ligado à imprensa. Não tinha vínculos profundos com a imprensa brasileira. Ele não foi jornalista aqui também, não.

**NP:** *Como o senhor compararia os períodos de colaboração com o governo Juscelino e com o governo Bias Fortes? Seriam dois governos diferentes?*

**RM:** Completamente diferentes. O Juscelino era um homem arrojado, pessoa que tinha noção da coisa do momento e do futuro. O Bias Fortes era um político mais tradicional, de mentalidade ainda presa à estrutura agrária.

**NP:** *Na revista **Vocação**, que antecedeu **Tendência**, vocês veiculavam comerciais, publicidade. **Tendência** não tinha nenhuma, a não ser...*

**RM:** O problema era esse: na época de **Vocação**, nós não éramos ninguém. Nós estávamos querendo ser. Nós tínhamos que fazer uma coisa levantando recursos para poder imprimir aquilo. Agora, na **Tendência**, a coisa já era diferente. Nós tínhamos mais força, fazíamos com facilidade as edições.

**NP:** *Os artigos publicados em **Tendência** eram enormes. Vocês não tinham esse tipo de preocupação...*

**RM:** Não tínhamos, não. Nossa preocupação era só de pesquisar aquilo que nos movia, aqueles ideais literários e nós nem publicamos um número seguido do outro. Nós tínhamos decidido o seguinte: “Nós só vamos aparecer com um número novo, quando nós tivermos coisa nova para dizer”.

**NP:** *Mas como que...*

**RM:** Nós víamos a revista como a uma evolução.

**NP:** *Por que **Tendência** acabou?*

**RM:** Ela acabou porque nós saímos dela já para produzir literatura que era resultado daquilo. Nós passamos para a edição de livros.

**NP:** *Passaram para a carreira solo?*

**RM:** A revista já tinha cumprido a sua finalidade. Além disso, a turma também foi se dispersando. Eu fui para Brasília. Depois, fui para o exterior. Eu fui para Brasília quando acabou o governo do Bias Fortes e fiquei, aqui, dirigindo um curso de administração do estado, de formação e aperfeiçoamento dos funcionários, mas fiquei lá poucos meses e fui convocado para Brasília.



**NP:** *A convite de alguém?*

**RM:** O Darcy Ribeiro é que cordenava aquilo tudo. A coisa girava, mais ou menos, em torno do Darcy.

**NP:** *Então o encerramento de **Tendência** não teve uma relação direta, imediata, com o Golpe Militar de 1964.*

**RM:** Não, foi anterior.

**NP:** *Sim, mas como a revista não tinha uma periodicidade definida, o último número foi em 1962, poderia ter prosseguido.*

**RM:** Mas ela já tinha cumprido a sua missão e, depois, nós nos dispersamos.

**NP:** *Havia a revista **Tendência** e a editora **Tendência**, não é isso?*

**RM:** Não. Havia a revista e nós apenas publicamos os primeiros livros com o rótulo de **Tendência**. Não havia uma editora.

**NP:** *Era um nome apenas.*

**RM:** Para dar um título e, depois, para mostrar o vínculo.

**NP:** *Seria mais uma edição do autor?*

**RM:** Uma edição do autor, sem dúvida. O **Curral**, por exemplo, ficou muito prejudicado por causa disso. Por falta de distribuição. Sabe esse livro sobre o Graciliano?<sup>3</sup> Eu vendi a edição inteirinha porque ele era muito solicitado pelas universidades. Todo o sistema educacional brasileiro solicitava o livro. Havia um vendedor aqui, na universidade [UFMG], quase toda semana, ou de 15 em 15 dias, ele passava lá em casa para pegar um volume grande de livros e vendia tudo. No Rio, havia uma livraria, ligada à universidade, também comprava sistematicamente. O livro foi reeditado, depois, por uma pessoa do Rio de Janeiro, que arranjou com o Ministério da Educação, fazer uma segunda edição. Ele fez uma edição grande. Esse homem tinha uma editora, no Rio, muito precária, pequena e ela acabou quebrada. Ele teve uma tuberculose. Ele me falou o seguinte: “Olha, eu estou em falta com você. Eu vou fazer o

---

<sup>3</sup> **Estruturas:** ensaio sobre o romance de Graciliano

seguinte: vou lhe pagar em exemplares.” E ele me deu quase todos os exemplares e eu continuei a vender daquele jeito. (Risos).

**NP:** *Recapitulando o que foi dito pelo senhor, vocês não precisavam vender espaço publicitário em **Tendência**...*

**RM:** É.

**NP:** *Ela era vendida em livrarias?*

**RM:** Era. Ela era colocada em consignação em livrarias e distribuída muito para a intelectualidade de uma maneira geral. Até fora do país. Não sei se você chegou a ver uma revista que saiu, **Revista de cultura brasileira**, um número exclusivo sobre **Tendência**.

**NP:** *Essa revista foi publicada na Espanha pela embaixada brasileira?*

**RM:** Embaixada brasileira, Ángel Crespo e Pilar Gómez Bedate. Ele fez, também, sobre o Concretismo. Ele fez sobre a vanguarda brasileira. Um número, parece, sobre aquele movimento do Chamie...

**NP:** *Práxis?*

**RM:** Práxis e um número sobre **Tendência**.

**NP:** *Já que o senhor mencionou Mário Chamie, houve uma certa polêmica entre **Tendência** e o Chamie.*

**RM:** Houve uma discussão geral dentro dessa área de vanguarda. A discussão principal, no meu entender, foi com os concretistas. Com o Haroldo, com o Décio que estão lá dentro do número quatro da **Tendência**.<sup>4</sup> Agora, o Chamie, foi uma divergência muito circunstancial.

**NP:** *Mas não houve uma polêmica que extrapolou para os grandes jornais?*

---

<sup>4</sup> Décio Pignatari não foi publicado em **Tendência**. Do grupo paulista de poesia concreta, foram publicados, em **Tendência** 4, textos de Haroldo de Campos e de José Lino Grünwald.

**RM:** Não me lembro direito. Nós não considerávamos muito bem o Chamie. Nós achávamos que o Chamie era muito picareta. (Risos). Era uma pessoa com a qual nós não tínhamos grande interesse em relacionar.

**NP:** *Ele foi acusado, dentro de **Tendência**, de pegar carona nas discussões.*

**RM:** (Risos). É isso mesmo.

**NP:** ***Tendência** abriu muito espaço para os colaboradores. O senhor acha que esse espaço era importante? Por exemplo, o Affonso Romano foi publicado e ele não era tão conhecido na época.*

**RM:** Não, não era.

**NP:** *Uma figura que chama muita atenção no primeiro número é o Fritz Teixeira de Salles, não é?*

**RM:** É. O Fritz era um grande intelectual, mas vivia sempre com grandes dificuldades financeiras. Ele poderia ter se realizado, eu acho, muito melhor do que se realizou se ele tivesse condições melhores de vida.

**NP:** *Ele chegou a trabalhar na Universidade de Brasília.*

**RM:** Chegou a trabalhar em Brasília. Aquilo foi um período de bonança na vida dele, viu?

**NP:** *Ah, sim?*

**RM:** Eu acho. O Fritz, até, estudou muito lá em Brasília. Ele se aproximou muito do Oswaldino Marques que o ajudou muito com bibliografia e modernizou, consideravelmente, a consciência literária dele. O Fritz era uma pessoa extremamente inteligente. Nós estamos publicando agora, fazendo uma republicação, do livro dele sobre as irmandades religiosas. O Museu da Inconfidência vai publicar com a Perspectiva. O Fritz também era muito dispersivo. Ele mexia com tudo. Mexia com o patrimônio, mexia com história, com literatura, com cinema.

**NP:** *Poesia.*

**RM:** Poesia. Ele foi uma pessoa, um tipo Mário de Andrade. Uma pessoa de múltiplos interesses.

**NP:** *O nome Fritz é de descendência estrangeira?*

**RM:** Não, ele era Frederico. Frederico Teixeira de Salles. Acontece que um médico, que atendeu a mãe dele quando ele nasceu, parece que falou: “É o Fritz. Ele vai ser o Fritz.” Esse apelido pegou e nunca mais ele ficou sem ele. Ele tinha interesse nisso, tanto que ele o adotou, em definitivo, como nome dele. Há um fato curioso. O Fritz foi submetido a um processo aqui, devido à agitação política, e o Pedro Aleixo o defendeu. E aconteceu o seguinte: o Pedro deixou correr o processo. Quando houve a audiência, ele alegou que o processo estava condenando uma pessoa errada. Ele provou que não existia Fritz. O nome era Frederico Teixeira de Salles. Anulou completamente o processo. (Risos). Falsidade ideológica. (Risos).

**NP:** *Três coisas me chamam especialmente a atenção em **Tendência**: a questão do nacionalismo, a questão da tradição e a questão das vanguardas. No meu entendimento, as três estão muito ligadas. São temáticas tratadas por todos.*

**RM:** Nós tentamos fazer um movimento de vanguarda a partir daquelas coisas todas. Mas a vanguarda, nós nunca tínhamos colocado isso como uma preocupação. Nós queríamos realizar uma obra vinculada à coisa do país. Mas fazer uma obra que fosse moderna. É por aí que nós acabamos chegando na vanguarda. E essa questão de nome de vanguarda só surgiu realmente depois que a gente começou a dialogar com os que se admitiam como de vanguarda.

**NP:** *Então, vocês não tinham preocupação com esse nome?*

**RM:** Não, absolutamente não.

**NP:** *Mas a preocupação de se ligarem à tradição do moderno?*

**RM:** Sim, nós chegamos a isso.

**NP:** *Há uma tese, defendida por vários estudiosos, de que não haveria um interesse dos intelectuais mineiros – e isso seria uma tradição mineira – de romper com o passado. Ao contrário, de valorizar uma certa tradição.*

**RM:** É, isso aí é muito típico dos mineiros, né?

**NP:** *O senhor acha que isso é típico dos mineiros?*

**RM:** Eu acho, quer dizer, da cultura mineira. Veja o que aconteceu com o Modernismo brasileiro. O Modernismo brasileiro, naquela fase de destruição, ele é principalmente paulista. Na fase da construção, ele vai ser principalmente mineiro. Foram os mineiros que começaram a desenvolver uma tendência completamente divorciada daquele experimentalismo excessivo, que eles julgavam excessivo, dos paulistas. Eles se apegam mais à coisa tradicional, à evolução mais lógica, mais tradicional, mais consistente e vai surgir Carlos Drummond e esse pessoal todo. Havia também uma tendência do Nordeste. O romance nordestino. Eles nem se julgavam vinculados ao Modernismo. Eles achavam que faziam uma coisa completamente diferente, mas, na verdade, não era, porque a linguagem mais coloquial, mais livre, isso foi uma conquista dos modernistas. Eles aproveitaram aquilo noutra estágio e fizeram, inclusive, uma linguagem muito improvisada, muito informe, pouco consistente. Aqui em Minas, exatamente por causa dessa tendência da coisa mais elaborada, aproveitando tudo que vem sendo elaborado através da tradição, nós já fizemos uma coisa muito mais de eficiência lingüística. Na época do Modernismo de 30, da segunda fase, Carlos Drummond, Cyro dos Anjos... Essa gente toda...

**NP:** *Dois nomes, parte da tradição literária mineira, são citados em **Tendência**: Alphonsus de Guimaraens e Bernardo Guimarães. O senhor acha que seria uma tradição buscada por **Tendência**?*

**RM:** Não, não. Alphonsus de Guimaraens foi o grande poeta do Simbolismo.

**NP:** *Ele foi reverenciado por Mário de Andrade, pelo grupo de Drummond...*

**RM:** Ele era o grande poeta daquele período. Ele era mais valorizado por nós como um realizador de porte, de elevado porte.

**NP:** *E o Bernardo Guimarães?*

**RM:** Não, o Bernardo, não.

**NP:** *Nessa tradição, vocês valorizaram bastante o Barroco mineiro.*

**RM:** Affonso, principalmente.

**NP:** *O Affonso, principalmente, mas, de certa forma...*

**RM:** Depois, todo mundo. É, nós valorizamos, sim. Sem dúvida. Eu comecei a trabalhar nessa área e a minha ida para Ouro Preto, por exemplo, eu acho que foi fundamental para mim. Eu mudei, inclusive, a minha linguagem literária.

**NP:** *Ouro Preto teve essa influência?*

**RM:** Teve, sem dúvida. Eu não teria escrito **Boca de Chafariz** e esses livros mais recentes<sup>5</sup> se não tivesse ido para Ouro Preto. Isso foi fundamental.

**NP:** *Essa trajetória do grupo Tendência e do Fritz Teixeira de Salles de trabalhar com o patrimônio tem pontos em comum com os modernistas, tanto os mineiros de Belo Horizonte, do grupo de Drummond, como Mário de Andrade.*

**RM:** Exatamente e há uma preocupação dos mineiros de se ligar a uma tradição cultural. Uma das razões pela qual eu deixei os Estados Unidos e vim embora foi essa. Eu achava impossível uma pessoa criar uma arte em outro país, sem estar mais ou menos próxima da realidade própria dela. Da realidade nacional do escritor. Eu vim para o Brasil em busca das raízes brasileiras e fui encontrar as raízes profundas em Ouro Preto.

**NP:** *Havia alguma ligação dos membros de **Tendência** com a Universidade de Minas Gerais, que passou a ser UFMG depois, pelo fato do Fábio Lucas ter sido assessor do reitor?*

**RM:** Não, não havia. Eu estudei lá, o Fábio estudou lá, o Affonso depois arranhou uma certa ligação com o reitor da época. Que era quem? O Orlando de Carvalho<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Rui Mourão revelou que estava pronto, para ser editado, o seu novo livro **O diabo desce dos morros**.

<sup>6</sup> A Universidade de Minas Gerais patrocinou a Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, ocorrida em 1963, no prédio da Reitoria. Affonso Ávila foi um dos organizadores do evento.

**NP:** *O senhor é otimista?*

**RM:** Os meus companheiros de **Tendência** achavam que eu era um grande otimista. (Risos). Eu sou realmente otimista. Eu acredito no futuro do Brasil. Eu acredito que o país vai se realizar cada vez mais efetivamente. Vai ser uma das grandes nações do mundo. Isso aí é inegável. Isso é uma coisa que ninguém contesta. E o Brasil vai aos poucos conquistando essa posição. Ele vai tendo cada vez mais relevância. Hoje ele tem relevância no plano internacional. Já tem. As pessoas aqui ficam muito preocupadas em fazer uma comparação entre Estados Unidos e Brasil. O grande modelo para muitos brasileiros – meu, não é – são os Estados Unidos. Como foi a origem dos Estados Unidos? Os Estados Unidos foi um país que nasceu de uma divergência religiosa acontecida na Inglaterra e parte da Inglaterra se moveu para cá. Ela veio em peso para cá, como um grupo já estruturado, de certo nível. Foi uma expansão. A Inglaterra botou um pé na América e começou a trabalhar, como se estivesse lá dentro. No Brasil, foi completamente diferente. Os portugueses vieram aqui não para colonizar. Eles foram os descobridores, apenas, do Brasil e mandaram para cá as pessoas as mais desqualificadas, criminosos, etc. Essa gente não tinha nenhum projeto de colonização. Eles só queriam se apropriar das riquezas existentes aqui e levar para Portugal. Tentar descobrir ouro, pedras preciosas para enriquecer o rei D. João V, que era um grande imitador do Luís IV, da França. Os portugueses chegaram aqui e não tinham nenhum projeto. Eles se ligaram aos pretos, aos índios. Aproveitaram essa gente para obter resultados cada vez mais efetivos aqui. Eles, na verdade, criaram um sistema novo, um projeto novo de nação. Uma coisa completamente diferente. Portugal só vai se deslocar para cá com a chegada de D. João VI e vai ser por um período curto. Na chegada de D. João VI, chegou Portugal aqui, chegou criando a Biblioteca Nacional, criando o Arquivo Histórico Nacional, criando o Museu Histórico Nacional e uma série de coisas, mas depois ele vai embora rápido. Esse projeto de Brasil era novo, de gestação muito lenta, uma gestação que vem se fazendo até hoje, enquanto que, nos Estados Unidos, não. Foi uma transplantação de uma sociedade para cá e ela continuou a se desenvolver aqui e teve muito mais rapidez em sua consolidação aqui. O Brasil é um projeto em curso e ele vai se fazer cada vez mais efetivamente e nós vamos poder trazer uma coisa diferente. Nós estamos trazendo uma coisa absolutamente diferente do mundo. Um tipo

de democracia muito mais avançada, de relação com as diversas raças e etc. É uma coisa que vai, para o futuro, ter grandes conseqüências e influência.

**NP:** *O senhor continua, então, muito otimista?*

**RM:** Continuo otimista.

**NP:** *Nós vamos estar vivos para ver isso?*

**RM:** Nós estamos vivendo uma fase já muito boa de país. Eu acho. De 1930 a 80, foi o país que mais cresceu no mundo. Isso nem todo mundo sabe, mas os índices de crescimento do Brasil, nesse período, foram semelhantes a um crescimento de China, hoje. O Brasil era uma África em 1930. Aquilo era uma coisa... Não havia estradas, não havia escolas, não havia indústrias. Nós vivíamos só de exportação de café e de importação de tudo. Uma colônia que continuava colônia. Isso é que a verdade. Um país atrasado, muito atrasado. Incrivelmente atrasado. Na época de meu pai, era isso o Brasil. Meu pai, um homem que tinha grande vocação para o estudo, deixou de estudar porque, para ir de Bambuí a Ouro Preto – em Ouro Preto é que tinha escola – era uma coisa. Vinha por estrada de ferro, uma dificuldade muito grande para chegar. Estrada de rodagem nem existia. Era uma África. Nós crescemos até 80. Criamos um Brasil bastante moderno. A Revolução tentou repetir o governo JK, sem grande sucesso, mas com alguns resultados.

**NP:** *Parece que continuam querendo imitá-lo.*

**RM:** Ele virou um mito. O Getúlio e o Juscelino, para mim, foram os maiores presidentes que nós já tivemos. O Getúlio começou a industrialização, o desenvolvimento nacional e isso prosseguiu na mão do Juscelino. Nós crescemos muito, mas depois houve essa crise do petróleo, no governo Geisel, o Brasil entrou num processo de estacionamento. Parou. Está voltando a se recuperar. Eu acredito que esse negócio vai deslanchar. Nós estamos nos tornando um país cada vez mais importante, regionalmente e com voz, já, no panorama internacional. Eu acredito, por exemplo, que essa questão dos combustíveis – bioenergia – que atualmente se discute, eu acho que, por aí, o Brasil pode ter um desenvolvimento muito grande e pode aparecer como uma das soluções.



**NP:** *O senhor acha que o progresso econômico seria um motivador de avanços na área cultural?*

**RM:** Sem dúvida. Eu acho que o país vai crescendo como um todo. Uma coisa fermenta a outra. O Brasil não vai ter um grande desenvolvimento em nível mundial, se ele não resolver o problema educacional e cultural. Isso tem que ser feito tudo em conjunto. Na medida em que surgem possibilidades econômicas, vão surgir possibilidades de educação e cultura mais efetivas.

**NP:** *O senhor acha que a literatura anda bem atualmente?*

**RM:** É difícil de avaliar, mas há obras importantes que vão sendo feitas. O pessoal mais antigo está escrevendo com mais maturidade. A renovação, a gente não vê uma perspectiva muito favorável para a análise dessa gente nova que está aparecendo. É preciso de tempo para a gente avaliar o que está sendo feito no momento. Essa que é a verdade.

**NP:** *O senhor disse que **Tendência** cumpriu o papel dela e, depois de 1962, já não havia mais motivo para o grupo funcionar coeso. Quem o senhor apontaria como sucessor, ou sucessores, do espírito de **Tendência**?*

**RM:** Depois de **Tendência**, surgiu uma outra revista. Eu nem me lembro mais o nome da revista. Uma revista que era mais ou menos enquadrada dentro dos postulados de **Tendência**.

**NP:** *O Affonso Romano fala de uma revista chamada **Veredas**...*

**RM:** **Veredas**.

**NP:** *Ptx?*

**RM:** **Ptx**.

**NP:** *E individualmente? Um intelectual, não que repetisse os postulados que se enquadrassem nos ideais de **Tendência**, nas décadas de 70 e 80...*

**RM:** Não sei, não posso avaliar isso assim, não. O pessoal de **Tendência** continua a trabalhar e a produzir.

**NP:** *Eu sei. O que eu digo é esse espírito de pesquisa, de busca de renovação. Eu estou pensando na tradição...*

**RM:** Aí é que entra o problema da Revolução, que foi um problema sério, porque ela castrou a intelectualidade brasileira de uma maneira geral. O debate que se fazia no Brasil até ali era grande, político, cultural. Os jornais, os suplementos viviam cheios de discussão dessa gente. O debate era amplo, envolvente da sociedade brasileira. A Revolução acabou com isso. Ela intimidou os intelectuais. Ela expulsou os intelectuais do país. Aposentou professores importantes. Nós tivemos esse trauma. Foi uma coisa séria que teve reflexos. Tudo que veio depois, que está ainda indefinido, incharacterístico, às vezes mal realizado, é consequência desse movimento político. Eu acho que isso foi um mal terrível para o Brasil.

**NP:** *Muito obrigada. O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?*

**RM:** Não, é isso aí.



Ilustração 8 Affonso Ávila em sua residência – 18 set. 2007

## Affonso Ávila

*Nilze Paganini\**

**Nilze Paganini:** *O senhor publicou, em **Tendência 1**, “Concílio dos plantadores de café”, poema dividido em cinco partes, escrito em versos de sete sílabas, representando as falas de um cafeicultor, de um minerador e de outros oradores que expressam problemas de seu lugar de origem, especialmente a penúria. **Tendência 2** veio com “Carta do solo”, “Os negros de Itaverava”, “O boi e o presidente”, “As viúvas de Caragoatá”. Os três últimos seguem o mesmo estilo do “Concílio”, com uma estrutura estrófica regular, versos de sete sílabas, um vocabulário que remete ao mundo rural e uso de rimas que facilitam o processo mnemônico. Em **Tendência 3**, que publicou “Morte em efígie”, os poemas não trazem uma estrutura estrófica tão constante, fazendo uso do travessão, após o qual a mesma palavra se repete, mas introduzindo outros sintagmas. Uma falsa repetição. O vocabulário ainda apresenta o que o senhor chamou de elementos “telúricos”, ao mesmo tempo em que se nota a escolha de termos que fogem completamente ao uso corriqueiro da língua.*

**Affonso Ávila:** Você já encontraria isso na própria “Carta do solo”. Esses poemas fazem parte de uma série chamada **Carta do solo**, que é “Carta do solo”, “Morte em efígie”, “Os anciãos”, “Bezerro de ferro e sal” e os “Híbridos”. Uma série de cinco poemas. Em todos eles há uma tendência mais nova, uma evolução. Eu dou um salto. Você pode reparar isso que, do primeiro poema que é exatamente o “Concílio dos plantadores de café”, para esses poemas do número 3 e o “Carta do solo” do número 2, teve uma evolução muito grande. A busca de concisão de linguagem bem maior e uma referencialidade também com relação aos temas. Os temas são de conteúdo político mais forte. Embora eu trabalhe com os ícones, com figuras conhecidas do meu universo, eu não enuncio essas figuras, mas essas figuras todas existiram. Todas as figuras que me suscitaram esses poemas, existiram realmente dentro daquele contexto que a gente vivia. Um contexto difícil da vida brasileira,

---

\* Entrevista realizada em 18 set. 2007.

pré-abril e depois esses poemas vão desaguar no **Código de Minas** e aí já está fora do percurso da **Tendência**, dando seqüência à mesma preocupação.

**NP:** *No número 4 já fica mais evidente esse processo...*

**AA:** Ah, pois é. Isso é o poema-salto. Eu considero o poema de ligação entre essa fase da **Carta do solo** e a fase do **Código de Minas**, que é a “Carta sobre a usura”. Esse poema, eu tenho muito apreço por ele porque ele já me joga em uma outra perspectiva de pesquisa, outra perspectiva de realização.

**NP:** *Nos textos de **Tendência**, nota-se uma grande admiração por João Cabral de Melo Neto. O senhor diria que seus primeiros poemas, exibidos na revista, dialogam com o poeta pernambucano, especialmente com **Morte e vida severina**?*

**AA:** O Cabral foi uma luz dentro da minha evolução. Foi um poeta com o qual eu tive mais afinidade no momento criador que representa esse período. Realmente. O Cabral, para mim, foi fundamental. A leitura do Cabral, o convívio com ele a amizade com ele. “A carta sobre a usura” já ultrapassa **Morte e vida severina**. Já não é mais aquela influência que você percebe nos outros poemas, mas uma aproximação maior com a linha construtivista. O Cabral também era construtivista, mas uma linha construtivista mais minha, pessoal. Você pode ou não, conforme seu conhecimento a respeito, visualizar algum contato, alguma repercussão, alguma busca de identificação com a poesia nova que estava se realizando que era a poesia concreta.

**NP:** *Ainda sobre **Morte e vida severina**, Marly de Oliveira disse que esse auto usou elementos das literaturas ibéricas. Sobre isso, eu queria perguntar especificamente sobre esse diálogo entre seus poemas, nos primeiros números de **Tendência**, com o Cabral. Se o senhor também, deliberadamente, buscou as formas galego-portuguesas. Se essa busca de formas galego-portuguesas, se é que o senhor as buscou, se elas teriam a ver com a proposta de **Tendência** de busca de formas “autenticamente nacionais” para expressar um conteúdo que refletiria a realidade brasileira.*

**AA:** Vamos ampliar um pouco esse especificamente nacionais a especificamente ancestrais também. Realmente eu sempre fui muito ligado à poesia portuguesa desde os primeiros poetas, desde as primeiras manifestações. Tanto assim que esse livro **Cantigas do falso Alfonso, el sábio**, ele parte, exatamente, de uma raiz galaico-portuguesa. O cancioneiro brasileiro, o cancioneiro de cordel brasileiro, também parece sair da mesma raiz. Ele sai numa forma popular, numa forma rudimentar. Eu já faço uma forma erudita, é lógico. A minha perspectiva de criação já ultrapassa bem a coisa popular. Você leu “Carta do solo – poesia referencial” ?

**NP:** *Li.*

**AA:** Leu?

**NP:** *Li.*

**AA:** Ah, então você vê que toda a minha poesia, a partir daquele momento, ela vem nessa direção. Há algumas interrupções, de poemas mais pessoais, mais de reflexão, que é uma linha intermediária que eu tenho e que proporcionou até um dos meus melhores livros, que eu considero o mais importante, que é a **Lógica do erro** e também **O visto e o imaginado**. Mas os outros todos, **A cantaria barroca**, todos eles têm uma vinculação, uma linha que vem desse caminho aberto, desse caminho deslumbrado das tradições da nossa poesia. Seja a nossa poesia “autenticamente nacional” (risos), que eu buscava, como a nossa ancestralidade poética.

**NP:** *Em prosa, o senhor escreveu, em **Tendência**, sobre **Duas águas**, de João Cabral de Melo Neto, sobre **Vila dos confins**, de Mário Palmério, além dos ensaios “O ciclo épico dos rios”, onde apontou poetas que utilizaram a temática de rios e “Eixo Minas-São Paulo”, procurando mostrar as aproximações culturais entre os dois estados e um comentário sobre o livro **Duas faces**, de Silviano Santiago e Ivan Ângelo. Alguns desse textos deixam-se permear pela questão nacionalista da época e por uma proposta de nacionalismo que partia de alguns membros do ISEB. Como o senhor avalia a penetração das idéias nacionalistas do ISEB na revista?*

**AA:** Muito importante. Um livro fundamental na nossa trajetória crítica de **Tendência** é o do Álvaro Vieira Pinto, **Consciência e realidade nacional**, e também o livro do Guerreiro Ramos.

**NP:** *A redução sociológica?*

**AA:** **A redução sociológica.** Então, há uma afinidade muito grande. A criação vai sendo penetrada por aquilo e também o nosso pensamento crítico. Você pode perceber isso em todos. Nós temos que dar uma paradinha para eu lhe explicar. Houve não uma cisão, mas uma divisão de territórios porque eu fiquei com que eu chamava o braço poético de **Tendência**. Os outros ficaram com o braço crítico de **Tendência**. O braço crítico de **Tendência** ficou aquém, a meu ver, do braço poético. O braço poético ultrapassou muito. Eu pude realizar uma obra que, realmente, foi muito bem recebida e que procurava as tendências mesmo, no sentido do pensamento da época. A minha poesia não fugiu a isso, não.

**NP:** *Já que o senhor mencionou um direcionamento diferente – vamos colocar assim – que o senhor foi tomando ao longo dos anos, em relação aos outros dois editores da revista, no número 4, quando **Tendência** publica as cartas do Haroldo de Campos...*

**AA:** Um artigo dele, né?

**NP:** *Aquele artigo importante...*

**AA:** “A poesia concreta e a realidade nacional”. Um artigo muito importante, não é?

**NP:** *Isso. Mas antes de a gente falar mais detalhadamente desse diálogo, que eu também acho muito importante, percebe-se, dentro dos textos dos três componentes da revista, que, talvez, o Rui Mourão e o Fábio Lucas não estivessem tão de acordo com as teses do grupo concretista de São Paulo e o senhor, comungasse mais com as idéias daquele grupo, tivesse um diálogo mais próximo.*

**AA:** Isso aconteceu, realmente. Isso aconteceu, primeiro, porque eu já tinha uma propensão de pesquisa dentro da minha poesia. A minha poesia não ficou estacionada dentro dos padrões do que se fazia naquele momento. Por exemplo, não

é uma poesia caudatória do Drummond. Não é. Tem uma afinidade maior com o Cabral. O Cabral me abriu mais perspectivas, me deu mais vias de atuação, sugestões criativas, etc. Eles ficaram mais numa linha de tradição do romance do nordeste. O Rui, por exemplo, se dedicou muito ao estudo do Graciliano Ramos. Eu já estava bem adiante. Estava dentro de uma perspectiva bem mais avançada. A poesia tem essa propensão. A poesia é mais atirada. É mais arrojada do que a prosa. Foi preciso chegar o Guimarães Rosa e botar as coisas no lugar. Quando ele chegou, pôs as coisas no lugar: “O negócio é esse”. Então, eu já estava identificado com Guimarães Rosa. Quando ele chegou, não me causou nenhum impacto. Já estava preparado para receber o Guimarães Rosa, tanto assim que fui um dos primeiros autores a escrever sobre o livro dele nesse artigo em **O Estado de S. Paulo**. Nessa época, eu fazia uma coluna mensal no Suplemento Literário de **O Estado de S. Paulo**. Era a publicação principal que havia de literatura no Brasil. Nos fins de 56, quando ele publica o livro, me manda o livro, eu me lembro muito bem que tirei até férias para ler o livro. (Risos). Aquele sofá que está ali, eu ficava sentado o dia inteiro naquele sofá com o livro aberto. Foi uma leitura que foi do princípio ao fim. Quer dizer, um livro difícil toda vida.

**NP:** *Muito difícil.*

**AA:** Pouca gente naquela época se abriu e se integrou tão rapidamente à novidade do **Grande sertão**. Eu estava preparado. Como poeta, eu já vinha trabalhando dentro de uma linha de pesquisa da linguagem. Tanto assim que o Silviano Santiago, quando escreve sobre o **Código de Minas**, ele faz uma aproximação entre a minha poesia e a prosa do Guimarães Rosa. Os outros vieram mais tarde a se aproximar do Guimarães Rosa, a deglutir o Guimarães Rosa. Eles estavam muito presos, ainda, a uma tradição de literatura de ficção nacional, mas no sentido da geração modernista da cana-de-açúcar, principalmente do Graciliano Ramos. Graciliano Ramos era o guru do Rui Mourão. Tanto assim que o Rui escreveu um livro muito bom sobre...

**NP:** *Estruturas.*

**AA:** É, **Estruturas**. Continuando a nossa conversa, eu perdi um pouquinho o fio da meada, mas como foi que você estava perguntando?



**NP:** *Eu estava perguntando, justamente, se haveria uma certa discordância intelectual dentro de **Tendência**?*

**AA:** Então, está declarada essa discordância. Eu avanço muito dentro da perspectiva da minha criação, do meu trabalho e eles ficam, ainda, dentro de uma reflexão mais meditativa, mais ponderada, vamos dizer assim, da própria literatura brasileira. Vamos ver os textos do Fábio Lucas, por exemplo, em que ele fala de literatura brasileira, de nacionalismo na literatura brasileira. Ele se refere, ainda, a autores já passados e que não correspondiam mais àquela idéia que a gente tinha. Por isso é que eu disse que a chegada abrupta e surpreendente do Guimarães Rosa foi muito importante para caracterizar essa cisão, essa cisão, não digo cisão, mas essa delimitação de linhas. Você tem razão, realmente, aí. Houve, realmente, isso. Isso você vai perceber na minha obra toda.

**NP:** *Existe uma certa concordância, entre os estudiosos do Modernismo mineiro, de que não houve uma ruptura com a tradição por parte dos modernistas mineiros. Eles valorizaram uma tradição específica, escolhida por eles. Então, eles criaram a própria tradição. Na época de **Tendência**, o senhor colocou claramente que o senhor se inseria numa linha de tradição iniciada no Barroco, com alguns elementos do...*

**AA:** Sou o primeiro a chamar a atenção para isso. Já no meu livro **O poeta e a consciência crítica**, você vê lá “uma linha de tradição, uma atitude de vanguarda”, em que eu procuro conjugar as duas direções. Tanto a direção já cultuada no tempo e aquela que estava surgindo e sendo realizada com uma nova linha de criação. Eu acho muito curioso que todos nós depois voltamos a mexer com problemas de Minas. Minas foi realmente fundamental, tanto para mim, que fui o poeta de Minas nesse período todo, praticamente, porque poucos livros meus fogem à temática de Minas, eu fui e os outros tentaram ser também. Tentaram, mas com uma defasagem. Uma defasagem de perspectiva, um certo freio, que não deixava que se envolvessem, realmente, com uma nova idéia de Minas a partir da tradição mais remota. Eu procurei situar essa tradição mais remota com a própria criatividade que eu estava realizando. De imediato. Isso está claro, foi constatado por todos. Esse livro aí, a **Fortuna crítica**, evidencia muito bem isso. E a minha linha de trabalho

do Barroco onde eu começo a estudar o Barroco simultaneamente à minha criação. Eu trabalho, tanto no primeiro livro sobre o Barroco, ao mesmo tempo no **Código de Minas**. Os livros são da mesma época. Eu escrevia um e outro simultaneamente. Todos eles buscando as raízes, buscando decodificar a coisa mineira que nós chamamos no fundo, assim, de mineiridade, uma coisa meio vaga, mas que, se a gente perceber bem, a gente consegue determinar.

**NP:** *Quais livros que o senhor escrevia ao mesmo tempo?*

**AA:** **Os resíduos seiscentistas em Minas**, que agora foi republicado, 40 anos depois, e o **Código de Minas**. Um é publicado em 67 e outro é publicado em 69. A poesia é publicada em 69 e o ensaio em 67.

**NP:** *O senhor reconheceu essa interlocução com o Cabral, uma admiração pelo Drummond que é...*

**AA:** O Drummond é intocável, mas, curiosamente, os poetas da minha geração, geração mais ampla do Brasil inteiro, todos eram caudatários do Drummond. Muitos o são até agora. Eu vejo aí, ainda. Eu não embarquei na influência do Drummond. Você pode constatar. Isso é uma coisa rigorosa dentro da poesia. Você pode encontrar a minha afinidade, a minha identificação. E o Drummond era muito favorável à minha poesia. Ele se manifestou de uma maneira que me deu muito alento. Abriu um crédito muito grande numa carta que ele me escreveu, que está na **Fortuna**, ele vê uma perspectiva muito grande à minha frente, mas ele não se vê naquilo. Já no **Código de Minas**, ele se sentiu um pouco, vamos dizer assim, chocado, porque eu pego uma temática mais radical do que a dele. A minha temática mineira é bem mais radical do que a do Drummond e o Drummond sentiu isso.

**NP:** *Ele se manifestou?*

**AA:** Ele se manifestou implicitamente. Porque, quando eu publiquei o **Código de Minas**, que até é dedicado a ele, e depois, logo depois, eu publico o **Código nacional de trânsito**, ele me escreve falando que ele preferiu o **Código nacional de trânsito** ao **Código de Minas**. O que era uma incoerência. Não há possibilidade de comparação entre os dois textos. Para qualquer pessoa que acompanha a minha

poesia, não há comparação. Apenas ele achava que eu abri uma perspectiva mais nova, uma temática mais nova e não voltando ao passado de Minas Gerais. Quer dizer, ele não queria o passado de Minas. Eu critiquei o passado de Minas, fiz um balanço crítico muito grande e aquilo, para ele, não sei, tinha escapado à perspicácia dele. Ele, quando fala de Minas, fala com saudade de Minas. Pode ver que há sempre um sentido assim memorativo, uma espécie de uma...

**NP:** Amargo, também.

**AA:** Amarga. Eu ia dizendo, uma perspectiva de remorso.

**NP:** *E o senhor de uma perspectiva mais satírica, talvez.*

**AA:** Talvez satírica. Mas a dele de remorso, remorso de ter deixado Minas, por ter abandonado Minas... Principalmente, “Nasci em Itabira”. Eu não falo isso. Eu nasci dentro de um contexto crítico que, realmente, tinha que ser elucidado e eu fui um poeta que elucidou esse contexto crítico. Realmente, houve essa pequena distorção de entendimento da mineiridade entre mim e o Drummond.

**NP:** *Mas o nome do seu filho não foi em homenagem a ele?*

**AA:** Foi, foi em homenagem a ele. Eu o admirava tanto que dei a meu filho o nome de Carlos e ele fez dois poemas dedicados ao Carlos. Há dois poemas na obra dele que são dedicados ao nascimento do meu filho. Muitas provas de afeto grande. Mas não era um homem que se abrisse a grandes contatos e grandes afinidades, declarasse amigos, grandes provas de afeição, essa coisa toda. Isso foi até demais. Era um homem muito fechado, como eu também sou.

**NP:** *O senhor é um renomado especialista em Barroco e foi superintendente de Pesquisa e Tombamento do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. O senhor vê alguma semelhança em sua dedicação à pesquisa sobre a história de Minas Gerais, especialmente sobre o século 18, e a trajetória de outros intelectuais, como os modernistas paulistas de 1922 e a geração de Carlos Drummond de Andrade, que afirmaram a necessidade de conhecimento do nosso passado?*

**AA:** Vejo. Vejo, porque eu pego a faixa da corrida da olimpíada. Eles me passam a faixa. Eles vão até certo ponto. Por exemplo, o Rodrigo de Mello Franco de Andrade, com quem eu tive muita ligação, ele vai até certo ponto: a criação, manutenção do patrimônio nacional, mas ele não chega a querer conhecer profundamente os significados e os significantes. Sem perceber, eles realmente levantaram o problema do patrimônio. O monumento é o significante. Agora, nós temos que olhar o que está atrás do significante. O significado dele. O que ele significava dentro da tradição, da formação mineira. Eu trabalhei nessa linha. Pela primeira vez, o Barroco foi visto, em Minas e no Brasil, como um problema de mentalidade. Não foi só um problema dissidente de época e incidente arquitetônico ou plástico. Eu vou bem além disso e vejo a totalidade. O Barroco é um fenômeno total que ocorreu em Minas, principalmente em Minas, e ele está atrás de toda essa nossa formação. Não só de Minas, mas do Brasil todo. O Barroco é, realmente, a fonte, a raiz, a radicação nossa. A nossa resposta à colonização portuguesa. Eles trouxeram a forma trabalhada, nós assimilamos aquilo muito bem e, antropofagicamente, como diria o Oswald de Andrade, nós devolvemos aquilo dentro de uma linguagem nossa, renovada e nossa. O caso do Aleijadinho é uma resposta brasileira a toda essa influência portuguesa. É uma resposta brasileira e alta, de altíssimo nível. Como você pode ver na poesia do tempo. Na poesia do período barroco, a grande resposta, ou a grande realização poética da poesia barroca de língua portuguesa é a de Gregório de Matos. Eu procurei ver isso mais como um problema de mentalidade, mentalidade social, mentalidade religiosa, mentalidade ideológica. Eu fui estudar os problemas dos grandes acontecimentos comunitários em que o Barroco expressava a sua forma: a forma lúdica, a forma ornamental, a sua forma de fuga da realidade, através da festa, da festa barroca, principalmente.

**NP:** *A carnavalização também.*

**AA:** A carnavalização. Eu falo isso no texto meu que está no livro **Circularidade da ilusão**.

**NP:** *Eu percebo uma admiração grande, em várias gerações de poetas mineiros, em relação a Alphonsus de Guimaraens. E um poeta que o senhor cita muito, que eu acho que é um caso especial, é sua interlocução com Cláudio Manuel da Costa.*

**AA:** Eu vejo aí, no passado, dois pontos da poesia de Minas muito importantes. Todos dois já dentro dessa linha de tradição. O Cláudio, de certa forma, ele inaugura uma noção de mineiridade, de condição local, de situação no espaço mineiro. “Destes penhascos fez a natureza/ O berço em que nasci”. Esse poema é um poema tipicamente inaugural desse sentimento de Minas e eu vou encontrar isso no Alphonsus de Guimaraens também que assimilou todo o condicionamento residual mineiro, religioso, ideológico, de sentimento, de perda. Ele, realmente, procurou traduzir isso na própria vida dele, na própria criação dele. E há muita similitude, muita aproximação, entre a linguagem do Barroco e a linguagem do Simbolismo. Eu vejo os dois como os abridores de caminho para uma percepção da coisa mineira.

**NP:** *Eu acho que **Sonetos da primavera** ecoam um certo diálogo com Alphonsus de Guimaraens, ou não?*

**AA:** Eu nunca percebi isso, não. Nunca me chamou a atenção isso, mas é possível porque a admiração que eu tenho pelo Alphonsus sempre foi muito grande. Dos poetas que eu li, na mocidade mais tenra, foi o Alphonsus de Guimaraens...

**NP:** *O senhor passou a usar o termo vanguarda para se referir à sua poesia depois de um contato mais intenso com o grupo concretista paulista, especialmente depois de 1961, daquele congresso em Assis, São Paulo, o Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária.*

**AA:** Exatamente.

**NP:** *Mas, quando a gente lê alguns críticos, por exemplo, Gilberto Mendonça Teles, que escreveu **Vanguarda européia e Modernismo brasileiro**, onde ele publica alguns manifestos, e Heloísa Buarque de Hollanda, que escreveu sobre as vanguardas de 1950/1960, esses livros não incluem **Tendência** como uma publicação de vanguarda. A que fator o senhor atribuiria isso?*

**AA:** Essa delimitação, essa separação de territórios que houve em torno de vanguardas, prejudicou muito a trajetória crítica dela, a sorte crítica da revista. Prejudicou muito o sentido dela. Nisso, eu ganhei pessoalmente porque eu pude realizar uma obra da qual eu posso orgulhar, uma obra reconhecida. Como eu digo: criar o próprio estilo, criar o próprio espaço. O que ficou de **Tendência**, como revista, foi o lado trágico, o lado mais vulnerável dela: a falta de agressividade.

**NP:** *O senhor acha que ela não teve aquela característica agressiva de muitas vanguardas?*

**AA:** Exato, de muitas vanguardas. Tanto assim, que eu faço, depois, a revista **Invenção**. São cinco números publicados, desses cinco, três têm colaboração minha. Eu sou chamado pelos concretistas para participar. Do segundo número, já, eles me abrem espaço imenso dentro na revista. É quando eu publico “Carta do solo – poesia referencial”. É um espaço muito grande que eles me abrem depois com outros poemas. **Tendência** não foi uma vanguarda. Foi uma vanguarda participante, politicamente participante, isso foi. Foi mais que o Concretismo. Bem mais. Porque nós estávamos dentro de uma linha ideológica de participação. Todos nós. Eu, com minha poesia, o Rui e o Fábio, com a crítica deles, com o pensamento deles. Mas vanguarda participante, no sentido político, nós poderíamos dizer assim. E, só mais tarde, em Assis, o “salto participante” da poesia concreta, o “pulo da onça”, como dizia o Décio Pignatari, é que eles vão procurar se ajustar a essa linha, também, de integração dentro da realidade brasileira daquele momento. Eles já trabalhavam dentro de uma linha já muito avançada, com muito contato no exterior, mas se esqueceram dos condicionamentos brasileiros. Então, eles voltam e se condicionam, procuram fazer uma reavaliação das coisas e abrem possibilidade de um diálogo. Houve esse diálogo. Diálogo com **Tendência**, importantíssimo.

**NP:** *O senhor fez um aparte ao texto que Décio Pignatari apresentou no congresso de Assis, “A situação da poesia no Brasil”, dizendo, de certa forma, que ele estaria generalizando o que seria poesia paulista, do grupo dele, para todo o Brasil. Seria uma visão bem aut centrada, não é verdade?*

**AA:** É isso mesmo. Eu tenho, não sei se você viu, tenho os anais do Congresso de Assis. Você chegou a ver os anais do Congresso de Assis?

**NP:** *Ceguei.*

**AA:** Tem lá o meu aparte. Ali mesmo é que eu falo exatamente isso. Falo do contato com o Sartre e coisas que ele não conhecia. O Décio não estava ainda preparado para compreender essa aproximação brusca que a poesia concreta fez com a vanguarda participante política brasileira. Tanto assim que, em um texto que tem na **Fortuna crítica**, ele fala da “Carta sobre a usura”. Ele não assimila que seja a palavra do urso como um jogo de palavra usura, usura como um anagrama, uma composição de palavras que, no fundo, urso queria dizer usura. E ele não chega a compreender isso. Ele ainda insiste falando: “um urso não é um urso, não é um urso, não é um urso”. (Risos). Ele acha que não é referencial e é referencial, porque no momento que havia aqui em Minas Gerais, e que me levou a escrever essa “Carta sobre a usura”, era que a política mineira estava entregue a um urso. A um homem que tinha uma compleição até física de um urso, que era, exatamente, uma evidência da usura mineira.

**NP:** *Seria o Magalhães Pinto?*

**AA:** Seria o Magalhães Pinto. É o mais referencial possível, mas é que ele não estava dentro do contexto, ele não podia compreender isso.

**NP:** *Esse “referencial” é que se refere a um dado existente na realidade?*

**AA:** Na realidade brasileira. Todos os poemas da **Carta do solo** também têm uma referência. Eu tenho todos os referentes dela.

**NP:** *O senhor falou de política. O senhor colaborou no governo estadual de Juscelino Kubitschek. O senhor poderia falar dessa participação?*

**AA:** Essa participação para mim foi muito importante. (Risos). Primeiro, sob o ponto de vista material. Eu, nessa época, escrevia aleatoriamente em jornal, mas trabalhava numa empresa, sem perspectiva maior. Trabalhava para subsistência. Quando eu resolvo casar... Depois vou para São Paulo, depois volto... Quando

resolvo casar, no dia do meu casamento, na hora do meu casamento, eu recebo um recado de Juscelino, que tinha me nomeado auxiliar de gabinete dele. Foi o presente de casamento melhor que recebi, porque eu volto logo depois e assumo a função. Aí eu aprendo a literatura oficial, a trabalhar com literatura oficial. Foi muito importante para mim. Abriu-me muitos caminhos. Deu-me experiência da parte da escrita. A escrita profissional para mim foi muito importante porque ela me ajudou muito na escrita artística.

**NP:** *Essa literatura oficial seriam discursos?*

**AA:** Todos textos oficiais. Era uma equipe grande: eu, o Autran, o Cristiano Martins, o Alphonsus de Guimaraens Filho, o Rui Mourão...

**NP:** *O senhor chegou a trabalhar para o governo Bias Fortes?*

**AA:** Trabalhei para o governo Bias Fortes.

**NP:** *Seria praticamente o mesmo tipo de atividade?*

**AA:** A continuidade da prestação de serviço. Isso para mim, sob o ponto de vista substancial, de sobrevivência pessoal, foi muito importante, porque não havia muita perspectiva para mim aqui fora disso. Essa experiência para mim foi muito importante também. Daí, eu parto para uma atividade política mais explícita também porque essa parte é implícita, é uma parte profissional, uma parte oficial, mais oficial do que política. Mas depois eu parto para uma atitude mais política: participar, mesmo, de campanha.

**NP:** *O senhor participou da campanha de Tancredo Neves.*

**AA:** De todas duas campanhas de Tancredo Neves eu participei. A primeira que ele perde e a segunda quando ele chega. Ele tinha, assim, uma convivência muito saudável para comigo e eu pude retribuir a ele alguma coisa.

**NP:** *Voltando para a recepção que **Tendência** teve nos jornais, a revista se envolveu em algumas polêmicas. O senhor chegou a se envolver diretamente em alguma delas?*



**AA:** Não, muito pelo contrário. Eu assumi, diretamente, a minha posição.

**NP:** *Como assim?*

**AA:** A vanguarda participante-criativa. Construtivista.

**NP:** *O senhor a chama de “nacionalismo crítico”.*

**AA:** Nacionalismo crítico. Essa palavra: nacionalismo crítico.

**NP:** *Então, o senhor não chegou a escrever nenhum artigo para jornal para rebater a recepção da revista?*

**AA:** Só eventualmente em algumas entrevistas, algumas coisas assim.

**NP:** *O senhor avalia, de modo geral, que a recepção que a revista teve foi positiva ou teve incompreensões em relação à proposta dela?*

**AA:** Eu volto àquele problema dos territórios em que **Tendência** se dividiu. Para mim, pessoalmente, foi importante porque eu assumi uma posição de vanguarda participante, de vanguarda política, desde o primeiro número, desde a idéia da criação da revista, até um certo momento que vem o número quatro em que parece que, aí, há uma cisão. Não parece? E há uma cisão no número quatro e, a partir daí, eu caminho sozinho. Eu me auto-intitulei braço poético de **Tendência**. Agora, o braço crítico, eu não respondo por ele. Mas a receptividade foi boa. Não foi uma repercussão assim como a da poesia concreta em si.

**NP:** *Mas pelo fato de **Tendência** ter sido publicada em Belo Horizonte e o grupo da poesia concreta trabalhar em São Paulo, o senhor não acha que o lugar de onde se fala influencia?*

**AA:** Influencia, influencia muito. Eu escrevi um texto sobre isso: “Do ser e do estar em Minas”, está no livro **Catas de aluvião**. Você conhece?

**NP:** *Conheço o livro.*

**AA:** É o texto que abre o livro. Eu fui patrono de uma turma da Faculdade de Letras, da Federal, então eu faço para eles essa digressão sobre o ser e o pensar em

Minas e eu falo exatamente sobre isso. O que é você estar dentro de um espaço delimitado, fechado, e você estar fora daquilo numa comunicação maior. Dentro desse espaço fechado, você tem que ter muito mais criatividade. Se você quer realmente dar seu recado, você tem que ou sair desse espaço, largar esse espaço, mas se você largar esse espaço, você larga seu tema, você larga seu assunto, a sua vivência. Para você fazer com que isso prevaleça, é preciso muito esforço. De muito esforço e de um reconhecimento que vem de fora, tem que vir de fora. Meu reconhecimento, por exemplo, veio todo de fora.

**NP:** *O senhor diria que o ambiente intelectual de Belo Horizonte, naquela época, era limitador, limitado?*

**AA:** Belo Horizonte era limitada. Era uma cidade de 700 mil habitantes.

**NP:** *Eu perguntei para a Maria Luiza Ramos por que havia tão poucas mulheres publicando em **Tendência**, sendo que havia tantos colaboradores. Eu perguntei quais seriam as mulheres intelectuais daquela época. Ela me disse que não havia muitas mulheres participantes.*

**AA:** A única mulher que participa da Semana de Poesia de Vanguarda é Laís [Corrêa de Araújo], a única mulher que participou com os poemas dela e com a coluna que ela mantinha no **Estado de Minas**.

**NP:** “Roda gigante”?

**AA:** “Roda gigante”.

**NP:** *No último número de **Tendência**, a Laís publicou um texto chamado “Poesia e situação”. Nesse texto, ela vai dizer que o “Poema Práxis” era a mesma coisa que “Poesia Referencial” feita pelo senhor, só que anteriormente ao Mário Chamie e que sua poesia, ao utilizar a referência rural, precedia ao **Lavra-lavra**. Houve uma certa polêmica com Mário Chamie?*

**AA:** Da parte dele parece que houve algumas alusões a isso. Ele chegou a publicar, na revista dele lá, alguma coisa, mas eu não dei segmento a isso, não. Eu continuei no meu trabalho, sem interromper. Dei seqüência à minha poesia, exatamente

comprovando esse meu distanciamento desse tipo de polêmica que nunca me interessou.

**NP:** *Tendência abriu muito espaço para os colaboradores e os artigos eram longos, não havia uma limitação. Como a revista sobrevivia, se ela não vendia espaço publicitário?*

Havia publicidade, sim. Era publicidade oficial. Havia o IPASE, antigo instituto da previdência, dirigido por Cyro dos Anjos, que repassava verba para a revista. A Universidade [Universidade de Minas Gerais] ajudava também.

**NP:** *Muito obrigada.*



Ilustração 9 Fábio Lucas 14/11/ 2007

## Fábio Lucas

*Nilze Paganini\**

**Nilze Paganini:** *Ao lançar **Tendência**, em agosto de 1957, o senhor, Affonso Ávila e Rui Mourão eram muito jovens. O senhor, por exemplo, contava apenas com 26 anos, Affonso Ávila tinha 29 e Rui Mourão, 28. Hoje, 50 anos depois, o que o senhor reformularia da proposta de **Tendência**?*

**Fábio Lucas:** A iniciativa de publicar a revista **Tendência** derivou de dois fatores concernentes à época: a massa crítica que se desenvolvia então, de um nacionalismo antiimperialista, e do engajamento participativo de que estávamos impregnados. Desejávamos ingressar na luta social com as armas de que dispúnhamos: o discurso argumentativo e a denúncia dos estratos superiores da sociedade, acomodados à aliança com as empresas multinacionais que exploram as riquezas do país, sem contribuições ao avanço sócio-econômico dos nacionais. Deste modo, entendíamos que a literatura de criação estaria exposta às sugestões da época. Assim sendo, não posso imaginar que reformulasse as propostas de então. Se eu voltasse ao passado com os conhecimentos que acumulei, certamente haveria de refinar o pensamento. Mas isso constitui um sonho impossível.

**NP:** *O senhor foi diretor de **Tendência** 1 (1957) e **Tendência** 2 (1958). Rui Mourão passou a ser o diretor nos números 3 (1960) e 4 (1962). Havia uma função, de fato, para o diretor?*

**FL:** Fui diretor da revista **Tendência** por uma questão tática: eu tinha acesso à Imprensa Universitária, ora em implantação, e o então Reitor, Professor Lincoln Prates, a quem prestei assessoria, permitiu que usássemos as instalações da Imprensa, em fase experimental, sem ônus para nós, além de pequenas despesas de custeio. O nome “Tendência” foi escolhido por mim, para indicar a inclinação à esquerda que comandava o grupo. Éramos independentes e rigorosos na escolha do material a ser publicado. O foco: literatura nacional. Portanto, apologia dos escritores brasileiros fiéis à brasilidade. Quando fui contratado, em regime de tempo

---

\* Entrevista realizada em 26 set. 2007.

integral, pela Faculdade de Ciências Econômicas, graças ao convite do Professor Ivon de Magalhães Pinto, achei mais prudente passar a diretoria da revista ao companheiro Rui Mourão, inteiramente integrado ao espírito da revista.

**NP:** *E o secretário Adônis Martins Moreira que aparece no expediente dos dois primeiros números? Cumpria qual função?*

**FL:** Adônis Martins Moreira era colega meu na Faculdade de Direito. Poeta, de inteligência excepcional, líder estudantil, tornou-se secretário da **Tendência**, ajudando-nos a colher e organizar as colaborações. Amigo da diretoria, retraía-se, modesto, deixando o maior espaço a Affonso Ávila, Rui Mourão e a mim. Leitor insaciável, chegou a fazer uma tradução do poema “Le Cimetière Marin” de Paul Valéry, em versos brancos, que logrei passar a Nelito de Oliveira,<sup>7</sup> que a publicou no Suplemento Literário do **Minas Gerais**, após a morte do Adônis. O amigo deixou uma coletânea de poemas que espero editar um dia.

**NP:** *A quem se dirigia **Tendência**? Qual era seu público-alvo?*

**FL:** Verdaderamente não havia um público-alvo de **Tendência**. Se a revista incorporava uma intencionalidade, penso que seria lida, de preferência, pelos leitores motivados pela causa nacional, então em rumorosa exposição nas ruas, na imprensa e nos meios políticos. Houve curioso equívoco na época: dadas as condições da imprensa, o impressor coloriu as letras de verde. Alguns integralistas acharam que éramos nacionalistas conservadores, da velha direita. Ao se defrontarem com citações numerosas de existencialistas (Sartre em primazia) e marxistas, desgostaram do projeto “Tendência”.

**NP:** *Quem escrevia os editoriais de **Tendência**?*

**FL:** Em princípio, os editoriais eram de minha autoria. Mas estavam afinados com os propósitos do grupo. Tínhamos intenções aglutinantes, aspirávamos que a revista cobrisse o país inteiro.

---

<sup>7</sup> Anelito Pereira de Oliveira, provavelmente.

**NP:** *No seu primeiro editorial, **Tendência** dizia ligar-se a uma orientação, buscando uma homogeneidade de concepções. Ao mesmo tempo, a revista abriu um grande espaço para colaboradores. Os colaboradores eram escolhidos de acordo com a proposta da revista de um “nacionalismo-crítico-estético”, expressão de Affonso Ávila?*

**FL:** Sempre chamamos a atenção para o fato de que a uma causa revolucionária deveria corresponder uma forma revolucionária. Daí nossos aplausos ao experimentalismo e às vanguardas, assunto da época. Quem se detiver na doutrina da **Tendência** encontrará invariavelmente o apelo para o cuidado estético, para o bom acabamento da obra literária. De certa forma, ecoávamos as preocupações de Mário de Andrade, que se decepcionara com as facilidades com que o Modernismo agraciou as vocações para as letras, de tudo resultando uma produção irrisória, sentimental e desinteressante. A boa literatura deveria provir de boa técnica, adquirida ao fim de longo trabalho artesanal. O caso de Affonso Ávila é exemplar na poesia e de Rui Mourão na prosa. Ambos se foram renovando ao longo da carreira literária. Também tiveram um pé na **Tendência** Silviano Santiago e Affonso Romano de Sant’Anna. Dois nomes na prosa, ao tempo de **Tendência**, deitaram grandes esperanças: Wander Piroli (cujo modelo inicial seria Hemingway) e Gaspar Garreto (mais voltado, então, para Faulkner).<sup>8</sup>

**NP:** *A revista foi impressa na Imprensa Universitária, da UFMG, na época em que o senhor foi assessor do reitor Lincoln Prates. Quem pagava os custos da impressão, ou seja, como a revista era financiada, uma vez que não vendia espaços publicitários? A informação que tenho é que era distribuída gratuitamente aos intelectuais e colocada em consignação em livrarias.*

**FL:** Para completar o que ficou dito acima, faço breve menção ao “Relatório do Reitor Lincoln Prates”, publicado pela Imprensa Universitária da Universidade de Minas Gerais, em 1958. Dele consta, entre as publicações, o número 1 da Revista **Tendência** em agosto de 1957. A Imprensa estava em fase de implantação. É preciso assinalar que Lincoln Prates foi o maior realizador da transferência da

---

<sup>8</sup> Silviano Santiago e Wander Piroli não publicaram em **Tendência**. Affonso Romano de Sant’Anna publicou o poema “A crise” em **Tendência** 4 (1962, p. 76-82) e Gaspar Garreto assinou “A lenta jornada de medo”, em **Tendência** 3 (1960, p. 78-97).

UFMG para o *campus* da Pampulha. Criou a Cidade Universitária, após instituída a Comissão Supervisora de Planejamento e Execução e o aluguel do prédio que abrigou o Escritório Técnico da Cidade Universitária, à Rua Espírito Santo, 1186, onde trabalhamos Eduardo Mendes Guimarães Jr. (arquiteto que concebeu o prédio da Reitoria e, mais tarde, o estádio de futebol popularmente designado por “Mineirão”) e eu (sob a direção do jurista Rui de Souza, encarregado de desapropriar e demarcar os terrenos da Cidade Universitária) que acompanhei no Rio de Janeiro o desembarque alfandegário de máquinas destinadas à Imprensa Universitária, cujo funcionamento principiou em outubro de 1956, à Rua Ouro Preto, 1197. Também acompanhei a publicação do **Boletim Informativo** da então Universidade de Minas Gerais, com verdadeiro espírito universitário. Todas as unidades tinham espaço na publicação, inclusive os noticiários dos estudantes. As atividades culturais eram destacadas, especialmente os seminários de estudos da cultura mineira, criados pelo Reitor Lincoln Prates, que, além da Imprensa, criou o Teatro Universitário (o Professor Jean Beray fora contratado para lecionar arte dramática. Afastado, foi substituído por Carlos Kroeber, que prelecionava sobre arte cênica no prédio à Avenida Brasil, 1814); criou o Coral Universitário dirigido e regido, então, pelo estudante Isaac Karabtchevsky (posteriormente coube ao Maestro Sérgio Magnani dirigir o Coral); o Reitor Lincoln Prates ainda instalou a Biblioteca e Serviço Central de Informações Bibliográficas à Rua Espírito Santo, 1186. Criou, além do **Boletim Informativo**, a **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, segundo proposta do Vice-Reitor Orlando de Carvalho, mais a série de obras saídas à época sob a orientação da revista e, além disso, o Reitor nomeou Eduardo Frieiro e Aires da Mata Machado Filho para organizar a Biblioteca de Autores Mineiros. Deste modo, a revista **Tendência** se beneficiou da visão abrangente do Reitor Lincoln Prates para sua edição. É bom que se destaque que foi o mais probo, modesto e eficiente servidor público que conheci. Não há rastro de nepotismo na sua vida executiva. O mesmo se pode dizer do diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Prof. Ivon Magalhães Pinto, que nunca se utilizou de carro oficial para os seus deslocamentos. A revista **Tendência** esteve à venda nas livrarias de Belo Horizonte. Pessoalmente custeei a remessa de 50 exemplares à Livraria São



José, do Rio. Venderam-se todos os exemplares, sem que, até hoje, houvesse prestação de contas por parte dos livreiros.

**NP:** *Em um depoimento a Eliana da Conceição Tolentino, para sua dissertação de mestrado sobre a revista **Vocaçã**, o senhor disse que o Cyro dos Anjos era o presidente do IPASE e que ele liberava pagamentos de publicidade. **Tendência 1** e **2** também apresentam propaganda do IPASE. Além disso, apareceu um texto do governador Bias Fortes, como um discurso, em **Tendência 1** e um texto sobre atividades culturais da Prefeitura de Belo Horizonte em **Tendência 4**. Eram textos pagos?*

**FL:** Era comum, na ocasião, buscarmos publicidade de onde pudesse vir. O setor privado era refratário à aventura intelectual dos jovens. No setor público encontramos algum apoio. Garantida a impressão, os outros itens de custeio, correspondência e impressão eram cobertos, em parte, pela publicidade.

**NP:** *Os seus textos, em **Tendência**, mostraram uma evolução que se iniciou com uma interlocução com o campo do direito, sua área de formação universitária, e caminharam para a crítica literária, a lingüística, a filosofia, a sociologia, etc. O que se pode notar, contudo, é que o senhor manteve a mesma proposta de literatura nacional nos quatro números. **Tendência 4** reafirmou os princípios de **Tendência 1**. O senhor começou revendo a conceituação de outros críticos sobre literatura nacional, para, finalmente, afirmar que uma literatura somente se tornaria nacional quando se transformasse em um dos instrumentos de afirmação de um grupo social que tivesse atingido o estado de solidariedade e coesão. Para isso, precisaria apoderar-se de meios de expressão convincentes que, além de traduzir o sentimento, refletissem uma forma nacional. Ou seja, para haver literatura nacional, seria preciso que o país se constituísse em uma nação. O senhor acredita na possibilidade de “formas nacionais”?*

**FL:** As “formas nacionais” se impuseram com o tempo. Exemplo: a crônica, tal como praticada pelos escritores brasileiros, jungidos aos jornais e revistas, introduziu um espaço de lirismo, de crítica social e de humor ao linguajar informativo do veículo, transcendente da obrigação diária de trazer novidades para o

leitor. A obra de Guimarães Rosa, por sua vez, trouxe para o brasileiro uma linguagem literária exclusiva, tão genuinamente nacional que se tornou intraduzível, na sua plenitude, para outros idiomas. Guimarães Rosa, a meu ver, sem descuidar os contributos de clássicos ocidentais e orientais, disse adeus ao eurocentrismo no modo de construir sua narrativa. Nem Machado de Assis ousou tanto, já que a sua retidão vernaculista lembra a lição dos clássicos portugueses. Quanto à doutrina nacionalista, chamo a atenção para os meus dizeres no “Conceito de Literatura Nacional” em **Tendência**, número 1, agosto de 1957 (há 50 anos, portanto): “Poder-se-ia resumir dizendo que, hodiernamente, o nacionalismo se manifesta na defesa do patrimônio econômico e cultural de um povo” (p. 21). Adiante, teremos: “A esta luta, pois, de resistência contra as dominações alienígenas, contra a destruição das reservas culturais dos povos é que damos o nome de *nacionalismo*” (p. 23). “A Literatura é parte de uma realidade cultural” (p. 26).<sup>9</sup>

**NP:** *Nesse seu primeiro texto publicado em **Tendência**, o senhor discute o conceito de literatura de outros críticos, principalmente o de Sílvio Romero e o de Afrânio Coutinho. Por que não há nenhuma menção a Antonio Candido?*

**FL:** Não éramos organizados na formulação de nossos desígnios, nem na utilização da bibliografia. Mas, se você reparar, há destaque, em **Tendência**, de citação de Antonio Candido. Mesmo no meu estudo acerca da literatura nacional, faço breve referência ao grande crítico e ensaísta brasileiro.<sup>10</sup> Creio que, na época de **Tendência**, não logrei situar a proposta de Antonio Candido por uma literatura nacional. Mas ontem, como hoje, considero-o como uma das mais poderosas inteligências do país, talvez a personalidade literária mais influente no magistério de literatura em nosso país. Tanto assim que, quando integrei o grupo encarregado de conceder o Prêmio Camões, batalhei quanto pude para que o seu nome fosse escolhido. Tive a felicidade de encontrar resposta à minha indicação. Observe bem: na capa do número 1 da revista **Tendência** consta o nome de Antonio Candido.

<sup>9</sup> Ao invés de “A Literatura é parte de uma realidade cultural”, a frase foi impressa da seguinte forma: “A literatura é parte de uma unidade cultural.” (**Tendência**, 1957, p. 26).

<sup>10</sup> Não há referência a Antonio Candido em **Tendência**, nem da parte de Fábio Lucas, nem de qualquer outro articulista. O que existe, de fato, é a transcrição de um trecho de artigo sobre **Grande sertão: veredas**, de Guimarães Rosa, escrito por Antonio Candido para **O Estado de S. Paulo** em **Tendência** 1 (1957, p. 76), sendo que o nome do crítico aparece também no sumário daquele primeiro número da revista.

Transcrevemos pronunciamento dele sobre Guimarães Rosa. Em nossa ingenuidade sequer pedimos licença para fazê-lo. Na época, citavam-se livremente os autores saídos em suplementos literários, desde que mencionada a fonte.

**NP:** *Um intelectual que parece ter sido muito caro ao senhor foi Mário de Andrade. Ele foi muito citado em **Tendência** pelo senhor, além de ter merecido ensaios seus. O senhor considerou Mário de Andrade um modelo de intelectual?*

**FL:** Ingressei na seara da literatura fascinado com as lições de Mário de Andrade. Naquela época, eu lia tudo de sua autoria que me caísse nas mãos. Com o tempo, reduzi sua influência sobre as minhas noções de literatura. Mas continuo a considerar Mário de Andrade como uma das grandes mentalidades fundadoras da cultura brasileira. A complexidade de nossa formação atual e a emergência de novas estruturas de comunicação ficaram, em alguns pontos, fora do alcance do pensamento de Mário de Andrade.

**NP:** *Outro autor que apareceu com muita frequência em seus primeiros textos de **Tendência** foi Nelson Werneck Sodré. Como o senhor avalia a influência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na revista?*

**FL:** A obra de Nelson Werneck Sodré **Introdução à Revolução Brasileira** fora por mim analisada na **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas**, quando, então, perfilhei algumas idéias que nos eram comuns. A primeira obra do autor a impressionar-me foi **Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil**, que evitava citar nome de autores e relacionava idéias, correntes de opiniões. Gostei menos da **História da Literatura Brasileira**: seus fundamentos econômicos, que me pareceu extremamente esquemática e frustrante em algumas observações. Quanto ao ISEB, pasma a indiferença com que as suas publicações são tratadas ainda hoje, mormente nas universidades paulistas. Seria salutar para os estudos brasileiros a reabertura da bibliografia do ISEB, desigual, mas importante para o desenho da nacionalidade em face de suas aspirações. A indignação com que a ditadura militar destruiu a contribuição do ISEB traduz bem o caráter emancipador das propostas em curso naquele instituto de estudos brasileiros. Possuo, ofertados pelo autor, os dois volumes da obra **Consciência e Realidade Nacional**, de Álvaro Vieira Pinto, ainda

não devidamente estudada e avaliada no Brasil. O primeiro volume cuida de “A Consciência Ingênua” e o segundo de “A Consciência Crítica”. Álvaro Vieira Pinto chefiava o Departamento de Filosofia do ISEB; Nelson Werneck Sodré o Departamento de História; Cândido A. Mendes de Almeida o Departamento de Política; Júlio Barbosa o Departamento de Filosofia e Ignácio M. Rangel o de Economia.<sup>11</sup>

**NP:** *Também é notória a influência de Jean-Paul Sartre sobre o pensamento desenvolvido pelo senhor naquela época. O livro **Situações II**, de Sartre, serviu de epígrafe para o seu texto “Caminhos da consciência literária nacional”, publicado em **Tendência** 3. O senhor poderia falar sobre isso e sobre a visão de literatura engajada da revista?*

**FL:** O “engajamento” era uma das palavras-chaves da época. Fui leitor constante dos trabalhos de Jean-Paul Sartre. Explorei muito a idéia da obra como “apelo” constante do ensaio “Qu’est-ce que la littérature?” do livro **Situations II**, de Sartre. Conforme tenho acentuado, a gente mesclava muito o existencialismo com o marxismo. O próprio Jean-Paul Sartre procurou o mesmo caminho, quando publicou a sua **Critique de la Raison Dialectique** de 1960. No meu livro **Compromisso Literário** encontram-se ecos do meu trabalho na linha já anunciada na revista **Tendência**, que editamos de 1957 a 1962.

**NP:** *No arquivo de Rui Mourão, há uma carta-resposta de João Cabral de Melo Neto, endereçada ao senhor, escrita em Sevilha e com data de 11 de janeiro de 1957. O texto dessa carta mostra que o senhor havia pedido colaboração ao poeta pernambucano e ele lhe dá alguns conselhos, especialmente sobre pesquisa formal em literatura. João Cabral de Melo Neto teria sido um mentor intelectual para o grupo **Tendência**?*

**FL:** Tive diálogo freqüente com João Cabral de Melo Neto, interrompido pela falta de endereço dele, nas suas andanças de diplomata. Dei notícia disso, ao transcrever trechos de sua correspondência no meu livro **O poeta e a mídia**: Carlos Drummond

---

<sup>11</sup> Ao ser criado, em 1955, o ISEB possuía cinco departamentos: o de Filosofia, dirigido Álvaro Vieira Pinto; o de História, pelo qual Cândido Mendes respondia; o de Economia, chefiado por Ewaldo Correia Lima; o de Sociologia, sob a direção de Guerreiro Ramos e o de Ciências Políticas, coordenado por Hélio Jaguaribe.

de Andrade e João Cabral de Melo Neto. João Cabral não chegou a ser “mentor” do nosso grupo. Não incorporei ao meu repertório todas as suas reivindicações, pois discordamos acerca de autores brasileiros.

**NP:** *O último número de **Tendência** (1962) revelou ter havido um debate intenso de Haroldo de Campos e Décio Pignatari, poetas do grupo concretista paulista, com os membros da revista. O senhor e Rui Mourão pareciam mais reticentes às idéias dos concretistas do que Affonso Ávila. O senhor escreveu que a contribuição de outras artes seria estranha à poesia e que seria “improcedente denominar-se <<poesia>> ao produto da <<conquista do espaço gráfico>> e da unidade verbivocovisual” (**Tendência** 4, 1962, p. 61). O senhor continua achando que poesia deveria se realizar apenas pela palavra, sem a utilização e procedimentos de outras artes?*

**FL:** As divergências entre mim e os concretos nasceram principalmente de princípios conceituais. Achava-os alienados. Além disso, percebi que eles adotavam, como iniciativa sua, idéias, conceitos e avaliações entradas no Brasil como contrabando. O diálogo da escrita com o espaço gráfico, este último pareceu-me rico não como categoria estrutural, mas como ornamento intensificador do discurso literário. Hoje em dia os limites dos gêneros literários perdem sua nitidez. Temos ensaios em forma de ficção e narrativas de cunho reflexivo, filosófico. Poemas que convergem para a prosa; e prosa poética, até metrificada. Mas tudo no âmbito das palavras. As artes plásticas guardam outros fundamentos, como também a escultura e a arquitetura. A estética, desde o início, situou a arte como busca do belo. Hodiernamente, abandonou-se a noção de beleza, difícil de definir, e se concentrou mais na construção artesanal da obra, ou no deslocamento do objeto de sua função prática para o foco do olhar e da observação desinteressada, mas edificante. O tema é por demais complexo e não cabe discuti-lo em toda a sua extensão, pois envolve a crise do sujeito e o poder da recepção da obra, condicionante ou talvez modificante do trabalho criador.

**FL:** *Nesse mesmo ensaio, o senhor disse que a poesia moderna seria um diálogo com letrados porque a enorme distância existente entre a elite e o povo, causada*

*por profundas desigualdades sociais, teria feito com que os artistas modernos se requintassem ao extremo, sem conseguir dialogar com a maioria. Enquanto não fossem corrigidas as desigualdades, pela via política, os intelectuais continuariam condenados a escrever para seus semelhantes. O senhor continua pensando da mesma maneira?*

**FL:** Penso que a desigualdade social e econômica do Brasil é tão pronunciada que acaba polarizando os modos de expressão. Tenho lido vários autores da chamada periferia e sinto preocupações temáticas diferentes das inscritas no romance ou na poesia das camadas mais letradas. O cinema brasileiro tem absorvido, em linguagem de sutil acabamento, o impasse da população favelada, nesta época de intenso inchaço urbano.

**NP:** *O senhor considera que o movimento Tendência pode ser incluído nas chamadas vanguardas de 1950/1960? Como o senhor explicaria o fato de textos sobre a literatura daquela época não incluírem Tendência entre as vanguardas? Cito, apenas como exemplo, **Vanguarda européia e Modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1957 a 1972**, de Gilberto de Mendonça Teles, e **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960 / 1970**, de Heloísa Buarque de Hollanda.*

**FL:** O problema das vanguardas constitui uma corrida de mau agouro, cada grupo a buscar a dianteira em relação aos demais. Sobre isso refleti na obra **Vanguarda, História e Ideologia da Literatura**.<sup>12</sup> **Tendência** trazia o seu espírito de vanguarda atrelado à noção de totalidade. Daí que a idéia de revolução de conteúdo contaminasse as experiências formais. E vice-versa. A omissão de **Tendência** em vários balanços contém fundo ideológico, preconceito e reserva de poder literário

---

<sup>12</sup> Nesse livro, no artigo “Vanguarda literária no Brasil”, Fábio Lucas apontou os movimentos vanguardistas brasileiros, começando pelo Modernismo. Nos anos de 1950/1960, relacionou, como exemplos de poetas de vanguarda: o grupo concretista reunido em torno da revista **Noigrandes**; Ferreira Gullar; Mário Chamie; Alvaro de Sá e Wladimir Dias Pino, os dois últimos como representantes do “poema-processo”; Affonso Ávila e Affonso Romano de Sant’Anna, participantes da revista **Tendência**, e destacou também as obras de Sebastião Nunes e Hilda Hilst (LUCAS, 1985, p. 36-37). Contudo, em outro texto do mesmo livro, Lucas afirmou que o Concretismo seria caracterizado como “falsa vanguarda”, divulgando “obras de suporte teórico das ‘novidades’ que já eram antigas” (LUCAS, 1985, p. 10).

para grupos beneficiados pela mídia. Em determinadas circunstâncias a omissão traduz pura e simplesmente arrematada ignorância.

**NP:** *No texto “Vigília da inteligência” (**Tendência**, 1962, p. 148), o senhor adotou a denominação literatura de criação, para a ficção, poesia e drama, e literatura científica, para o ensaio e a crítica. Essa seria uma maneira de valorizar o trabalho do crítico literário, nivelando-o ao dos poetas e dos ficcionistas?*

**FL:** Hoje considero a crítica e o ensaio formas especiais de criação literária. Um discurso sobre outro discurso. Foi assim que argumentei para propor o Prêmio Camões a Antonio Candido. O lado “científico” sugerido por mim na época de **Tendência** significava a exigência de capacitação do intérprete da obra literária para o exercício de sua tarefa. Tratava-se de chamar a atenção para a competência do crítico e do ensaísta.

**NP:** *O senhor e Rui Mourão envolveram-se em algumas polêmicas em jornais, decorrentes de críticas à proposta de **Tendência**. Ao que me consta, os senhores debateram com Gustavo Corção, Adolfo Casais Monteiro, Otto Maria Carpeaux, Mário Chamie e Ivan Ângelo. Quais foram os ataques sofridos por **Tendência** e como ela se defendeu? Ou os senhores também teriam atacado para se defender?*

**FL:** As polêmicas em que nos envolvemos se traduzem em relação a mal-entendidos quanto à proposta de **Tendência**. Posso dizer que, do desentendimento inicial, nasceu, naquela circunstância, estreita amizade entre mim e Carpeaux. Acabei como a pessoa encarregada de dar destino à sua biblioteca, por solicitação de sua viúva, D. Helena. Também discordei, em muitos pontos, de Afrânio Coutinho. Depois, nos aproximamos amistosamente. Fui voto decisivo na concessão de um dos prêmios que lhe foram conferidos.

**NP:** *A que o senhor atribui o encerramento de **Tendência**?*

**FL:** **Tendência** cessou de sair por vários motivos. Razões pessoais nos dispersaram. A revista cumpriu a sua breve história, como tantas outras no país. Chegou a ultrapassar os três números convencionais de duração.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)